



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS AFRICANOS, POVOS  
INDÍGENAS E CULTURAS NEGRAS**

**JOSIVAL MOREIRA DE SOUZA  
(NANKUPÉ TUPINAMBÁ FULKAXÓ)**

**ENTRE O VELHO E O NOVO TUPINAMBÁ:  
UMA RELEITURA E RESPOSTA À CARTA DE PERO VAZ DE  
CAMINHA**

Salvador  
2024

**JOSIVAL MOREIRA DE SOUZA  
(NANKUPÉ TUPINAMBÁ FULKAXÓ)**

**ENTRE O VELHO E O NOVO TUPINAMBÁ:  
UMA RELEITURA E RESPOSTA À CARTA DE PERO VAZ DE  
CAMINHA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alfredo Morais Guimarães

Salvador  
2024

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pelo SISB/UNEB.  
Dados fornecidos pelo próprio autor.

M838 SOUZA, Josival Moreira de (Nankupé Tupinambá Fulkaxó)

Entre o velho e o novo tupinambá: uma releitura e resposta à carta de Pero Vaz de Caminha / Josival Moreira de (Nankupé Tupinambá Fulkaxó) SOUZA.  
Orientador(a): Francisco Alfredo Morais Guimarães. Guimarães. Salvador, 2024.

215 p : il.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade do Estado da Bahia.  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras - PPGEAFIN, Salvador. 2024.

Contém referências, anexos e apêndices.

1. Carta de Pero Vaz de Caminha. 2. Colonialismo. 3. Invasão do Brasil.  
4. Resistência Indígena. 5. Análise do Discurso. I. Guimarães, Francisco Alfredo Morais. II. Universidade do Estado da Bahia. Salvador. III. Título.

CDD: 981

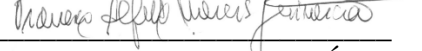
**JOSIVAL MOREIRA DE SOUZA  
(NANKUPÉ TUPINAMBÁ FULKAXÓ)**

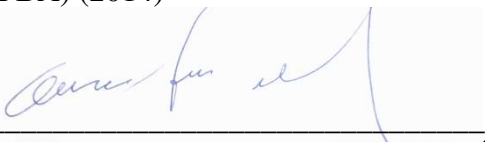
**ENTRE O VELHO E O NOVO TUPINAMBÁ  
UMA RELEITURA E RESPOSTA À CARTA DE  
PERO VAZ DE CAMINHA**

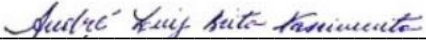
Dissertação de mestrado, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN) da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

Aprovada em: Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco Alfredo Morais Guimarães – Orientador   
Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2014)  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Dr. Eduardo Alfredo Morais Guimarães   
Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2017)  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Dr. André Luís Brito Nascimento   
Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2009)  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Em honra e memória de Maria da Conceição  
Moreira (Maria Tupinambá) (*in memoriam*), à  
toda nossa ancestralidade, ao povo Tupinambá, ao  
nosso sagrado Ritual, com as bênçãos do Grande  
Pai Tupã...

## AGRADECIMENTOS

Seguir esse caminho foi uma decisão permeada pela necessidade de manter a luta e a resistência do meu povo. Sinto-me honrado em poder trazer aqui um recorte da nossa história, um pouquinho da nossa cultura, dos reveses e vitórias vividos pelo meu povo e principalmente por dar uma resposta ao que foi escrito, o que é considerado o primeiro documento oficial deste país chamado de Brasil.

Ao trazer uma resposta à *Carta de Pero Vaz de Caminha*, buscamos a justiça e a verdade, deturpadas por um processo colonial cruel que tantas vidas ceifou dentro do genocídio levado a cabo que nos dizimou e quase nos extinguiu a todos.

Nesses últimos três anos, dentre outros desafios enfrentamos uma pandemia mundial que muito nos prejudicou tanto no processo de pesquisa como no comprimento do currículo definido pela universidade, percorremos um tempo que pareceu interminável, mas seguimos firmes, principalmente pelos apoios recebidos e assim, entre ânimos e desânimos, escorregos e empurrões, dias e noites, meses e meses, ano após ano, o tempo passou e chegamos até aqui, chegamos com a certeza que demos o melhor, que nos dedicamos profundamente, mas também, que poderemos ir ainda mais longe, que poderemos seguir adiante e continuar lutando essa luta que é nossa, mas que a todos pertencem.

Não foram poucos os momentos em que quase desistimos, graças ao pulso forte, o incentivo e a persistência do meu orientador, da minha companheira e a fé no Grande Espírito me deram a força necessária para resistir e seguir em frente.

Agradeço ao Grande Pai Tupã, à Jaçanã das Matas, Juriti, Folha Verde e à toda a encantaria que me acompanha. Minha eterna gratidão ao Espírito Tupinambá pelos ensinamentos recebidos nessa caminhada.

Aos meus pais, Clarice Moreira de Souza Tupinambá (*in memoriam*) e João Martins de Souza Tukano (*in memoriam*) pelo dom da vida.

À minha avó, Maria da Conceição Moreira Tupinambá (*in memoriam*), por todo carinho, dedicação, amor, e pelo seu exemplo de retidão, força, resistência, fé, acolhimento, bondade e amor.

À minha esposa, companheira, parceira, cúmplice e amiga, Denizia Kawany Fulkaxó, por todo o amor, carinho e cuidado nesse maravilhoso encontro de almas que juntos temos vivenciado.

Aos meus professores – Professora Dra. Catharina Doring, Professor Dr. Eduardo Alfredo Morais Guimarães, Professor Dr. Francisco Alfredo Morais Guimarães, Professor Dr. Francisco Cancela, Professor Dr. Moiseis Sampaio e Professor Dr. Joabson Lima Figueiredo – pelo compartilhamento dos saberes e dedicação na arte e no exercício do ensinar.

Ao Professor Dr. Francisco Alfredo Morais Guimarães, especialmente pelo trabalho dedicado de orientação, que foi fundamental para o sucesso desta pesquisa, que certamente não seria possível sem a orientação, incluindo aí os “puxões de orelha”, que me puseram nos trilhos e me deram direção.

Gratidão a todos os parentes, Ademario Payayá, Aliã Waimiri Guajajara, Pajé Aripuanã Tupinambá, Daniel Munduruku, Dauá Puri, Goby Boré Tupinambá, Pajé Ignorar Pataxó Hãhãhãe Imboré, Márcia Kambeba, Moroitykara Tupinambá, Enoque Macuxi, Naine Terena, Sidirê Xavante, Pajé Soyré Fulkaxó, Ubiratã Tsukopyg Otxuk Ayone Tirairu Tupinambá e Yetçami Kariri Xocó, que se dispuseram a entrar nessa caminhada comigo, participando através das suas entrevistas na construção desta tão necessária resposta como símbolo de resistência dos nossos povos ao processo de invasão, colonização e genocídio aos quais nossos povos foram submetidos.

Gratidão a todos que caminharam comigo nessa estrada, que se tornou coletiva no momento em que se aprofunda na história, não apenas do meu povo, mas de todos os povos originários deste país.

*Um povo que é incapaz de preservar a sua história, a sua ancestralidade e os seus valores, perde a sua humanidade, cultura e respeito à vida*

*(Nankupé Tupinambá Fulkaxó)*

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é a releitura e resposta à carta escrita ao rei de Portugal D. Manoel I por Pero Vaz de Caminha, em 1500, na qual foram registradas suas primeiras percepções sobre a terra e o povo aqui encontrado. Essa carta representa o pensamento colonizador e é considerada como “certidão de nascimento” do Brasil. Ela é carregada de suposições equivocadas, eurocêntricas, que iniciaram a conformação do racismo estrutural do Brasil. Neste trabalho, realizamos uma criteriosa análise do discurso presente nessa carta, assim como contextualizamos os fatos ali narrados, para responder aos tópicos que identificamos como mais relevantes para esse estudo. Aqui, nos propomos a revelar os meandros de um discurso dissimulado, que analisado cuidadosamente, se apresenta como um receituário ideológico da supremacia branca, que caracterizou o projeto ultramarino europeu. Evidenciamos como essa carta suprime a voz do nosso povo, desprezando nossas memórias e tradições, que retiradas da invisibilidade, representam mais um instrumento na nossa resistência, como arma poderosa para o avanço dos nossos movimentos de retomada.

**Palavras-chave:** Carta de Pero Vaz de Caminha. Colonialismo. Invasão do Brasil. Resistência Indígena. Análise do Discurso.

## RESUMEN

El objetivo de esta disertación es releer y responder a la carta escrita al rey de Portugal D. Manoel I por Pero Vaz de Caminha, en 1500, en la que quedaron registradas sus primeras percepciones sobre la tierra y las personas aquí encontradas. Esta carta representa el pensamiento colonizador y es considerada la “partida de nacimiento” de Brasil. Está lleno de supuestos eurocéntricos erróneos, que iniciaron la formación del racismo estructural en Brasil. En este trabajo realizamos un análisis cuidadoso del discurso presente en esta carta, así como también contextualizamos los hechos allí narrados, para responder a los temas que identificamos como más relevantes para este estudio. Aquí nos proponemos revelar las complejidades de un discurso disimulado que, cuando se analiza cuidadosamente, se presenta como una receta ideológica para la supremacía blanca, que caracterizó el proyecto europeo en ultramar. Destacamos cómo esta carta suprime la voz de nuestro pueblo, desconociendo nuestras memorias y tradiciones, que, alejadas de la invisibilidad, representan un instrumento más de nuestra resistencia, como un arma poderosa para el avance de nuestros movimientos de recuperación.

**Palabras clave:** Carta de Pero Vaz de Caminha. Colonialismo. Invasión de Brasil. Resistencia Indígena. Análisis del discurso.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Logo da Aldeia Tekoá Portal Tupinambá .....	31
Figura 2 - As invasões francesas no Brasil.....	16
Figura 3 - História da Província de Santa Cruz e que vulgarmente chamamos Brasil.....	19
Figura 4 - Tratados da Terra e Gente do Brasil .....	20
Figura 5 - Tratado do Princípio e Origem dos Índios do Brasil .....	20
Figura 6 - Tratado Descritivo do Brasil em 1587 .....	21
Figura 7 - Mapa dos grupos indígenas no Estado da Bahia.....	28
Figura 8 - Mapa dos grupos indígenas da Província da Bahia 1850-1882.....	29
Figura 9 - Mapa Povoações Indígenas na Bahia no século XIX .....	29
Figura 10 - Documento demonstrando a presença indígena em Aramari Alagoinhas .....	34
Figura 11 - Quadro das Aldeias da Província.....	36
Figura 12 - Fluxograma da pesquisa qualitativa.....	64
Figura 13 - Original da Carta de Pero Vaz de Caminha.....	92
Figura 14 - Pero Vaz de Caminha .....	813
Figura 15 - A Primeira Missa no Brasil - Pintura de Victor Meirelles (1861).....	83
Figura 16 - Ata de Fundação Associação Indígena Tekoá Portal Tupinambá .....	158
Figura 17 - Estatuto Social Associação Indígena Tekoá Portal Tupinambá .....	158

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AL</b>	Estado de Alagoas
<b>ANAI</b>	Associação Nacional de Ação Indígena
<b>APOINME</b>	Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
<b>BA</b>	Estado da Bahia
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CEE/BA</b>	Conselho Estadual de Educação / Bahia
<b>CIMI</b>	Conselho Missionário Indigenista
<b>CIPA</b>	Congresso Internacional de Pesquisa Autobiográfica
<b>CLIND</b>	Curso de Licenciatura Indígena
<b>FUNAI</b>	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IHGAL</b>	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
<b>IHGB</b>	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura.
<b>MPF</b>	Ministério Público Federal.
<b>ONGs</b>	Organizações Não Governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PI</b>	Postos Indígenas
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PPGEAFIN</b>	Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras
<b>PROEJA</b>	Programa de Educação de Jovens e Adultos
<b>PROUNI</b>	Programa Universidade Para Todos
<b>PUC</b>	Pontifícia Universidade Católica (São Paulo)
<b>RCNEI</b>	Referencial Curricular Nacional de Educação Indígena
<b>SIL</b>	<i>Summer Institute of Linguistic.</i>
<b>SISU</b>	Sistema de Seleção Unificada
<b>SP</b>	Estado de São Paulo
<b>SPI</b>	Serviço de Proteção aos Índios
<b>UEPA</b>	Universidade do Estado do Pará
<b>UFAL</b>	Universidade Federal de Alagoas
<b>UFBA</b>	Universidade Federal da Bahia
<b>UFG</b>	Universidade Federal de Goiás
<b>UFMG</b>	Universidade Federal do Mato Grosso
<b>UFPE</b>	Universidade Federal de Pernambuco
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UFS</b>	Universidade Federal de Sergipe
<b>UFU</b>	Universidade Federal de Uberlândia
<b>UNB</b>	Universidade de Brasília
<b>UNEB</b>	Universidade do Estado da Bahia
<b>UNICAMP</b>	Universidade Estadual de Campinas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>28</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEORICO</b> .....	<b>23</b>
2.1	OS POVOS ORIGINÁRIOS NA BAHIA .....	23
2.2	ALDEIA MASSARANDUPIÓ .....	36
2.3	O DITO E O INTERDITO – O EXPLÍCITO E O IMPLÍCITO .....	50
2.4	IDEOLOGIA – CONCEITOS, ELEMENTOS E REFERENCIAS .....	57
2.5	COLONIALISMO / COLONIALIDADE .....	59
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>54</b>
3.1	METODOLOGIA - ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA .....	591
3.2	METODOLOGIA – TÉCNICAS METODOLÓGICAS EMPREGADAS 62TRABALHO DE CAMPO – QUESTIONÁRIOS, ANÁLISES E METODOS APLICADOS .....	78
3.4	QUESTIONÁRIO DE PESQUISA 67 3.4.1 O questionário .....	82
3.5	TÉCNICAS DE APLICABILIDADE .....	71
3.6	SELECIONADOS .....	72
3.7	OS QUESTIONÁRIOS - RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DADOS .....	73
3.7.1	Eixo 1 - Qualificação, pertencimento e interpretação.....	86
3.7.2	Eixo 2 - Percepção, entendimento e opinião.....	86
3.7.3	Eixo 3 - Construção de uma resposta coletiva.....	87
<b>4</b>	<b>A CARTA - ANÁLISE CRÍTICA</b> .....	<b>80</b>
4.1	A CARTA – BREVE RELATO .....	813
4.2	BREVE ANÁLISE GRAMATICAL E LEXICAL.....	189
4.3	IDEOLOGIA VIGENTE NA EUROPA NO SÉCULO XV: PROJETOS ULTRAMARINOS E A SITUAÇÃO DA NOBREZA DE PORTUGAL.....	103
4.4	A IDEOLOGIA.....	92
4.4.1	O discurso ideológico .....	97
4.4.2	A ideologia contida na carta de Pero Vaz de Caminha .....	99
4.5	A SUPRESSÃO DE OPINIÃO .....	103
4.5.1	Características do Discurso Supressor.....	106
4.5.2	Impactos da Supressão de Opinião.....	106
4.5.3	Análise Crítica e Combate à Supressão de Opinião .....	107
4.5.4	O Uso do Discurso Supressor na Carta de Caminha .....	107
4.6	O DISCURSO REFERENTE .....	110

4.6.1	O que é o discurso referente? .....	112
4.6.2	O discurso referente na carta de Caminha .....	113
4.6.3	O Prejuízo do Uso do Discurso Referente na Carta de Pero Vaz de Caminha. ....	114
4.7	O DISCURSO SUGESTIVO.....	115
4.7.1	O Discurso Sugestivo: Uma Análise sobre sua Utilização e Impacto na Comunicação.....	128
4.7.1.1	O que é o discurso sugestivo?.....	116
4.7.2	O impacto do discurso sugestivo na comunicação .....	117
4.7.3	O discurso sugestivo na carta de Caminha .....	117
4.7.4	O impacto prejudicial do discurso sugestivo .....	119
4.8	A ABORDAGEM CRÍTICA .....	121
<b>5</b>	<b>A RESPOSTA .....</b>	<b>130</b>
5.1	"CARTA DO DESCOBRIMENTO" - PERO VAZ DE CAMINHA (1500) .....	130
5.2	UMA RESPOSTA A PERO VAZ DE CAMINHA (2023).....	130
	CARTA RESPOSTA AO ESCRIVÃO PERO VAZ DE CAMINHA .....	130
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>146</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>158</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Proponho-me a apresentar nesta dissertação uma visão indígena para o que é considerado pela historiografia brasileira como o primeiro documento oficial e certidão de nascimento do Brasil, o que não é apenas um grande desafio, mas principalmente uma necessidade para mim enquanto indígena do povo Tupinambá, bem como para todos nós, povos indígenas, de forma que possamos afirmar o nosso protagonismo neste campo de batalha que é a escrita da história. Essa escrita serviu, durante muito tempo, para negar a nossa condição como sujeitos sociais plenos e, em muitos contextos, a nossa existência e resistência.

Este é um trabalho de pesquisa histórica no qual temos como fontes primárias a carta de Pero Vaz de Caminha, junto com outros documentos do mesmo período, em especial o livro *Viagem à Terra do Brasil*, do missionário calvinista francês Jean de Léry, que é considerado como precursor do relativismo cultural, sobretudo no que diz respeito à apresentação do seu diálogo com um velho Tupinambá, com o qual busco aqui dialogar, me apresentando como um “novo Tupinambá”, representando outros tantos indígenas nessa caminhada de embates decoloniais.

Assim, reuniu-se farto material bibliográfico devidamente referenciado, diálogos com parentes Kariri Xocó, Makuxi, Karapotó, Pankararu, Camacã, Mongoió, Munduruku, Omágua-Cambeba, Pataxó, Guarani, Tikuna, Potiguara Payayá, Guajajara e do meu povo Tupinambá e Fulkaxó, envolvendo jovens e anciãos, guerreiros e guerreiras, e também antropólogos, historiadores, professores e pesquisadores indígenas e não indígenas.

Dessa forma, esta dissertação escava a história, passando pelo processo de invasão até à contemporaneidade, fortemente marcada pela colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), ainda com fortes consequências relacionadas a epidemias, assimilação, torturas e assassinatos, que serviram e servem de pano de fundo para o teatro macabro a que temos sido submetidos.

Inicialmente, apresentamos o referencial teórico, a metodologia utilizada e a estrutura através da qual organizamos esta pesquisa. Na sessão seguinte, abordamos a análise de discurso em relação a carta do escrivão português, para fechar com uma carta-resposta, escrita de forma colaborativa a partir da escuta dos parentes que contribuíram com esse trabalho. Finalmente, apresentamos as considerações finais, onde refletimos sobre os impactos que este documento histórico teve na vida dos povos originários deste país e sobre a importância de usarmos nossa voz a fim de respondermos a esse e outros escritores que invisibilizaram e invisibilizam o nosso protagonismo.

Quando resolvemos (eu e o meu orientador) abordar e aprofundar esse tema, não o fizemos de forma aleatória ou inocente. Resolvemos seguir essa linha de pesquisa com a finalidade de desafiar os cânones historiográficos constituídos a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Segundo Reinado, que norteou a escrita da história do Brasil, tendo como base a tese defendida pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, em *Os índios perante a nacionalidade brasileira* (1854), que compunha a primeira edição de *História Geral do Brasil*,

onde defende que “para os índios, povos na infância, não há história: só há etnografia” (Varnhagen, 1854 *apud* Moreira, 2010).

Esse mesmo historiador também apresentou a tese de negação dos direitos territoriais indígenas, ao atuar como porta-voz de correntes políticas com assento no parlamento, onde apresentou o Memorial Orgânico, publicado primeiramente em 1849-1850, onde questiona a aceitação dos povos indígenas como cidadãos do país, considerando, como destaca Moreira (2010), que os índios não eram “cidadãos brasileiros”, não cumpriam “nenhuma das obrigações das leis” e, pior ainda, andavam “vadiando e com as orelhas e beiços furados, em vez de serem guardas nacionais e vestir uniforme, etc.”. Não tinham, por isso, nenhum direito e eram, na verdade, estranhos “ao pacto social”. Melhor estaria a nação, segundo o historiador, se as “bandeiras que lhe davam caça” voltassem a vigorar (Moreira, 2010, p. 60).

Com essa visão preconceituosa, num período em que vigorava a escravidão, Varnhagen também considerava que nós, povos indígenas, diferentes dos negros africanos, sequer tínhamos a capacidade para o trabalho decorrente do uso da força.

Além disso, para dar uma conotação legal a negação do nosso direito territorial, esse historiador argumentava que não tínhamos agricultura e éramos nômades, cabendo, portanto, a aplicação sobre nós do princípio do “Uti possidetis” ou “uti possidetis iuris”, presente no direito internacional, segundo o qual, os indivíduos que de fato ocupam um território possuem direito sobre este.

Ele também chegou até a defender o nosso genocídio, afirmando que em relação aos nossos povos, melhor estaria a nação se as “bandeiras que lhe davam caça” voltassem a vigorar, conforme vimos nos parágrafos anteriores.

A apresentação da carta de Pero Vaz de Caminha como “certidão de nascimento do Brasil”, se deu nesse contexto, onde o IHGB acolheu as teses apresentada por Varnhagen, em detrimento de posições opostas às apresentadas por ele, e muito bem embasadas, que reconheciam o nosso protagonismo na história do Brasil, como as apresentadas por Domingos Magalhães (1860) e Joaquim Noberto de Souza e Silva (1854).

Embora esse trabalho não tenha um cunho autobiográfico, fui instigado a trazer um pouco da minha história, enquanto indígena, para contextualizar e afirmar o meu lugar de fala. Entendendo que a pesquisa em si carrega consigo parte da história que envolve meus ancestrais e assim o povo a que pertença, que aqui se fará presente em diversos trechos transcritos, quer por minhas narrativas, ou ainda pela narrativa do invasor em sua missiva, relatos e documentos históricos, sem deixar de lado, obviamente, a análise técnica, científica e contextual não apenas do documento em epígrafe, mas também o trabalho de diversos especialistas, pensadores, historiadores e estudiosos do tema.

Mesmo nascido em contexto urbano, sou filho de pai indígena do povo Tukano, oriundo do aldeamento Nossa Senhora de Santana, hoje município de Tucano-BA, fato que por si só já

suscita dúvidas, contestações e uma grande confusão para mim mesmo. As minhas dúvidas começam no fato da minha mãe e meus avós maternos afirmarem a origem Tukano do meu pai, tendo ele falecido quando eu tinha apenas 2 anos de idade.

As informações oficiais dão conta de que não há registros sobre o povo Tukano nessa região, sendo o mesmo originário da região amazônica e sem migração conhecida para o nosso contexto regional. A melhor explicação que encontrei veio de uma antropóloga que nasceu na região, que conta sobre a confusa história do povo Cariri, que habitava onde hoje é a cidade de Tucano, por serem chamados no período colonial, de “tocanos”, por viverem em tocas, nas serras da caatinga, o que levou a origem do nome da cidade.

Nas pesquisas que realizamos, foram encontrados registros sob a presença dos Cariri na localidade atual da cidade de Tucano. Povo que viveu e existem registros da década de 1720, quando da criação do aldeamento Nossa Senhora de Santana. Sendo assim, acredito que meu pai era do povo Cariri, considerando a referência por ele a existência desse aldeamento e a afirmação dele sobre sua origem.

Minha mãe indígena do povo Tupinambá, nascida já em contexto urbano, porém através dos relatos da memória da minha avó que era oriunda da aldeia Tupinambá de Araçás no agreste baiano, informação que também me traz inquietações, pois não encontro registros do povo Tupinambá em Araçás, embora encontre registros da presença de nossos antepassados na Vila de Massarandupió, no atual município de Entre Rios, de onde suponho que seja o lugar de origem do grupo familiar ao qual meus bisavós maternos pertenciam.

Apesar de ter sido criado na cidade, sempre participei ativamente das atividades do meu povo através da minha avó materna, que me iniciou nas “ciências indígenas” dos Tupinambá. Além disso minha avó materna, por ter sido acolhida na comunidade de terreiro, do Babalorixà Jubiabá, também carregava consigo a cultura dessa nação. Isso me levou a uma iniciação nessa cultura e, portanto, posso afirmar que tenho um duplo pertencimento identitário, Tupinambá e Ketu, carregando em minhas memórias, hábitos, cheiros, sabores, cantos, danças, saberes e segredos que me foram passados através da oralidade.

Atualmente, a minha atuação, ativismo e militância se configuram e se circunscrevem na afirmação da minha identidade indígena e retomada de um território que reconheço, junto com outros indígenas, como território ancestral, a aldeia Tekoá Tupinambá, criada à partir de um processo de autodemarcação, em Massarandupió, no município de Entre Rios- BA.

Além disso, também passei a ser acolhido pelo povo Fulkaxó da aldeia localizada na cidade de Pacatuba – SE, vindo a me casar com a escritora indígena Denizia Kawany Fulkaxó.

Como indígena, atuo como pesquisador, participando do Núcleo de Pesquisa OPARÁ, e também sou jornalista, escritor e palestrante, atuando como ativista em organizações não governamentais como o *Greenpeace* Brasil, o Instituto Socioambiental (ISA), o 342 Amazônia e a Anistia Internacional.

Entendo como significativo demonstrar que todo esse processo envolve um movimento de ressurgência e retomada identitária do qual faço parte na retomada da aldeia Tekoá Tupinambá, onde atuo como Vice Cacique e presidente da Associação Indígena Tekoá Portal Tupinambá (Figura 1).

**Figura 1** - Logo da Aldeia Tekoá Portal Tupinambá



**Fonte:** Acervo pessoal do pesquisador (2024)

O movimento de retomada Portal Tupinambá foi iniciado há aproximadamente dez anos, a partir da reafirmação da identidade indígena após séculos de negação e invisibilidade da nossa presença na região, tendo avançado ao longo do tempo para uma retomada em vários âmbitos, com a autodemarcação territorial, reconstruindo a aldeia, para juntar o povo Tupinambá disperso pela região, contando, nesse movimento, com o apoio dos parentes Kariri Xocó. Fulni-ô, Fulkaxó, Camacã, Makuxi, Xocó, Huni Kuin e de outras aldeias Tupinambá, além do apoio de entidades indigenistas, como a Associação Nacional de Ação Indigenista (Anáí - BA) e entidades indígenas, como o Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (MUPOIBA), a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), dentre outras.

A Aldeia Tekoá Tupinambá (documentos no anexo A) é um projeto de vanguarda, que conta com 18 subprojetos, em áreas como educação, saúde, proteção territorial, preservação do meio ambiente, consciência alimentar, implantação de sistemas agroflorestais sustentáveis e orgânicos, agropecuários orgânicos, meliponário orgânico, piscicultura orgânica, avicultura orgânica, dentre outros, que possam trazer, através do sistema de economia circular, renda e prosperidade para a nossa comunidade.

Ademais, é de fundamental importância apresentar aqui nesta primeira seção, a configuração, estrutura, roteiro, o objeto da pesquisa, o tema, a problematização, a hipótese, as questões norteadoras, os objetivos, geral e específicos e a justificativa desse trabalho, de forma a introduzir e apresentar o trabalho a que nos propomos.

Estudos e documentos que dão conta de consubstanciar a presença histórica do povo Tupinambá no distrito de Abrantes em Camaçari, Massarandupió em Entre Rios e em Conde, todos

no litoral norte da Bahia, assim como, a presença indígena em diversas cidades do agreste baiano, fazem parte da próxima seção onde apresentamos o referencial técnico, seguido da seção onde descrevemos a metodologia aqui aplicada.

Os aspectos gerais dessa pesquisa somente se justificam pela necessidade de elucidar o que foi e de que forma foi escrito o documento que deu início ao processo de conquista dos nossos territórios, respondendo a interrogações com a produção de conteúdo que pode nos proporcionar a construção e reconstrução de conhecimentos. Está pressuposto que a atuação do pesquisador através da análise, assim como as respostas dadas por nós povos originários, podem contribuir com a resolução de problemas e apontar propostas que conduzam a novos caminhos para a interpretação da história escrita e até para a reescrever dentro do nosso ponto de vista.

Conforme aqui já dito, a pesquisa objetivou fazer uma análise de conteúdo e dar uma resposta (com a participação de outros parentes indígenas) a carta de Pero Vaz de Caminha, após mais de cinco séculos que ela foi escrita.

Para alcançar o nosso objetivo geral elaboramos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a carta escrita por Pero Vaz de Caminha, explorando e analisando dentro dos limites temporais impostos para a elaboração dessa dissertação, destacando os termos e ideias explícitas e implícitas na missiva;
- Analisar de que forma esse documento, através do seu discurso, influenciou e influencia a formação de opinião sobre os povos originários e suas identidades no processo de formação do Brasil;
- Aprofundar o processo de pesquisa, apresentando outras análises e o que outros autores trazem sobre essa temática;
- Trazer uma resposta reunindo povos indígenas de nações variadas da contemporaneidade de forma a que possamos dar essa resposta dentro da nossa visão atual e considerando a história contada;
- Oferecer à sociedade um novo campo de conhecimento sobre nós povos originários e assim preservar a dignidade dos povos originários na atualidade;

Aqui apresentamos uma pesquisa qualitativa, de caráter histórico-exploratório, documental, caracterizada como bibliográfica e etnográfica. Sabendo-se que uma pesquisa qualitativa se caracteriza por examinar evidências baseadas em dados verbais e visuais tendo como objetivo o entendimento de um fenômeno em profundidade, apresentando resultados através de dados adquiridos pela coleta de forma sistemática, conforme procedemos nesta pesquisa, assunto que explicitamos melhor na seção 3, onde trataremos especificamente da metodologia desta pesquisa.

Para atingir os objetivos aqui elencados, procedemos a um minucioso levantamento de dados e informações sobre a história que relata a chegada da esquadra portuguesa ao litoral baiano

no século XVI. Para delimitar o tempo e o espaço da pesquisa a consideramos do início do século XVI até o final do século XVII, buscando aí as informações necessárias para o desenvolvimento deste trabalho, visto que a pesquisa parte da análise da carta de Pero Vaz de Caminha como primeiro relato sobre os nativos encontrados e explorados pelos colonizadores no território brasileiro. Definir um marco temporal que compreende dois séculos de história, desde a chegada dos portugueses ao litoral da Bahia até o final do século XVII, não foi uma estratégia definida de forma aleatória e, sim uma estratégia necessária de forma a discorrer não apenas sobre a escrita da carta, mas também, sobre seus primeiros impactos, favorecendo assim a temática escolhida. Para tanto reunimos e exploramos um acervo documental, histórico e cultural de forma que a pesquisa se tornasse uma possibilidade de familiarização com o tema e assim possa favorecer ao cumprimento dos objetivos, além de possibilitar a busca de dados históricos desde a invasão do continente, no século XV, até os seus relevantes impactos na vida dos nossos ancestrais, os povos originários. Ainda que parte do material pesquisado carregue grande força etnográfica, informamos que para esse trabalho foi adotada a pesquisa bibliográfica e documental, portanto, conforme pode ser constatado nas referências bibliográficas, a pesquisa fundamentou-se na coleta e análise de dados, arquivos públicos, livros, revistas, jornais, internet, leis e documentos iconográficos.

A maior justificativa para essa pesquisa está na sua relevância social, ao apresentar uma história que demonstra todo etnocentrismo que, de diferentes modos, levou a submissão e escravização dos nossos povos em Pindorama. A vigência desse modelo, com forte cunho ideológico, define a natureza da sociedade colonial e pós-colonial, definida por uma cruel violência contra nós, povos originários, discriminando nossas culturas e costumes, pondo em prática políticas indigenistas que apesar de algumas mudanças ao longo do tempo, mativeram de pé princípios como integracionismo, negando o nosso direito à diferença.

Nesse sentido, a pesquisa visou apontar para novos caminhos em relação ao estabelecimento de uma visão decolonial, que consideramos ser um pensamento que deve ser difundido e posto em prática, imprimindo sobre o sistema educacional uma pedagogia da emancipação, quebrando paradigmas eurocêntricos implantados com o colonialismo.

Tradicionalmente, temos um sistema educacional teve como objetivo principal em relação a nossas sociedades a assimilação e a reprodução de valores e conhecimentos eurocêntricos, perpetuando assim a dominação cultural e social. Isso é o que define a colonialidade do poder, que segundo Quijano (2005), pode ser definido como a continuidade um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado, após a consolidação dos movimentos de independência, sem se romper com elementos que sustentaram o colonialismo, com a ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores.

Nesse sentido, a escola constituiu-se em um espaço de opressão e alienação, ao invés de ser um local de aprendizado e desenvolvimento pessoal. A esse respeito, Ballestrin (2013) elabora que:

Assumindo uma miríade ampla de influências teóricas, o coletivo modernidade e colonialidade (M/C) atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente. Defende a 'opção decolonial' - epistêmica, teórica e política - para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva (Ballestrin, 2013, p. 13).

A proposta da perspectiva "decolonial" nos traz a possibilidade de desconstruir essas estruturas de poder e promover uma educação que valorize e respeite as diferentes culturas e saberes presentes na diversidade étnica e cultural da sociedade brasileira. Para tanto, entendemos que somente será possível adentrarmos e enfrentarmos o processo de dominação implantado, no momento em que passarmos a repensar os currículos escolares e neles incluir conteúdos e perspectivas que reflitam a diversidade cultural e histórica do país.

Além disso, Leite, Ramalho e Carvalho (2019) destacam a importância de uma pedagogia que seja participativa e democrática, na qual os estudantes sejam ativos no processo de aprendizagem e tenham voz nas decisões que afetam suas vidas. Isso implica em uma mudança na dinâmica de poder dentro da escola, onde os professores deixam de ser os detentores exclusivos do conhecimento e se tornam facilitadores do aprendizado. Ou seja, a necessidade de uma educação que promova a consciência crítica e a reflexão sobre as estruturas de poder presentes na sociedade é fundamental e isso carrega o questionamento e o desafio às normas e valores dominantes, entendendo que somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Em suma, a educação deve ser uma prática de liberdade, capaz de promover a emancipação dos indivíduos e a transformação social. Para isso, é necessário adotar uma perspectiva decolonial, que valorize a diversidade cultural e promova uma educação participativa e crítica.

Na pesquisa foi nosso intuito investigar e analisar a constituição da narrativa presente na carta de Caminha, seus aspectos linguísticos e as técnicas usadas para manipular e influenciar aos que dela tivessem acesso dando início ao processo colonial que nos foi imposto. Em suas abordagens acerca da dos povos indígenas, o discurso sugestor, supressor e referente, a sustentação de uma falácia como verdade absoluta, e faz constantemente presente, pois, embora saibamos que ela foi escrita no ano de 1500, e somente publicada em 1817, é notório como esse relato influenciou fortemente na formação de opinião sobre a vida dessas populações e na construção da história nacional no século XIX.

Entendemos que se faz necessário reivindicarmos uma resposta que cumpra com seu compromisso e responsabilidade social de reparação e formação de um novo olhar dessa comunidade, além da promoção da cidadania, respondendo com honestidade e com a verdade.

Ainda nesta seção, apresentamos pontos relevantes sobre a carta, que corroboram com os objetivos aqui definidos, para então, na quarta seção, apresentá-la na íntegra, podendo assim, juntos e com as informações previamente prestadas, efetuar uma análise do seu teor noticioso, informativo, ideológico e manipulatório. Além disso, essa carta foi apresentada para outras comunidades indígenas a fim de juntos construirmos uma resposta que atenda aos objetivos deste trabalho.

Assim na seção quatro, encadeando com as análises e respostas à carta, dedicamo-nos também a discorrer sobre a luta dos nossos ancestrais pela terra, enquanto povos originários, pois esse ponto é considerado de extrema importância, visto que a nossa relação com a terra apresenta um significado cultural de grande relevância.

Pretendemos, dessa maneira, proceder a uma análise densa do discurso contido na carta, de maneira técnica e criteriosa apontando o seu teor etnocêntrico sobre nossos ancestrais, em uma prospecção quase que arqueológica documental de modo a discorrer sobre os costumes, modos de vida, luta e resistência em contraponto ao relatado pelo escrivão português.

Assim sendo, o nosso tema central é o conhecimento, análise e resposta à carta de Pero Vaz de Caminha, entendendo que ela foi o ponto de partida e de grande influência na construção do conceito do “índio” no imaginário nacional que perdura até a contemporaneidade. Esse tema tornar-se-á, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, um ponto nodal em torno do qual procuraremos construir as nossas reflexões e provocações em alusão às causas indígenas. Partindo do fato de que, desde o momento da sua escrita, influenciou uma série de outras narrativas nos primeiros manuscritos que a sucederam e que anunciavam ao mundo a descoberta de um “novo mundo”, um “El Dourado”, habitado por um povo, inocente, indolente, selvagem, desprovido de alma e inteligência, contribuindo de forma significativa para a proliferação e permanência de uma visão etnocêntrica, estereotipada e, às vezes, até romantizada, dos nossos ancestrais indígenas. Todos esses fatos reunidos nos levaram a elaborar as seguintes questões como norteadoras para a problematização do tema:

a) como a vida, a cultura e a história dos povos originários foram relatadas e retratadas na carta de Pero Vaz de Caminha?

b) qual a resposta que podemos dar na contemporaneidade ao que Pero Vaz de Caminha escreveu em 1500?

Assim sendo, tornou-se imperativo nos debruçarmos nas páginas escritas por diversos historiadores sobre a história do Brasil, explorando, pesquisando, analisando, coletando dados, verificando fontes e evidências de forma a poder melhor fundamentar, comprovar e referenciar a principal questão central deste trabalho.

Obviamente, é de grande importância para o aspecto cultural e inegável o valor documental da carta de Pero Vaz de Caminha. Nessa carta, Caminha relata o que chamou de “achamento” em um documento que assume o status de primeiro documento histórico do Brasil, que relata – ainda

que de forma tendenciosa, pretenciosa e fortemente manipulada – os detalhes cotidianos dos primeiros contatos dos portugueses no período dos projetos ultramarinos europeu, o período das grandes navegações em busca de expansão comercial e territorial que tirasse a Europa da situação de penúria e miséria que se encontrava após a perda de Constantinopla e das rotas comerciais para os árabes.

O escriba português que fazia parte da esquadra do capitão-mor Pedro Álvares Cabral que, ao se perder da rota inicial ou de forma intencional ter desviado da rota que deveria levá-los às Índias, terminou por aportar no litoral da Bahia, escreveu ao então rei D. Manuel I. Sua missiva, como dito, é considerada o primeiro registro histórico e, sendo assim, também o primeiro documento oficial do Brasil. Obviamente esse status carrega consigo grande relevância histórica e cultural, fazendo com que grandes estudiosos, pesquisadores, historiadores, pensadores e, claro, muitos críticos (incluindo-me aí) tenham se debruçado e ainda se debrucem sobre suas páginas de forma a melhor entendê-las. Alguns de forma mais política e intencional, posicionam-se de forma intelectualizada afirmando que o documento serve como fonte para a compreensão da realidade histórica brasileira, ressaltando a sua importância cultural e os aspectos relacionados às navegações.

Segundo Aguiar (2000), foi o Padre Manuel Aires de Casal quem primeiro publicou a carta no ano de 1817, na *Corografia Brazilca*, no Rio de Janeiro. Por sua vez, Arroyo (1963) defende que a carta foi descoberta pelo pesquisador espanhol J. B. Muños, em 1735, porém não sendo publicada nesse período.

Uma carta redigida em formato de diário que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na cidade de Lisboa. Contendo 28 páginas, sendo 27 de texto e uma de endereço, a carta escrita ao estilo de crônica como era costume na literatura portuguesa da época é considerada também como uma obra literária.

Para seguir os regramentos definidos na realização da Análise de Discurso é necessário, conforme Gadet e Hak (2014), abandonar ao conceito da linguagem simplesmente como um meio de comunicação, ampliando-se para a perspectiva sociológica, encontrando na narrativa em questão diversas ferramentas linguísticas usadas de acordo com a ideologia do narrador. A Análise do Discurso pode ser compreendida como uma ferramenta que se propõe ao reconhecimento da dualidade constitutiva da língua, ou seja, que investiga os seus aspectos formais, mas também os aspectos sociais, de forma a descaracterizar uma linguagem verbal como ideologicamente neutra, ampliando-se assim para observar a complexidade do discurso em análise. Regramento esse que, segundo Brandão e Micheletti (1997), nos possibilita operar a ligação entre os âmbitos linguístico e extralinguístico, além de considerar a linguagem um lócus privilegiado de confronto ideológico.

Muitos pesquisadores apresentaram estudos, pesquisas e publicações em diversas vertentes de análise. Rosa Mattos e Silva e Emília Souza (2012) apresentam um belíssimo trabalho de análise lexicográfica. Outros autores, como Costa (2006), Silva (1995) e Souza (2011), debruçam-se em

uma verdadeira maratona de análise ortográfica/fonética. Por sua vez, Villalva (2011) e Freitas (2011) apresentam sua análise morfológica/filológica.

Ainda que reconheça os belíssimos trabalhos por esses desenvolvidos, buscamos um aprofundamento histórico que consideramos de extrema relevância para trazer a reflexão sobre o dito e o subentendido, o explícito e o implícito, as linhas e as entrelinhas, que demonstram a ardileza, a sutilidade e obviamente as armadilhas arquitetadas contra o continente americano – e aqui principalmente contra Pindorama e seus habitantes.

Para tanto, um dos trabalhos que elegemos como mais adequado para esta pesquisa dentro deste contexto é o artigo de Maurício Silva (2015), intitulado *Colonialidade Discursiva na América Latina: O Dito e o Interdito na Carta de Pero Vaz de Caminha*, que tem sido meu companheiro nas madrugadas de pesquisa, levando-me pela mão a diversos outros autores e se coadunando perfeitamente com a pesquisa em curso, por apresentar uma abordagem discursiva que evidencia de forma irrefutável os aspectos sociais, políticos, religiosos, ideológicos etc., inseridos em uma linguagem rebuscada, romântica e quase poética em forma de crônica, que muito deve ter divertido ao rei português naquele momento. Silva (2015) é magnânimo na sua análise, relacionando não somente à abordagem discursiva, mas também à teoria da colonialidade na América Latina, inaugurando aí a noção de colonialidade discursiva, e assim expondo no discurso em análise a correlação com o discurso eurocêntrico como uma epistemologia hegemônica.

Este trabalho dissertativo estrutura-se em primeira instância para atender as exigências do curso de mestrado em história do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), ainda que seu objetivo maior é se tornar mais um referencial e mais uma ferramenta de conhecimento sobre o processo de colonialidade implantado em todo o continente de Abya Ayala, hoje conhecido como continente americano, e principalmente em Pindorama, denominada como Brasil, a partir da invasão perpetrada pelos portugueses.

A pesquisa foi estruturada de forma a atender todas as exigências técnicas a um trabalho de dissertação, para a titularidade de Mestre em História. Dessa forma, preocupamo-nos em proceder técnica e cientificamente dentro dos padrões e regramentos exigidos pela academia, enfatizando um discurso histórico, analítico, crítico e criterioso que mantenha o interesse do leitor sobre o seu conteúdo. Ademais disso, pretende-se, após a sua aprovação pela banca examinadora, torná-lo uma publicação literária em um livro que poderá obter maior abrangência, atendendo assim a outros setores da sociedade.

Ao assim estruturarmos este trabalho, apresentando a análise desse discurso, dentro de uma abordagem discursiva, entendemos também colaborar na desconstrução de uma história focolorizada da nossa cultura que, conforme Oliveira e Freire (2006), se reproduz no cotidiano das dinâmicas sociais e, historicamente, tem colaborado para a redução dos valores simbólicos que

geram adesão e dão sentido às práticas sociais e políticas públicas que influenciam a vida de diversas comunidades indígenas.

Não seria possível estruturar esta pesquisa sem antes proceder a uma reflexão sobre a história que envolve a trajetória dos nossos ancestrais, ou seja, dos povos originários aqui encontrados e a sua correlação com os discursos colonialistas criados, sendo o primeiro deles a carta de Pero Vaz de Caminha.

Sabe-se que esse assunto envolve grande complexidade epistemológica ao longo de todo o período de dominação colonizadora que se incorporou na construção da história, não somente dos povos indígenas, mas de todo povo brasileiro. Assim, o ponto central deste trabalho envolve a análise do primeiro discurso produzido neste território, sobre nós, povos indígenas, no seu primeiro contato com o colonizador europeu. Optamos, desse modo, por usar como estratégia metodológica – a qual apresentaremos na próxima sessão – uma espécie de prospecção histórica a partir desse discurso com o merecido aprofundamento, de forma, a consubstanciar todo o projeto de colonialidade nele contido. Diante disso, nossa pretensão é trazer trechos da carta que fundamentarão – do ponto de vista histórico, político, religioso, econômico e sociocultural – o objetivo geral deste trabalho, que é a análise do discurso e a identificação da ideologia colonialista nele contida.

O discurso presente na carta de Caminha determinou e influenciou a origem das práticas doutrinárias da evangelização dos “gentios”, como eram denominados os nossos ancestrais, envolvendo o combate, a conquista, a dominação e a escravização dos “bárbaros” e “infieis” conforme Neves (1978) citado por Oliveira e Freire (2006).

O discurso presente na carta de Caminha determinou e influenciou a origem das práticas doutrinárias da evangelização dos “gentios”, como eram denominados os nossos ancestrais, envolvendo o combate, a conquista, a dominação e a escravização dos “bárbaros” e “infieis” conforme Neves (1978) citado por Oliveira e Freire (2006).

O discurso contido na carta e reproduzido por cronistas, bandeirantes, viajantes, jesuítas e administradores das capitanias hereditárias pautaram as ações colonizadoras sobre nós, os povos indígenas e foi definido como referência para a escrita da história do Brasil independentes, durante o século XIX, e ainda segue alimentando o pensamento eurocêntrico de muitos historiadores, alimentando estigmas e estereótipos sobre as diversas sociedades indígenas, sobre nossos modos de vida, sobretudo nossas práticas rituais, como ocorreu em relação a antropofagia, que chamou a atenção dos cronistas estrangeiros ao longo dos séculos XVI e XVII, sendo fartamente documentada por eles.

A questão central nesse tipo de discurso, é que nós, povos indígenas, temos visões de mundo que não estão assentadas no antropocentrismo. As plantas, os animais e os seres encantados são vistos em nossos mitos e ritos em condição de igualdade, o que nos fez e nos faz desenvolver práticas como a agricultura, mantendo a floresta em pé.

Com a nossa reflexão crítica sobre a carta de Caminha, pretendemos apresentar a visão do velho e do novo Tupinambá, como forma de colaborar com a promoção do direito à diferença, com o justo respeito às nossas culturas e lutas políticas, em um país que foi inventado e extruturado tomando como base a nossa exclusão.

Dessa forma, o nosso desejo e de todos os povos indígenas, é a efetivação da decolonialidade, com o Estado brasileiro protegendo e promovendo a diversidade sociocultural, tomando como base o cumprimento das leis e decretos sobre a demarcação de nossos territórios, a oferta da educação escolar específica, intercultural e diferenciadas em nossas escolas, em suam, a escuta de nossas lideranças, no atendimento do que está previsto na Constituição de 1988.

A decolonialidade está presente na nossa pesquisa, mostrando como a partir da carta de Caminha, foram apresentadas outras narrativas que seguindo a mesma linha ideológica, alimentaram e influenciaram a construção de um imaginário marcado pela construção de estereótipos, que como alerta Homi Bhabha (2003), precisa ser visto como um dispositivo estratégico do poder no discurso colonial, cujo objetivo, segundo ele,

é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. (...) Estou me referindo a uma forma de governamentalidade, que ao delimitar uma “nação sujeita”, apropria, dirige e domina suas várias esferas de atividade. (...) o discurso colonial produz o colonizado como uma realidade social que é ao mesmo tempo um outro e assim inteiramente apreensível e visível (BHABHA, 2003, p. 111).

O escriba da Coroa portuguesa frequentemente utilizou termos como "gente", "homens" e "mulheres", "pardos" destacando, com base em nossas características físicas e comportamentais, que eramos "inocentes", por andarmos nus, sem qualquer vergonha, vivendo com simplicidade e falta de malícia.

Essa descrição reflete a visão europeia daquela época e é importante para entendermos o contexto histórico do que acabou sendo definido na historiografia como "descobrimento" do Brasil. Temos uma visão tendenciosa sobre como os portugueses instituíram seu plano colonial. Na condição de invasor/colonizador, a terra onde aportaram e a qual desconheciam suscita a imaginação e o desejo de viver em um mundo novo de fartura e isso foi terreno fértil para se efetivar finalmente a esperada expansão do reino português. Como destacam Oliveira e Freire, para os europeus, que vinham de um continente abalado e em crise.

o novo mundo torna-se o mito de um paraíso místico e transcendente numa terra caracterizada pela exuberância da paisagem, riquezas abundantes e clima favorável, criando no imaginário dos colonizadores o melhor dos cenários para se viver e que gostariam de encontrar (Oliveira; Freire, 2006, p. 32).

As narrativas sobre os primeiros contatos estabelecidos com os povos nativos passam do deslumbramento, no momento inicial, para a assimilação cultural no processo de conquista, buscando a nossa conversão à cultura europeia, através de práticas como a catequese, levada a cabo pelos jesuítas aqui instalados.

A apresentação do nosso povo como “inocente” pode até ser considerada como uma licença poética na carta de Pero Vaz de Caminha, mas converteu-se logo em um estigma no projeto colonial, imbricado e emaranhado em controvérsias, como pode ser visto nos registros deixados pelos jesuítas nas suas “cartas avulsas”, nos livros e diversos tipos de relatos e imagens apresentados por viajantes e nobres portugueses, franceses, alemães, espanhóis e holandeses, que visitaram ou se instalaram na então colônia portuguesa, dando os contornos do que se passou a definir como Novo Mundo. Como destaca Fulkaxó (2019)

Os cronistas foram responsáveis por grande parte dessa produção literária sobre o Brasil nos períodos pré e pós-colonial. Devemos reconhecer, sem perder de vista o etnocentrismo que reveste os seus discursos, sua contribuição para a memória histórica da formação do pensamento do povo brasileiro. Dentre eles destacam-se o padre franciscano André Thevet; o missionário jesuíta português Fernão Cardim; o escritor português Gabriel Soares de Souza (e também agricultor, empresário e historiador); o alemão Hans Staden (viajante, marinheiro e cronista); o francês Jean de Léry, missionário protestante, explorador, teólogo e escritor de viagens; o padre jesuíta espanhol José de Anchieta; o padre jesuíta português Manoel da Nóbrega; o navegador português Pero Lopes de Souza; o historiador, gramático e cronista português Pero de Magalhães Gandavo, entre tantos outros que, através de suas cartas, muito resguardaram daquilo que viram no Brasil colonial. As cartas avulsas, válido ressaltar, também se constituem em um importante acervo histórico sobre o que e como pensavam os portugueses acerca do Brasil e seu povo (Fulkaxó, 2019, p.35-36).

Os relatos sobre a nova terra enquanto paraíso terrestre – terra com dimensões continentais, com um potencial de grandes riquezas – varreram as mentes dos portugueses e logo chamaram a atenção de outros países europeus. Assim, franceses, espanhóis, alemães e holandeses passaram a fazer parte do desejo de viver no paraíso terrestre anunciado por Caminha e referendado por todos esses atores. Essas novas invasões, ou se pudermos falar sem criar um pleonasma as “invasões da invasão”, não foram difíceis devido às dimensões territoriais e ao vasto litoral que é uma característica cartográfica da área reivindicada pelos portugueses tomando como base no Tratado de Tordesilhas. Dessa forma, foram

estabelecidas bases operacionais de diversos países em muitas localidades ao longo da costa desse vasto território. Obviamente, esses invasores estavam interessados na exploração das riquezas minerais e naturais, verdadeiros tesouros que, inclusive, atraíram piratas e corsários que pilhavam os navios europeus que transportavam o esbulho dos produtos pilhados e retirados do Brasil.

Os franceses estão entre os agentes europeus mais bem sucedidos em seu projeto expansionista sobre as terras reivindicadas por Portugal, constituindo no atual estado do Rio de Janeiro, na baía de Guanabara, a França Antártica, onde merece destaque um importante personagem, o missionário calvinista Jean de Léry, que é autor do livro e *Viagem à terra do Brasil*, escrito em 1576, no qual descreve de forma minuciosa a sua convivência como o povo Tupinambá, no qual encontramos o precioso diálogo travado por ele com um velo Tupinambá, que é uma referência fundamental para pensarmos a economia e a visão de mundo europeia a partir de uma perspectiva indígena.

Outro personagem francês importante nessa empreitada colonial foi o padre franciscano André Thevet, que, assim como Léry, veio acompanhando as tropas francesas que se instalaram na baía de Guanabara durante o século XVI (Figura 2). Ele deixou muitas das suas impressões sobre os Tupinambá e seu território registradas na obra *As singularidades da França Antártica* (1557). Thevet apresenta sua visão sobre a terra, a flora, a fauna e nossos ancestrais. São relatos fantasiosos dirigidos com forte tendência religiosa e carregados pelo etnocentrismo peculiar aos que vieram da Europa.

Esses escritos revelaram suas percepções eurocêntricas acerca da religião, crença e cultura do nosso povo. Essas considerações contribuíram de forma significativa na formação do imaginário fantasioso que se criou sobre o povo Tupinambá e os demais povos indígenas, que tanto nos afetou e permanece trazendo prejuízos até os dias atuais. O excerto abaixo dá conta dessa visão estereotipada:

[...] essa região era e ainda é habitada por estranhíssimos povos selvagens, sem fé, sem lei, religião e nem civilização alguma, vivendo antes como animais irracionais, assim como os fez a natureza [...] à espera do dia em que o contato com os cristãos lhes extirpe esta brutalidade, adotando um procedimento mais civilizado e humano. É por isso que devemos louvar ao Criador por ter permitido que possuíssemos uma ideia mais clara das coisas, não deixando que fôssemos brutais como estes pobres gentios (Thevet, 1978, p. 98 *apud* Steigleder, 2010, p. 76).

### AS INVASÕES FRANCESAS



Fonte: SOS

Assessoria (2019)

Estudante

Oliveira e Freire (2006) apresentam e destacam as curiosidades de Léry, Pero de Magalhães Gandavo, Hans Staden e André Thevet que, em diferentes estilos de linguagem, associaram imagens e textos aos seus relatos para descrever condições e costumes dos povos indígenas, descrevendo as aldeias e o comportamento dos nossos ancestrais nas guerras e no cotidiano dentro de uma visão puramente europeia. Gandavo (1980 *apud* Oliveira; Freire, 2006) interpretou o modo de vida indígena de uma forma que se tornou recorrente entre os cronistas. As narrativas de Thevet, quanto aos modos de vida dos povos Tupinambá que habitavam a costa do Rio de Janeiro do século XVI, assemelham-se às narrativas de Gabriel Soares de Souza, conforme Oliveira e Freire (2006) na obra *A Presença Indígena na Formação do Brasil*, onde ressaltam que Gabriel Soares de Souza (1587) bem como Gândavo (2004) teriam interpretado o modo de vida indígena de uma forma que se tornou recorrente entre os cronistas, tendo destacado nos seus relatos que a falta das letras F, L e R nas línguas indígenas, o que implicaria numa sociedade sem fé, sem lei e sem rei, seguindo a linha discursiva de Thevet (Oliveira; Freire, 2006).

A língua de que usam toda pela costa uma [...]. Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela f, nem l, nem R, cousa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei: e desta maneira vivem desordenadamente sem terem além desta conta, nem peso, nem medida (Gândavo, 2004, p. 135).

Ainda segundo Oliveira e Freire (2006), esses cronistas produziram um vasto material que agrega narrativas com elementos históricos e geográficos, que tratam sobre os recursos naturais observados nas regiões por eles visitadas na época em que os relatos foram feitos. Com as devidas ressalvas, eles seguiram o modelo clássico de escrita da época – literatura do século XVI –, trazendo assim a contaminação de fatos verídicos com a sua imaginação pessoal, como o fez Pero Vaz de Caminha (Oliveira; Freire, 2006).

O viajante Pero de Magalhães Gandavo, em 1576, publicou a obra *História da Província de Santa Cruz e que vulgarmente chamamos Brasil* (Figura 3), no qual, além dos aspectos linguísticos, relata vários aspectos da história natural, descrevendo as diversas culturas dos povos indígenas, uma obra que ficou marcada e conhecida pela sua discordância com os dados da colônia portuguesa. O autor relata que o nome Brasil foi dado em substituição ao nome Terra de Santa Cruz, dado por Cabral em homenagem à Ordem de Cristo, uma entidade sociopolítica conhecida como a Santa Cruz dos Templários, que detinha grande poder e prestígio na Corte portuguesa, uma sociedade política e religiosa, aos moldes da maçonaria, à qual Cabral pertencia, assim como muitos nobres europeus.

[...] por deixar nome aquela província, por ele novamente descoberta, mandou [Cabral] alçar uma Cruz no mais alto lugar de uma árvore, onde foi arvorada com grande solenidade e benzer os de Sacerdotes que levava em sua companhia, dando a terra este nome de Santa Cruz, cuja festa celebrava naquele mesmo dia a santa madre Igreja (que era aos três de Maio). O que não parece carecer de mistério, porque assim como nestes Reinos de Portugal trazem a Cruz no peito por insígnia da ordem e cavalaria de Cristo, assim prouve a ele [Cristo] que esta terra se descobrisse a tempo que o tal nome lhe pudesse ser dado neste santo dia, pois havia de ser possuída de Portugueses, e ficar por herança de patrimônio ao Mestrado da mesma ordem de Cristo (Gândavo, 2008, p. 92).

**Figura 3** - História da Província de Santa Cruz e que vulgarmente chamamos Brasil



Fonte: Wikipédia (2007)<sup>1</sup>

Outro importante cronista foi o padre jesuíta Fernão Cardim (1540?-1625), cujos escritos foram reproduzidos posteriormente por Varnhagen (1847). Cardim esteve no Brasil por dois períodos, tendo inclusive, no último deles em 1625, vindo a falecer no estado da Bahia. Seus manuscritos que foram escritos como tratados: *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (Figura 4) e *Tratado do Princípio e Origem dos Índios do Brasil* (Figura 5), e mais duas cartas, foram os primeiros escritos de Cardim que foram publicados em português, no século XIX. O historiador Adolfo de Varnhagen, organizou uma publicação sob o título de Narrativa epistolar de uma missão jesuítica. Reunindo assim um acervo literário que mantém o mesmo padrão literário dos demais, relatando sentimentos e impressões do seu autor, apresenta uma forma de escrita mais adequada, sendo menos agressiva, perpassando entre o poético para o misterioso conforme citação abaixo:

Terepomonga é uma cobra que anda no mar; o seu modo de viver é deixar-se estar muito queda e qualquer coisa viva que lhe toca nela tão fortemente apegada, que de nenhuma maneira se pode bulir, e desta maneira come, e se sustenta; algumas vezes sai fora do mar, e torna-se muito pequena, tanto que a tocam, pega, e se vão com a outra mão para desapegarem ficam também pegados por ela, e depois faz-se tão grossa como um bom tirante, e assim

<sup>1</sup> Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/História\\_da\\_Prov%C3%ADncia\\_Santa\\_Cruz#/media/Ficheiro:Pero\\_de\\_Magalhães\\_Gandavo,\\_l'Historia\\_da\\_provincia\\_Sancta\\_Cruz.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/História_da_Prov%C3%ADncia_Santa_Cruz#/media/Ficheiro:Pero_de_Magalhães_Gandavo,_l'Historia_da_provincia_Sancta_Cruz.jpg). Acesso em: 10 out. 2023.

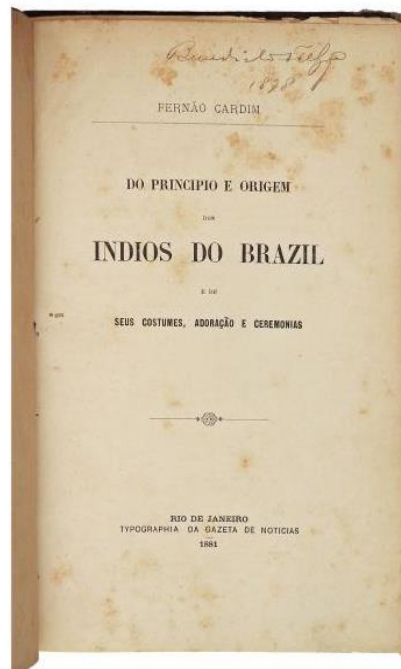
leva a pessoa para o mar e a come; e por pegar muito se chama Terepomonga, sc. cousa que pega (Cardim, 2009, p.150).

**Figura 4** - Tratados da Terra e Gente do Brasil



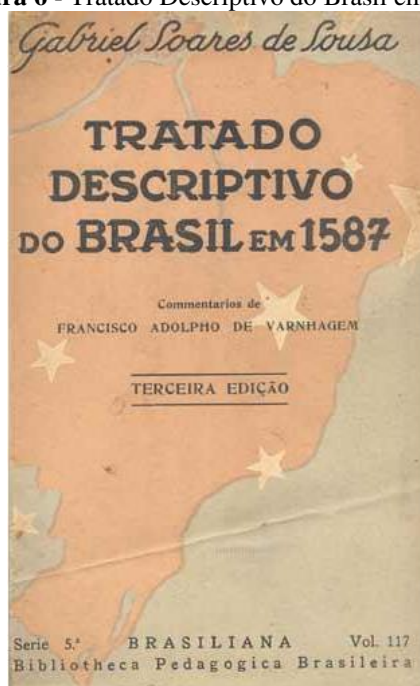
**Fonte:** Biblioteca Brasileira e Guita José Mindlin (s.d.)

**Figura 5** - Tratado do Princípio e Origem dos Índios do Brasil



**Fonte:** Harpya Leilões (s.d.)

O trabalho do português Gabriel Soares de Souza é destacado por muitos historiadores pela publicação da sua obra *Tratado Descritivo do Brasil* (1587), que apresenta um caráter descritivo e, assim, enciclopédico. Nesse tratado, Souza (1587) apresenta uma narrativa pessoal, descreve com riqueza desde aspectos do cultivo agrícola até as qualidades medicinais do fumo, assim como os costumes dos povos indígenas sem devaneios ou discursos semelhantes aos que se apresentaram aqui. Gabriel Soares de Souza foi um fazendeiro, sua obra é referenciada por Oliveira e Freire (2006) como um bom exemplo de trabalho geográfico descritivo, superior à Cartografia Brasílica, de Aires de Casal. Ainda segundo Fabrício Meira de Oliveira (2010), Gabriel fala exclusivamente dos Tupinambá, sem generalizar para outros povos, ressaltando que esses são amigos das lavouras.

**Figura 6 - Tratado Descritivo do Brasil em 1587**

**Fonte:** Taquiprati (2020)

Logo após a invasão em 1500, inicia-se o período colonial que perdurou até 1822, quando da proclamação da Independência. Durante todo esse período, passamos por diversos escritos, em formatos diferentes como as famosas cartas avulsas, pelas narrativas dos inúmeros cronistas, livros foram impressos, matérias jornalísticas foram publicadas de forma que, nesses 320 anos, muito material foi produzido, prevalecendo o etnocentrismo, racismo, eurocentrismo, preconceitos e discriminações que resultaram em impressões negativas e equivocadas dos padrões culturais dos nossos povo, desconhecendo que essas práticas culturais foram sempre interpretadas pela ótica de um padrão dominante, de forma desleal, o que as torna absurdas.

Embora os estudos sociológicos e antropológicos entendam o etnocentrismo como um comportamento natural, universal e decorrente da crença de que a própria sociedade é o centro da humanidade, não podemos deixar de lado o fato de que o etnocentrismo nos leva a julgamentos e comportamentos estereotipados quanto ao entendimento e a aceitação de outras culturas. Dentro desse clima e a partir desses discursos, construiu-se o imaginário colonial que vem influenciando o entendimento das culturas dos povos originários de todo o povo brasileiro.

Conforme nos propusemos, neste capítulo introdutório, apresentamos como a carta de Pero Vaz de Caminha veio a influenciar toda a produção de conteúdo literário por séculos, e que ela, juntamente com tantos outros relatos, reuniu imagens negativas sobre os povos indígenas. O farto material produzido durante o período colonial, claramente etnocêntrico, frutificou-se a partir de uma visão de mundo europeia e dos seus interesses econômicos, dentro

do seu projeto de colonialidade aqui imposto e de acordo com essa visão de políticas territoriais propostas pelos projetos ultramarinos, com forte conotação religiosa como uma das marcas indeléveis do invasor/colonizador. Essas atitudes suscitaram as práticas e se tornaram a justificativa ideal e necessária para a usurpação territorial, o esbulho, a escravização, submissão, tortura e extermínio de milhões de indivíduos da população dos povos originários do Brasil.

## 2 REFERENCIAL TEORICO

Esta seção propõe-se a apresentar e descrever elementos necessários para alicerçar contextualizar de forma a legitimar e consubstanciar tanto o meu lugar de fala, como pesquisador e como indígena, quanto a presença dos nossos povos na Bahia, do litoral norte ao agreste baiano, de norte a sul, assim como a existência da nossa aldeia e de outras em regiões circunvizinhas, mas também, apresenta uma revisão da literatura sobre o objeto proposto, apresentando uma abordagem que dialogue com a problematização do colonialismo/colonialidade e sua importância para a academia, para os movimentos sociais e principalmente para a educação enriquecendo assim a base conceitual e levando consistência para os objetivos desse trabalho.

### 2.1 OS POVOS ORIGINÁRIOS NA BAHIA

Na Bahia, assim como em todo Brasil, a história apresenta as mesmas configurações quanto aos aspectos da invasão e colonização. Tendo sido na Bahia, em abril de 1500, o desembarque dos primeiros portugueses. Isso pode ser observado a partir do relato de Pero Vaz de Caminha na carta ao rei de Portugal, onde descreve as peculiaridades do modo de vida e costumes dos nossos antepassados. Esse relato o auto intitulou como “escritor” da história da nossa terra e do nosso povo, dentro de uma visão ideológica, etnocêntrica e eurocêntrica, além de unilateral. Muitos foram os relatos feitos pelos chamados cronistas, viajantes, bandeirantes e pelos jesuítas com suas famosas cartas avulsas. Escritos esses que contribuíram para a formação de um imaginário falso que perdura até os tempos atuais, transformando a vida e a cultura de diversos povos que habitavam Pindorama.

A região da Bahia era habitada por povos diversos conforme relatam antropólogos, historiadores e especialistas. Assim considerando o ponto de vista sobre a história dos primeiros contatos dos povos indígenas na Bahia com os agentes coloniais, podemos encontrar a esse respeito, no livro *História dos Índios no Brasil*, no capítulo intitulado *Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico*, que trata da história indígena no Nordeste, de autoria de Dantas, Sampaio e Carvalho:

Os tradicionais povoadores da Bahia de Todos os Santos teriam sido os Tapuia, dela expulsos pelos seus contrários tupinaé, que descem do sertão atraídos pela fartura de terra e mar dessa província. Os Tupinaé, por sua vez, seriam desalojados pelos Tupinambá que, procedentes de além do rio São Francisco lhes farão oposição e se transformarão em senhores da terra. Desse modo os Tupinaé teriam retornado ao

sertão e se defrontado com os seus inimigos Tapuia (Soares de Souza, 1971:299-300). Assim é que, ao chegar Nóbrega ao Brasil, em março de 1549, em companhia de Tomé de Souza, assinalará as constantes guerras que movem entre si as várias tribos e concluirá que sua honra consiste em "terem muitas mulheres e matarem os inimigos" (1988:90).

Refere-se, pois, Nóbrega aos Tupinambá, tidos como "muito belicosos, muito amigos de novidades, e demasiadamente luxuriosos, e grandes caçadores e pescadores, e amigos de lavouras" (Soares de Souza, op. cit.:300). Ao dominarem a Bahia de Todos os Santos, ter-se-iam estabelecido em aldeias separadas, aqueles moradores entre o rio de São Francisco e o rio Real guerreando com aqueles situados desde este rio até a Bahia, e os habitantes do sítio da cidade declarando-se inimigos dos estabelecidos do lado oposto da Bahia de Todos os Santos, nos limites dos rios Paraguaçu e Sergipe do Conde. Assim, não obstante fossem todos falantes da mesma língua, distinguiam-se uns dos outros e guerreavam (op. cit.: 299-301). A morte canibialística de inimigos, requisito masculino primordial, expressava, conseqüentemente, as diferenças e "confirmava os ódios" (Gandavo, 1980:55), realizando-se por vingança (Soares de Souza, op. cit.:328) (Dantas; Sampaio; Carvalho, 1992).

A invasão e colonização do Brasil pelos portugueses foi um processo complexo e fez parte de um projeto expansionista europeu a partir do século XVI, com efeitos que perduram até os dias atuais.

Os portugueses chegaram em Pindorama e aqui se instalaram em busca de explorar riquezas, praticar o esbulho e conduzir um processo que visava a escravização dos nossos povos. Por sua vez, Maria do Rosário de Carvalho e Ana Magda Carvalho (2012), na obra *Índios e Caboclos: a história recontada*, apresentam a presença indígena na Bahia, contrariando a versão que muitos anos foi tida como oficial de que os povos indígenas, especialmente do Nordeste, teriam sido exterminados ou assimilados. Maria do Rosário, por sua vez, é reconhecida por suas pesquisas sobre a história da colonização portuguesa no Brasil, procedendo importantes análises sobre os processos de invasão, exploração e colonização, bem como as relações entre colonizadores e indígenas.

Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1998), em sua tese de doutorado, aborda a conquista dos territórios indígenas no Brasil, com ênfase na luta pela demarcação e preservação das terras indígenas. Ela discute a importância dos territórios indígenas para a identidade e a sobrevivência dos povos originários.

Manuela Carneiro da Cunha, organizadora da obra *História dos Índios no Brasil* (1992), é uma antropóloga, pesquisadora e estudiosa luso-brasileira, sendo uma das mais respeitadas referências sobre etnologia e antropologia histórica. É reconhecidamente uma importante intelectual e militante do direito dos povos indígenas do Brasil.

Esses autores contribuem para uma compreensão mais ampla e crítica da invasão e colonização do Brasil pelos portugueses, com ênfase na Bahia. Suas obras oferecem análises

históricas, sociais e culturais sobre o tema, destacando a importância de considerar as perspectivas indígenas e a luta pela preservação dos territórios indígenas.

Todos os pesquisadores e pesquisadoras aqui referenciados apresentam estudos consistentes e sérios, corroborando com uma realidade inquestionável de que os povos encontrados no litoral da Bahia pelo europeu eram povos da família linguística Tupi-Guarani, que ali já se localizava cerca de dois séculos antes da chegada dos portugueses. Povos que haviam expulsado os povos Gês, também conhecidos como Tapuias, de acordo com o apresentado acima por Dantas, Sampaio e Carvalho (1992) e conforme também descrito por Theodoro Sampaio (1987). Segundo Sampaio (1987), além dos Gês que também eram conhecidos como ‘Cram’, expulsos da faixa litorânea pelos Tupinambá, ainda habitavam o território baiano uma série de outros povos, a saber: Acróas, Aimorés, Caiapós, Cariris, Camacã, Galaches, Maracás, Pataxós, Payayá, Procás, Sapuyá, Tapuia, Tupiniquim, dentre outros. Portanto, diante de tamanha diversidade – e se pegarmos somente os Cariris, Tupinambá e Gês – podemos entender que, apenas esses três povos, pertencentes a três nações diferentes, carregavam uma enorme diversidade cultural, inclusive linguística, três grupos linguísticos diferentes: Tupi, Gês e Cariri. Dessa forma, a história e a cultura dos nossos povos se mantêm vivas e presentes na vida cotidiana do povo baiano até os dias atuais, basta que observemos as influências linguísticas e culturais na culinária, nos ritos religiosos, nas danças, nos cantos etc., que carregam grande influência dos nossos antepassados indígenas.

Uma história que precisa ser escrita e contada novamente, mas de uma outra forma, de um lugar de fala legítimo, decolonial, corrigindo as inverdades e injustiças que nos foram atribuídas por mais de cinco séculos. É este o objetivo que nos move ao “escarafunchar”, “escavar”, “esmiuçar” essa história em um trabalho quase que arqueológico, investindo um valioso tempo em pesquisas como esta, que possam dar conta de uma história contada a partir do nosso ponto de vista, assumindo esse protagonismo que nos foi negado e nos é devido.

Segundo o historiador indígena Olívio Jekupé (2020), dentre os povos que habitavam o território baiano, estavam também os Tupinikim<sup>2</sup>. O autor afirma que os Tupinambá e os Tupinikim, que habitavam os territórios baiano e pernambucano, tinham uma agricultura bem desenvolvida e eram exímios caçadores, motivos pelos quais não nos interessamos na época pelas grandes fazendas, onde apenas era usada a nossa mão de obra. O autor ainda afirma que produzíamos nossos alimentos de forma abundante, gerando inclusive excesso, com os quais fazíamos permutas. Fatos que contestam e desmentem completamente as afirmações de

---

<sup>2</sup> O termo pode ser encontrado nas grafias “tupinikim” ou “tupiniquim”, nesse caso, buscou-se respeitar a grafia utilizada pelo autor Olívio Jekupé (2020).

Varnhagen de que nós éramos selvagens, sem história, e que sequer tínhamos a capacidade para o trabalho decorrente do uso da força, um estereótipo construído para nos desqualificar e diminuir, declarando-nos como preguiçosos, indolentes e incapazes. Jekupé (2020) traz em seu relato que esses povos se destacavam pela tecnologia agrícola e pelas habilidades desenvolvidas no manejo da floresta, inclusive com a caça e a pesca, trabalhando para a subsistência de suas comunidades e com consciência econômica de não acumulação. É dentro desse aspecto que vale a pena ressaltar a visão de economia que regia a nossa sociedade, o que pode ser melhor entendido com a observância do que Jorge Caldeira (1995) intitula de “teoria do valor Tupinambá”, que segundo ele pode ser observada a partir de um relato feito pelo francês Jean de Léry no século XVI, onde um velho Tupinambá questiona a necessidade de transportar tanta madeira (Pau Brasil) para a Europa, na sua concepção serviria como lenha.

*A teoria do valor Tupinambá* (1995) é uma abordagem que busca compreender como o povo Tupinambá, que viviam na Baía de Guanabara em convívio próximo com os franceses, percebiam e valorizavam diferentes aspectos de sua realidade, como a natureza, trabalho, trocas comerciais e relações sociais. Caldeira (1995) explora a visão de mundo e os sistemas de valores dos Tupinambá, oferecendo uma perspectiva histórica e antropológica sobre a economia indígena.

Para obter uma análise mais aprofundada do texto e do pensamento de Jorge Caldeira, recomenda-se a leitura direta da obra em questão, que aqui ofereço um pequeno resumo em tópicos.

Relata Léry em seus registros as ideias de um ancião Tupinambá:

Uma vez um velho perguntou-me: 'Por que vindes vós outros, maírs e perôs [franceses e portugueses] buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra?'. Respondi que tínhamos muita, mas não daquela qualidade, e que não a queimamos, como ele o supunha, mas dela extraímos tinta para tingir, tal qual o faziam eles com os seus cordões de algodão e suas plumas. “

“Retrucou o velho imediatamente: 'E porventura precisais de muito?'. 'Sim', respondi-lhe, 'pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados'. 'Ah!', retrucou o selvagem, 'tu me contas maravilhas', acrescentando depois de bem compreender o que eu lhe dissera: 'Mas esse homem tão rico de que me falas não morre?'. 'Sim', disse eu, 'morre como os outros'.”

“Mas os selvagens são grandes discursadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim, por isso perguntou-me de novo: 'E quando morrem, para quem fica o que deixam?'. 'Para seus filhos, se os têm', respondi. 'Na falta destes, para os irmãos ou parentes mais próximos'. 'Na verdade', continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo, 'agora vejo que vós outros

maírs sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que, depois da nossa morte, a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados (Caldeira, 1995).

A reprodução do argumento inteiro a respeito de assuntos complicados como economia era extremamente rara nos tempos de Jean de Léry. Tão rara que este é um dos únicos textos do século XVI capazes de permitir um registro respeitável das ideias Tupinambá. Esse trecho, especificamente, contém o núcleo do coração do pensamento econômico: uma teoria do valor completo. Para o velho tupinambá, o axioma máximo da economia era a preservação dos bens na Terra, capaz de guardar como ninguém os tesouros para alimentar e nutrir as gerações futuras. As evidências são fartas e provam, de maneira irrefutável, não apenas a presença dos povos da família linguística Tupi Guarani, que se deslocaram da região amazônica, no atual estado de Rondônia para a costa atlântica, Centro Oeste e Sul do Brasil, de forma que poderíamos aprofundar muito este tema, o que não é objeto dessa pesquisa, assim apenas para manter o registro e a referência vale a pena conhecer a tese apresentada para Concurso de Título de Livre-Docente do Museu de Arqueologia e Etnologia Universidade de São Paulo, que deu origem ao livro *Sob os Tempos do Equinócio* (2012) de Eduardo Neves, renomado arqueólogo brasileiro especializado na região amazônica. A obra aborda a história da ocupação humana na Amazônia Central ao longo de 8 mil anos, explorando as transformações sociais, culturais e ambientais que ocorreram nessa região durante esse período.

Neves (2012) utiliza dados arqueológicos, etno-históricos e outras fontes para reconstruir a história da Amazônia Central, analisando as mudanças nas práticas sociais, tecnológicas e econômicas das populações que habitaram a região ao longo dos milênios. A obra pode oferecer *insights* valiosos sobre a diversidade cultural e a dinâmica histórica da Amazônia Central, contribuindo para o entendimento da ocupação humana na região, apresentando evidências dessa ocupação e o quadro no Holoceno médio.

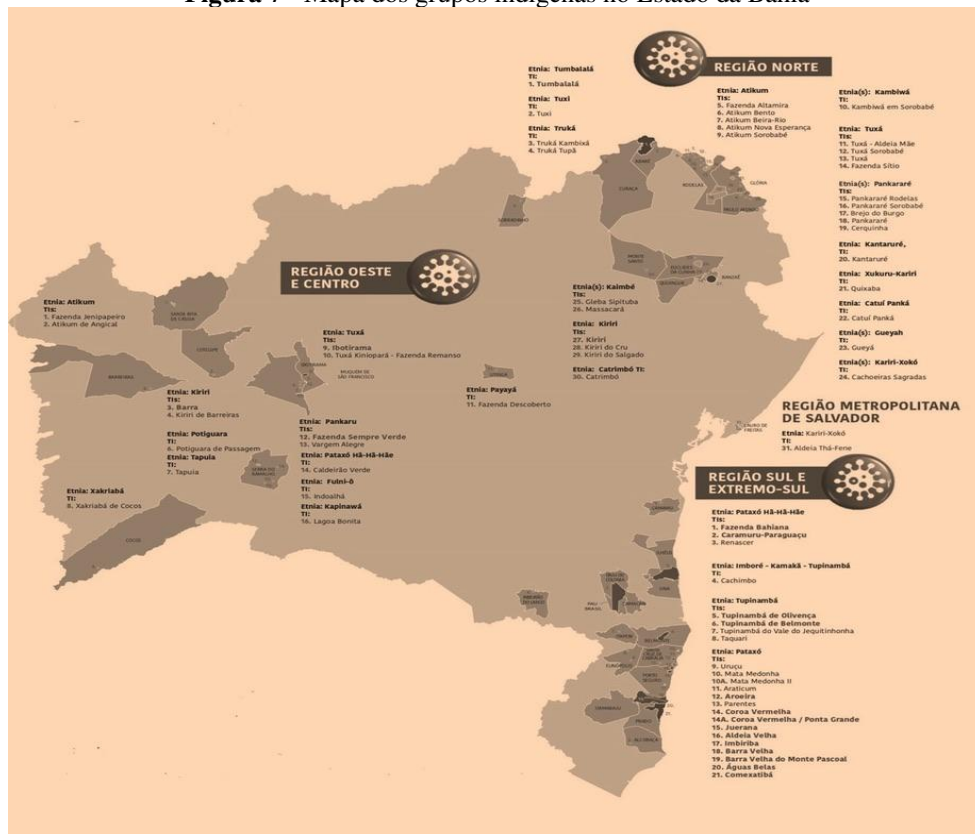
A ocupação humana da Amazônia é tão antiga quanto em outras áreas da América do Sul, pelo menos no que se refere à época de transição entre o Pleistoceno e o Holoceno. Essas evidências são importantes porque mostram que não houve impedimentos à ocupação da floresta tropical por grupos que não praticavam agricultura, ao contrário do proposto por antropólogos como Bailey e Headland na década de 80 (Headland & Bailey 1991). Para esses autores, que realizaram pesquisas etnográficas entre grupos caçadores-coletores na África e Ásia equatoriais, tais populações não conseguiam manter suas economias produtivas sem o aporte de carboidratos resultantes do

consumo de tubérculos domesticados e cultivados por populações agricultoras, com as quais trocavam produtos da floresta. Tal hipótese foi posteriormente explorada por Clive Gamble (1993), que propôs que as áreas de florestas tropicais teriam sido alguns dos últimos habitats ocupados pelo *Homo sapiens* em seu processo de ocupação do planeta. De fato, se a hipótese de Bailey e Headland estiver correta, as florestas tropicais úmidas só teriam sido ocupadas após o advento da agricultura, na transição Pleistoceno-Holoceno (Neves, 2012, p. 65).

Mais importante ainda são as contundentes provas de que nós, enquanto povos indígenas, habitualmente mantemos a prática da agricultura há milênios, o que mais uma vez joga por terra tanto as afirmações de Caminha na sua carta como as de Francisco Adolfo Varnhagen.

Na verdade, todo esse processo favoreceu, através de um duro aprendizado, o fortalecimento de nossos povos e terminou nos unindo hoje em um grande movimento social e político organizado nas lutas por nossos direitos, com grande ênfase na luta pelos territórios através da demarcação. A exposição dos mapas que apresentamos abaixo constitui prova cabal da nossa existência nos mais variados territórios baianos.

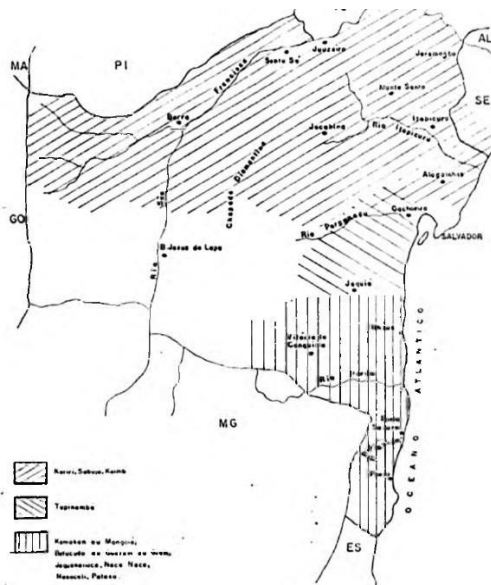
**Figura 7 - Mapa dos grupos indígenas no Estado da Bahia**



**Fonte:** Associação Nacional de Ação Indígena (ANAI) (2020)

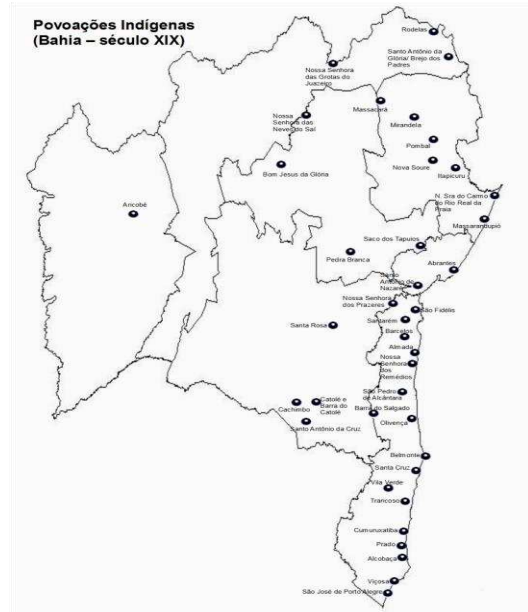
O mapa acima (Figura 7) foi constituído pela Associação Nacional de Ação Indígena (ANAI) durante o período da pandemia e apresenta a presença dos nossos povos na atualidade. Os mapas apresentados abaixo, embora não tenham uma boa qualidade visual, apresentam a presença de nossos povos no território baiano no século XIX.

**Figura 8** - Mapa dos grupos indígenas da Província da Bahia 1850-1882



**Fonte:** Dórea, 1976 *apud* Santos, 1988, p. 48.

**Figura 9** - Mapa Povoações Indígenas na Bahia no século XIX



**Fonte:** Rego, 2014, p. 380.

Nesses mapas (Figura 8 e 9), evidencia-se de forma cartográfica a nossa presença histórica enquanto povos originários em diversas microrregiões da Bahia, dando ênfase à nossa presença nas regiões do litoral norte e agreste baiano, onde persistimos com a retomada Tupinambá, assim como nas regiões circunvizinhas. Essas cartografias foram construídas no período do Brasil Império objetivando demarcar as regiões do estado da Bahia que possuíam presença indígena para constituir os aldeamentos no processo de “descimento” a que fomos submetidos como mais uma ferramenta genocida contra nós.

Segundo Cunha (1992), a chegada do Pe. Manuel da Nóbrega em 1540 junto com Tomé de Souza explicita a nossa presença em território baiano conforme pode-se ver no livro *História dos Índios no Brasil*, que aqui usamos novamente demonstrando a nossa presença efetivamente no estado da Bahia: “assim é que, ao chegar Nobrega ao Brasil, em março de 1549, em companhia de Tomé de Souza, assinalará as constantes guerras que movem entre si as várias tribos e concluirá que sua honra consiste em ‘terem muitas mulheres e matarem os inimigos’ (1988:90)” (Cunha, 1992, p. 435). A autora ainda prossegue no seguinte excerto:

Refere-se, pois, Nobrega aos Tupinambá, tidos como "muito belicosos, muito amigos de novidades, e demasiadamente luxuriosos, e grandes caçadores e pescadores, e amigos de lavouras" (Soares de Souza, op. cit.:300). Ao dominarem a Bahia de Todos os Santos, ter-se-iam estabelecido em aldeias separadas, aqueles moradores entre o rio de São Francisco e o rio Real guerreando com aqueles situados desde este rio até a Bahia, e os habitantes do sitio da cidade declarando-se inimigos dos estabelecidos do lado oposto da Bahia de Todos os Santos, nos limites dos rios Paraguaçu e Sergipe do Conde. Assim, não obstante fossem todos falantes da mesma língua, distinguiam-se uns dos outros e guerreavam (op. cit.: 299-301). A morte canibialística de inimigos, requisito masculino primordial, expressava, conseqüentemente, as diferenças e "confirmava os ódios" (Gandavo, 1980:55), realizando-se por vingança (Soares de Souza, op. cit.:328) (Cunha, 1992, p. 435).

Segundo Sampaio (2000), em seu artigo *Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território pataxó do Monte Pascoal*, aborda a história da presença indígena na região do extremo sul da Bahia, com foco especial na questão do território Pataxó do Monte Pascoal. Nesse sentido, ele contextualiza a importância histórica e cultural dos povos indígenas na região, destacando a diversidade étnica e cultural desses povos, e ressaltando a relevância do território Pataxó do Monte Pascoal como um local de grande significado para a identidade e a história desse povo.

Sampaio (2000) traça um panorama sobre a ocupação indígena no extremo sul baiano, desde os povos pré-coloniais até a chegada dos colonizadores europeus, discutindo os impactos da colonização sobre nós, povos indígenas, com ênfase no povo Pataxó, e mostrando os revezes sofridos, como a violência, a exploração e a perda de território, ainda que traga a abordagem da resistência dos nossos povos frente à colonização, destacando a importância da luta pela demarcação e garantia dos nossos territórios tradicionais. Neste momento, é importante que se possa verificar, através deste trabalho, a nossa presença enquanto povos originários na região e, conseqüentemente, no estado da Bahia, desde a invasão perpetrada por Portugal, no início do século XVI, até a importância atual dos processos demarcatórios na busca pelo reconhecimento dos direitos constitucionais adquiridos, bem como as conquistas e avanços nesse processo:

Antes, porém, é necessário caracterizar um pouco melhor esses dois grandes conjuntos sociais indígenas. Não se trata aqui, evidentemente, de dar conta das formas múltiplas e frequentemente complexas da sua organização social e econômica, mas tão somente assinalar alguns aspectos que me parecem importantes para a compreensão do processo colonial. Assim, enquanto os Tupi tendiam a se concentrar em aldeias estáveis, relativamente grandes, onde poderiam viver de mil a três mil indivíduos e, em alguns casos, até muito mais, os povos do interior organizavam-se em pequenos bandos de apenas algumas famílias, algo em torno de dezenas ou, no máximo, não muito mais que uma

centena de indivíduos, o que lhes facultava uma grande mobilidade, raramente adotando um mesmo local de moradia pôr mais que uma estação agrícola e, ainda durante tal período, com grande movimentação ao derredor.

É evidente que, com tais características, a caça e a coleta tinham, proporcionalmente, mais destaque na economia destes grupos que a agricultura; e que o oposto se dava no caso dos Tupi costeiros, mais sedentários e capazes de exercer um domínio mais estável sobre um território específico, onde plantavam suas grandes roças de mandioca e milho, intercaladas [...] (Sampaio, 1999, p. 282-283).

Sampaio (1999) também analisa as políticas indigenistas adotadas pelo Estado brasileiro ao longo do tempo e sua relação com a questão do território Pataxó do Monte Pascoal. Nesse sentido, o autor discute a importância de políticas públicas que garantam a proteção e a preservação dos territórios indígenas, bem como o respeito à cultura e aos direitos dos povos originários, tratando inclusive dos problemas demarcatórios atuais. Em seus escritos, é possível verificar a presença dos nossos povos na região:

Os povos indígenas do atual Extremo Sul baiano são personagens marcantes já do primeiro documento da história do Brasil, a notória carta de Vaz de Caminha (1500). A aguçada descrição etnográfica aí contida não deixa dúvidas quanto a serem tupi esses índios, ou mais precisamente Tupiniquim, como se tornariam conhecidos em toda a documentação colonial subsequente para a região, especialmente aquela produzida por missionários jesuítas que entre eles se estabelecera já nas décadas iniciais do período colonial (por exemplo, Nóbrega, 1549-70) (Sampaio, 1999, p. 282).

O trabalho aqui referenciado oferece uma análise concisa e informativa sobre a história da presença indígena na região desde 1500, com foco na questão do território Pataxó do Monte Pascoal. Para tanto, Sampaio (1999) destaca a importância da luta pelos direitos indígenas e pela preservação dos nossos territórios tradicionais, contribuindo assim para uma maior compreensão e valorização da cultura e da história dos nossos povos na Bahia.

Por outro lado, se estes Tupi, até então senhores de todo o litoral dos atuais municípios de Belmonte, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália e de muitas outras porções da costa, se tornaram de pronto não só bem conhecidos como estendiam seus domínios muito para o interior, território de outras etnias que à época os portugueses identificavam apenas pela designação tupi genérica de Aymoré e sobre os quais o poder colonial levaria ainda mais que um par de séculos para estabelecer o seu domínio. Sabe-se hoje que os Tupi avançaram, vindos do sul, pela costa leste e nordeste do Brasil, dela desalojando diversas outras etnias, em geral dadas como afiliadas ao tronco Macro-Jê (Urban, 1992), apenas no máximo alguns poucos séculos antes da intrusão europeia (Métraux, 1933) e que, apesar de terem consolidado seu domínio sobre o litoral, incursões belicosas dos povos do interior eram ainda frequente no

liminar do século XVI, o que nos ajuda a compreender os desdobramentos do processo de colonização nos três séculos seguintes [...] (Sampaio, 1999, p. 282).

Na obra *A Presença Indígena na Bahia: história, cultura e resistência* (2012) de Maria do Rosário Carvalho, é possível perceber a importância e a influência que tivemos na formação histórica, cultural e social do estado da Bahia, que se explica pela nossa presença na região, desde a chegada dos primeiros colonizadores europeus até os dias atuais. Carvalho (2012), de uma forma interdisciplinar, combina dados históricos, etnográficos e arqueológicos a fim de traçar um panorama completo da nossa relação e influência na sociedade baiana, abordando o histórico da ocupação dos nossos povos na Bahia, desde os povos pré-coloniais (nossos antepassados) até a chegada dos portugueses e destacando a diversidade étnica e cultural, bem como nossas formas de organização social e econômica.

Carvalho (2012) discorre sobre a colonização portuguesa e o impacto desta sobre nossos povos, analisando e apontando as estratégias de resistência que adotamos frente à dominação colonial, como a formação de aldeias e a resistência armada. Ela aponta ainda a invisibilidade histórica a que fomos submetidos e as lutas por reconhecimento e direitos. Em uma viagem no tempo, a autora aborda as questões das políticas indigenistas adotadas pelo Estado brasileiro e as nossas lutas pela terra desde 1500 até as lutas atuais pela demarcação de nossos territórios, educação diferenciada e respeito à nossa cultura. A autora ainda analisa a presença indígena na cultura baiana, destacando a nossa influência na música, na culinária, nas festas populares e nas práticas religiosas.

Em suma, o livro *A Presença Indígena na Bahia: história, cultura e resistência* (2012) oferece uma análise aprofundada e abrangente sobre a presença indígena na Bahia, ressaltando sua importância histórica, cultural e social. Essa obra não apenas nos serve como pesquisa para entender e corroborar a nossa presença no território baiano, mas também contribui para a valorização e o reconhecimento dos nossos povos, estimulando reflexões sobre o nosso protagonismo e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Faz-se imprescindível também voltar a referenciar o trabalho de Paraíso (1998), através do qual se pode conhecer a história da conquista dos territórios indígenas no Brasil, com foco especial na experiência das lutas pela demarcação e preservação dos nossos territórios. Nessa obra, a autora contextualiza a importância dos territórios indígenas para a nossa sobrevivência física, cultural e espiritual, discutindo a relação entre a terra e a identidade indígena, destacando a importância da demarcação e proteção desses territórios para a garantia dos nossos direitos, traçando um panorama histórico da conquista dos territórios indígenas no Brasil, desde a

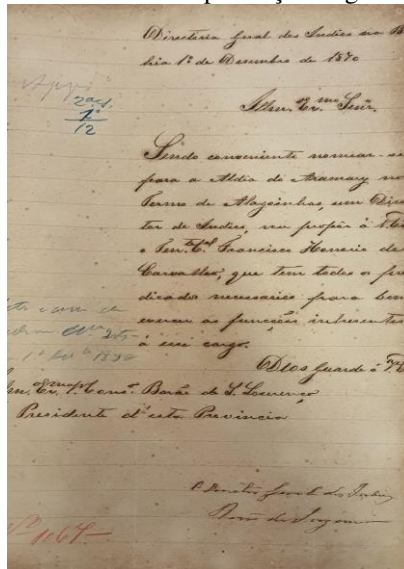
chegada dos colonizadores europeus até os dias atuais, e analisando os processos de expropriação, violência e exploração que enfrentamos ao longo da história, bem como as estratégias de resistência e luta que adotamos.

Maria Hilda Paraíso (1998) também discute as políticas indigenistas adotadas pelo Estado brasileiro ao longo do tempo e sua relação com a questão dos territórios indígenas, incluindo as conquistas e avanços na demarcação de terras indígenas, bem como os desafios e obstáculos que enfrentamos nesse processo. Com riqueza de detalhes, ela apresenta relatos e testemunhos de parentes que vivenciaram a luta pela terra, dando voz e visibilidade às experiências e perspectivas de nossos povos, e destaca a importância de ouvir e valorizar nossas vozes na definição de políticas e ações relacionadas aos nossos territórios, não deixando de lado importantes considerações sobre os desafios e perspectivas futuras para a questão territorial indígena no Brasil. A obra de Paraíso (1998) ressalta a importância de uma maior conscientização e engajamento da sociedade civil na defesa dos nossos direitos e na preservação dos nossos territórios, bem como a necessidade de uma maior participação nossa e protagonismo na definição de nossas próprias políticas e destinos.

Nesse sentido, a pesquisa de Paraíso (1998) oferece uma análise aprofundada e sensível sobre a história da conquista dos territórios indígenas no Brasil. Ela destaca a importância da luta pela demarcação e preservação dessas terras, dando voz às nossas experiências e perspectivas e, dessa maneira, contribuindo para uma maior compreensão e valorização das nossas lutas pela terra e pelos nossos direitos constitucionais tão ameaçados.

Ainda dentro dessa perspectiva de elencar evidências contundentes sobre a nossa presença no território baiano, apresentamos abaixo um documento que demonstra a presença da aldeia indígena Aramary em Alagoinhas, agreste baiano, no ano de 1870, devido à nomeação de um diretor de índios para essa localidade (Figura 10). Esse fato demonstra que, no município em questão, havia uma quantidade significativa de indígenas, pois, caso não houvesse, não haveria a necessidade da nomeação.

**Figura 10** - Documento demonstrando a presença indígena em Aramari Alagoíñas



**Fonte:** APEB, maço 4614, seção colonial provincial, Comissão de medição dos Aldeamentos dos Índios.

A fim de melhor consubstanciar, podemos encontrar na pesquisa de mestrado de Marleide Sousa (2023) um excelente material do qual nos valem aqui para colher e trazer provas contundentes sobre a presença de nossos povos na região de Alagoíñas:

Referindo-se a localização geográfica de Alagoíñas próximo a Inhambupe como pôde ser percebido no mapa acima, em um de seus distritos Riacho da Guia que fica próximo ao município de Inhambupe foi encontrado um cemitério indígena em 1987 onde foram descobertos objetos indígenas, dentre eles urnas funerárias, tal descoberta propiciou um novo olhar para o passado indígena de Alagoíñas, ou seja, diante das evidências históricas apresentadas nas regiões onde hoje estão localizados o município de Aramari e os distritos de Riacho da Guia e Boa União havia presença de aldeias indígenas nesse território (Sousa, 2023, p. 131).

Segundo o parente Daniel Munduruku (2012), que sintetiza muito bem em sua fala o período conhecido como exterminacionista, milhares de nós sucumbiram ao genocídio caracterizado e levado a cabo pelos invasores/colonizadores:

Em síntese, no período caracterizado como exterminacionista, centenas de povos e milhares de pessoas sucumbiram ao emprego da violência física e cultural: o genocídio concretizado pela escravidão, pelas doenças estranhas, pela ganância homicida dos apesadores de índios, aliado ao etnocídio promovido pela Igreja, por meio da catequese, em sua política de proibição, demonização e inferiorização das culturas indígenas.

Esse somatório de ações orquestradas pela Igreja e pelo Governo Colonial e, mais tarde, pelo Imperial, varreu da face da Terra a quase totalidade dos habitantes originais do chamado Novo Mundo, sob o cínico argumento de que tal política consistia no combate à barbárie dos infiéis, para que se pudesse

construir uma nova civilização sob os auspícios do desenvolvimento e da riqueza (Munduruku, 2012, p. 30).

Dentro dessa mesma perspectiva, apresentamos abaixo o relatório das aldeias da província da Bahia, também constituído no século XIX. Esse relatório indica a abrangência da nossa presença em diversas regiões do estado da Bahia, dentro de um projeto bem elaborado de dominação, colocando-nos como selvagens, de forma a nos civilizar conforme o documento apresenta, sendo ainda essa uma ferramenta de apagamento e negação da nossa identidade cultural, pois, ao criar aldeamentos e nos aldear, o invasor/colonizador podia reprimir as nossas culturas, principalmente através da catequese, nos escravizando e nos qualificando entre “mansos”, ou seja, civilizados, e aos que se negavam e resistiram ao aldeamento, eram denominados de “selvagem” ou “brabos”, aos quais só restava o uso da força bruta através das conhecidas “guerras justas”. Segundo Rego (2014):

Os habitantes das povoações indígenas do século XIX tiveram de instrumentalizar muitas das suas reivindicações através do reforço da identidade de índios “mansos” ou aldeados, categoria concebida como intermediária entre o “selvagem” e o “civilizado”: nem tão “bárbaro” ao ponto de despertar hostilidade e repúdio por suas práticas gentílicas, nem tão “avançado” ao ponto de poder dispensar a tutela e todo estatuto diferenciado que recaía sobre as comunidades indígenas, notadamente o direito à posse da terra. Esse jogo de buscar o intermediário foi o campo em que diversas comunidades indígenas elaboraram suas estratégias (Rego, 2014, p.17).

Na figura abaixo, pode-se observar os povos indígenas que habitavam o território baiano no século XIX.

Figura 11 - Quadro das Aldeias da Província

QUADRO DAS ALDEIAS DA PROVINCIA DA BAHIA,  
com declaração do terreno, que as comprehende, numeros de Indios que as habitão, estado de civilisação dos  
mesmos, Missionarios que os dirigem, e vencimentos por estes perechidos.

COMARCAS.	ALDEIAS.	N.º de Indios.	Estado de civilizaç.º	Missionarios que os dirigem.	Vencimento annuo.	Terras que occupam nelle ellas.	OBSERVAÇÕES.
Abrantes . . . . .	Abrantes . . . . .	230	Civilizados.			2 leguas	As terras d'esta Aldeia são administradas pela Câmara e quasi todas occupadas por Brancos. As de Massarandupió estão ligadas.
	Massarandupió . . . . .	230	Idem.				
Cachoeira . . . . .	Petra-branca . . . . .	200	Idem.	Fr. Agostinho de Camargo.	600\$000		Ignora-se a extensão, mas os Indios occupam 1 legua.
Nascer . . . . .	Santo Antonio . . . . .	108	Idem.			10 leguas.	Quasi todas occupadas por Brancos.
	Praxeiro . . . . .	62	Idem.				Ignora-se a extensão.
Inhambupe . . . . .	Saco dos Tapuios . . . . .	150	Idem.				Ignora-se a extensão. As terras estão ligadas.
	N. Sra. da Saúde . . . . .	160	Idem.			1/2 legua	
Espirito . . . . .	Serra . . . . .	400	Idem.			1/2 legua	
	Pombal . . . . .	230	Idem.			1/2 legua	
	Mirandella . . . . .	330	Idem.			1/2 legua	
Monte Santo . . . . .	Massarará . . . . .	150	Idem.				Ignora-se a extensão.
	Rodellas . . . . .	140	Idem.				Alguns fillos do Rio de S. Francisco, e terras cuja extensão ignora-se.
Jatubá . . . . .	Boa Vista da Gloria . . . . .	65	Idem.			1 legua	Ignora-se a extensão.
	S. Sebastião do Saloy . . . . .	95	Idem.				Ignora-se a extensão.
Rio de S. Francisco . . . . .	Aricobé . . . . .						Ignora-se a extensão.
	Santarem . . . . .	70	Idem.			1 legua	As terras são administradas pela Câmara.
Valença . . . . .	S. Filipe . . . . .	170	Idem.			1 legua	Não tem terras proprias por ser estabelecida de novo.
	Casão Rosa . . . . .	95	Idem.				
Canabá . . . . .	Bacallá . . . . .	200	Idem.				As terras são administradas pela Câmara, e ignora-se a extensão.
	S. Miguel . . . . .	50	Idem.				Ignora-se a extensão.
Povo Seguro . . . . .	Villa Verde . . . . .	50	Idem.				Vista equiva a todas as terras são administradas pela Câmara.
	Santa Cruz . . . . .	40	Idem.				
Caracitá . . . . .	S. José de Matary . . . . .	200	Idem.				As terras são administradas pela Câmara, e ignora-se a extensão.
	Peripê . . . . .	40	Catholicos.				Em terras particulares.
	Prado . . . . .	140	Idem.	Fr. Francisco Antonio de Toledo.	650\$500		As terras são administradas pela Câmara e ignora-se a extensão.
Ilhéos . . . . .	Catalão . . . . .	196	Idem.	Fr. Balduino d'Orada.	600\$000	1 legua	Em terras não demarcadas.
	Barragem de Sobrado . . . . .	175	Idem.	Fr. Loure de Geres.	600\$000		São confundião da Cachoeira: Não está bem demarcada.
	S. Pedro de Alcantara . . . . .	175	Idem.	Fr. Victor Maria d'Arcos.	600\$000		Ignora-se a extensão.
	Santo Antonio da Cruz . . . . .	20	Idem.				Idem idem.
	Olinda . . . . .	200	Civilizados.				Idem idem.

Secretaria do Governo da Bahia 7 de Fevereiro de 1855. O Secretário, Luiz Maria Azevedo Mendes Barreto.

Fonte: Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) - 1823 a 1889 - Ano 1854\Edição 00001<sup>3</sup>

A partir da análise do documento acima (Figura 11), pode-se ver que o mesmo compreende o período de 1851 a 1872, quando ainda existiam diversas aldeias indígenas na Bahia, dentre elas: Abrantes, Aricobé, Canabrava, Massacarará, Massarandupió, Mirandela, Rodellas, Saco dos Tapuios, dentre muitas outras.

## 2.2 ALDEIA MASSARANDUPIÓ

A nossa história enquanto povos indígenas Tupinambá da aldeia Massarandupió, localizada no município de Entre Rios-BA, remonta a séculos atrás, antes mesmo da chegada dos colonizadores europeus ao Brasil. Nós, os Tupinambá, somos um dos grupos indígenas mais conhecidos e numerosos do Brasil, com uma história rica e complexa.

A nossa origem remonta aos povos Tupi que habitavam a região costeira do Brasil antes da colonização. Éramos conhecidos pela organização social em aldeias, pela agricultura de subsistência e pelo conhecimento vasto sobre a fauna e flora, bem como pelas habilidades na guerra e pela prática da antropofagia.

<sup>3</sup> Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&Pesq=%c3%adndios&pagfis=1358>. Acesso em: 15 nov. 2023.

Com a chegada dos colonizadores europeus, a história dos Tupinambá foi marcada por conflitos e violências. A partir do século XVI, os portugueses iniciaram a colonização da região, estabelecendo feitorias e expulsando nossos ancestrais das terras ocupadas. Por sua vez, nossos ancestrais resistiram à colonização, lutando contra os invasores e buscando manter a autonomia e a cultura.

No entanto, ao longo dos séculos, os Tupinambá foram sendo dizimados e expulsos de suas terras. A violência dos colonizadores, a disseminação de doenças trazidas pelos europeus e a perda dos territórios tradicionais contribuíram para a diminuição da nossa população. Muitos de nossos ancestrais foram escravizados, mortos ou forçados a se assimilar à cultura dominante e hegemônica do invasor/colonizador.

No contexto atual, a aldeia Massarandupió ressurgiu como a aldeia Tekoá Tupinambá, reunindo o povo Tupinambá da região e de outras regiões, é uma das poucas áreas onde nós conseguimos manter nossa presença e cultura. Recentemente, através do movimento de retomada “Portal Tupinambá” do litoral norte, foi possível o ressurgimento do nosso povo e a recuperação como aldeia. A Aldeia Indígena Tekoá Tupinambá é reconhecida oficialmente por outras aldeias e outros povos, encontrando-se com processo identitário em andamento junto a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), e abriga uma comunidade indígena que luta pela manutenção de nossa cultura, pela preservação ambiental e pela autonomia do nosso povo.

Enquanto protetores do meio ambiente, a Aldeia Tekoá Tupinambá está candidata a se eleger como uma das unidades de preservação ambiental da Mata Atlântica, tornando-se assim uma Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), movimento que conta com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A Mata Atlântica é um dos biomas mais ricos em biodiversidade do mundo, abrigando uma grande variedade de espécies vegetais e animais. No entanto, ao longo da história, a ocupação humana desordenada e a exploração intensiva dos chamados “recursos naturais” têm causado sérios danos a esse ecossistema. A história ambiental da Mata Atlântica está intrinsecamente ligada à história do Brasil, desde o período colonial até os dias atuais. A exploração do pau-brasil, a expansão da agricultura e a urbanização desenfreada são alguns dos principais fatores que contribuíram para a degradação desse bioma. É entendendo a nossa importância enquanto povos originários que estamos comprometidos dentro dos nossos projetos com a preservação da Mata Atlântica. Pelo conhecimento e técnicas milenares associados à busca de novas tecnologias, com o emprego de práticas sustentáveis no manejo dos recursos naturais, certamente estamos contribuindo para a conservação da biodiversidade. Além disso, lutamos pela implantação de políticas públicas efetivas e da conscientização da sociedade para

a preservação da Mata Atlântica. Para tanto, é necessário um esforço conjunto para combater a degradação ambiental e promover a recuperação desse ecossistema tão importante para a vida no planeta.

Em seu estudo intitulado *Mata Atlântica, Oake no Territórios e História Ambiental*, Rogério Oliveira (2007) aborda a importância da Mata Atlântica como um ecossistema único e diversificado, além de discutir a relação entre a ocupação humana e a degradação ambiental nessa região, apontando para a necessidade de ações para preservar e recuperar esse ecossistema único.

Para que possamos entender e valorizar a importância dessa atuação, a coletânea organizada por Diogo de Carvalho Cabral e Ana Goulart Bustamante (2016) apresenta artigos que abordam a relação entre as transformações históricas e culturais da Mata Atlântica e suas consequências ecológicas. Os organizadores reuniram uma série de estudos e pesquisas que exploram diferentes aspectos da história ambiental da Mata Atlântica. Os capítulos do livro tratam desde a ocupação indígena e a exploração colonial até as transformações contemporâneas causadas pela urbanização e pela agricultura intensiva, além disso, analisam como as práticas culturais e as relações sociais influenciaram a forma como a Mata Atlântica foi utilizada ao longo do tempo.

Dessa maneira, após apresentar o nosso compromisso com a natureza, a ecologia e a sustentabilidade, entendemos a pertinência de voltar ao tema central da pesquisa.

### **2.3 O DITO E O INTERDITO – O EXPLICITO E O IMPLÍCITO**

A carta – redigida em formato de diário, com o estilo literário de uma crônica e contendo 27 páginas textuais – registra, dentro da perspectiva ideológica do seu narrador, os primeiros contatos dos portugueses com os nossos ancestrais indígenas, vistos, desde então, com espanto e curiosidade até que o preconceito europeu assumisse sua hegemonia subjugando a cultura nativa:

Era sesta pela manhã as biiij oras pouco mais ou menos per conselho dos pilotos mandou o capitam levantar ancoras e fazer vela e fomos delomgo dacosta com os batees e esquifes amarados perpopa comtra o norte peraveer se achávamos algu(u)a abrigada e bom pouso omde Jouuesemos peratomar agoa e lenha · nom por nos ja mjnguar maspor nos acertarmos aqui e quando fizemos vela seriam ja na praya asentados jumto cõ o Rio obrra de lx ou lxx home)e)s que se juntaram aly poucos epoucos / fomos de lomgo e mandou o capitam aos nauios pequenos que fosse mais chegados aaterra e que se achassem pouso seguro peraas naaos que amaynasem Esendo nos pela costa

obra de x legoas domde nos levantamos acharam os ditos nauios pequenos hu)u) aRecife com hu)u) porto dentro muito boo e muito seguro com hu)u)a muy larga entrada e meteramse dentro e amaynaram e as naaos aRibaram sobreles · e hu)u) pouco amte sol posto amaynaram obra dhu)u)a legoa do aRecife e ancoraramse em xb xj braças Eseendo afonso lopez nosso piloto em hu)u) daqueles naujos pequenos per mandado do capitam por seer home) vyuo e dee stro pera jssso meteose loguo no esquife asomdar oporto demtro e tomou em hu)u)a almaadia dous daqueles home)e)s da terra mançebos ede boos corpos · e hu)u) deles trazia hu)u) arco e bj ou bij seetas e na praya amdauam mujtos cõ seus arcos e seetas e nom lhe aproueitaram ·/ trouueos logo ja de noue ao capitam omde foram Recebidos com muito prazer e festa (Caminha, 1500, fól. 5-v).

Os relatos transcritos acima, feitos a partir desse contato, mostram uma narrativa preocupada em descrever minuciosamente os achados nesta nova terra, ressaltando-se em primeira instância as características físicas dos indivíduos e o seu comportamento supostamente amistoso. Pero Vaz de Caminha esmera-se em relatar, com detalhes, o tipo físico, cor da pele, cabelos, adornos e demais aspectos observados sobre o comportamento destes nativos, de acordo com as suas próprias impressões. Nesse sentido, ele relata “[...] afeijam deles he seerem pardos maneira da uermelhados de bõds Rostros e boos narizes bem feitos amdam nuus sem nhu)u)a cobertura e nem estimam n hu)a)a coussa cobrir nem mostrar suas vergonhas” (Caminha, 1500, fól. 2-v).

O fato de encontra-los nus causa espanto, mas, paradoxalmente, não é descrito como uma aberração. Ele caracteriza os nativos como inocentes: “se estam açerqua disso com tanta jnocemçia como teem em mostrar o Rosto” (Caminha, 1500, fól. 2-v).

Um conceito Foucaultiano ajuda-nos a compreender este comportamento do europeu, identificando-o como filiado a um regime de verdades. Desde esses primeiros contatos, foi-se constituindo um modo de conceber os habitantes nativos. E, ao concebe-los dentro deste padrão, também foram sendo traçados os caminhos daquilo que, mais tarde, se tornaria uma estratégia de dominação. Foi essa a inocência descrita por Caminha que veio a se tornar o elemento que deu origem à tese de que os “índios” seriam facilmente aculturados e submetidos ao controle da Coroa Portuguesa.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2008, p. 12).

Como observado, Foucault (2008), ao conceituar os regimes de verdade, apresenta-nos a tese de que os discursos são produzidos a partir dessas verdades. O que foi relatado na carta de Caminha, impregnado por um olhar eurocêntrico, não só se sustenta num regime de verdade adotado pelo europeu, como torna-se também o ponto de origem para a constituição de um regime de verdade que viria a se fortalecer, no Brasil, sobre o “índio” brasileiro.

[...] os cabelos seus sam coredios e andauã trosqujados de trosquya al alta mais que de sobre pemtem deboa gramdura e Rapados ataa per cjma das orelhas · e hu)u) deles trazia per baixo da solapa de fonte afomte pera detrás hu)u)a maneira de cabeleira de penas daue ama rela que seria decompridam dhu)u) couto · mui basta e muy çarada que lhe cobria otoutuço eas ore lhas · aqual amdaua pegada nos cabelos pena e pena com hu)u)a comfeizam branda coma cera e no) no era demaneira que amdaua acabeleira muy Redomda e muy basta e muy jgual que no) fazia mjngoa mais lauajem peraa levantar (Caminha, 1500, fól. 2- v).

A nudez, os adornos, os cabelos e o comportamento dos nativos fugiam aos padrões clássicos do cidadão europeu, por isso, o espanto e a estranheza. Esse espanto com a alteridade apontava indícios dos preconceitos que se acentuariam ao longo de toda história em relação ao povo da terra, embora, em primeira instância, Caminha ressalte certa simpatia.

ocapitam quando eles vieram estaua asentado em hu)u)a cadeira e hu)u)a alcatifa aos pees por estrado e bem vestido cõ hu)u) colar douro muy grande ao pescoço · e sancho de toar e simam de miranda enj colaa coelho e aires corea e nos outros que aquy na naao himos cõ ele himos asentados no chão per esa alcatífa / acemderam tochas e emtraram e no) fizeram nhu)u)a mençam de cortesia nem de falar ao capitam nem anjmguem · pero hu)u) deles pos olho no colar do capitam e começou daçenar cõ amãão pera aterra e despois perao colar como que nos dizia que avia em tera ouro e tam bem vio hu)u) castical de prata e asy meesmo acenaua peraa tera e entã perao castical como que avia tam bem prata (Caminha, 1500, fól. 2-v).

Intrínseco aí se evidenciam os interesses dos portugueses quanto à busca de riquezas minerais e outras. No seu entendimento, os indígenas levados para se avistarem com o Capitão, ao apontarem para o seu colar de ouro e, em seguida, para a terra, indicavam certamente a presença de ouro naquele território assim como, ao apontar para os castiçais de prata e acenar para a terra, estariam sugerindo que ali havia prata. Relatos como, esse que serão analisados de forma mais aprofundada em seção posterior, nos permitem compreender os explícitos interesses dos portugueses e a manipulação do narrador ao relatar aquilo que lhe interessava parecer ou que desejava ser. Desde o primeiro momento da chegada dos portugueses, a nossa terra foi tratada como propriedade da Coroa portuguesa, visto que, em nenhum trecho desse

documento, existe qualquer menção ao direito de posse dos povos locais. Portanto, é legítima a hipótese quanto ao esbulho por parte do colonizador da terra encontrada, e, além disso, a suposição de propriedade não só da terra, mas também dos seus habitantes.

Na sua narrativa, o escrivão português anuncia o fato de ter encontrado uma nova terra, denominando esse ato como "achamento":

[...] aly com todos nos outros fez dizer missa aqual dise o padre frey amrique em voz entoada eoficiada cõ aquela meesma voz pelos outros padres e sacerdotes que aly todos heram aqual missa segundo meu parecer foy ouujda per todos cõmujto prazer e deuaçom · aly era com ocapitam abandeira de christos com que sayo debelem a qual esteue senpre alta aaparte do auamjelho ·/acabada amisa desuestiosse o padre eposese em hu)u)a cadeira alta e nos todos lamcados per esa area e preegou hu)u)a solene e proueitossa prega çom da estorea do avanjelho · e em fim dela · trautou denossa vijnda e do achamento desta terra cõ formandose cõ o sinal da cruz (Caminha, 1500, Fól. 5r).

O próprio relato feito na carta evidencia os interesses do invasor pelas terras e os seus recursos naturais, especulando sobre a possibilidade de encontrar ouro e prata, entre outros minerais a serem pilhados, além de exercer a dominação sobre os povos aqui encontrados e definidos como “índios”, ignorantes, sem conhecimentos, de hábitos selvagens, embora certamente, segundo ele, com grande possibilidade de submissão e conversão à fé cristã e à cultura europeia. Dessa forma, Pero Vaz de Caminha descreveu suas impressões dentro dos seus princípios ideológicos sobre nós, os indígenas, fazendo alusões e comparações com aqueles que um dia habitaram o “Jardim do Éden”, de acordo com a cultura cristã. Conforme nos apresenta Bettencourt (1992), citado por Oliveira e Freire (2006), de forma explícita e clara as intenções do invasor/colonizador não apenas eram de exercer a colonização física, mas também no campo ideológico e cosmológico:

Pareçeme Jemte de tal jnoçençia que seos home) emtendese e eles anos · que seriam logo christãos por que eles no) teem nem emtendem em nhu)u)a creemça segundo parece · E por tamto se os degradados que aqui am de ficar · aprenderem bem asua fala eos em tenderem nom doujdo segundo asanta tençam de vosa alteza fazeremse christãos e creerem na nossa samta fe · aaqual praza anosso Senhor que os traga por que çerto esta jente he boa ede boa sijnprezidade e enpremarsea ligeirame)te neeles qual quer crunho que lhes quiserem dar e logo lhes nosso Senhor deu boos corpos e boos Rostros comaaboos home)e)s · e ele que nos per aquy trouue creo que nom foy sem causa e por tanto vosa alteza pois tamto deseja acreçentar na santa fe catolica deue emtender em sua salua çam e prazera adeus que com pouco trabalho sera asy (Caminha, 1500, fól 11r-fól 11v).

A análise desse documento na íntegra conforme propõe esse trabalho se intensifica na seção 4, conforme o roteiro aqui já apresentado, porém, as citações feitas até aqui já consubstanciam teoricamente a hipótese que permeia este trabalho. Dessa forma, evidencia-se que, desde os primeiros contatos entre invasores e indígenas, se estabelece o regime de verdade que se mantém até o momento atual. Refletir o que aqui expomos sobre a carta tem grande relevância para nos dar um melhor juízo de direito e compreensão sobre as “manobras contraditórias” que fundamentaram o processo de colonização colocado em curso e a formação do povo brasileiro, cabendo assim a análise crítica do texto em referência, que evidencia e fortalece a narrativa do europeu em sua abordagem acerca da nova terra e dos povos encontrados, no que é declarado como o primeiro documento histórico e a primeira manifestação literária brasileira.

Certamente, essa narrativa em muito contribuiu para a formação de um imaginário colonial e para o processo de colonização do Brasil, pois, a partir desse momento histórico, teve início um choque cultural, acompanhado pela intrusão e conseqüentemente o apoderamento do território pertencente aos povos indígenas, seguido pelo processo de submissão, escravização e extermínio de milhões de pessoas, vitimadas pela expansão territorial e comercial, justificada pela busca insana de riquezas.

Diversos são os historiadores na contemporaneidade que rejeitam ou questionam veementemente o termo “descobrimento”, como denominaram os portugueses para se referir à sua chegada ao litoral brasileiro, dando seqüência ao seu plano colonialista e, dessa forma, iniciando um procedimento de dominação, inclusive o denominando de acordo com suas próprias convicções. Denominação essa também questionada por historiadores e antropólogos por se sobrepor aos que aqui estavam em completo desrespeito à efetividade cultural, social e física dos povos indígenas.

Também são diversos os questionamentos, que atravessam séculos, a respeito do nome Brasil. Segundo Cunha (2002), as ressalvas tiveram início com o historiador Fr. Vicente do Salvador, que considerava o nome Brasil um verdadeiro sacrilégio, considerando a sacralidade do nome Terra de Santa Cruz – recebido como se fosse um batismo durante a primeira missa realizada no território.

Foi outra - Terra de Vera Cruz - a designação primeira registrada na Carta de Pero Vaz de Caminha, que dá existência discursiva ao território, ao tempo em que dele se apropria, como valor e posse. Um século após, na primeira História da Colônia portuguesa na América, escrita por Fr. Vicente do Salvador, estão patentes as ressalvas que ainda se faziam à substituição do "sacro nome" pelo "daquele pau com que tingem panos, do qual há [havia]

muito, nesta terra [1]. O nome próprio não é um significante que individualize sem predicar, descrever ou atribuir sentido e valor. A questão do nome da terra - "que não a designa como simples extensão, designa-a [ao mesmo tempo] como compreensão, como alguma coisa, qualidade ou propriedade"[2] - é uma providencial abertura para delimitar a compreensão de imaginário - ou do "imaginário português (Salvador, 1965, p. 68 *apud* Cunha, 2002, p. 01).

Assim, partindo dessa semântica, apresenta-se uma dúvida que não quer calar: qual é o verdadeiro nome desta terra? Que nome essa terra deveria ter? Monte Pascoal? Terra de Vera Cruz? Terra Lusitânia, Cabrália? Terra de Santa Cruz? Brasil Colônia? O Principado do Brasil? Vice-Reino do Brasil do Reino Unido de Portugal? Reino Unido a Portugal e Algarves? Estado do Brasil? O Império do Brasil? Estados Unidos do Brasil? Brasil? Ou Pindorama, como a denominavam os povos Tupi aqui existentes e aceito por diversos outros povos indígenas de ramificação linguística tupi e guarani e que tem como significado terra das palmeiras? Fato é que existem uma variedade de publicações tratando sobre esse tema, diversos nomes foram atribuídos a essa terra, desde os relatados pelos povos originários, passando pelos impostos pelos europeus, até os definidos na atualidade. Hoje somos, e nisso estão incluídos também os povos indígenas, República Federativa do Brasil, conforme definiu a Constituição de 1969, referendada pela atual Constituição brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988.

Pré-colonização: Pindorama - Termo popular entre muitos índios, que em tupi-guarani significa terra das palmeiras; Primeiras definições: Monte Pascoal - Quando avistaram terra firme pela primeira vez; Ilha de Vera Cruz - Denominação presente na Carta de Pedro Vaz de Caminha ao Brasil, idealizado após os portugueses pisarem no continente; Terra de Santa Cruz - Outro nome concebido mais tarde, que reflete o contexto de propagação da fé cristã; Nova Lusitânia, se dando ao fato de ser a primeira terra de outro continente descoberta pelos lusitanos; Cabrália, referente a Pedro Álvares Cabral. Período colonial (1530 - 1815): Brasil colonial - A partir de 1530, o Brasil torna-se uma colônia do Reino de Portugal; Brasil colonial e Brasil Colônia são nomes comuns dados ao período; Principado do Brasil (1645 - 1815) e Vice- Reino do Brasil foram outros dois termos utilizados; Estado do Brasil - durante algum tempo, esteve dividido entre Estado do Brasil e Estado do Maranhão. Elevação do Estado do Brasil à condição de Reino (1815-1822): Reino do Brasil do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves - após a transferência da família real para o Rio de Janeiro ocorrida em 1808, em 1815 ocorreu a elevação do Estado do Brasil à condição de Reino, unido a Portugal e Algarves. Depois da independência com o início do Império (1822 - 1889): Império do Brasil - Após a Independência do Brasil ser proclamada em 1822 e reconhecida em 1825, o nome "Império do Brasil" (Império do Brazil na grafia da época) foi instituído pela Constituição de 1824. República (1889-atualidade): Estados Unidos do Brazil- Em 1889, após a república ser proclamada esse foi o nome oficial adotado; República

Federativa do Brasil - Instituído pela Constituição de 1967, mantida pela Emenda Constitucional no 1, outorgada pela junta militar de 1969, e pela Constituição de 1988 (Lista, 2024)<sup>4</sup>.

O relato da imaginação de alguém sobre alguma coisa pode ser considerado uma verdade, embora seja apenas uma opinião pessoal. Para a análise da formação do imaginário colonial e pós-colonial, vamos nos valer novamente da obra de Eneida Leal Cunha (2002) que apresenta uma teoria freudiana para explicar que esse imaginário se constitui a partir de relatos, discursos, narrativas que se repetem de forma contínua e recorrente, cujo valor, qualidade ou sentido poderão ser alterados, rasurados, invertidos, sem que isso impeça que possamos reconhecê-los. Na verdade, isso quer dizer que a credibilidade é atribuída de acordo com o prestígio ou a presunção de conhecimento do seu autor.

Para que esse trabalho seguisse os objetivos propostos, sentimos a necessidade de melhor entender como, a partir no relato de Pero Vaz de Caminha, outros relatos seguiram o mesmo tipo de discurso, acrescentando suposições, suprimindo a fala do outro e referenciando uma fala destoante da realidade, mas consonante com o projeto de colonialidade em curso. Dando início à formação do imaginário colonial, mais uma vez recorreremos ao ponto central desse trabalho, a carta de Pero Vaz de Caminha, como principal responsável e que deu grande ênfase para as grandezas da terra onde aportaram, apresentando sua visão etnográfica sobre os povos aqui encontrados, descrevendo, dentro das suas convicções ideológicas, aspectos físicos, costumes, a nudez, a inocência (entendida por ele), a docilidade (percepção distorcida), receptividade e alegria.

Dessa maneira, vale destacar que sua narrativa na carta inspirou diversas outras escritas que formaram uma cascata de influências colaborando para a formação de um imaginário e, conseqüentemente, para a reprodução desse discurso, marcando assim todo o período colonialista. Diante disso, essas impressões de cunho extremamente etnocêntricas, racistas e discriminatórias foram gravadas, constituindo-se em fontes e evidências usadas para construção da história do Brasil. Todo esse material, hipoteticamente verdadeiro, contribuiu para a criação de estereótipos sobre nós, povos originários, que assim passamos a ser considerados por características equivocadas e distorcidas, que passaram a fazer parte de um discurso nacional, influenciando fortemente no conhecimento sobre essa terra e seu povo. Discursos estereotipados, racistas, discriminatórios, etnocêntricos, que perduram até os tempos atuais.

---

<sup>4</sup> LISTA de nomes do Brasil. **Wikipédia**, 2024. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_nomes\\_do\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_nomes_do_Brasil). Acesso em: 12 abr. 2024.

A partir do primeiro momento de deslumbramento de Pero Vaz de Caminha, usados concomitantemente com suas convicções sociopolíticas eurocêntricas e assim colonialistas que influenciou outros atores, que deram continuidade ao discurso relatando aspectos, fatos e opiniões que foram criando e recriando novos conceitos e assim formando um cabedal de escritos e documentos que influenciaram na formação desse atual imaginário que transitou no dia a dia da sociedade brasileira, ainda em formação, assim como, nas academias, ora exaltando e romantizando a imagem dos indígenas, ora deturpando essa mesma imagem, nos colocando como: atrasados, selvagens, incultos, iletrados, incivilizados, promíscuos, canibais, inocentes, dentre uma série de outros adjetivos criados para nos definir.

## **2.4 IDEOLOGIA – CONCEITOS, ELEMENTOS E REFERENCIAS**

A ideologia é um dos conceitos mais debatidos nas ciências sociais e humanas, desempenhando um papel fundamental na conformação de sociedades, culturas e comportamentos políticos. Objetivando discutir o conceito de ideologia, apresentando suas definições, analisando os elementos que a compõem e referenciando autores que contribuíram para sua compreensão.

O termo "ideologia" foi utilizado pela primeira vez em 1796 pelo filósofo francês Antoine Destutt de Tracy, que o definiu como a "ciência das ideias". Desde então, o conceito evoluiu e ganhou diferentes conotações, especialmente no contexto político e social. De maneira geral, ideologia pode ser entendida como um conjunto de ideias, valores e crenças que orientam a ação individual e coletiva. Ela serve como uma lente através da qual os indivíduos interpretam a realidade e tomam decisões.

A análise da ideologia revela sua complexidade e multifacetamento. Os principais elementos que a compõem incluem:

1. Valores e Crenças: A base de qualquer ideologia são seus valores e crenças fundamentais. Esses elementos moldam a visão de mundo dos indivíduos e grupos, influenciando suas atitudes e comportamentos. Por exemplo, uma ideologia que valoriza a liberdade individual pode promover políticas que defendem a autonomia pessoal.

2. Narrativas e Símbolos: As ideologias são frequentemente expressas através de narrativas e símbolos que ajudam a comunicar suas ideias centrais. Narrativas históricas, mitos fundadores e símbolos nacionais são comuns em ideologias políticas, servindo para criar identidade e coesão entre os membros de um grupo.

3. Práticas e Estratégias: A ideologia não se limita a uma esfera teórica; ela também se concretiza em práticas e estratégias que visam a transformação social. Por exemplo, movimentos sociais frequentemente mobilizam uma ideologia que justifica suas ações e busca promover mudanças na estrutura social.

4. Contexto Histórico e Cultural: As ideologias estão profundamente enraizadas em contextos históricos e culturais específicos. Elas emergem como respostas a problemas sociais, econômicos e políticos, refletindo as aspirações e ansiedades de um determinado tempo e lugar.

Diversos autores contribuíram para a discussão sobre ideologia, cada um oferecendo perspectivas únicas. Karl Marx, por exemplo, abordou a ideologia como um reflexo das condições materiais e das relações de produção, enfatizando seu papel na manutenção de estruturas de poder. Em sua obra "A Ideologia Alemã", ele argumenta que a ideologia serve para justificar interesses de classe e perpetuar desigualdades.

Por outro lado, Antonio Gramsci introduziu o conceito de "hegemonia", sugerindo que as ideologias dominantes não são apenas impostas, mas sim negociadas, através da construção de consensos que permitem a manutenção do status quo. Em "Cadernos do Cárcere", Gramsci discute como as ideologias podem ser contestadas e transformadas.

Mais recentemente, a filósofa Judith Butler e outros teóricos pós-estruturalistas exploraram a relação entre linguagem, poder e ideologia, argumentando que as ideologias são construídas socialmente e podem ser desconstruídas através da crítica e do ativismo.

A ideologia é um conceito multifacetado que desempenha um papel crucial na formação de identidades sociais e políticas. Compreender seus elementos e referências teóricas é essencial para analisar as dinâmicas sociais contemporâneas. Ao reconhecer a complexidade das ideologias, podemos também abrir espaço para o diálogo e a transformação social, desafiando narrativas dominantes e promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

## 2.5 COLONIALISMO / COLONIALIDADE

Uma Análise Crítica do Colonialismo, da Colonialidade do Saber, do Racismo e do Etnocentrismo.

Os estudos decoloniais emergem como uma resposta crítica às estruturas de poder e conhecimento que foram instauradas historicamente pelo colonialismo. A decolonialidade busca não apenas dismantlar essas estruturas, mas também promover novas formas de conhecimento e práticas sociais que sejam inclusivas e respeitosas das diversidades culturais. Exploramos a discussão contemporânea sobre decolonialidade, analisando criticamente o colonialismo, a colonialidade do saber, o racismo e o etnocentrismo.

O colonialismo, que se refere à dominação política, econômica e cultural de um país sobre outro, teve profundos impactos nas sociedades colonizadas. O legado colonial é visível nas desigualdades sociais, na exploração econômica e na marginalização cultural das populações indígenas e afrodescendentes. O colonialismo não se limitou a uma simples ocupação territorial; ele impôs uma hierarquia de valores que deslegitimou saberes locais e traduziu a cultura colonizada como inferior.

A colonialidade do saber se refere à continuidade das estruturas de conhecimento que foram estabelecidas durante o período colonial e que ainda persistem na contemporaneidade. Segundo o teórico peruano Aníbal Quijano, a colonialidade do saber é caracterizada pela predominância do eurocentrismo, que coloca o conhecimento ocidental em uma posição de superioridade em relação a outras formas de saber. Essa perspectiva não apenas marginaliza as epistemologias indígenas e afrodescendentes, mas também perpetua a ideia de que o Ocidente é o centro da civilização e do progresso.

Os estudos decoloniais, portanto, buscam desafiar essa colonialidade do saber, propondo a valorização e a legitimação de conhecimentos que foram historicamente silenciados. Autores como Walter Dignolo e María Lugones argumentam que a descolonização do saber é essencial para a construção de uma epistemologia plural que respeite as diversas formas de conhecimento existentes nas diferentes culturas.

O racismo é uma das consequências mais nefastas do colonialismo e da colonialidade do saber. Ele se manifesta não apenas através de práticas discriminatórias, mas também por meio de discursos que desumanizam grupos raciais e étnicos. O racismo colonial, que se

fundamenta na ideia de superioridade racial, ainda permeia as estruturas sociais contemporâneas, manifestando-se em desigualdades econômicas, sociais e políticas.

O etnocentrismo, por sua vez, refere-se à tendência de avaliar outras culturas a partir dos padrões da própria cultura. Essa visão não apenas perpetua a ideia de que determinadas culturas são superiores, mas também contribui para a invisibilização das realidades e saberes de grupos marginalizados. Os estudos decoloniais buscam desconstruir essa perspectiva etnocêntrica, promovendo uma abordagem intercultural que reconheça e valorize as diferenças.

A carta de Pero Vaz de Caminha, é irrefutavelmente um documento histórico fundamental para compreender a visão eurocêntrica e colonizadora que marcou o processo de colonização do país. A partir de uma releitura e análise crítica desse texto, é possível problematizar as narrativas oficiais e eurocêntricas que foram construídas em torno da colonização e explorar as múltiplas vozes e perspectivas que foram silenciadas nesse processo.

Para embasar essa reflexão, é importante recorrer a autores que se dedicaram a desconstruir as narrativas coloniais e resgatar as visões e saberes dos povos originários. Eduardo Viveiros de Castro, antropólogo brasileiro, propõe uma abordagem perspectivista que valoriza as diferentes formas de conhecimento e cosmovisões presentes nas sociedades indígenas. Da mesma forma, Manuela Carneiro da Cunha, destaca a importância de dar voz aos povos indígenas e resgatar suas narrativas históricas para desafiar a hegemonia da história oficial.

Além disso, é relevante considerar as reflexões de pensadores como Marilena Chauí, que problematiza a ideia de superioridade europeia e a construção de uma identidade nacional baseada na exclusão e subjugação dos povos originários. A partir de uma perspectiva crítica, Chauí questiona as bases ideológicas do processo de colonização e aponta para a necessidade de reconhecer e valorizar a diversidade cultural e étnica do Brasil.

Por fim, é fundamental citar Ailton Krenak, uma referência que merece nossa reverência como líder indígena, ambientalista, filósofo e escritor, que denuncia os impactos devastadores da colonização sobre os povos indígenas e a urgência de repensar nossas relações com a natureza e com as diferentes formas de vida presentes no país. A partir de uma abordagem intercultural e ecossistêmica, Krenak propõe um diálogo entre diferentes saberes e tradições para construir uma sociedade mais justa e sustentável.

Dessa forma, a releitura e análise crítica da carta de Pero Vaz de Caminha a partir das contribuições teóricas de autores como Viveiros de Castro, Krenak, Cunha e Chauí possibilita repensar a história da colonização do Brasil e explorar novas perspectivas e narrativas que valorizem a diversidade cultural e étnica do país.

A carta de Caminha fornece uma visão detalhada e íntima da chegada dos europeus ao Novo Mundo e das primeiras impressões sobre a terra, a natureza, os povos indígenas e as possibilidades de exploração econômica.

A importância da carta de Caminha reside no fato de que ela é um dos poucos relatos escritos da época que nos permite ter acesso às percepções e representações dos colonizadores sobre Pindorama e seus habitantes. Através das descrições feitas por Caminha, é possível compreender a mentalidade eurocêntrica e colonizadora que permeava o imaginário dos europeus e que fundamentou a justificativa para a colonização e exploração do território.

Além disso, a carta de Caminha também é relevante para entender as relações estabelecidas entre os portugueses e os povos indígenas, revelando as primeiras interações e conflitos que marcaram o encontro entre duas culturas distintas. Através das observações de Caminha, é possível refletir sobre as dinâmicas de poder, dominação e resistência que foram estabelecidas durante o processo de colonização, assim, ela desempenha um papel fundamental como fonte histórica para compreender os primórdios da colonização do Brasil e as representações construídas pelos colonizadores sobre o Novo Mundo. Ao analisar criticamente esse documento, é possível problematizar as narrativas oficiais e eurocêntricas da colonização e resgatar as vozes e perspectivas dos povos indígenas que foram silenciadas nesse processo.

A problematização do colonialismo e da colonialidade do saber é fundamental para compreender as estruturas de poder, dominação e exclusão que foram estabelecidas durante o processo de colonização e que continuam a influenciar as relações sociais, políticas e culturais até os dias atuais. A partir dos estudos e pesquisas contemporâneas que questionam as epistemologias eurocêntricas e a colonialidade do saber, é possível desconstruir as narrativas hegemônicas e resgatar os saberes e perspectivas marginalizadas.

Autores como Walter D. Mignolo, decolonialista argentino, e Aníbal Quijano, sociólogo peruano, são referências importantes para a compreensão da colonialidade do saber. Eles argumentam que o colonialismo não se restringe apenas a uma relação de dominação política e econômica entre colonizadores e colonizados, mas também implica uma hierarquia epistêmica que privilegia o conhecimento produzido a partir da perspectiva europeia em detrimento das epistemologias e cosmologias locais.

Walter D. Mignolo e Aníbal Quijano contribuíram significativamente para a compreensão da colonialidade do saber e para a crítica das epistemologias eurocêntricas dominantes. Suas obras fornecem insights fundamentais sobre as relações de poder, conhecimento e colonialidade que marcam as sociedades contemporâneas. Conforme vimos acima.

Walter Mignolo é um dos principais expoentes do pensamento decolonial e, argumenta que a colonialidade do saber é uma dimensão intrínseca ao colonialismo e à modernidade eurocêntrica. Em suas obras, Mignolo destaca como o conhecimento ocidental foi historicamente construído a partir de uma lógica de dominação e exclusão, que marginalizou e silenciou os saberes e as cosmologias de outras culturas e povos colonizados. Mignolo propõe uma crítica radical às epistemologias eurocêntricas e defende a necessidade de descentrar o conhecimento, valorizando as múltiplas perspectivas e saberes locais.

Por sua vez, Aníbal Quijano, sociólogo peruano, desenvolveu o conceito de colonialidade do poder como uma forma de analisar as relações de poder e dominação que persistem após o fim formal do colonialismo. Quijano argumenta que a colonialidade não se restringe apenas à esfera política e econômica, mas permeia todas as dimensões da vida social, incluindo a produção de conhecimento. Para Quijano, a colonialidade do saber refere-se à imposição de uma epistemologia eurocêntrica que hierarquiza e marginaliza os conhecimentos e as culturas não ocidentais, perpetuando assim relações de subalternidade e exclusão.

O conceito de colonialidade do poder desenvolvido por Aníbal Quijano oferece uma análise profunda das relações de dominação que persistem mesmo após o fim formal do colonialismo. Quijano argumenta que a colonialidade do poder é uma estrutura de poder global que se estabeleceu durante a era colonial e que continua a influenciar as relações sociais, políticas, econômicas e culturais até os dias atuais.

De acordo com Quijano, a colonialidade do poder refere-se à manutenção de hierarquias e relações de dominação que foram estabelecidas durante o período colonial, mas que persistem mesmo após a independência formal das colônias. Essa estrutura de poder implica não apenas a subjugação política e econômica dos países colonizados, mas também a imposição de uma lógica de pensamento, valores e conhecimento eurocêntricos que perpetuam a marginalização e subalternização de outras culturas e povos.

Quijano argumenta que a colonialidade do poder não se restringe apenas à esfera política, mas permeia todas as dimensões da vida social, incluindo a produção de conhecimento, a identidade, a subjetividade e as relações de gênero e raça. Essa estrutura de poder global se manifesta nas desigualdades sociais, econômicas e culturais que continuam a marcar as sociedades contemporâneas, criando um sistema de opressão e exclusão que beneficia as potências coloniais e prejudica os países periféricos.

Ao analisar as relações de dominação sob a perspectiva da colonialidade do poder, Quijano nos convida a compreender como as estruturas coloniais continuam a moldar as relações de poder e a influenciar as formas de pensamento e de conhecimento em nossas

sociedades. Essa análise crítica nos desafia a repensar as bases sobre as quais as relações sociais e epistêmicas são construídas e a buscar formas de descolonização que possibilitem a construção de sociedades mais justas, igualitárias e plurais.

As contribuições de Mignolo e Quijano para a compreensão da colonialidade do saber são fundamentais porque nos convidam a questionar as bases sobre as quais o conhecimento é produzido e disseminado, e a reconhecer as formas de violência epistêmica que são perpetuadas pelas epistemologias eurocêntricas. Ao resgatar as vozes e os saberes marginalizados, esses autores nos desafiam a construir uma epistemologia mais plural e inclusiva, capaz de refletir a diversidade e a complexidade do mundo contemporâneo.

Além disso, autores como Frantz Fanon, pensador anticolonial e psiquiatra martinicano, e bell hooks, teórica feminista negra, também contribuem para problematizar o colonialismo e suas implicações na produção de conhecimento. Fanon, em sua obra "Os Condenados da Terra", analisa como o colonialismo impacta a subjetividade e a identidade dos colonizados, enquanto hooks destaca a importância de descolonizar o pensamento e valorizar os saberes e experiências das comunidades marginalizadas.

A partir dessas perspectivas, é possível estabelecer um contraponto às epistemologias eurocêntricas e questionar os discursos hegemônicos que perpetuam a colonialidade do saber. Ao resgatar e valorizar os saberes locais, indígenas, afrodescendentes e de outras comunidades subalternizadas, é possível promover uma maior diversidade epistêmica.

Como visto acima, a colonialidade do poder influencia de maneira significativa as relações sociais e culturais nas sociedades contemporâneas, perpetuando formas de dominação, exclusão e subalternização que foram estabelecidas durante o período colonial. Essa estrutura de poder global continua a moldar as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais, criando desigualdades e hierarquias que impactam negativamente a vida de indivíduos e comunidades em todo o mundo. Na esfera social, a colonialidade do poder se manifesta na perpetuação de relações de opressão, discriminação e marginalização com base em critérios como raça, gênero, classe social e origem étnica. A hierarquização e a exclusão de grupos sociais minoritários são perpetuadas por estruturas de poder que reproduzem lógicas coloniais de superioridade e inferioridade, contribuindo para a manutenção de injustiças e desigualdades estruturais.

Do ponto de vista cultural, a colonialidade do poder influencia a produção de conhecimento, a valorização de determinadas formas de expressão cultural em detrimento de outras e a imposição de padrões culturais eurocêntricos como normativos e universais. Essa hegemonia cultural contribui para a invisibilização e a marginalização das culturas não

ocidentais, limitando a diversidade de pontos de vista e perspectivas no campo cultural e reforçando estereótipos e preconceitos que perpetuam a exclusão.

Além disso, a colonialidade do poder também se faz presente nas relações econômicas globais, marcadas pela exploração dos recursos naturais e humanos dos países periféricos em benefício das potências coloniais e de grandes corporações transnacionais. Essa exploração econômica desigual contribui para a manutenção de desigualdades estruturais e para a perpetuação da pobreza e da exclusão em diversas regiões do mundo.

Em suma, a colonialidade do poder exerce uma influência profunda e abrangente nas relações sociais e culturais das sociedades contemporâneas, moldando as estruturas de poder, as dinâmicas de dominação e exclusão e as formas de pensamento e de conhecimento. Para promover a justiça social, a igualdade e a diversidade cultural, é fundamental reconhecer e questionar as bases coloniais que ainda permeiam nossas sociedades e buscar caminhos para a descolonização e a construção de relações mais equitativas e plurais.

Assim, a problematização do colonialismo e da colonialidade do saber a partir dos estudos e pesquisas contemporâneas nos convida a repensar as bases sobre as quais o conhecimento é produzido e disseminado, e a reconhecer a necessidade de ampliar o cânone intelectual para incorporar as vozes e saberes historicamente marginalizados.

Os elementos discutidos nessa seção contextualizam, legitimam, embasam e consubstanciam esse trabalho, quanto a existência da nossa aldeia e de outras, a presença dos povos originários no litoral norte, no agreste baiano, em regiões circunvizinhas, assim como do norte ao sul do estado da Bahia, do Nordeste e do Brasil. Apresentando também a importante contextualização sobre o colonialismo e a colonialidade, em busca de construir narrativas mais plurais e inclusivas.

#### Análise Crítica e Propostas de Descolonização:

A análise crítica do colonialismo, da colonialidade do saber, do racismo e do etnocentrismo revela a necessidade urgente de descolonizar não apenas o conhecimento, mas também as práticas sociais e políticas. As propostas de descolonização incluem:

1. Valorização de Epistemologias Locais: É fundamental reconhecer e valorizar os saberes produzidos por comunidades indígenas e afrodescendentes, promovendo sua inclusão nos espaços acadêmicos e na formulação de políticas públicas.

2. Educação Antirracista: A educação deve ser uma ferramenta para desconstruir estereótipos raciais e promover o respeito à diversidade cultural. Isso implica revisar currículos e práticas pedagógicas que perpetuam visões eurocêntricas.

3. Interculturalidade: Promover diálogos interculturais que respeitem as diferenças e busquem a construção de um conhecimento coletivo, onde todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas.

4. Resistência e Ativismo: O ativismo decolonial é essencial para desafiar as estruturas de poder existentes. Movimentos sociais que lutam pela justiça social e pela valorização das culturas marginalizadas desempenham um papel crucial nesse processo

Os estudos decoloniais e a discussão contemporânea sobre decolonialidade representam uma oportunidade de refletir criticamente sobre as heranças do colonialismo e suas manifestações na atualidade. A análise do colonialismo, da colonialidade do saber, do racismo e do etnocentrismo evidencia a necessidade de uma transformação profunda nas estruturas de conhecimento e nas relações sociais. Ao promover a valorização das epistemologias locais e o respeito à diversidade, podemos avançar em direção a uma sociedade mais justa e equitativa.

### 3 METODOLOGIA



Com a finalidade de obter os meios e técnicas necessários, apresentar as escolhas metodológicas, além de cumprir as exigências da academia, entendemos ser imprescindível definir e seguir um processo metodológico para nossa pesquisa. Assim sendo, para atingir o objetivo geral desta pesquisa e para que pudéssemos nos aprofundar no tema proposto, foi necessário prospectar, escavar a história, buscando, junto a trabalhos acadêmicos sérios – artigos, dissertações, teses etc. – reunir uma vasta e confiável bibliografia a fim de mergulhar profundamente na raiz da questão: a carta escrita por Pero Vaz de Caminha relata a invasão (achamento) de Pindorama de forma poética, rebuscada, manipulada, através de um discurso disfarçado de boas intenções, porém cheio de controvérsias, demonstrando, nas linhas e entrelinhas, as reais intenções e escancarando o projeto de colonização perpetrado pelo continente europeu iniciado no século XV – através das excursões ultramarinas com o intuito de expansão territorial e, por conseguinte, econômica, com régio domínio e subjugação dos povos originários do continente hoje conhecido como americano.

Invasão disfarçada de “descobrimento” ou “achamento” em um documento que é considerado como a Certidão de Nascimento de um país, que, na realidade, nada mais é do que uma declaração de expurgo, esbulho e extermínio de vários povos em um processo de genocídio que certamente foi o maior da história humana. Analisar com profundidade o primeiro contato do europeu com nossos ancestrais, assim como, explorarmos a narrativa da carta, se faz possível principalmente pela ordenação metodológica a qual nos propomos.

Este estudo adotará uma abordagem qualitativa, exploratória, histórica e utilizará diferentes métodos de pesquisa, incluindo a análise de discurso, para investigar a carta de Pero Vaz de Caminha. Os métodos utilizados serão bibliográficos, etnográficos, documentais e descritivos, com o objetivo de compreender e interpretar o conteúdo da carta e as representações presentes nela.

1. **Abordagem Qualitativa:** A pesquisa foi conduzida sob uma abordagem qualitativa, que nos permite uma compreensão aprofundada do fenômeno estudado, considerando o contexto histórico, cultural e social em que a carta foi escrita.

2. **Análise de Discurso:** A análise de discurso foi utilizada como principal método de investigação, visando identificar os significados subjacentes, as representações simbólicas e as estruturas linguísticas presentes na carta. A análise de discurso contribuiu significativamente para a essa investigação, permitindo e favorecendo uma abordagem sistemática que nos embasou no aprofundamento da linguagem utilizada, dos discursos presentes e dos significados subjacentes no texto. Alguns dos principais benefícios e contribuições da análise de discurso para a investigação das representações na carta foram:

a. **Identificação de discursos e ideologias:** A análise de discurso nos permitiu identificar e desvelar os diferentes discursos e ideologias presentes na carta de Caminha, revelando as visões, valores e crenças dos colonizadores em relação aos povos indígenas e à nova terra descoberta.

b. **Análise das estruturas linguísticas:** A análise de discurso possibilitou a investigação das estruturas linguísticas utilizadas na carta, incluindo escolhas vocabulares, construções gramaticais e figuras de linguagem, fornecendo insights sobre como os conceitos e as representações são transmitidos e construídos por meio da linguagem.

c. **Exploração dos subtextos e significados ocultos:** A análise de discurso permitiu explorar os subtextos e os significados ocultos presentes na carta de Caminha, além das mensagens explícitas, revelando nuances, ambiguidades e interpretações subjacentes que podem não ser imediatamente evidentes.

d. **Contextualização histórica e cultural:** A análise de discurso nos auxiliou na contextualização histórica e cultural da carta, considerando o contexto em que foi escrita, as práticas discursivas da época e as influências socioculturais que moldaram as representações presentes no texto.

e. **Compreensão das relações de poder e dominação:** A análise de discurso contribuiu para a compreensão das relações de poder e dominação presentes na carta de Caminha, revelando como o discurso colonialista e eurocêntrico influenciou as representações dos

povos indígenas e da terra descoberta. Ao utilizar a análise de discurso na investigação das representações na carta de Pero Vaz de Caminha, foi possível obter uma compreensão mais profunda e crítica dos discursos, das ideologias e das representações presentes no texto, contribuindo para uma análise mais rica, contextualizada e significativa do documento histórico.

3. Método Bibliográfico: realizamos uma revisão bibliográfica extensa, abrangendo obras relacionadas à carta de Caminha, à história do Brasil colonial, à literatura de viagem e aos estudos de análise de discurso, a fim de embasar teoricamente a pesquisa.

4. Método Etnográfico: foram considerados aspectos culturais, sociais e históricos presentes na carta, utilizando uma abordagem etnográfica para compreender o contexto em que a carta foi escrita e as representações dos povos indígenas e da nova terra descoberta.

5. Método Documental: Procedemos uma análise detalhada da carta de Pero Vaz de Caminha, considerando sua estrutura, linguagem, conteúdo e possíveis subtextos, a partir de uma abordagem documental que visa compreender o texto em sua totalidade.

6. Método Descritivo: Foram utilizados métodos descritivos para apresentar e analisar os dados coletados de forma clara, objetiva e sistemática, permitindo uma interpretação rigorosa e fundamentada da carta de Caminha.

O trabalho de campo realizado por meio de um questionário elaborado especificamente para esse fim, foi a técnica metodológica utilizada por considerarmos como melhor opção para vencer as distâncias geográficas entre o pesquisador e os parentes selecionados, o que, além de ser uma técnica usual e aceita em pesquisas qualitativas, permitindo a coleta de dados aprofundados e a obtenção de insights valiosos por meio da interação direta com os participantes. Neste caso, o questionário foi aplicado como parte de um estudo mais abrangente sobre as representações na carta de Pero Vaz de Caminha.

O questionário desempenha um papel fundamental na coleta de dados em pesquisas qualitativas, pois permite uma abordagem mais aprofundada, contextualizada e rica na obtenção de informações e insights dos participantes. Alguns aspectos que destacam a importância do questionário na coleta de dados em pesquisas qualitativas são:

1. Exploração de perspectivas e experiências: O questionário possibilita a exploração das perspectivas, experiências, opiniões e sentimentos dos participantes de forma detalhada e individualizada, permitindo uma compreensão mais profunda dos temas em estudo.

2. Contextualização dos dados: Por meio do uso do questionário, os pesquisadores podem contextualizar os dados coletados, entendendo o significado e a relevância das informações dentro do contexto social, cultural e histórico em que os participantes estão inseridos.

3. Flexibilidade e adaptação: O questionário oferece flexibilidade para adaptar as perguntas de acordo com as respostas e insights dos participantes, permitindo uma abordagem mais dinâmica e personalizada na coleta de dados.

4. Diálogo e interação: Os questionários promovem um diálogo e uma interação direta entre o pesquisador e os participantes, possibilitando uma troca de informações mais rica, profunda e colaborativa durante a coleta de dados.

5. Profundidade e detalhamento: Os questionários permitem uma exploração mais aprofundada e detalhada dos temas em estudo, possibilitando a obtenção de informações detalhadas, exemplos concretos e narrativas significativas dos participantes.

6. Construção de significados: Por meio do questionário, os participantes têm a oportunidade de construir significados, interpretar experiências e expressar suas visões de mundo de forma mais ampla e reflexiva, gerando insights valiosos para a pesquisa.

7. Validação e triangulação: O questionário também pode ser utilizado para validar e complementar outras fontes de dados, como observações, documentos ou análises de discurso, permitindo a triangulação de informações e a obtenção de resultados mais robustos e confiáveis.

Portanto, o questionário é uma ferramenta essencial na coleta de dados em pesquisas qualitativas, proporcionando uma abordagem rica, profunda e contextualizada para a investigação de temas complexos, experiências pessoais e significados atribuídos pelos participantes.

Embasamento e contextualização da técnica:

- O questionário foi escolhido como método de coleta de dados devido à sua capacidade de explorar as percepções, interpretações e significados atribuídos pelos participantes à carta de Caminha, permitindo uma compreensão mais aprofundada das representações presentes no texto.
- A técnica do uso do questionário possibilitou a interação direta entre o pesquisador e os participantes, permitindo que estes expressassem suas opiniões, experiências e visões de forma mais personalizada e contextualizada.

### Validação da técnica:

- A validade da técnica do uso do questionário pode ser confirmada pela riqueza e profundidade dos dados coletados, que proporcionaram insights significativos sobre as percepções e representações dos participantes em relação à carta de Caminha.
- A técnica de uso do questionário foi validada pela consistência e relevância das respostas obtidas, pela diversidade de perspectivas apresentadas pelos participantes e pela contribuição dos dados coletados para responder às questões da pesquisa e atingir os objetivos do estudo.
- Além disso, a triangulação de dados, ou seja, a comparação e integração de diferentes fontes de informação, como a análise de discurso da carta de Caminha e os dados obtidos através do questionário, contribuiu para a validação da técnica e para a elaboração de conclusões robustas e fundamentadas.

Dessa forma, o trabalho de campo realizado por meio de um questionário específico se mostrou uma técnica metodológica eficaz e válida para a coleta de dados e a investigação das representações na carta de Pero Vaz de Caminha, fornecendo uma abordagem rica, participativa e contextualizada para o estudo em questão.

Por meio da combinação desses métodos de pesquisa, este estudo visa oferecer uma análise aprofundada e abrangente da carta de Pero Vaz de Caminha, explorando seus significados, representações e contribuições para a compreensão da história e da cultura brasileira.

Seguimos como passos essenciais para a definição desse processo metodológico os parâmetros técnicos definidos para a construção de uma metodologia. Inicialmente, foi importante identificar a relevância do tema da pesquisa de forma a despertar o meu próprio interesse como pesquisador. Somente a partir daí se tornou possível realizar uma revisão da literatura relacionada ao tema escolhido para identificar lacunas e áreas ainda não exploradas, a revisão da literatura nos auxiliou na escolha das metodologias e abordagens mais adequadas para abordar o problema de pesquisa e melhores práticas, que estabelecemos e assim foi possível partir para a formulação de uma pergunta de pesquisa clara, objetiva e relevante, mas principalmente que nos orientasse no trabalho de investigação. Partindo assim para a delimitação do problema, definindo os limites do problema de pesquisa, estabelecendo o escopo da investigação e identificando quais aspectos deveriam ser abordados de acordo com a justificativa do estudo, para tanto, refletir e apresentar os motivos que justificam a relevância e

a importância do problema de pesquisa, explicando por que ele merece ser estudado e quais contribuições podem ser geradas a partir da sua investigação, passou a ser imperativo, na definição, de forma clara e precisa, dos objetivos que se pretende alcançar com a pesquisa, indicando quais resultados se espera obter e qual é o propósito do estudo.

Ao seguir esses passos essenciais, se tornou possível enquanto pesquisador, definir o problema da pesquisa de forma bem estruturada e fundamentada, que servirá como base para a elaboração do restante da metodologia e assim, para a condução dessa dissertação de mestrado com foco e direcionamento adequados.

### 3.1 METODOLOGIA - ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA

Definidos os parâmetros técnicos, conforme o item anterior, seguimos os passos tecnicamente apropriados para a aplicação da definição metodológica do trabalho. Dentro da perspectiva da abordagem qualitativa da pesquisa, a opção pelo questionário como técnica de pesquisa, os critérios para a escolha dos participantes, entre outros, além dos procedimentos de análise documental da Carta, com base nos conceitos escolhidos no âmbito da Análise de Discurso. conforme segue:

1. Definimos o problema da pesquisa: Identificamos um problema relevante e o delimitamos de forma clara e objetiva.
2. Revisão bibliográfica: Realizamos uma revisão da literatura relacionada ao tema de pesquisa para embasar teoricamente a dissertação.
3. Elaboração de um questionário específico: Desenvolvemos um questionário com perguntas estruturadas e abertas que possam fornecer informações relevantes para responder ao problema da pesquisa.
4. Seleção das pessoas: Definimos critérios para a seleção dos participantes para a aplicabilidade dos questionários, levando em consideração a relevância de suas experiências, faixa etária, gênero, região e conhecimentos para o estudo, procurando assim apresentar um grupo que seja equânime e com representatividade devido ao conhecimento sobre o tema.
5. Aplicação dos questionários: Aplicamos o questionário aos participantes, enviando aos mesmos por e-mail, devido a estarem em diversas regiões do país e até por vezes em comunidades indígenas distantes e/ou com recursos do uso da internet deficiente, inviabilizando assim o uso da técnica de aplicação de entrevistas de forma

presencial ou até mesmo por vídeo conferência, assim coletamos os dados, registrando as respostas de forma sistemática e objetiva.

6. Análise dos dados: Analisamos as respostas obtidas nos questionários, identificando padrões, tendências e insights relevantes para a dissertação.

7. Validação da técnica: Efetuamos a comparação dos resultados obtidos com as respostas dos questionários com a literatura existente e com outras fontes de dados para validar a técnica utilizada.

#### Aspectos éticos:

Para cumprir os parâmetros definidos quanto a ética na pesquisa com seres humanos, tomando como base a Resolução e Norma Operativa que regulamentam os aspectos éticos e considerando que essa pesquisa não foi submetida ao Conselho de Ética na Pesquisa (CEP)<sup>5</sup>, adotamos procedimentos para resguardar esse trabalho de possíveis questionamentos quanto ao ponto de vista ético. Assim, não foi apresentado os nomes dos participantes que responderam os questionários, ainda que os mesmos tenham autorizado a divulgação no próprio questionário, porém como define a Resolução e Norma Operativa da Ética na Pesquisa com Seres Humanos<sup>6</sup>: o fato dos respondentes terem autorizado a publicação de suas respostas ao questionário, não autoriza o pesquisador a nominá-los no trabalho, dado que, deve ser garantido o anonimato dos participantes como um dos princípios mais importantes preconizados pela legislação vigente. Dentro desse contexto, apresentamos os regramentos seguido por esse trabalho dentro dos aspectos éticos:

1. Consentimento informado: Obtivemos o consentimento dos participantes antes de aplicar os questionários, explicando o objetivo da pesquisa, a forma como os dados serão utilizados e garantindo a confidencialidade das informações fornecidas.

2. Anonimato e confidencialidade: Garantir o anonimato dos participantes e a confidencialidade das informações obtidas através dos questionários, evitando a

---

<sup>5</sup> 196/96, assegurando a divulgação das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, promovendo a criação de Comitês de Ética em Pesquisa - CEPs, registrando-os no MS; solicitação de sugestões à sociedade, instituições, etc.

<sup>6</sup> A Resolução CNS nº 510/2016 dispõe normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes, de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana.

identificação das pessoas selecionadas em qualquer publicação ou divulgação dos resultados.

3. Citação dos envolvidos: Citar de forma adequada e ética os participantes que responderam aos questionários, respeitando sua privacidade e protegendo sua identidade.

4. Respeito à autonomia dos participantes: Respeitar a autonomia dos participantes durante as respostas aos questionários, permitindo que expressem livremente suas opiniões e experiências sem qualquer tipo de pressão ou influência externa.

Ao seguir essa metodologia e considerar os aspectos éticos envolvidos na utilização de questionários de pesquisa em uma dissertação de mestrado, o pesquisador poderá obter resultados válidos e relevantes para contribuir de forma significativa para o avanço do conhecimento em sua área de estudo.

Estruturar as sessões que antecedem a discussão mais aprofundada sobre a carta de Pero Vaz de Caminha, a sua repercussão e consequências dentro do contexto das questões indígenas, recuperando e apresentando dados históricos, tornou-se imprescindível para o pleno conhecimento dos fenômenos a serem investigados. Esse recurso metodológico permitiu a nós, e permitirá aos leitores, lembrar elementos históricos necessários para uma plena compreensão e familiarização com o objeto e objetivos da pesquisa, conferindo, assim, a precisão necessária para o rigor metodológico e científico deste trabalho.

Diante disso, entendemos que seja necessário empreender uma pesquisa exploratória, de forma a adquirir todas as informações necessárias para o desenvolvimento do conhecimento proposto, assim, avançamos sobre vasto e consistente material bibliográfico e documental. Para atender a essas necessidades, foi necessário eleger alguns livros, artigos, dissertações e teses como principais fontes de referências, porém, sem abandonar a riqueza literária que envolve o tema e que pode ser encontrada nas referências bibliográficas deste trabalho. O material usado como centro de estudos: Silva (2015); Arroyo (1963); Oliveira e Freire (2006); Seabra (2000); Baniwa (2006); Peloso (1996), além destes, para uma melhor compreensão usamos uma coletânea de mais de 20 livros complementares os quais discorremos no referencial teórico e apresentamos nas referências deste trabalho.

Essas publicações aqui apresentadas, apoiadas por todas as outras devidamente elencadas e de grande importância para a estruturação e o desenvolvimento deste trabalho, foram tomadas como referências norteadoras para o nosso aprofundamento técnico e

constituição das nossas reflexões que foram estruturadas em um discurso contrário ao discurso e às práticas colonialistas.

No transcorrer do trabalho e para melhor entender as consequências da carta onde buscamos apresentar a continuidade do discurso colonialista em diversos textos escritos pelos jesuítas (cartas avulsas), pelos viajantes, cronistas e após o surgimento da imprensa, por jornais, folhetos, livros e mais recentemente pelos canais de rádio, TV e internet, foram usados como base: Briggs e Burke (2016); Martins e Luca (2008); Orlandi (2008); Silva (1995), entre outras obras sobre esse assunto. Além disso, também foram exploradas como fontes secundárias sites e vídeos, que nos possibilitaram apresentar uma análise e, assim, destacar os contextos sociais e culturais, traçando a história aqui apresentada. Para esta seção, nos propomos a apresentar os processos, métodos e o roteiro elaborado para a pesquisa. Apresentar as metodologias que praticamos ao longo desta dissertação, as perguntas norteadoras da pesquisa, seguindo para a performance bibliográfica que caracteriza este trabalho. A análise das entrevistas produzidas no trabalho de campo será apresentada na quarta sessão desta pesquisa conforme a estrutura relatada na sessão anterior.

### 3.2 METODOLOGIA – TÉCNICAS METODOLÓGICAS EMPREGADAS

O documento oficial que narra os primeiros contatos entre os portugueses e os nossos ancestrais, povos nativos originários de Pindorama, e que entendemos como fonte única e assim primária, é a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, conforme dito. Considerado o primeiro documento escrito da história do Brasil, essa carta é uma narrativa composta em formato de diário e com a intenção de fornecer detalhes sobre a nova terra e seus habitantes à Coroa Portuguesa, mais especificamente, ao rei de Portugal, Dom Manoel I. Dessa forma, a carta do escriba português Pero Vaz de Caminha foi o primeiro documento relatando, dentro de um discurso onde se omite a fala do outro, a chegada da esquadra portuguesa e os primeiros contatos da tripulação com os povos indígenas. Nessa carta, o discurso de Caminha está revestido de atitudes que se apresentam em uma ideologia expansionista, etnocêntrica e obviamente eurocêntrica. Esse documento foi escrito e estruturado a partir de uma comparação assimétrica entre o Eu e o Outro.

Ao avançar na pesquisa, avaliamos as análises de discurso efetuadas por diversos especialistas em linguística, o que nos permitiu observar os estudos da comunicação e suas consequências em relação à sociedade hegemônica e à sociedade em formação na nova terra.

Questionar e analisar a carta ao longo da história e suas consequências tornou-se um dos objetivos específicos nesta fase do trabalho.

Além disso, observar o papel da sociedade hegemônica, a sua produção de conteúdo, as suas consequências e repercussões nos primeiros discursos que a sucederam, as influências e alterações na forma de comunicação foram as etapas que percorremos para a consecução do que foi proposto. A pesquisa bibliográfica, etnográfica e documental forneceu os insumos para a fundamentação teórica e o desenvolvimento de textos e contextos, produzindo, na medida do possível, um discurso objetivo, claro e bem consubstanciado.

Para avançar e desenvolver o trabalho sobre este tema, tomamos como opção considerar a natureza do trabalho proposto. Dessa maneira, houve o emprego do discurso analítico e do discurso crítico estruturando esta pesquisa de maneira que pudéssemos dar sentido ao desenvolvimento de nossas reflexões com o intuito de obter os esperados resultados. Assim sendo, sentimos como necessário usar também o método da pesquisa descritiva, por entender ser seu princípio descrever as características de uma população ou grupo social, um fenômeno ou a experiência de um estudo realizado, cabendo assim, dentro dessa perspectiva metodológica, fazer a análise de fatos, o estudo das ocorrências bem como sua interpretação. Entendemos a necessidade de acrescentar a esse método a pesquisa documental que passou a ser, senão imprescindível e indispensável, sendo feita a partir do uso dessas fontes documentais diante das quais procedemos com a análise de elementos históricos sobre o tema da pesquisa e suas relações com os objetivos traçados.

A pesquisa documental foi a fonte que nos possibilitou obter dados retrospectivos e contemporâneos confiáveis, para assim procedermos às análises do decorrer do trabalho. Os documentos, a começar pelo principal deles e tema desta pesquisa, são assim usados como fontes primárias. Somam-se a essa carta fontes como: as cartas avulsas; os relatos de viagens e textos de cronistas e comerciantes que transitaram pelo Brasil colônia; os panfletos, tabloides, periódicos e revistas; as gravuras e pinturas, caracterizando o material iconográfico que tem a pretensão de enriquecer algumas das seções desta pesquisa. Acrescenta-se ainda como fontes secundárias, as monografias, dissertações e teses que abordaram o tema aqui pesquisado; as constituições brasileiras nos artigos que abordam as temáticas indígenas; o Estatuto do Índio e publicações de instituições indigenistas e indígenas dedicadas a analisar as questões indígenas, como o CIMI, APIB, ISA, APOIME, MUPOIBA, COIAB e ANAÍ – ressaltando o valor da pesquisa documental que se tornou de extrema valia para o avanço desta pesquisa.

Dessa forma, podemos caracterizar essa pesquisa metodologicamente como: qualitativa, exploratória, bibliográfica, etnográfica, histórica, documental, e descritiva, tendo como

objetivo geral a análise do discurso do que é considerado o primeiro documento histórico oficial produzido no Brasil – a carta de Pero Vaz de Caminha, seu discurso, repercussões, consequências e as questões relacionados aos povos indígenas.

Assim, para que fosse possível alcançar os objetivos explicitados, foi importante e necessário compreendermos como se constitui uma pesquisa qualitativa.



Fonte: ResearchGate (c2008-2024)<sup>7</sup>

A partir daí, entendemos que uma pesquisa qualitativa se caracteriza pelo exame de evidências baseadas em dados verbais, escritos e visuais para o perfeito entendimento de um fenômeno em profundidade, assim sendo, o surgimento de resultados se dá a partir de dados em primeira instância empíricos, através de uma minuciosa e cuidadosa coleta sistemática, como procedemos na pesquisa em curso.

Para definirmos o uso de uma pesquisa qualitativa, primeiramente, identificamos a abordagem epistemológica que adotaremos, entendendo assim como a melhor opção metodológica para este trabalho, que inclui um estudo de caso desenvolvido através de entrevista realizadas com pessoas indígenas, de diferentes faixas etárias, gêneros e de diversos povos e regiões. Dessa maneira, pode-se dizer que esta pesquisa é qualitativa com abordagem da fenomenologia, pela sua característica de buscar entender a essência do fenômeno, opondo-

<sup>7</sup> Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Esquema-simplificado-para-andamento-de-uma-pesquisa-qualitativa\\_fig1\\_343126145](https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Esquema-simplificado-para-andamento-de-uma-pesquisa-qualitativa_fig1_343126145). Acesso em: 14 out. 2023.

se aos métodos dedutivo e indutivo. A pesquisa utiliza ainda a hermenêutica, “decolonial” e intercultural, no sentido de empreender esforços interpretativos que expliquem o fenômeno exposto.

Em um tema tão atual como o aqui apresentado, torna-se complexo proceder com a delimitação do tempo e do espaço no qual desenvolvemos nossa investigação de forma a obter as necessárias informações para o bom andamento desta pesquisa, nesse caso em específico, isso ocorre por considerar que não bastaria uma análise simples de discurso, mas também é preciso apresentar as consequências, a repetibilidade de um discurso colonialista e, principalmente, o fato de que, somente no século XIX, a carta de Pero Vaz de Caminha foi publicada no Brasil. Considerando ainda que sua narrativa influenciou e ainda influencia o imaginário construído sobre nós, povos originários, essa dificuldade de delimitação se acentua.

Porém, definimos como marco inicial a chegada dos portugueses ao litoral baiano, os primeiros contatos e a escrita da carta no ano de 1500, passagem do século XV para o XVI, e fazendo um corte no século XVII trazendo assim a continuidade do discurso ali produzido por outros atores, deixando, no entanto, uma lacuna que pretendemos dar continuidade em um próximo trabalho, mantendo, dessa maneira a “porta aberta” para a continuidade desta pesquisa e divulgação de artigos, livros e, quem sabe, até uma tese de doutorado, visto que esse tema de pesquisa vem sendo desenvolvido desde a minha graduação em jornalismo e vem seguindo aqui nesta dissertação de mestrado, que pela riqueza e largueza do tema, certamente merece ter continuidade.

Obviamente, não tomamos a decisão de proceder a essa delimitação de forma aleatória, mas, sim de forma imperiosa, diante da temática escolhida. É importante ressaltar como dito acima que, pela grandiosidade do tema, e levando em consideração o tempo e espaço disponíveis, entendemos como necessário resumir este trabalho de forma a atender às especificidades que a academia define como regra para um trabalho de dissertação, embora tenhamos acrescentado a experiência necessária de um saber-fazer para, posteriormente, explorarmos o riquíssimo acervo bibliográfico, documental, histórico e cultural que reunimos e certamente será utilizado na produção de material literário e na continuação deste trabalho.

A pesquisa exploratória foi utilizada, não apenas para nos familiarizarmos com o tema para atingir os objetivos da pesquisa, mas, também, para buscar os dados históricos sobre a carta de Pero Vaz de Caminha, retomando e avivando memórias a fim de melhor discorrer sobre as condições sociopolíticas e o contexto no tempo em que ela foi escrita para, enfim, proceder com as análises, através das narrativas colhidas. Podendo-se assim constatar que a pesquisa se fundamentou na coleta e análise de dados, em livros, documentos, revistas, jornais, artigos na

internet, leis, dissertações, teses, documentos iconográficos e em uma pesquisa de campo bem articulada e com a representatividade necessária, envolvendo indivíduos e comunidades dentro do contexto indígena.

Certamente, a nossa compreensão passa pela justificativa da pesquisa, que entendemos que se dê pela sua relevância social ao apresentar uma história que se desenvolve, se apresenta e demonstra todo etnocentrismo que, talvez tenha aí a sua origem documentada e que, assim, de diferentes modos, promoveu a submissão e escravização dos povos indígenas do Brasil. A partir desse discurso etnocêntrico e eurocêntrico, vigorou no Brasil a violência contra nós, povos indígenas, a nossa cultura e costumes, levando muitos povos dos nossos antepassados à extinção ou a perdas culturais, territoriais e de população, incluindo aí a língua, arte, rituais, conhecimentos e tecnologias ancestrais. Nesse sentido, entendemos que esta pesquisa contribui para a informação e conscientização da sociedade brasileira sobre a importância das populações indígenas no processo de ressignificação da identidade nacional, pois, como questiona Octavio Ianni (2004) no trecho abaixo:

Afinal, quem é o brasileiro? O modo pelo qual define o índio acaba por transformá-lo em “outro”, especial, à parte, diferente, estranho, estrangeiro. Pode tanto ser um fato da natureza como um estranho estranhado, estrangeiro. Se não é, pode ser; potencialmente. A sua língua, a sua cultura espiritual e material, os seus deuses, tudo acaba servir de base para que a FUNAI e o Estatuto do Índio estabeleçam uma política indigenista que se funda, de modo explícito ou por implicação, na ideia de que o “índio” se distingue e se contrapõe ao “nacional”. O que é dar uma resposta por nós mesmos, enquanto povos originários na contemporaneidade e assim sucessores dos que aqui estiveram. indiscutível é que essa política não o reconhece como nacional, nem brasileiro. É o “índio”, ou “silvícola”, visto como outro, diferente, estranho, estrangeiro na sua terra (IANNI, 2004 *apud* A REAL, 2016).

### 3.3 TRABALHO DE CAMPO – QUESTIONÁRIOS, ANÁLISES E MÉTODOS APLICADOS

Dar uma resposta ao que foi escrito por Caminha e de acordo com tudo o aqui colocado em um árduo, meticuloso, minucioso e como já dito quase arqueológico trabalho que se torna obviamente o objetivo principal desta pesquisa.

Para tanto, partimos do princípio de promover a escuta daqueles que foram silenciados na Carta de Caminha. Assim, selecionamos 15 parentes (pessoas indígenas), pertencentes a povos e comunidades diferentes na contemporaneidade, para através de um questionário de pesquisa, fornecessem suas opiniões, subsidiando a construção de uma carta resposta

consistente e representativa, abarcando uma visão que reúne uma maior amplitude de pensamentos e que atende parte dos objetivos desse trabalho. Ao reunir indivíduos diferentes, povos diferentes, além de diferentes faixas etárias e gêneros, intencionando trazer uma resposta bem elaborada e participativa daqueles que foram os mais afetados pelo processo de invasão, ou seja, nós os povos originários.

Para que isso fosse possível, elaboramos um questionário de pesquisa específico, de forma, a não ficar limitado a realização de entrevistas presenciais ou até mesmo de forma remota, o que seria completamente inviável, dado as agendas, dificuldades técnicas de acesso a internet e distâncias que envolvem os parentes (indígenas) selecionados.

O critério de seleção seguiu a necessidade de contemplar e dar voz a maior diversidade possível de povos incluindo, homens, mulheres, LGBTQIA+, jovens, adultos, anciões, aldeados e em contexto urbano, assim entendemos dar a maior representatividade possível.

Elaboramos assim um questionário de pesquisa, conforme modelo abaixo, de forma que assim pudéssemos, coletar os dados necessários para cumprir o que é determinado metodologicamente como uma pesquisa qualitativa, coletar e compilar esses dados apresentando seus resultados estatísticos além é claro, obter a opinião de cada um dos entrevistados a trechos diferentes da carta respondendo dentro da sua visão e assim gerando subsídios e material para compor uma resposta com a representatividade de todos os entrevistados.

### 3.4 QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

O uso de questionários em pesquisas acadêmicas é uma prática comum e válida, desde que seja realizada de forma ética, respeitando os princípios da legislação vigente, bem como os códigos de ética profissional, a Resolução e Norma Operativa que regulam as pesquisas com seres humanos, assim como, o Código de Ética do Jornalismo. Abaixo, apresentamos alguns argumentos fundamentados sobre a validade e importância do uso de questionários em pesquisas acadêmicas:

1. **Legislação Vigente:** De acordo com a legislação vigente, a realização de pesquisas acadêmicas com questionários é permitida desde que sejam respeitados os princípios éticos e legais que regem a privacidade, a confidencialidade e o consentimento informado dos participantes. É importante obter autorização e

consentimento dos entrevistados para a participação na pesquisa, garantindo a proteção dos seus direitos e a segurança das informações coletadas.

2. Ética para o uso de Questionários de pesquisa: A realização de questionários em pesquisas acadêmicas deve pautar-se por princípios éticos, como o respeito, a honestidade, a imparcialidade e a transparência. Os aplicadores devem garantir a confidencialidade das informações obtidas, respeitar a autonomia e a privacidade dos participantes, e assegurar que as respostas sejam utilizadas de forma ética e responsável, sem violar a integridade dos entrevistados.

3. Código de Ética do Jornalismo: Para os pesquisadores que também atuam na área do jornalismo, é importante seguir os princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do Jornalismo, que orienta a conduta dos profissionais da área em relação à veracidade das informações, à proteção da fonte, à privacidade dos selecionados e à honestidade na coleta e divulgação de dados. O respeito aos princípios éticos do jornalismo é essencial para garantir a credibilidade e a legitimidade das respostas realizadas.

4. Validade da Pesquisa: O uso de questionários em pesquisas acadêmicas contribui para enriquecer e aprofundar a coleta de dados, permitindo a obtenção de informações qualitativas e subjetivas que não seriam captadas por meio de métodos quantitativos. Os questionários possibilitam a interação direta com os participantes, favorecendo a compreensão de suas experiências, percepções e opiniões, e enriquecendo a análise e interpretação dos resultados obtidos.

Na aplicação de questionários em pesquisas acadêmicas, é fundamental respeitar uma série de princípios éticos que garantam a integridade, a dignidade e os direitos dos participantes envolvidos no estudo. Alguns dos princípios éticos que devem ser observados incluem:

1. Consentimento Informado: É essencial obter o consentimento informado dos participantes antes de iniciar a aplicação dos questionários, explicando claramente os objetivos, os procedimentos, os riscos e os benefícios da pesquisa. Os participantes devem estar cientes de sua participação voluntária e ter a liberdade de consentir ou recusar a participação sem sofrer qualquer tipo de consequência.

2. Confidencialidade e Anonimato: Os dados e informações obtidos durante a aplicação dos questionários de pesquisa devem ser tratados com confidencialidade e respeito à privacidade dos participantes. É importante garantir o anonimato dos

entrevistados, protegendo sua identidade e evitando a divulgação de informações pessoais sem o consentimento prévio.

3. Respeito e Não Maleficência: Os pesquisadores devem respeitar a autonomia, a dignidade e os direitos dos participantes durante a aplicação dos questionários, evitando qualquer forma de coação, intimidação ou discriminação. É fundamental assegurar que a pesquisa não cause danos físicos, emocionais ou psicológicos aos participantes, protegendo seu bem-estar e sua integridade.

4. Honestidade e Transparência: Os pesquisadores devem ser honestos, claros e transparentes em relação aos objetivos, aos métodos e aos resultados da pesquisa, evitando qualquer forma de manipulação, falsificação ou omissão de informações. A honestidade na coleta e na análise dos dados é essencial para garantir a credibilidade e a confiabilidade da pesquisa.

5. Beneficência e Justiça: Os pesquisadores devem buscar o benefício dos participantes e da sociedade em geral por meio da pesquisa, promovendo a produção de conhecimento relevante e útil. É importante assegurar a equidade, a imparcialidade e a justiça na seleção dos participantes, na abordagem dos temas e na divulgação dos resultados da pesquisa.

6. Respeito pela Cultura e Diversidade: Os pesquisadores devem respeitar a diversidade cultural, étnica, religiosa e social dos participantes, evitando estereótipos, preconceitos e generalizações. É fundamental considerar a pluralidade de experiências, perspectivas e vozes dos participantes, promovendo uma abordagem inclusiva e respeitosa na realização das entrevistas.

A Resolução Normativa nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Essa Resolução estabelece os princípios éticos a serem seguidos em pesquisas com seres humanos, incluindo a aplicação de questionários, visando garantir a proteção dos participantes e a qualidade dos estudos realizados. Destaco alguns pontos relevantes da Resolução Normativa nº 466/2012: “ao respeitar esses princípios éticos na aplicação de questionários em pesquisas acadêmicas, os pesquisadores garantem a integridade, a legitimidade e a relevância da pesquisa, promovendo o respeito pelos direitos e pela dignidade dos participantes envolvidos no estudo”.

Em suma, o uso de questionários em pesquisas acadêmicas é válido e relevante, desde que seja realizado de forma ética, respeitando os princípios legais, os códigos de ética profissional e os direitos dos participantes. A aplicação dos questionários de pesquisa é uma

ferramenta importante para a coleta de dados qualitativos, aprofundando a compreensão do objeto de estudo e enriquecendo a pesquisa acadêmica.

Este questionário tem como função a coleta de dados e opiniões em atendimento às exigências da pesquisa qualitativa do mestrando Josival Moreira de Souza (Nankupé Tupinambá Fulkaxó) do PPGEAFIN – Educação Africana, Povos Indígenas e Culturas Negras da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

### 3.4.1 O questionário

Vimos convidá-lo(a) enquanto cidadão(ã) pertencente a um povo originário resistente e sobrevivente das ferramentas colonialistas a que nossos povos foram submetidos, a participar desse questionário de pesquisa onde pretendemos coletar dados estatísticos, além de contribuir com a composição da resposta que será elaborada com a participação dos selecionados para esse fim.

Data:

Nome:

- 1) A qual povo você pertence?
- 2) Como você interpreta o tom e o conteúdo da carta de Pero Vaz de Caminha?
- 3) Qual é a importância histórica desse documento para a compreensão da colonização do Brasil?
- 4) Em sua opinião, quais são os principais aspectos culturais e sociais retratados na carta?
- 5) Como você enxerga o discurso presente na carta de Caminha?
- 6) Você acredita que a carta de Caminha retrata de forma precisa a realidade dos povos originários na época da colonização?
- 7) Em que medida a carta de Caminha influenciou a construção da identidade nacional brasileira?
- 8) Você considera que a carta de Caminha possui valor literário? Por quê?
- 9) Como a carta de Caminha se relaciona com outros textos literários brasileiros?
- 10) Como você responderia, enquanto pessoa indígena ao seguinte trecho da carta de Pero Vaz de caminha:

[...] Muitos deles ou quase a maior parte dos que andavam ali traziam aqueles bicos de osso nos beiços. E alguns, que andavam sem eles, tinham os beiços furados e nos buracos uns espelhos de pau, que pareciam espelhos de borracha; outros traziam três daqueles bicos, a saber, um no meio e os dois nos cabos. Aí andavam outros, quartejados de cores, a saber, metade deles da sua própria cor, e metade de tintura preta, a modos de azulada; e outros quartejados de escaques. Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha [...].

**NOTA:** Os trechos da carta de Caminha foram alternados de forma que se pudesse obter a análise da maior quantidade de trechos possíveis.

Agradecemos a sua participação, certamente a suas respostas nos serão muito úteis na compilação dos dados e principalmente na elaboração da carta resposta que é a grande finalidade deste trabalho de pesquisa.

Kûekatureté,

*Nankupé Tupinambá Fulkaxó*

### 3.5 TÉCNICAS DE APLICABILIDADE

As técnicas de aplicação de questionários de pesquisa são ferramentas essenciais para a coleta de informações e dados relevantes em diversas áreas de estudo. Com o avanço da tecnologia, surgiram novas formas de coletar dados, como as entrevistas feitas por vídeo conferência, por e-mail, por formulários de entrevistas e por questionários de pesquisas, elaborados especificamente para cada contexto e aplicados também a distância e por e-mail. Assim, se tornando uma opção prática e eficiente para alcançar pessoas em diferentes lugares ao mesmo tempo. Optamos por uma pesquisa estruturada, seguindo um roteiro previamente elaborado, usando um questionário de pesquisa com perguntas abertas, de forma a dirigir as perguntas dando liberdade ao entrevistado para responder e discorrer sobre as suas respostas, além de envolvê-los na pesquisa, convidando-os a participar da composição de uma resposta representativa a carta de Pero Vaz de Caminha<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Seguindo os princípios e normas éticas os nomes dos entrevistados foram ocultados.

### 3.6 SELECIONADOS

Buscamos dentro do processo de seleção para a aplicação do questionário de pesquisa, envolver pessoas indígenas, pertencentes a povos diversos, de diferentes regiões e que contemplasse as diversas faixas de idade envolvendo, jovens, adultos, anciãos, assim como buscamos uma abrangência de gênero envolvendo, homens, mulheres e o público LGBTQIA+ de forma a obter a maior diversidade possível e claro a maior amplitude de representatividade. Conforme apresentamos acima e seguindo os princípios e normas éticas os nomes dos entrevistados foram ocultados. Assim sendo, divulgamos a composição de abrangência e o nome dos povos que participaram da pesquisa.

Dentro dessas perspectivas apresentamos aqui os dados estatísticos dos entrevistados:

**Pessoas indígenas: 15 = 100%**

- Mulheres: 5 = 33,33%
- Homens: 5 = 33,33%
- LGBTQIA+: 5 = 33,33%
- Jovens: 5 = 33,33%
- Adultos: 5 = 33,33%
- Anciões: 5 = 33,33%
- Pessoas de 21 a 30 anos (jovens): 5 = 33,33%
- Pessoas de 30 a 49 anos (adultos): 5 = 33,33%
- Pessoas de 49 a 82 anos (anciões): 5 = 33,33%

**Comunidades Indígenas (15):**

- Payayá;
- Guajajara;
- Tupinambá (Litoral Norte);
- Munduruku;
- Puri;
- Tupinambá (Oliveira);
- Pataxó Hãhãhãe;
- Imboré;

- Fulkaxó;
- Makuxi;
- Terena;
- Xavante;
- Camacã;
- Tsukopyg Otxuk Ayone;
- Kariri Xocó;

### 3.7 OS QUESTIONÁRIOS - RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DADOS

O presente relatório trata da análise dos resultados provenientes de informações obtidas por meio dos questionários referentes à pesquisa sobre a "Carta do Descobrimento". Documento escrito e enviado ao rei de Portugal em 1500 relatando o que o escrivão da armada portuguesa Pero Vaz de Caminha chamou de "achamento".

Ao questionários estruturados conforme já relatado nos tópicos anteriores, foram selecionadas 15 pessoas, todas indígenas, pertencentes a 15 povos diferentes, buscando assim a obtenção das respostas necessárias ao atendimento metodológico da pesquisa qualitativa. O relatório ora apresentado é o resultado do trabalho de campo com a finalidade de reunir e analisar os dados coletados. Além disso, as pessoas selecionadas foram provocadas a construir respostas a trechos diferentes da carta com a finalidade de aplicar as respostas obtidas na elaboração final de uma resposta construída de forma coletiva usando a opinião de cada entrevistado de forma a gerar a representatividade necessária e apresentar um trabalho que não apenas atenda aos requisitos metodológicos, mas principalmente que cumpra o objetivo principal da pesquisa que é responder a carta de Pero Vaz de Caminha.

Com intuito de compreender com mais afinco a percepção e opinião de cada entrevistado estruturamos este documento baseado em três eixos de análise, a saber: 1 - Qualificação, pertencimento e interpretação; 2 - Percepção, entendimento e opinião; 3 Construção de uma resposta coletiva.

### **3.7.1 Eixo 1 - Qualificação, pertencimento e interpretação.**

As questões respondidas sobre a temática em questão somam nove interrogações com perguntas abertas e uma questão aberta onde o 'parente' é provocado a dar uma resposta sobre um trecho da carta a ele enviado, as quais seguem em análise:

A primeira pergunta "a qual povo você pertence?" destina-se a apresentar a maior variedade possível de povos, buscando assim ampliar a representatividade na construção de uma resposta coletiva. Embora o número de respondentes signifique apenas 4,92% dos povos existentes hoje, que são 305, conforme o Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023). Consideramos esse número satisfatório para a pesquisa, como uma amostragem do público geral e também pela limitação de tempo e espaço para ampliar a quantidade de entrevistados e assim envolver um maior número de povos.

### **3.7.2 Eixo 2 - Percepção, entendimento e opinião.**

Ao tratar sobre "como você interpreta o tom e o conteúdo da carta de Pero Vaz de Caminha", as respostas seguiram uma variante que se inicia a partir do reconhecimento da mesma como um documento histórico, ainda que se evidencie a ignorância e insensatez do seu autor e dos demais invasores dentro de uma cultura eurocêntrica que permaneceu e permanece ainda ativa até os dias atuais. aparece também nas respostas a consideração que a maneira com que a carta foi escrita foi um acinte ao nosso território invadido e ao nosso povo falante das línguas Tupi e Guarani e por quase todos os demais povos não falantes dessas línguas que coabitavam Pindorama, sendo considerado um acinte principalmente por considerarem a invasão ou disfarçarem a invasão de "achamento", enquanto nós sabemos que foi uma invasão cuja cronologia de violência aponta para os processos de etnocídios, genocídios, glotocídios<sup>9</sup>, epistemicídios<sup>10</sup>, que nossos povos foram submetidos, compreendo ainda a ausência de alteridade e a imposição de uma lógica eurocêntrica sem a noção de relativismo cultural.

---

<sup>9</sup> Enfraquecimento da língua nativa em uma área a fim de promover a implantação de uma língua de fora.

<sup>10</sup> Processo de inviabilização e ocultação das contribuições culturais e sociais não assimiladas pelo 'saber' ocidental – Boaventura de Souza Santos.

### 3.7.3 Eixo 3 - Construção de uma resposta coletiva.

A questão dez do questionário foi individual, sendo que cada um dos 15 recebeu um trecho da carta e foi provocado a criar uma resposta para o trecho recebido de forma que pudéssemos usar esse material para construir uma resposta coletiva a “carta do descobrimento” escrita por Pero Vaz de Caminha.

A carta aponta para divergências da realidade dos fatos e evidencia sérias violações aos direitos humanos dos nossos parentes da época. Acredita-se que a carta foi escondida ou a ela não foi dada a atenção esperada pelo autor por parte da monarquia, tendo sido achada somente 300 anos depois e publicada com diversos cortes e censuras, o que somente veio ser reparado tempos depois. Houve também na sequência respostas que apontam para a carta como a descrição de uma perspectiva histórica equivocada e construída sob uma ótica colonialista como era usual à época. Em certa medida, a carta cumpre um papel de “mito de origem”, apesar de ser um relato de viagem. É possível observar que o europeu não chegou em nossos territórios com a disposição de entendimento do outro, assim sendo, não havia como compreender nossas perspectivas. Fica também evidente no documento, já naquela época, a criação dos estereótipos que nos acompanham estigmatizados até os tempos atuais.

Durante todo o documento fica claro a falta de respeito e alteridade por parte dos portugueses, assim como o total desinteresse em nos conhecer, conhecer a nossa cultura e forma de viver, preocupando-se apenas em fazer um relato com suas impressões, derivadas dos seus pensamentos totalmente eurocêntricos. Então a carta cumpre um papel de “mito de origem” à medida que ela não apresenta uma visão honesta de um “primeiro contato”. Não somos apresentados como povos ricos em história, cultura, conhecimentos e donos da terra. Nossas culturas não foram consideradas avançadas dentro de seus contextos, assim como os europeus consideravam a si mesmos, pelo contrário, fomos considerados atrasados. A carta apela para que o Rei mobilize esforços para nos “civilizar” dentro da cultura ocidental e para nos catequizar dentro do cristianismo católico.

A terceira questão trata de "qual é a importância histórica desse documento para a compreensão da colonização do Brasil", as respostas se fundamentam colocando o documento como ponto central, usado como fonte para a construção de uma história que sistematizou a

invasão: a hierarquia do invasor que podia e fazia as “guerras justas”, o índio genérico, a proibição das línguas, o índio canibal, demoníaco, polígamo, herege, preguiçoso, exótico: “aquele que deve morrer”. Segundo um dos entrevistados, a partir dessa construção teria começado o nosso sofrimento, o sofrimento de um povo que vivia tranquilo, autônomo, em seu habitat sem doenças, sem maldade, sem receber ordens do povo branco, que transformou hábitos e costumes. Ainda dentro das respostas encontramos o relato, do olhar tendencioso, numa narrativa colonialista, que pode ser considerado o ponto de partida para um olhar diacronicamente crítico, para que num futuro seja construída uma sociedade que permita que nós, povos indígenas, sejamos autores de nossa própria narrativa e assim deixemos um legado de identidade, de voz e vez para nossos descendentes.

Acrescenta-se as respostas, à afirmação da importância desse documento e que o mesmo seja lido e debatido nos espaços de saber, dentro das universidades e escolas. Sendo de extrema valia o relato do primeiro contato oficial entre portugueses e os nossos ancestrais habitantes do território que viria a ser sequestrado pela empreitada colonial, afirmando ainda o quanto é impressionante como esse período de contato inicial foi reduzido à clássica pergunta “Quem descobriu o Brasil?”, seguida da resposta “Pedro Álvares Cabral”. A leitura, a análise, o debate, desse documento abre uma amplitude de questionamentos acerca da real natureza desse primeiro contato. Quem eram esses povos do primeiro contato, de que forma eles viviam, de que forma eles lidaram com a chegada dos portugueses, assim como, quem eram os portugueses no relato, de que forma eles nos percebiam e quais eram as suas intenções naquele contato. Ou seja, ao concluir a compilação dos dados e opiniões referentes a essa questão, encontramos quase que uma unanimidade na afirmação que a carta teve grande importância e influência na construção de uma história que não condiz com a realidade dos acontecimentos e muito menos com o julgamento, preconceituoso, racista e eurocêntrico do autor.

Acerca da questão "quais são os principais aspectos culturais e sociais retratados na carta" obtivemos as seguintes respostas de acordo com a análise: A carta retrata um choque cultural entre a cultura praticada pelos europeus e pelos nossos ancestrais que aqui viviam, de modo que o português considera a sua cultura superior à dos nossos povos. percebe-se o choque cultural ao observar por exemplo os hábitos dos nossos povos em relação à nudez, e a sexualização dos corpos femininos como é evidente no relato contido na carta. É perceptível a incompreensão e o choque em relação às perfurações no rosto e o desrespeitoso relato em forma

de "zombaria" com um ancião que usava uma pedra (tembetá) no seu furo labial, o que jamais poderia ser entendido. As brincadeiras e zombarias hoje denominadas de bullying ainda é algo muito presente nos dias de hoje. Na carta é possível identificar que os nossos parentes usavam as pinturas corporais cotidianamente, o que também causa um choque aos portugueses que nada sabiam ou sabem sobre o significado de nossas pinturas.

Em seu relato, Caminha primeiro discorre que não tínhamos qualquer tipo de casa, para depois relatar que habitávamos em ocas, que ele descreveu como "choupanas", grandes como naus, em que viviam 30 a 40 pessoas. Esse tipo de moradia certamente contrasta peremptoriamente ao modelo de casa europeia, planejada para a vida de uma família mononuclear. Aparece também na carta as diferenças alimentares, pois já naquela época o europeu se alimentava de forma desconectada com o meio natural, assim não enxerga a separação evidente entre o que seria floresta e o que seria plantação, o que o fez concluir mais uma vez de forma equivocada que não plantávamos e que vivíamos da coleta, caça e pesca exclusivamente e assim não passamos de selvagens. Essa é uma visão idealizada, apartada da realidade. Fruto do romantismo fantasioso de um conquistador. Que, conforme a visão eurocêntrica da época, tudo que fosse diferente do conhecido, era inferior. De maneira que os portugueses não conhecem a nossa cultura e forma de vida, estranharam muito a nudez, os corpos pintados, os adereços usados na boca, nariz e orelhas, nossos cantos e danças certamente muito diferentes das práticas europeias. Desprovidos da noção do relativismo cultural, o que sobressai é a exuberância da fauna e flora, alguns utensílios e práticas do cotidiano de um povo. Embora quanto aos aspectos culturais e sociais da forma de pensar do absolutismo da época, fomos considerados seres inferiores.

Já a questão 5 sobre "qual a opinião sobre a visão presente na carta de Caminha", as respostas convergiram para a percepção de uma visão eurocêntrica e de clara propaganda da empreitada colonial, enfatizando a ideia de superioridade racial, cultural e espiritual dos europeus. Além da tentativa de tirar proveito pessoal buscando se aproximar do poder, usando nosso povo como barganha para ganhar a confiança e descobrir as riquezas existentes nas nossas terras. Tratando-se de uma visão conquistadora e predatória. Cabendo-nos agora a construção de um futuro diferente.

Aquela visão desde o primeiro contato e a primeira colonização está presente no que fomos ensinados por uma educação eurocêntrica, colonial, capitalista, ocidental e cristã que

engendrou preconceitos, estereótipos e invisibilidade dos nossos povos, assim como negou suas inteligências, conhecimento, formas de organização, cosmovisões, contribuições, etc. Naturalmente ele expressou na carta, mesmo com sua ignorância, o pensamento de uma parte do mundo que desconhecia outras culturas com civilizações mais avançadas que a deles.

Sobre se acreditam "que a carta de Caminha retrata de forma precisa a realidade dos povos originários na época da colonização", as respostas trouxeram as seguintes questões: Aos olhos do dominador e para satisfazer aquela "missão" Sim. Hoje, o pensamento global é outro. A verdade apareceu!

Porém, para a grande maioria das respostas, houve a afirmação que não, a realidade retratada foi imprecisa, estando muito longe da verdade. O relato retrata um quadro minúsculo e específico, equidistante da diversidade étnica dos nossos povos, sendo tecnicamente impossível ele abordar a realidade, pela falta de conhecimento, pela diversidade dos povos, pelo curto tempo de contato e pela sua identidade cultural e social distante. Além disso, os relatos não se diferenciam dos relatos dos nossos ancestrais. Hoje, talvez, muitos tenham esquecido por falta de diálogo com os mais velhos, que o catolicismo tratava nosso povo com muito rigor e muito castigo.

Por outro lado, é preciso compreender as lentes através das quais Caminhas nos enxergou e enxergou o "novo mundo", para que assim possamos entender o que seria a realidade dos nossos povos e o que foi apenas uma projeção dos preconceitos europeus.

Acerca da pergunta sobre "em que medida a carta de Caminha influenciou a construção da identidade nacional brasileira" obtivemos resposta que convergiram para a afirmação de que houve total influência, reproduzindo o pensamento do colonizador e toda sociedade tendo esses pensamentos seguidos até os dias atuais, a carta de Caminha teve grande impacto, sendo o ponto que inaugurou o imaginário dos europeus e a afirmação que esses seriam superiores a nós, chegaram trazendo a civilização e a salvação espiritual para nós, os "bárbaros". Tendo inclusive sido os nossos povos forçados e escravizados, para construir as primeiras cidades brasileiras, igrejas e trabalhar na agricultura das grandes fazendas e aldeamentos. A Carta de Caminha segue como referência na construção da identidade do nativo brasileiro, uma referência equivocada que gera preconceito, discriminação e apagamento, contra os quais, travamos batalhas de luta e resistência de inúmeras formas. Certamente a carta de Caminha serviu como fonte de evidência para a construção da história brasileira no século XIX, sendo, sem dúvidas,

a cartilha para o devir desde a educação, negócios, cartórios, leis, tratados, liminares como fundadora do arcabouço de apropriações dos nossos povos.

Sobre o questionamento do valor literário da carta na pergunta "você considera que a carta de Caminha possui valor literário e por que", obtivemos em todas as respostas de forma consensual a afirmativa do seu valor literário, apesar de ser um relato de viagem, com a intenção de objetividade, o relato é rico em subjetividades. O maior valor na carta é entender o que aqueles navegadores pensavam, destrinchar qual a mentalidade daquele primeiro contato. De que forma eles nos percebiam, qual seriam suas intenções, seus valores, seus planos, não sendo nenhum demérito no texto em referência considerar o seu valor literário. Há nele uma série de descrições e inferências que se constituem num rebuscamento de escrita com usos de algumas figuras, inclusive, as metáforas. Na literatura luso-brasileira, esta carta possui inegável valor literário e histórico, mas é importante dizer que foi um "tiro no pé" tal explanação, pois, no olhar da história e do tempo, se configurou uma inverdade a ser reescrita, uma narrativa, redigida intencionalmente e minuciosamente que se tornou hoje um referencial teórico para o combate e valorização da nossa identidade.

Encerrando o segundo eixo dos questionários, respondendo "Como a carta de Caminha se relaciona com outros textos literários brasileiro", conclui-se da análise que se acredita que a influência da carta de Caminha perdura até os dias atuais, prova disso são reproduções em diversos contextos literários como "Erro de Português" de Oswald de Andrade, que claramente contraria a ideia de superioridade portuguesa. Mas, ao longo da história, o texto de Caminha foi o ponto inicial de um processo contínuo de etnocídio nos territórios que viriam a ser sequestrados pelo que hoje é entendido como nação brasileira. Um relato falso e cruel que provocou e influenciou uma série de outras escritas tornando a desconstrução difícil, pois a partir desse absurdo de conteúdo, todo um gênero literário correlacionado, seguiu seu fluxo com a mesma inverdade.

A carta de Caminha foi a base da idealização do indígena na literatura. Tanto no aspecto da identidade, como no romantismo do colonizador. Isso se evidencia em Gonçalves Dias e José de Alencar principalmente, mas a partir destes clássicos, forma-se a visão de novas produções e de seus leitores diacronicamente. Foi uma bula. Uma "bíblia". Afetou os diários, notícias, tratados, diálogos das grandezas, arte, quadros, gravuras, pinturas, retratos, crônicas,

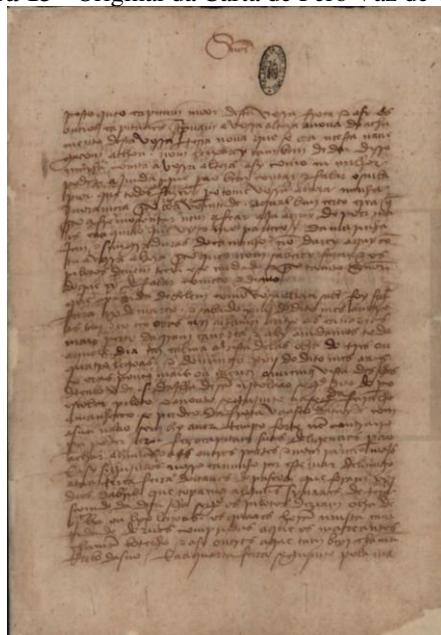
cartas, relatos, cartas missionárias, livros, romances, jornais, filmes que se constituíram através desses relatos.

Explicitada aqui a metodologia que estamos desenvolvendo neste trabalho, esclarecemos ainda que é nosso intuito investigar e analisar com profundidade a carta de Pero Vaz de Caminha, as narrativas e suas abordagens acerca dos primeiros contatos, a continuidade desses discursos no conhecido “Brasil colonial”, mas, principalmente e incluindo os seus efeitos, dentro de uma proposta decolonial e descolonizada.

#### 4 A CARTA - ANÁLISE CRÍTICA

Considerando que o documento em questão, *A carta de Pero Vaz de Caminha*, quando analisado, apresenta fortes evidências de uma ideologia eurocêntrica, com um forte viés etnocêntrico, o que até certo ponto se justifica por ter sido escrita por um europeu a serviço da Corte Portuguesa, portanto um indivíduo da elite, pertencente e coadunado com uma linha de pensamento carregada de forte conceito político, monárquico, religioso, explorador e nacionalista, que já trazia uma visão que rompia com todos os conceitos de humanidade e soberania. Ao examinarmos essa carta com o olhar contemporâneo, ela se torna não apenas equivocada, mas, inadmissível, repugnante, aviltante, desumana e degradante, visto o grande genocídio a que foram submetidos os habitantes de todo o continente hoje chamado de América.

**Figura 13** - Original da Carta de Pero Vaz de Caminha



**Fonte:** Arquivo Nacional Torre do Tombo (c2008)

#### 4.1 A CARTA – BREVE RELATO

Achamos pertinente apresentar, ainda que de forma breve e superficial, quem foi Pero Vaz de Caminha, para que possamos ter uma base da sua linha de pensamento ideológico.

**Figura 14** - Pero Vaz de Caminha



**Fonte:** Fundação Pero Vaz de Caminha (s.d.)

A data de nascimento do escrivão português Pero Vaz de Caminha (Figura 14) é imprecisa, mas acredita-se que ele tenha nascido na cidade de Porto por volta do ano de 1450. Seu pai, Vasco Fernandes de Caminha, era cavaleiro do Duque de Bragança (Bernardes, [s.d.]).

De acordo com Bernardes (s.d.), a carta que Caminha escreveu para o rei de Portugal, Dom Manuel, considerada a "certidão de nascimento do Brasil", demonstra que ele teve um alto nível de instrução formal, devido à erudição que o documento apresenta.

Caminha herdou de seu pai o cargo de mestre da balança da Casa da Moeda em 1476, tornando-se então tesoureiro e escrivão. Além disso, Caminha foi cavaleiro real e tinha uma ótima relação com a nobreza de Portugal à época, bem como com membros da Igreja etc. Ele também foi vereador na cidade do Porto (Pero, 20--?).

Em relação à sua vida pessoal, Pero Vaz casou-se com Catarina Vaz de Caminha, tornando-se pai de Isabel Caminha posteriormente, sua única filha (Pero, 20--?). Em relação ao teor de sua carta, “acredita-se que tenha realizado uma viagem à Guiné antes de 1500, pelas

comparações que faz na carta entre os nossos povos aqui encontrados e os negros da costa ocidental da África” (Pero, 20--?).

Caminha foi nomeado como escrivão oficial da feitoria de Calicute, na Índia, que havia sido criada pelo navegador português Vasco da Gama, e que foi designada para que Cabral ampliasse. Dessa maneira, em 1500, Caminha se juntou à frota de Cabral tendo como missão real assumir o papel de escrivão dessa feitoria (Pero, 20--?). Sobre isso, assim descrevem:

Partiu em 9 de março de 1500 de Lisboa, rumo à Índia, em um dos maiores feitos náuticos da época, a maior esquadra que Portugal já teria organizado até então, composta por 13 navios e aproximadamente 1500 homens, na sua maioria soldados. Entre eles alguns experientes capitães e nobres impulsionados pelo projeto ultramarino em curso que trazia a promessa de riqueza a todos. A esquadra portuguesa depois de perder navios e enfrentar uma forte calmaria e por ordem do Capitão-mor. Afastou-se da costa africana, para evitar as perigosas calmarias do golfo de Guiné que paralisavam os navios de vela, ou obedecendo às instruções do rei Dom Manuel I, como relatam alguns historiadores. Dom Manuel I, teria orientado o Capitão no sentido de reconhecer e explorar a faixa de terra que caberia a Portugal na América, pelo tratado de Tordesilhas. Assim, em 22 de abril de 1500 foi avistado o que ficou conhecido por Monte Pascal e se confirmou a existência das terras (Pero, 20--?).

A carta de Pero Vaz de Caminha foi finalizada em 1º de maio de 1500 e, no dia seguinte, foi levada por Gaspar de Lemos para Portugal a fim de ser entregue ao destinatário, o rei. Além da carta de Caminha, Gaspar também levou as cartas do Mestre João Faras e de Cabral. A carta de Caminha só foi revelada a público em 1773, quando José de Seabra a encontrou, após quase três séculos guardada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, localizado em Lisboa, sendo publicada pelo historiador Juan Batista Munhoz. No Brasil, essa missiva foi publicada apenas em 1817 pelo padre Manuel Aires de Casal na obra *Corografia Brasílica*. Meses após a escrita da carta, já em Calicute, Caminha veio a falecer em 15 de dezembro de 1500 (Pero, 20--?).

Buscamos privilegiar uma construção textual de forma a circunstanciar os leitores dentro do contexto histórico, nos mantendo fiel ao tema proposto, mas ampliando a nossa delimitação de forma a trazer importantes fatos consubstanciados com fontes e evidências, que apresentam de forma irrefutável as nefastas consequências – principalmente para nós, povos originários – da invasão levada a cabo pelo então Reino de Portugal, abrindo as portas para outros europeus, como os holandeses, espanhóis, franceses e ingleses. Obviamente, não poderíamos deixar de fora desse trabalho as questões referentes a nós indígenas, assim, pretendemos, já na primeira seção, explorar os aspectos históricos considerados importantes

que caracterizam os primeiros contatos com os viajantes europeus quando desembarcaram na costa de Porto Seguro, Bahia.

**Figura 15 - A Primeira Missa no Brasil - Pintura de Victor Meirelles (1861)**



Fonte: Infoescola (c2006-2024)

Na representação de Victor Meirelles (Figura 15), datada de 1861, podemos já de princípio iniciar alguns questionamentos, dentre eles, a afirmação de Caminha em um trecho da sua carta, onde diz que nós, os povos indígenas ali presentes, assistimos à missa com curiosidade e respeito, o que, na sua análise, demonstra a importância da religião.

Ao que nos parece, a mais apropriada interpretação é a dada pelo Professor Francisco Guimarães – professor de História Indígena da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Mestre em Educação, formador e um dos coordenadores do Magistério Indígena da Bahia e do Curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena (LICEEI) da UNEB, Doutor em educação e orientador desta pesquisa. Guimarães (2008) apresenta-nos o quadro *Primeira Missa*, pintado por Victor Meirelles em 1861, como uma das imagens mais recorrentes sobre nós e o nosso comportamento nos livros didáticos de História. A provocação se estabelece com a pergunta: “qual o papel do índio nessa representação?” (Guimarães, 2008, p. 57).

Para em seguida trazer a crítica: “o índio assiste passivamente à celebração. Não esboça nenhuma reação ao que se passa em seu território” (*ibid.*, p. 57). Com a afirmação do

que é apresentado hoje nas escolas: “Essa será a tônica da história indígena contada nos livros didáticos” (*ibid.*, p. 57).

Problematizando:

[...] "Tomando o próprio quadro de Victor Meireles como exemplo, apresentamos aqui uma releitura da cena, que nos parece bastante sugestiva. O primeiro passo nessa experiência de intervenção iconográfica é imaginarmos um momento anterior à celebração da missa que é o corte de uma árvore pelos portugueses para fazer a cruz.

Depois, de volta ao quadro, numa reconfiguração da cena, temos os índios Tupiniquim, atônitos, vendo todos os portugueses prostrados diante de uma cruz feita com a árvore morta, a partir do que fazem a sua leitura do ritual encenado, afirmando na língua Tupi: I kewere arabutan jucapyra! (Eles cultuam árvores mortas!).

Nessa intervenção iconográfica, fazemos um deslocamento da condição “icônica” da cruz de um universo cultural para outro, ao apresentarmos os Tupiniquim enquanto sujeitos ativos na cena, operando sua capacidade de leitura e de produção simbólica.

A fala Tupiniquim nos permite o acesso a uma metáfora cosmovisiva, em que a Primeira Missa passa a ser vista, na ótica indígena, como o primeiro culto a uma árvore morta pelos portugueses no Brasil (Guimarães, 2008, p. 58).

### **I kewere arabutan jucapyra! (Eles cultuam árvores mortas!)**

Não lhe parece muito mais coerente a interpretação na qual Guimarães (2008) apresenta um deslocamento da condição simbólica da cruz e assim transita entre os aspectos culturais de ambas as sociedades (europeia e indígena) transformando o universo cultural do português para uma visão indígena que reconhece o ritual ali apresentado como “um culto às árvores mortas”?

Nesta seção, discorreremos sobre o discurso produzido por Pero Vaz de Caminha, carregado por aspectos altamente ideológicos e eurocêntricos de acordo com a cultura dominante que se fez valer desde a intrusão portuguesa em Pindorama. A análise de discurso da carta de Pero Vaz de Caminha objetiva sustentar as afirmações sobre o caráter etnocêntrico, ideológico, referente, sugestivo e manipulador do discurso nela contido, que deu início à construção de uma imagem estereotipada e marginalizada sobre nós, povos originários, ali denominados como “índios”.

Obviamente pela limitação do espaço e tempo, pela natureza do trabalho e grandeza do tema, fomos forçados a delimitar esta pesquisa, abdicando de algumas importantes fontes, porém, mantendo toda a atenção e esforços para fundamentar consistentemente com fontes e evidências que tragam a merecida credibilidade para a pesquisa desenvolvida.

A nossa história é marcada por uma infinidade inenarrável de conflitos que se intensificam e se evidenciam após o desembarque dos portugueses no litoral de Porto Seguro no ano de 1500, século XVI. São vários os relatos e muitas as histórias que foram contadas por diversos atores, corroborando para a construção de fontes que posteriormente foram usadas na construção da história do Brasil atual.

O primeiro desses relatos sobre nossos antepassados, os povos originários aqui encontrados, também é considerado o primeiro documento oficial do Brasil, onde o escrivão português Pero Vaz de Caminha, em sua histórica carta dirigida a D. Manoel I, então rei de Portugal, conhecido como “o venturoso”, relata a chegada e o encontro dos tripulantes da esquadra portuguesa, sob o comando do capitão-mor, Pedro Álvares Cabral, com os povos originários aqui encontrados.

A carta de Pero Vaz de Caminha leva consigo não apenas exaltações, elogios e críticas, mas também uma trajetória curiosa, confusa e até misteriosa. O documento em questão foi publicado pela primeira vez no Brasil, somente em 1817, ou seja, após trezentos anos da sua redação. Foi o padre Manuel Aires de Casal o autor de sua primeira publicação na *Corografia Brasílica* (1817), em uma versão com vários cortes e censura por parte do religioso que omitiam partes importantes do documento. Antes disso, a carta estava em meio a documentos da monarquia portuguesa nos arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa, onde foi descoberta em 1773, pelo guarda-mor José de Seabra da Silva, que é considerado hoje o descobridor da carta. Uma cópia, guardada no Arquivo Real da Marinha, no Rio de Janeiro, trazida ao que se supõe por D. João VI, quando da vinda da família real portuguesa para o Brasil, foi o que possibilitou em 1908 que Capistrano de Abreu reconstituísse esse documento com todos os detalhes, antes censurados e omitidos por Manuel Aires de Casal.

A Professora Sheila Hue, em artigo para o jornal O Globo intitulado *Pero Vaz de Caminha, o ouro e as vozes silenciadas dos indígenas* (2021), apresenta uma análise muito consistente e lúcida sobre o escrito de Caminha:

Uma das cenas mais significativas da carta de Pero Vaz de Caminha ocorre logo no início, na descrição do encontro entre os navegadores portugueses e os povos indígenas. Era o contato inaugural. Uma pequena embarcação se afasta da recém-chegada frota, que acabara de cruzar o Atlântico, e se aproxima da praia. Tripulantes que já tinham estado na África e na Índia se aproximam. São recebidos por cerca de 20 homens tupi, com arcos e flechas, em posição de batalha.

Segundo relata Caminha, terminam trocando chapéus europeus por cocares e colares de contas. Há vozes e gritos de um lado e de outro, mas o escrivão registra apenas o som das ondas, da arrebentação ruidosa. “Não pudemos entender a fala deles nem os ouvir direito por causa do mar que quebrava na costa”, registra, no dia 23 de abril de 1500, ao largo do Rio do Frade, no Sul da Bahia. Outro depoimento, também escrito por um tripulante, conhecido como Relato do piloto anônimo, dá uma versão diferente, em que as falas dos habitantes são bem ouvidas, a ponto de identificarem que aquela língua não se parecia com nenhuma que conheciam, como o árabe ou os idiomas africanos da costa atlântica: “não havia ninguém na armada que entendesse a sua linguagem”. O ruído das ondas, em Caminha, funciona como uma espécie de metáfora do silenciamento, de uma não escuta das vozes indígenas ali presentes (Hue, 2021).

A questão do silenciamento das nossas vozes fica muito evidente nessa manipulação metafórica que se torna recorrente em todo o documento, inclusive em outras falas do nosso povo, exemplo disso se faz ao observarmos como foi ignorada a fala de uma das nossas lideranças, um ancião, conforme o relato de Caminha:

[...] depois andou o Capitão para cima ao longo do rio, que corre sempre chegado à praia. Ali esperou um velho, que trazia na mão uma pá de almadia. Falava, enquanto o Capitão esteve com ele, perante nós todos, sem nunca ninguém o entender, nem ele a nós quantas coisas que lhe demandávamos acerca de ouro, que nós desejávamos saber se na terra havia. Trazia este velho o beijo tão furado, que lhe caberia pelo furo um grande dedo polegar, e metida nele uma pedra verde, ruim, que cerrava por fora esse buraco. O Capitão lha fez tirar. E ele não sei que diabo falava e ia com ela direito ao Capitão, para lha meter na boca. Estivemos sobre isso rindo um pouco; e então enfadou-se o Capitão e deixou-o. E um dos nossos deu-lhe pela pedra um sombreiro velho, não por ela valer alguma coisa, mas por amostra. Depois houve-a o Capitão, segundo creio, para, com as outras coisas, a mandar a Vossa Alteza [...] (Caminha, 1500, p. 14).

Está evidente, em todo o relato apresentado na carta, que não era interesse para Caminha, ou qualquer outro cidadão português ali presente, escutar, interpretar ou entender as vozes do nosso povo, o interesse fica bem explícito em praticamente todo o documento. A descrição é minuciosa quanto às nossas artes, adereços e instrumentos por nós usados e alguns por eles levados, como o “manto Tupinambá”, o primeiro levado de nós e enviado ao rei D. Manuel.

Essa não escuta se tornará uma constante em muitos tratados, cartas, notícias e outros gêneros de escrita que relataram, lance a lance, a colonização do território. O padre Manuel da Nóbrega, ainda no século XVI, afirmou que

indígenas eram como papel em branco, onde se poderia escrever o que quisessem (Hue, 2021).

A carta de Pero Vaz de Caminha, para além da promoção do silenciamento do nosso povo, traz uma narrativa recheada de más intenções, provocando mal-entendidos e conduzindo a interpretações preconceituosas e racistas que foram seguidas por outros tantos cronistas em diversos documentos que ajudaram na construção de um imaginário altamente prejudicial para todos nós, povos originários, imaginário que, infelizmente, não ficou no passado, mas reverbera em cada um de nós até os dias atuais. Fato é que o grande feito da invasão do Brasil proporcionou a coroa portuguesa o desenvolvimento da sua sanha capitalista mercantil, colonialista, expansionista e exploratória em detrimento de milhões de vidas dos nossos povos que aqui viviam há milhares de anos com as nossas culturas, modo de vida, línguas, arte, crenças e credos dentro de uma cosmologia própria que pouco interessava para as aspirações de Portugal.

Historiadores debateram, durante muito tempo, sem que tenham chegado a um consenso, uma dúvida que paira desde sempre é sobre a chegada da esquadra portuguesa a Porto Seguro ter sido de fato por acaso ou intencional. Fatos como o relato de alguns contemporâneos de Caminha sobre uma tempestade que teria desviado o curso dos navios e os trazido para o Brasil, curiosamente, não são relatados nem por Caminha nem pelos demais integrantes da frota, o que nos leva a crer que a chegada da esquadra de Cabral ao Brasil foi intencional e sigilosamente programada, de forma que Portugal pudesse assumir sua posição na América do Sul, de acordo com o Tratado de Tordesilhas.

Podemos afirmar peremptoriamente, quer pela história quer pelos resultados obtidos ou pelos relatos dos nossos antepassados, que a chegada e os primeiros dias que aqui passaram os portugueses foram o início de um martírio em um violento e brutal desmonte e desintegração dos nossos povos que aqui viviam. O que os portugueses chamaram de “achamento”, no primeiro momento, veio a ser denominado de “descobrimento” *a posteriori*, no processo de conquista de novos territórios que, para os europeus, seria uma forma de adquirir riqueza e poder, conforme Hue (2021):

Os nove dias em que a frota de Cabral esteve no que viria a ser o Brasil, relatados na carta, são o marco inicial de um brutal processo de desintegração das sociedades que ali se encontravam. A chamada conquista do território, do ponto de vista europeu, que pretendia “desbravar” (tornar não-bravo, não-

selvagem) e “civilizar”, ou seja, inculcar os valores do pensamento humanista e da religião católica, significou para os povos indígenas a invasão de seu território.

Iniciar essa sessão partindo da ideologia praticada perpassa por conceituar e contextualizar a ideologia – podendo esse conceito ser entendido de diversas outras formas com grande amplitude de significados. O que trazemos aqui é o entendimento do termo “ideologia” dentro de uma análise crítica, na qual é compreendido como uma forma de imposição e de dominação, que se evidencia a partir do poder de persuasão e convencimento do outro de “ideias” e convicções preconcebidas que são impostas ao outro ou outros. Dessa forma, pode-se afirmar que o uso de marcas ideológicas explícitas na carta de Pero Vaz de Caminha, certamente exerceu o seu poder de influenciar e persuadir aqueles que a ela tiveram acesso.

É a partir desse conceito que nos propomos a fazer a análise da Carta de Pero Vaz de Caminha, questionando se essa pode ser mesmo considerada como um documento histórico e literário brasileiro. Ao descrever os primeiros contatos com nossos povos e suas primeiras impressões sobre as características da terra onde aportaram, questionando seus relatos e apontando fatos que contradizem o que ali foi escrito, é possível constatar facilmente que as intenções por detrás do que ali foi escrito se apresentam ao longo do documento, evidenciando os interesses econômicos e colonizadores perpetrados pela monarquia portuguesa em alinhamento com os projetos ultramarinos europeus bem como com uma cultura eurocêntrica, ou seja, as descrições ali contidas denotam os interesses ideológicos nela contados.

Assim, usando os conceitos de Chauí (2008) e Kothe (1997), que irrefutavelmente são grandes especialistas no assunto da ideologia, embasamo-nos para afirmar a influência da ideologia em epígrafe na realidade dos fatos, encobrando, dessa maneira, a “verdade”.

Nesse documento, Pero Vaz descreve para o rei D. Manuel I as experiências vividas pelos integrantes da esquadra portuguesa nas terras em que aportaram, a sua descrição sobre os primeiros contatos com os povos aqui encontrados e suas impressões sobre a terra seguem de acordo com o seu próprio julgamento de importância e conveniência sobre o que deveria ser relatado.

Para tanto, procedemos a uma análise embasada em material técnico conforme os aqui já citados, para com a praticidade e criticidade necessárias, exercer a criticidade do olhar histórico, poder refletir sobre o ali descrito e a coerência com a realidade, o que nos leva a

perceber que não existe coerência entre os fatos relatados por Caminha, que foram conduzidos e interpretados de forma utópica e ilusória, denotando um verdadeiro devaneio, dado ao seu entusiasmo com a nova terra e o arraigamento à visão portuguesa vigente na época.

Não achamos necessário proceder a uma análise densa léxica e gramatical, embora entendamos que será sim pertinente apresentar uma visão ainda que superficial da gramática usada. Nesse contexto nos valem de Martins (2005), que apresenta uma análise bem aprofundada. Diante disso, nos propomos a apresentar uma análise gramatical e lexical da carta de Caminha, de forma simplificada, destacando algumas citações e referências por considerar que poderá enriquecer este trabalho de pesquisa.

#### 4.2 BREVE ANÁLISE GRAMATICAL E LEXICAL

Em termos gramaticais, a carta de Caminha apresenta uma linguagem bastante formal, típica do período renascentista. Em estilo de crônica, escrita como um diário, o autor utiliza uma estrutura sintática complexa, com períodos longos e encadeados, além de uma pontuação cuidadosa. Um exemplo disso pode ser observado no trecho: “ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha” (Caminha, 1500). Nesse trecho, podemos notar o uso de orações subordinadas, como “que, de as muito bem olharmos”, que contribuem para a complexidade da estrutura sintática.

No que diz respeito ao vocabulário utilizado por Caminha, é possível observar uma grande riqueza lexical, principalmente para a época. Embora tendenciosa, o autor descreve detalhadamente a fauna e flora encontradas, utilizando termos específicos como “papagaios”, “araras”, “sabiás” e “pintassilgos”. Além disso, ele também faz referência a elementos culturais dos nossos povos, demonstrando um interesse em compreender e descrever a diversidade cultural encontrada na nova terra, ainda que as suas intenções colonialistas se façam evidentes em todo o seu discurso.

Outro aspecto interessante da carta é a forma como Caminha nos descreve. Ele utiliza termos como “gente mui bem feita”, “gente de boníssima simplicidade” e “gente de muito bons costumes”, inserindo aí de forma capciosa a demonstração da superioridade cultural que fica explícita em todo o contexto da carta, dentro da visão ideológica e eurocêntrica, que lhe regia

os pensamentos em discurso referente como pretendemos identificar e apontar ao longo desta pesquisa.

Em relação às citações e referências presentes na carta, é importante destacar a menção ao rei de Portugal, Dom Manuel I, a quem a carta é endereçada. Caminha (1500) faz questão de ressaltar a importância da descoberta da nova terra para a coroa portuguesa, afirmando que “se a terra for de aproveitamento, como tudo faz crer, dar-se-á nela tudo por bem empregado”.

Além disso, o escrivão português também faz referência à religião católica, mencionando a construção de uma ermida e a realização de uma missa em terras brasileiras. Ele relata que nós, os povos indígenas ali presentes, assistimos à missa com curiosidade e respeito, o que demonstra a importância da religião na visão do autor.

Segundo Martins (2005), a ortografia usada por Caminha demonstra que, na época da escrita, a língua portuguesa ainda não estava estruturada teoricamente e, assim, a sua escrita representa a mesma segmentação da fala, o que significa dizer que as palavras átonas se apoiam nas palavras tônicas. A ortografia de Caminha é uma reprodução da sua oralidade, assim como se fosse uma criança em período de alfabetização:

A ortografia seiscentista, semelhantes à adotada por crianças, nos dias de hoje, deve-se ao fato de se tratar de uma língua, cuja consolidação iniciou-se por volta de 1095, quando vários nobres de diversas regiões se uniram para expulsar os mouros que dominavam a região, onde hoje é Portugal. Na época, a língua falada era a mesma empregada em toda a Galiza, o galego-português. Segundo Haug (1989), em *História da Língua Portuguesa*, “a língua portuguesa, já com feição própria, distinta dos outros falares da região e com características que a distinguiam do galego, se consolidou a partir do século XIV.

Historicamente, fica evidente, que a língua portuguesa, na época em que foi escrita a Carta de Pero Vaz de Caminha, ainda não estava estruturada teoricamente, uma vez que a primeira gramática da língua portuguesa – *Grammatica da lingoagem portuguesa* – de Fernão de Oliveira teve sua primeira edição em 1535, o que permitiu o uso de uma língua escrita, com a mesma segmentação de fala, isto é, as palavras átonas apóiam-se nas palavras tônicas. Vemos erros do tipo: *apartir*, em adultos com boa escolaridade. A ortografia de Caminha reproduz a oralidade, mantendo a mesma naturalidade das crianças em período de alfabetização (Martins, 2005, p. 31-32).

#### 4.3 IDEOLOGIA VIGENTE NA EUROPA NO SÉCULO XV: PROJETOS ULTRAMARINOS E A SITUAÇÃO DA NOBREZA DE PORTUGAL

O século XV foi um período de grandes transformações na Europa, marcado por invasões a diversas terras, principalmente no continente de Abya Ayala, hoje continente Americano, os europeus denominaram seu processo de dominação como “descobertas geográficas” e “avanços tecnológicos” que trouxeram grandes mudanças sociais. Nesse contexto, a ideologia vigente na época refletia as aspirações e interesses das nações europeias, especialmente no que diz respeito aos projetos ultramarinos.

Esses projetos expansionistas foram uma das principais características da ideologia europeia no século XV. Com a expansão marítima, as nações europeias buscavam novas rotas comerciais, riquezas e territórios para colonizar. Portugal, em particular, foi um dos países pioneiros nesse movimento, liderado por figuras como o Infante Dom Henrique, conhecido como “o Navegador”.

Através de suas expedições, Portugal estabeleceu rotas comerciais com o Oriente, explorou a costa africana e, em 1500, chegou ao Brasil. Esses projetos ultramarinos eram motivados por uma combinação de fatores, como a busca por especiarias, o desejo de expandir o Cristianismo bem como de expandir os seus territórios criando colônias, explorando e escravizando povos inteiros, além da competição com outras nações europeias, como Espanha, Holanda, França e Inglaterra.

A nobreza de Portugal desempenhou um papel fundamental nesse contexto. A nobreza era composta por uma elite privilegiada da qual nosso protagonista aqui, Pero Vaz de Caminha fazia parte lá no terceiro ou quarto escalão. Fato é que essa nobreza detinha poder político, econômico e social. No século XV, a nobreza portuguesa estava em busca de prestígio e riqueza, e viu nos projetos ultramarinos uma oportunidade de alcançar esses objetivos.

Muitos nobres portugueses financiaram e participaram de expedições marítimas, fornecendo recursos financeiros, serviços e navios. Além disso, eles também ocuparam cargos importantes nas expedições, como capitães e governadores das colônias. Essa participação ativa da nobreza nos projetos ultramarinos fortaleceu seu poder e influência, além de proporcionar oportunidades de enriquecimento através do comércio, do pilhamento, da expropriação, da exploração de recursos naturais e da escravização de pessoas.

No entanto, é importante ressaltar que nem todos os nobres portugueses se beneficiaram igualmente dos projetos ultramarinos. A nobreza estava dividida em diferentes camadas sociais,

com alguns nobres desfrutando de privilégios e riquezas, enquanto outros se serviam do que sobrava e ainda outros enfrentavam dificuldades financeiras. Além disso, a participação da nobreza nos projetos ultramarinos também gerou tensões e rivalidades entre as famílias nobres, que competiam pelo poder e pelos lucros provenientes das colônias.

Para compreender a ideologia vigente na Europa no século XV, é importante considerar as obras e os pensadores da época. Um exemplo é o livro *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel (1996). Nessa obra, Maquiavel discute a importância do poder político e da conquista de territórios, influenciando a forma como os governantes europeus pensavam sobre a expansão ultramarina.

Outra referência bibliográfica relevante é o livro *Os Lusíadas* de Luís de Camões (1982). Essa obra épica narra as conquistas e os feitos dos navegadores portugueses, exaltando a ideologia dos projetos ultramarinos e a importância da nobreza na expansão do império português.

Assim, analisar o conceito de ideologia, conforme acima apresentado e apontar as marcas ideológicas contidas na carta de Caminha, traz para o centro da discussão o questionamento desse documento como um documento informativo, histórico e literário. Ao proceder essa análise é possível identificar as influências ideológicas e sua capacidade de influenciar os leitores quanto a realidade.

#### 4.4 A IDEOLOGIA

A ideologia é um conceito complexo e multifacetado que desempenha um papel fundamental na compreensão das estruturas sociais, políticas e culturais. Assim, definir e conceituar a ideologia, incluindo citações de autores renomados, como Marilena Chauí, que contribuíram significativamente para o estudo desse tema se faz fundamental dentro desse trabalho.

A ideologia pode ser compreendida como um conjunto de ideias, crenças, valores e representações que orientam e legitimam as práticas sociais, políticas e culturais de determinado grupo, classe ou sociedade. Segundo Marilena Chauí, a ideologia “é um conjunto de representações que fazem sentido em uma determinada época, para uma determinada classe social, e que têm o efeito de mascarar a realidade e de legitimar a dominação” (Chauí, 1984).

A ideologia desempenha um papel crucial na reprodução das relações de poder e dominação, influenciando a forma como os indivíduos percebem a realidade, interpretam os

acontecimentos e constroem suas identidades. Para Louis Althusser, a ideologia é “um sistema de representações que age sobre os indivíduos e os interpela como sujeitos, moldando suas identidades e comportamentos de acordo com os valores e normas dominantes” (Althusser, 1971).

A ideologia desempenha diversas funções em uma sociedade, tais como a legitimação da ordem social existente, a naturalização das desigualdades e a reprodução das relações de classe. De acordo com Karl Marx, a ideologia é “o conjunto de ideias da classe dominante em qualquer época, que se tornam as ideias dominantes da sociedade como um todo” (Marx, 1846).

A ideologia é um conceito central nas ciências sociais e humanas, desempenhando um papel fundamental na compreensão das estruturas sociais, políticas e culturais. A definição e conceituação da ideologia aqui apresentadas, com base em citações de autores como Marilena Chauí, evidenciam a complexidade e a relevância desse tema para a análise crítica das sociedades contemporâneas e que pretendemos explorar dentro do contexto deste trabalho.

Ainda que com toda a complexidade que permeia diversos aspectos da vida social, política e cultural. Entendemos como necessário, além das definições e conceituações apresentadas anteriormente, de relevada importância destacar algumas nuances e dimensões adicionais relacionadas à ideologia:

1. Construção de consensos e hegemônias: A ideologia desempenha um papel fundamental na construção de consensos e hegemônias dentro de uma sociedade, influenciando a forma como as pessoas pensam, agem e se relacionam umas com as outras. Ela pode ser utilizada para legitimar determinadas formas de poder e controle, bem como para manter estruturas de dominação existentes.
2. Ideologia como instrumento de controle: Em muitos casos, a ideologia é utilizada como um instrumento de controle social, moldando as percepções e comportamentos dos indivíduos de acordo com os interesses dominantes. Ela pode ser empregada para reforçar valores, normas e crenças que sustentam determinadas estruturas de poder e hierarquias sociais.
3. Crítica e desconstrução ideológica: A análise crítica da ideologia é essencial para compreender e questionar as representações, discursos e práticas que moldam a realidade social. Autores como Michel Foucault e Slavoj Žižek propuseram abordagens que visam desconstruir e desnaturalizar as ideologias dominantes, revelando as contradições e os mecanismos de poder subjacentes.

4. Ideologia e resistência: Apesar de seu potencial coercitivo, a ideologia também pode ser contestada e subvertida por meio de formas de resistência e contraideologia. Movimentos sociais, manifestações culturais e discursos dissidentes podem desafiar e questionar as ideologias hegemônicas, abrindo espaço para novas narrativas e perspectivas emancipatórias.

5. Ideologia e pluralidade: É importante reconhecer que a ideologia não é monolítica e homogênea, mas sim plural e diversificada, refletindo os múltiplos interesses, visões de mundo e identidades presentes em uma sociedade. A pluralidade ideológica pode gerar conflitos, debates e negociações em torno de valores, práticas e significados diversos.

Em suma, a ideologia é um conceito dinâmico e em constante transformação, que influencia e é influenciado pelas estruturas sociais, políticas e culturais em que se insere. A análise crítica da ideologia é essencial para compreender as relações de poder, as representações sociais e as dinâmicas de dominação e resistência presentes na sociedade contemporânea.

Sendo a ideologia um conjunto de ideias sobre atributos éticos, valores morais, convicções religiosas que norteiam e dão sentido a cosmovisão de um indivíduo dentro do seu grupo social e assim gerando sua visão sobre a realidade enxergada a na qual se inserem é que esses indivíduos expressam à sua maneira de ver e como são levados a enxergar a realidade e difundi-la. É dessa forma que esses indivíduos expressam os seus pensamentos e ideias, julgando explicar o seu grupo social e o lugar ocupado por eles na sociedade em que vivem. De acordo com Marilena Chauí na obra *O que é ideologia* (2008), “temos, portanto, uma teoria geral para a explicação da realidade e de suas transformações que, na verdade, é a transposição involuntária de relações sociais muito determinadas para o plano das idéias” (Chauí, 2008, p. 13).

Dentro dessa visão da Professora Marilena Chauí, quando um indivíduo expressa uma ideia por ele elaborada, ele imagina que produziu uma teoria neutra, sendo que na realidade, ele não se dá conta (ou até se dá conta) que está nele toda uma carga ideológica adquirida do seu grupo social, histórico e político que influenciou a composição da ideia expressada.

Assim sendo, as características da ideologia podem ocultar a realidade existente ao passo que influencia e conduz a sociedade de acordo com sua cultura e princípios básicos e isso acontece principalmente do ponto de vista histórico-social, de forma, que a ideologia: “[...] tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas e a capacidade ou não que elas possuem para explicar a realidade que as provocou” (Chauí, 2008, p. 13-14).

Isso leva à conclusão de que a ideologia, maquia a realidade, promovendo um “ocultamento da realidade social”, que conforme Chauí:

[...] esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os dominantes legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas (Chauí, 2008, p. 24).

Através da ideologia uma classe social exerce a sua dominação sobre outras, subjugando, ocultando e encobrendo a realidade sem que a classe dominada se dê conta do fato. Levando e acreditando em uma visão distorcida e até por vezes manipulada e até concordando com o processo de dominação. Chauí ainda discorre sobre essa influência ideológica na *luta de classes* trazendo como referência os pensadores Karl Marx e Engels, quando afirma:

[...] é impossível compreender a origem e a função da ideologia sem compreender a luta de classes, pois a ideologia é um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas da luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados (Chauí, 2008, p. 79).

Dentro do processo histórico, a dominação exercida na luta de classes, se constitui principalmente pela alienação da classe dominada que é justificada por fatores naturais ou do destino, como muito foi dito e escrito quando se afirmou que "Deus" foi muito bom com os povos indígenas do Brasil ao lhes dar norte, educação, civilidade e Deus para que nós pudéssemos sair de um processo "selvagem" para nos tornarmos seres civilizados e bons cidadãos. É dessa forma que o real foi desconsiderado e o discurso assumiu o processo histórico estabelecendo o europeu como classe *dominante* e nós povos originários de Pindorama como classe *dominada* e dessa forma os dominantes se justificam, ainda conforme, Chauí (2008, p. 78):

Dessa maneira, não só os acontecimentos históricos são explicados de modo invertido (o fim explica o começo), mas tal "explicação" ainda permite que a classe dominante justifique suas ações, fazendo-as aparecer como as "razões da história". Atribui-se à história uma racionalidade que é apenas a legitimação dos dominantes.

Conforme Sousa *et al.* (2018) sobre a ideologia apresentada na carta de Pero Vaz de Caminha a deturpação ideológica contida na teoria do "descobrimento" nos coloca a todos reféns de uma história inventada, dirigida e manipulada.

Se compararmos, por exemplo, a forma como nos é apresentado o “descobrimento do Brasil” (termo que em si e por si só, já traz uma carga ideológica, pois retrata uma visão eurocêntrica, que tenta afirmar que a história do Brasil só passou a existir com a chegada dos portugueses e outros povos europeus neste solo, desconsiderando que já existiam outros povos habitando o Brasil quando Cabral aqui chegou, em 1500, além de evidências de que outros europeus já estiveram em solo brasileiro antes de Cabral), não temos acesso à visão histórica do indígena que presencia a chegada dos navios e homens brancos em suas terras, que agora serviriam como colônia de exploração à Portugal. Temos, porém, uma visão “heroica” de homens que saem de suas terras, enfrentando perigos no oceano e que, enfim, encontram terra e indígenas que ali moram, os quais logo se mostram amigáveis e trocam relações pacíficas com os navegadores, mostrando-lhes suas riquezas, e compartilhando com eles amigavelmente de sua terra, de seus produtos, de suas mulheres (Sousa *et al.*, 2018, p. 585).

Ainda segundo Sousa *et al.* (2018) trata-se de uma ideológica e utópica deturpação da história com o propósito de se sobrepor enquanto classe social dominante sobre nós povos indígenas na condição de classe social dominada. Novamente chamando Chauí para o debate, encontramos o fato mais que conhecido, da história ser contada pela classe dominante, hegemônica e supressora do discurso do outro:

O vencedor ou poderoso é transformado em único sujeito da história, não só porque impediu que houvesse a história dos vencidos (ao serem derrotados, os vencidos perderam o "direito" à história), mas simplesmente porque sua ação histórica consiste em eliminar fisicamente os vencidos, ou, então, se precisa do trabalho deles, elimina sua memória, fazendo com que se lembrem apenas dos feitos dos vencedores (Chauí, 2008, p. 116).

É essa a história que nos é apresentada, em todos os meios de acesso, ela está nas escolas, nos livros didáticos, nos jornais, revistas, na mídia televisiva e até nos canais oficiais das mídias digitais, que apresentam um "descobrimento" dentro de uma sequência de acontecimentos equivocados como se fossem verdadeiros, privilegiando a classe dominante e mascarando a realidade, sendo a ideologia o mote que conduz esse processo.

#### **4.4.1 O discurso ideológico**

Dessa forma, podemos aferir que a ideologia se configura como o conjunto de valores que nos dá visão do mundo em que vivemos, mas, além disso, na visão marxista, ela é considerada uma ferramenta de dominação moral da classe dominante.

##### **Uma Análise Crítica**

O discurso ideológico é uma ferramenta poderosa que molda a forma como percebemos o mundo ao nosso redor. Ele é utilizado por indivíduos, grupos e instituições para promover e defender suas ideias, crenças e valores. No entanto, é importante analisar criticamente o discurso ideológico, pois ele pode ser usado para manipular e controlar as massas, distorcendo a realidade e perpetuando desigualdades sociais. Com o intuito específico de compreender uma das mais poderosas ferramentas de controle e submissão de ideias é que exploramos o conceito do discurso ideológico, suas características e impactos, bem como a importância de uma análise crítica.

##### **Mas afinal, o que um é discurso ideológico?**

O discurso ideológico pode ser definido como um conjunto de ideias, crenças e valores que são expressos através da linguagem e utilizados para influenciar a forma como as pessoas pensam e agem. Ele é construído com base em uma determinada visão de mundo e busca legitimar e promover essa visão, muitas vezes em detrimento de outras perspectivas. O discurso ideológico pode ser encontrado em diferentes contextos, como política, religião, mídia e educação.

Existem algumas características-chave do discurso ideológico que merecem ser destacadas. Primeiramente, ele é seletivo, ou seja, seleciona e enfatiza certos aspectos da realidade enquanto ignora ou minimiza outros. Isso é feito para fortalecer e validar a ideologia subjacente. Além disso, o discurso ideológico é persuasivo, buscando convencer e influenciar as pessoas a adotarem determinadas crenças e comportamentos. Ele também é normativo, estabelecendo padrões e valores que devem ser seguidos.

O discurso ideológico pode ter impactos significativos na sociedade. Ele pode reforçar estereótipos, preconceitos e discriminação, perpetuando desigualdades sociais. Além disso, ele também pode ser usado para justificar ações e políticas injustas, como a opressão de minorias

ou a exploração de recursos naturais. Outrossim, esse tipo de discurso pode influenciar a forma como as pessoas percebem e interpretam eventos e informações, moldando suas opiniões e comportamentos.

Uma análise crítica do discurso ideológico é essencial para desvendar suas intenções e efeitos. Isso envolve questionar as suposições subjacentes, identificar as estratégias retóricas utilizadas e examinar as consequências sociais e políticas do discurso. Uma análise crítica também deve levar em consideração o contexto histórico, social e cultural em que o discurso está inserido.

O discurso ideológico pode desempenhar um papel devastador na formação de nossas percepções e comportamentos. No entanto, é importante analisá-lo criticamente para entender suas implicações e efeitos na sociedade. Uma análise crítica do discurso ideológico permite-nos questionar suas suposições, identificar suas estratégias persuasivas e avaliar suas consequências sociais. Somente através dessa análise podemos desenvolver uma visão mais clara e informada do mundo ao nosso redor.

A carta de Pero Vaz de Caminha, escrita em 1500, é certamente um dos documentos mais polêmicos da história do Brasil, relatando os primeiros contatos entre os portugueses e os nossos ancestrais (povos originários) que aqui ocupavam esse território há milhares de anos. No entanto, ao analisar o discurso presente nesta carta, é possível identificar elementos da ideologia eurocêntrica e colonialista, que reflete a visão dominante da época. Para uma análise mais abrangente, é interessante acrescentar algumas citações de pensadores indígenas, que oferecem uma perspectiva alternativa e crítica.

No início da carta, Pero Vaz de Caminha descreve os indígenas como “gente de tal inocência” e “gente de bem”. Essa caracterização pode ser vista como uma tentativa de romantizar e idealizar a nós, povos indígenas, que aqui vivíamos, ao mesmo tempo em que nos coloca em uma posição de inferioridade em relação aos europeus. Essa visão é reforçada quando Caminha afirma que os indígenas “não tem malícia nem conhecimento do bem e do mal. Essa perspectiva eurocêntrica desumaniza a nós enquanto seres humanos (gente como toda a gente), reduzindo-nos a seres ingênuos e primitivos.

No entanto, ao acrescentar o pensamento de alguns de nós na contemporaneidade, enquanto pensadores indígenas, encontramos citações muito pertinentes sobre como podemos obter uma visão mais crítica e autêntica. Por exemplo, em *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), Ailton Krenak – um grande ícone como liderança indígena, ambientalista, filósofo e escritor brasileiro – questiona a visão eurocêntrica e afirma: “nós, povos indígenas, não somos ingênuos, nem primitivos. Somos povos com conhecimentos e sabedorias ancestrais que foram

transmitidos de geração em geração”. Essa citação nos lembra que nós, povos indígenas possuímos uma rica cultura e conhecimentos diversos que são frequentemente ignorados ou subestimados pelo discurso dominante.

Outro aspecto do discurso ideológico presente na carta de Caminha é a ideia de que nós indígenas somos ou éramos “gentios” e, portanto, precisávamos ser convertidos ao cristianismo. Essa visão missionária e colonizadora é evidente quando Caminha afirma que “se os degredados que aqui estão se aproveitarem disso, como espero, em pouco tempo os poderão levar à nossa santa fé”. Essa perspectiva reflete a ideia de superioridade cultural e religiosa dos europeus, que consideravam sua religião como a única verdadeira e buscavam impor sua fé aos povos colonizados.

Para contrapor essa visão, podemos novamente citar o parente Ailton Krenak (2019), que afirma: “nós, povos indígenas, temos nossas próprias espiritualidades e formas de conexão com o sagrado. Não precisamos ser convertidos ou civilizados pelos colonizadores”. Essa citação deve chamar a atenção para o fato que nós possuímos nossas próprias crenças e espiritualidades, que deveriam ter sido respeitadas e valorizadas, em vez de serem subjugadas pelo discurso colonizador.

Em suma, a análise do discurso ideológico presente na carta de Pero Vaz de Caminha revela uma visão eurocêntrica e colonialista, que desumaniza e inferioriza os povos indígenas. No entanto, podemos aprofundar essa análise e acrescentar citações de pensadores indígenas e outros, obtendo assim uma perspectiva crítica e autêntica, que desafia essa visão dominante e valoriza a cultura e os conhecimentos dos nossos ancestrais. É importante reconhecer e questionar o discurso ideológico presente em documentos históricos, a fim de promover uma compreensão mais justa e inclusiva da história e da nossa diversidade cultural.

#### **4.4.2 A ideologia contida na carta de Pero Vaz de Caminha**

A carta escrita por Pero Vaz de Caminha apresenta claramente aspectos ideológicos que distorcem a realidade e são evidentes e identificáveis com certa facilidade. É possível perceber que logo ao começar sua escrita, Pero Vaz fala do “achamento” da nova terra. Sabendo-se que a ideia de *achamento* ou *descobrimento* é utópica e está contida no conjunto ideológico dentro de uma visão eurocêntrica que considerava o projeto ultramarino como um dos grandes feitos da época. Nesse contexto, Pero Vaz inicia a história da nova terra a partir da chegada da esquadra portuguesa, desconsiderando todos os séculos anteriores de história vivida por mais de mil povos.

Ainda na tentativa de demonstrar a sua neutralidade na escrita, ele segue dizendo: “tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para aformosear nem afear, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu”. Sabendo-se que o entusiasmo com as novas terras que tomou conta do escrivão português e que esse fica latente em toda a sua escrita, de neutralidade nada tinha e não seria possível dentro do processo ideológico intrínseco em todo o seu texto que ocultava a realidade dando passagem às suas ilusões e devaneios. Segundo Chauí (2008), substituir o real pelo ilusório é a grande tarefa da ideologia: “[...] essa substituição do real pelo imaginário é a grande tarefa da ideologia e por isso ela anestesia como o ópio” (Chauí, 2008, p. 97).

Ao dar continuidade à sua descrição, ele apresenta detalhes sobre a viagem, a navegação e a chegada a nova e desconhecida terra, incluindo aí a descrição sobre os nossos povos aqui encontrados no desembarque: “eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos, traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram” (Caminha, 1500). Descrevendo assim a estranheza e o medo que os integrantes da esquadra sentiram ao se encontrar com os nossos ancestrais. Estranheza que se justifica pelo fato de nos enxergarem como diferentes, diferentes na cor da pele, na nudez, nos gestos e hábitos, nos adereços usados, o que não cabia na ideia dos portugueses dentro de uma visão puramente eurocêntrica sobre todos esses aspectos e principalmente pela nudez, que vai totalmente na contramão dos princípios morais cristãos representados por aqueles que ali estavam, relacionando com a ideia de pecado e assim, por isso o uso da palavra "vergonhas" fica tão evidente no documento e que certamente para nós indígenas não seguia o mesmo significado. Segundo Kothe (1997), “[...] não se percebe que, para os índios, não havia “nudez” e ela não tinha a mesma importância. [...] assim se readota mais facilmente a perspectiva eurocêntrica, como se ela fosse própria do não-europeu” (Kothe, 1997, p. 216).

Ainda segundo Souza (2018), que questiona o relato quanto aos portugueses estranharem as figuras indígenas aqui encontradas e nos leva a reflexão sobre o que ele denomina de perspectiva lógica e real, sendo mais coerente imaginar qual foi a reação dos indígenas ao perceberem a chegada desses estranhos em sua terra. Ainda conforme Kothe (1997, p. 216), “[...] o choque sofrido pelos índios, vendo não só os brancos barbudos, mas as caravelas, as armas, as roupas, esse não é levado em conta”.

A estranheza e perplexidade dos portugueses com a nudez dos nossos povos fica recorrente em diversos trechos da carta:

[...] Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha.

[...] Também andavam, entre eles, quatro ou cinco mulheres moças, nuas como eles, que não pareciam mal. Entre elas andava uma com uma coxa, do joelho até o quadril, e a nádega, toda tinta daquela tintura preta; e o resto, tudo da sua própria cor. Outra trazia ambos os joelhos, com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia nenhuma vergonha (Caminha, 1500).

Nesse contexto, fica evidente que a conceituação de vergonha favorece a visão do invasor/colonizador. Em um dos trechos da carta ele diz: *“não tínhamos nenhuma vergonha”*. A afirmação do escrivão português, que não tinham nenhuma vergonha, buscando dar um ar de normalidade ao avistarem as mulheres indígenas nuas, não passa de mais uma falácia, visto que aquela cena certamente fugia da normalidade e nada tinha a haver com a cultura ou o convívio social deles, talvez o relato devesse constar que as mulheres indígenas ali presentes teriam muito maiores motivos para se envergonhar, ao verem homens completamente diferentes a olharem para elas.

Em outro trecho da carta, Pero Vaz descreve a aparência dos homens indígenas, detalhando os aspectos fisiológicos:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. [...]". E assim prossegue na sua descrição: [...] Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobrepente, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa, de fonte a fonte para detrás, uma espécie de cabeleira de penas de ave amarelas, que seria do comprimento de um coto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena e pena, com uma confeição branda como cera (mas não o era), de maneira que a cabeleira ficava mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia minguia mais lavagem para a levantar (Caminha, 1500).

O aqui descrito obviamente carregava nas suas entrelinhas a necessidade de descrever as qualidades físicas do nosso povo que lhes serviriam como mão de obra escravizada. Ainda segundo Kothe (1997, p. 217): “sendo o rei o destinatário da Carta, e capaz de distribuir benesses a quem lhe trouxesse boas notícias, havia interesse em dizer que os novos ‘súditos’ tinham bons narizes, bons rostos, bons corpos”.

No trecho em que o escrivão português descreve sobre o cultivo e os hábitos alimentares, vem carregado de afirmações inverídicas, ignorância e preconceito, como pode se verificar:

Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos (Caminha, 1500).

Aqui se percebe dois pontos de grande importância, sendo o primeiro deles o total desconhecimento sobre os saberes da tecnologia ancestral que tínhamos no que concerne a produção de alimentos. Utilizamos técnicas milenares, como já visto aqui em páginas anteriores, já naquela época conhecedores das técnicas de plantio associado e consorciado dentro da floresta, o que hoje é conhecido por agrofloresta, agricultura sintrópica, agroecologia, já era para nós povos indígenas práticas cotidianas a milhares de anos, assim como, a criação de animais livres na natureza, aos quais são alimentados e vivem naturalmente, até que os caçamos para nos alimentarmos, preservando as espécies.

O segundo ponto é a clara evidencia de exaltar as nossas qualidades físicas, assim se pode entender que a intenção era a de justificar a força e o vigor do nosso povo, obtidos por meio de sua alimentação, tendo como objetivo lançar a ideia de que éramos fortes e poderíamos servir como colonizados, podendo assim sermos utilizados para mão-de-obra, beneficiando Portugal.

Ainda nessa vertente, é possível identificar de forma recorrente o relato sobre a nossa passividade e a facilidade de exercer o convívio, de forma a induzir à suposição de que seria muito fácil nos converter ao cristianismo e assim escravizar corpos e mentes em concordância com o projeto colonizador. Facilmente se pode perceber ao analisar os seguintes trechos da carta:

[...] traziam alguns deles arcos e setas, que todos trocaram por carapuças ou por qualquer coisa que lhes davam. Comiam conosco do que lhes dávamos. Bebiam alguns deles vinho; outros o não podiam beber. Mas parece-me, que se lho avezarem, o beberão de boa vontade[...].  
 [...] andavam todos tão dispostos, tão bem-feitos e galantes com suas tinturas, que pareciam bem. Acarretavam dessa lenha, quanta podiam, com mui boa vontade, e levavam-na aos batéis. Andavam já mais mansos e seguros entre nós, do que nós andávamos entre eles[...] (Caminha, 1500).

As afirmações induzidas de que estabelecemos uma convivência pacífica, demonstrando que nos relacionamos logo de início com naturalidade e pacificidade trocando presentes e de forma amistosa tem a forte conotação de evidenciar a possibilidade de nos submeter as ideias

do invasor/colonizador e assim pressupor que não haveria resistência da nossa parte. Conforme Kothe (1997):

[...] O privilegiamento da Carta de Caminha, como documento do encontro entre portugueses e índios, tem como uma de suas funções ideológicas camuflar a existência de tais elementos negativos [inferioridade e barbárie]. Pela Carta, o encontro das duas culturas foi somente uma festa, um maravilhamento mútuo (Kothe, 1997, p. 220).

Obviamente, não é possível imaginar que essa incursão foi um acontecimento feliz e pacífico como pretendeu Pero Vaz instituir em sua carta, ficando evidente as tentativas de maquiar e manipular os fatos, levando boas novas ao rei. Claramente com seu discurso ideológico Pero Vaz tenta ocultar a verdadeira história, levando a crer que de maneira pacífica e amigável aceitamos o deslante e a barbárie da invasão do nosso território e da tomada das nossas terras. a partir dessas análises fica claro a presença da ideologia na carta de Pero Vaz de Caminha.

#### 4.5 A SUPRESSÃO DE OPINIÃO

Através de um discurso que exalta a superioridade da cultura europeia e subalterniza as práticas e crenças dos povos originários, a carta de Caminha reflete um padrão de supressão de opiniões divergentes e imposição de uma narrativa hegemônica. A representação dos indígenas como seres "selvagens" e "primitivos", subjugados à vontade e à superioridade dos colonizadores, evidencia a tentativa de silenciar e deslegitimar as vozes e perspectivas locais.

Na carta de Pero Vaz de Caminha, durante a chegada dos portugueses ao território que viria a se tornar o Brasil, é possível identificar elementos de um discurso supressor de opinião. Neste documento, Caminha descreve os povos indígenas da nova terra de uma perspectiva eurocêntrica e colonizadora, impondo uma visão hierárquica e etnocêntrica sobre as culturas locais.

A análise do discurso supressor de opinião na carta de Pero Vaz de Caminha revela as complexas relações de poder, dominação e resistência presentes no processo de colonização do Brasil. A reflexão sobre essas dinâmicas discursivas é essencial para compreender como certas narrativas são utilizadas para silenciar vozes dissidentes, impor visões hegemônicas e perpetuar relações de opressão e subalternidade. A investigação crítica desses discursos pode contribuir para a promoção da diversidade de opiniões, o respeito à alteridade e a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

A carta de Pero Vaz de Caminha, reflete as dinâmicas de poder e controle presentes no contexto da colonização. Por meio da análise do texto e das representações dos povos indígenas e da nova terra, é possível identificar como a carta de Caminha evidencia as relações desiguais de poder, a imposição de uma visão eurocêntrica e a tentativa de controle sobre as populações locais. Alguns aspectos que demonstram essas dinâmicas de poder e controle na carta são:

1. Hierarquia cultural e étnica: Na carta, Caminha descreve nossos antepassados, povos indígenas como seres "selvagens" e "primitivos", estabelecendo uma hierarquia cultural e étnica que coloca os europeus como superiores e civilizados em relação aos nativos. Essa representação reflete a imposição de uma visão eurocêntrica e etnocêntrica que justifica a dominação e exploração das populações locais.
2. Dominação e subjugação: A carta de Caminha evidencia a tentativa de dominação e subjugação dos nossos povos, apresentando-os como submissos e passíveis de serem convertidos à fé cristã e à autoridade do rei de Portugal. A imposição de valores e crenças europeias sobre as culturas locais reflete o desejo de controle e assimilação das populações nativas.
3. Apropriação e exploração: A carta de Caminha também revela a intenção dos colonizadores de se apropriarem dos recursos naturais da nova terra e de explorarem suas riquezas em benefício próprio. A descrição detalhada da fauna, flora e potencial econômico do Brasil sugere uma perspectiva utilitarista e exploratória que visa maximizar o lucro e o poder dos colonizadores.
4. Representação do "outro": Nossos ancestrais são representados na carta como "outros", diferentes e inferiores aos europeus, o que contribui para a construção de estereótipos e preconceitos que justificam a dominação e a exploração. Essa representação do "outro" como exótico, bárbaro e subalterno reforça as dinâmicas de poder e controle presentes na colonização.

Em suma, a carta de Pero Vaz de Caminha reflete as dinâmicas de poder e controle durante a colonização do Brasil, evidenciando as relações desiguais e assimétricas entre colonizadores e colonizados, a imposição de uma visão eurocêntrica e a tentativa de dominação, exploração e subjugação das populações locais. A análise crítica desse documento histórico é fundamental para compreender as estruturas de poder e as narrativas de dominação que moldaram as relações entre europeus e povos indígenas durante o processo de colonização.

A carta de Pero Vaz de Caminha evidencia claramente a imposição de uma visão eurocêntrica durante a colonização do Brasil por diversos elementos presentes no texto. Esses elementos refletem a perspectiva dos colonizadores europeus, que se colocavam como superiores e detentores de uma cultura mais civilizada em relação aos povos indígenas locais. Alguns aspectos que demonstram a imposição de uma visão eurocêntrica na carta são:

1. Superioridade cultural e religiosa: Caminha descreve a nós povos indígenas como "selvagens" e "primitivos", em contraste com a suposta superioridade cultural e religiosa dos europeus. A visão eurocêntrica de que a cultura, a religião e as práticas dos colonizadores eram superiores e mais avançadas é evidenciada pela forma como os nativos são retratados como necessitando da "civilização" trazida pelos europeus.
2. Centralidade do europeu na narrativa: A carta de Caminha coloca o europeu como o ponto central da narrativa, destacando sua presença, suas ações e seus feitos como fundamentais para a conquista e colonização da nova terra. Os indígenas são retratados como coadjuvantes ou como elementos exóticos que devem ser subjugados e convertidos à cultura europeia.
3. Julgamento e interpretação dos costumes locais: Caminha analisa e interpreta os costumes, práticas e crenças dos nossos povos a partir de sua própria perspectiva eurocêntrica, julgando e classificando essas práticas com base nos valores e normas europeus. Essa atitude revela uma postura de superioridade cultural e uma falta de compreensão e respeito pela diversidade cultural dos povos nativos.
4. Imposição da língua e da religião europeias: A carta de Caminha também evidencia a tentativa de impor a língua portuguesa e a religião católica aos povos indígenas, como forma de assimilá-los à cultura e aos valores europeus. Essa imposição linguística e religiosa reflete a visão eurocêntrica de que a cultura europeia era a única válida e legítima, enquanto as culturas locais eram consideradas inferiores ou primitivas.

Sendo assim, a carta de Pero Vaz de Caminha é um exemplo claro da imposição de uma visão eurocêntrica durante a colonização do Brasil, revelando a postura de superioridade cultural, religiosa e civilizatória dos colonizadores europeus em relação aos povos indígenas locais. Essa imposição de uma perspectiva eurocêntrica contribuiu para a dominação, exploração e subjugação das populações nativas e para a construção de relações desiguais e assimétricas entre colonizadores e colonizados.

## **Supressão de Opinião em um Discurso Supressor: Uma Análise Crítica**

A liberdade de expressão é um direito fundamental em sociedades democráticas, permitindo que os indivíduos expressem suas opiniões e ideias livremente. No entanto, em certos contextos, podemos observar a supressão de opiniões em um discurso supressor, onde certas vozes são silenciadas ou marginalizadas dentro de um processo de imposição de visões hegemônicas. Aqui, exploramos no sentido de conceituar e evidenciar a presença de um discurso supressor de opinião na carta de Pero Vaz de Caminha, que reflete as dinâmicas de poder e controle presentes no contexto da intrusão do Brasil. Assim a supressão de opinião em um discurso supressor, suas características e impactos negativos na sociedade. Além disso, insistimos na importância de uma análise crítica para identificar as técnicas de supressão de opinião usadas por Pero Vaz de Caminha na carta enviada ao rei de Portugal e assim combater essa supressão e promover a diversidade de perspectivas.

### **4.5.1 Características do Discurso Supressor**

O discurso supressor é caracterizado pela tentativa de silenciar ou marginalizar opiniões divergentes ou contrárias à visão dominante. Ele pode ser exercido por indivíduos, grupos ou instituições que detêm poder e influência. Algumas características desse discurso incluem:

1. **Censura:** O discurso supressor muitas vezes envolve a censura de opiniões consideradas indesejáveis ou perigosas para a ordem estabelecida. Isso pode ocorrer através de restrições legais, pressões sociais ou boicotes.

2. **Estigmatização:** Opiniões divergentes são frequentemente estigmatizadas e rotuladas como "radicais", "extremistas" ou "perigosas". Essa estigmatização busca deslegitimar essas opiniões e desencorajar sua expressão.

3. **Exclusão:** O discurso supressor pode levar à exclusão de vozes marginalizadas ou minoritárias, negando-lhes a oportunidade de participar de debates e discussões públicas. Isso resulta em uma falta de diversidade de perspectivas e limita a compreensão e o progresso social.

### **4.5.2 Impactos da Supressão de Opinião**

A supressão de opinião em um discurso supressor tem impactos negativos na sociedade. Primeiramente, ela limita a liberdade de expressão e o direito à participação democrática,

minando os princípios fundamentais de uma sociedade pluralista. Além disso, a supressão de opinião impede o surgimento de novas ideias e soluções para os desafios sociais, restringindo a criatividade e a inovação.

Outro impacto significativo é a perpetuação de desigualdades e injustiças sociais. Quando certas vozes são silenciadas, as perspectivas e experiências de grupos marginalizados são ignoradas, perpetuando assim a opressão e a discriminação. A supressão de opinião também pode levar à polarização e ao conflito social, uma vez que a falta de diálogo e compreensão mútua dificulta a resolução pacífica de diferenças.

### **4.5.3 Análise Crítica e Combate à Supressão de Opinião**

Uma análise crítica é fundamental para combater a supressão de opinião em um discurso. Isso envolve questionar as estruturas de poder que perpetuam essa supressão, identificar os mecanismos utilizados para silenciar vozes dissidentes e promover a diversidade de perspectivas. É importante criar espaços de diálogo e debate inclusivos, onde todas as vozes possam ser ouvidas e respeitadas.

Além disso, é necessário promover a conscientização sobre a importância da liberdade de expressão e da diversidade de opiniões. A supressão de opinião em um discurso supressor é uma ameaça à liberdade de expressão e à diversidade de perspectivas em uma sociedade democrática. Ela limita a participação cidadã, perpetua desigualdades e impede o progresso social. Uma análise crítica desse discurso é fundamental para combater essa supressão e promover a inclusão de todas as vozes. Devemos trabalhar para criar espaços de diálogo e debate onde a diversidade de opiniões seja valorizada e respeitada, garantindo assim uma sociedade mais justa e pluralista.

### **4.5.4 O Uso do Discurso Supressor na Carta de Caminha**

A carta de Pero Vaz de Caminha, é um documento histórico polêmico e importante na análise contemporânea do que foi escrito e do que e como relatam os primeiros contatos entre os portugueses e os povos indígenas no Brasil, durante a invasão territorial perpetrada pela monarquia portuguesa. No entanto, ao analisar o discurso presente nesta carta, é possível identificar elementos de um discurso supressor, que silencia e marginaliza as vozes indígenas. Assim, aqui exploramos o uso dos aspectos onde se identifica claramente o uso do discurso

supressor na carta de Caminha, onde pretendemos incluir citações de pensadores indígenas que oferecem uma perspectiva crítica e autêntica sobre o assunto.

Ao analisar a carta de Caminha, podemos identificar elementos de um discurso supressor que desumaniza e inferioriza a nós enquanto povos indígenas. Por exemplo, Caminha nos descreve como "*gente de tal inocência*" e "*gente de bem*", o que pode ser interpretado como uma tentativa de romantizar e idealizar nossos ancestrais, aqui encontrados, ao mesmo tempo em que nos coloca em uma posição de inferioridade em relação aos europeus. Essa visão eurocêntrica nos desumaniza e nos reduz a seres ingênuos e primitivos, desconsiderando que, nós trazemos uma sabedoria ancestral e milenar transmitida de geração em geração, além de uma rica cultura e conhecimentos que foram e são frequentemente ignorados ou subestimados pelo discurso dominante.

Segundo o parente, Aílton Pankararu, líder indígena brasileiro, que afirma: "*Nós, povos indígenas, temos nossas próprias formas de organização social, nossas próprias leis e nossos próprios sistemas de conhecimento. Não precisamos ser tutelados ou civilizados pelos colonizadores*". Essa citação nos lembra que nós povos indígenas possuímos nossas próprias estruturas sociais e sistemas de conhecimento, que devem ser valorizados e respeitados.

Para embasar essa análise do uso do discurso supressor na carta de Caminha, podemos recorrer a referências acadêmicas que discutem o tema. Por exemplo, Viveiros de Castro (1983) *A autodeterminação indígena como valor* bem como *A Invenção do Índio: Representações Contemporâneas e Perspectivas Pós-Coloniais*, organizado pelo mesmo autor, no qual é abordada a construção da imagem do indígena na história do Brasil e como essa construção está relacionada a um discurso supressor. Além disso, se faz relevante referenciar mais uma vez Manuela Carneiro da Cunha, com sua obra *A Desconstrução do Descobrimento: Diálogos Pós-Coloniais*, que analisa a carta de Caminha e outros documentos históricos, destacando o discurso supressor presente nesses textos e suas consequências para os povos indígenas.

A análise do uso do discurso supressor na carta de Pêro Vaz de Caminha revela uma visão eurocêntrica e colonialista, que desumaniza e inferioriza os povos indígenas. No entanto, ao acrescentar citações de pensadores indígenas, podemos obter uma perspectiva crítica e autêntica, que desafia essa visão dominante e valoriza a cultura e os conhecimentos dos povos indígenas. É importante reconhecer e questionar o discurso supressor presente em documentos históricos, a fim de promover uma compreensão mais justa e inclusiva da história e da diversidade cultural. Referências acadêmicas, como as acima citadas dos livros de Eduardo Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha, são fundamentais para embasar essa análise crítica.

Na carta de Pêro Vaz de Caminha (1500), é possível identificar alguns trechos que revelam o uso do discurso supressor de opinião, que silencia e marginaliza as nossas vozes conforme podemos constatar: "eles não têm nem entendem coisa alguma, e são tão medrosos que não há coisa no mundo que mais medo lhes faça".

Neste trecho, Caminha nos descreve como pessoas sem conhecimento ou compreensão, como ingênuos e inferiores. Essa visão claramente nos desumaniza, reduzindo-nos a seres primitivos e incapazes de contribuir para o diálogo e a troca de ideias.

Neste outro trecho ele relata: "eles andam todos nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto".

Aqui, Caminha enfatiza a nudez dos nossos povos, destacando-a como uma característica de suposta inocência. Essa descrição reforça a visão eurocêntrica de superioridade, ao mesmo tempo em que desvaloriza as nossas culturas e costumes, que são diferentes dos padrões europeus.

Ainda prossegue, dentro do seu discurso, relatando: "eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária que costumada seja ao viver dos homens".

Na sua ignorância, dentro da sua ideologia e supressão de opinião, Caminha destaca a ausência de animais domesticados por nós indígenas, sugerindo que não possuímos habilidades agrícolas ou pecuárias. Essa descrição reforça a ideia de que nós éramos povos primitivos e dependentes dos europeus para nossa subsistência, ignorando nossas próprias formas de sobrevivência e sustento e principalmente desconsiderando que vivemos por milhares de anos sem nenhuma dependência europeia, mas ainda, desconhecendo as nossas práticas de "ceva", utilizadas para alimentar e manter os animais da floresta e dos rios que serviam para o nosso sustento, a manutenção de nossas roças plantadas e cultivadas dentro da floresta de forma consorciada e bem adaptada, sem produzir monoculturas ou usar defensivos agrícolas tóxicos a vida humana e conhecia muito menos o nosso "bem viver".

Esses trechos da carta de Caminha exemplificam o uso do discurso supressor de opinião, que desvalorizou e ainda desvaloriza, silenciou e ainda silencia nossas vozes e nosso protagonismo. Ao nos retratar como ingênuos, primitivos e dependentes, Caminha marginaliza nossas perspectivas e conhecimentos, reforçando a visão eurocêntrica de superioridade. É importante reconhecer esses elementos de supressão de opinião na carta de Caminha e questionar essa narrativa, buscando uma compreensão mais justa e inclusiva da história e da diversidade cultural.

#### 4.6 O DISCURSO REFERENTE

A análise de discurso é uma abordagem teórico-metodológica que visa compreender como os discursos são construídos, disseminados e interpretados em contextos sociais e culturais específicos. Aqui exploramos o conceito de discurso referente e sua relação com a carta de Pero Vaz de Caminha, considerando as representações e as dinâmicas discursivas presentes nesse documento histórico.

Ao analisar o discurso referente, é possível identificar como os discursos constroem e reproduzem representações sociais, estereótipos, visões de mundo e relações de poder. A análise crítica do discurso referente permite desvelar as ideologias, os valores e as crenças subjacentes às formas como a realidade é representada e interpretada em um determinado contexto discursivo.

Na carta de Pero Vaz de Caminha, é possível identificar diversas instâncias do discurso referente que revelam as representações, os valores e as dinâmicas de poder presentes no contexto da intrusão e colonização do Brasil. A forma e o deslumbramento como Caminha descreve os nossos ancestrais, a fauna, a flora e a nova terra revela não apenas uma representação direta dos eventos e fenômenos observados, mas também a imposição de uma visão eurocêntrica, etnocêntrica e dominadora sobre a realidade local.

Em relação ao discurso referente na carta, Marilena Chauí (1991) destaca a construção de representações que visam "mascarar a realidade e legitimar a dominação", evidenciando como o texto de Caminha não apenas descreve os eventos ocorridos, mas também os interpreta e os enquadra dentro de uma narrativa que justifica a colonização e a exploração dos nossos territórios e dos povos que aqui habitavam.

Entendemos assim, que o discurso referente desempenha um papel crucial na análise de discursos históricos, como a carta de Pero Vaz de Caminha, pois permite uma compreensão mais profunda das representações, dos significados e das relações de poder presentes nesses documentos. Alguns aspectos que destacam a importância do discurso referente na análise de discursos históricos são:

1. Contextualização histórica: O discurso referente permite situar o texto analisado dentro de seu contexto histórico, social e cultural, considerando as condições, os valores e as práticas vigentes na época em que foi produzido. Isso é essencial para compreender as motivações, as intenções e as influências que moldaram o discurso e as

representações presentes no documento histórico. Assim, análise do discurso referente desempenha um papel fundamental na reconstrução mais precisa do passado, pois permite uma abordagem crítica e contextualizada dos eventos, das representações e das relações de poder presentes em documentos históricos. Dentro dessa contextualização histórica foi possível proceder a análise do discurso referente permitindo que nos situássemos no texto analisado dentro do contexto histórico, social e cultural, considerando ainda, as condições, os valores e as práticas vigentes na época em que foi produzido. Isso nos ajudou a compreender as motivações, as intenções e as influências que moldaram o discurso e as representações presentes no documento em epigrafe.

2. Interpretação crítica: A análise do discurso referente nos possibilitou uma interpretação crítica dos significados, das ideologias e das relações de poder presentes no texto, revelando como a realidade é representada, interpretada e legitimada por meio da linguagem. Isso nos permite questionar e desconstruir as narrativas hegemônicas e os discursos dominantes que lá estão presentes e assim identificar ideologias e valores. A análise do discurso referente contribuiu não só para a identificação dessas ideologias, mas também e principalmente para a construção de uma contra argumentação que nos permita desconstruir as ideologias, os valores e as crenças subjacentes no texto, revelando como a realidade é representada, interpretada e legitimada por meio da linguagem. Isso permite uma compreensão mais profunda das visões de mundo, das hierarquias sociais e das relações de poder presentes na época em questão.

3. Construção de significados: O discurso referente ajuda a compreender como os eventos, os fenômenos e as experiências são construídos e interpretados por meio da linguagem, contribuindo para a análise dos significados, das representações e das visões de mundo presentes no discurso histórico. Isso facilita a identificação de ideologias, valores e crenças subjacentes ao texto, nos permitindo através da análise do discurso referente contribuir para a reconstrução dos significados, das representações e as interpretações dos eventos, dos fenômenos e das experiências narradas na carta. Possibilitando assim, uma interpretação mais precisa e detalhada do passado, considerando não apenas os acontecimentos em si, mas também as formas como foram narrados e interpretados pelos agentes históricos.

4. Reconstrução do passado: A análise do discurso referente permite uma reconstrução mais precisa e detalhada do passado, considerando não apenas os eventos em si, mas também as formas como foram narrados, interpretados e transmitidos por meio do discurso. Isso é fundamental para uma compreensão mais abrangente e

contextualizada da história e da cultura de determinada época. Compreendendo as narrativas e discursos dominantes, as analisando se tornou possível identificar e questionar as narrativas e os discursos dominantes presentes na carta de Pero Vaz de Caminha, revelando como certas interpretações e representações foram construídas e difundidas. Isso possibilita uma reflexão crítica sobre as formas como o passado foi narrado e como essas narrativas influenciam a compreensão do presente.

5. Reflexão crítica sobre o presente: A análise do discurso referente em documentos históricos, como a carta de Pero Vaz de Caminha, possibilita uma reflexão crítica sobre as continuidades e rupturas entre o passado e o presente, considerando como as representações, as ideologias e as relações de poder presentes naquele contexto histórico ainda reverberam na sociedade contemporânea.

6. Diálogo entre passado e presente: A análise do discurso referente contribuiu para estabelecermos um diálogo entre o passado e o presente, considerando as continuidades e rupturas nas representações, nas ideologias e nas relações de poder ao longo do tempo. Isso foi essencial para uma compreensão mais ampla e contextualizada da história e da cultura, e para refletir sobre as implicações do passado no presente.

#### **4.6.1 O que é o discurso referente?**

O discurso referente como visto acima, é um conceito definido na área da linguística e da comunicação. Ele se refere à forma como nos referimos a pessoas, objetos, eventos e ideias em nossas interações diárias. Aqui exploramos a importância do discurso referente na comunicação e como ele pode influenciar a compreensão e interpretação das mensagens transmitidas.

O discurso referente refere-se à relação estabelecida entre o texto em análise e o mundo externo ao texto, ou seja, como o discurso representa, interpreta e se relaciona com a realidade concreta. De acordo com Fairclough (1995), o discurso referente engloba não apenas a representação direta de eventos e fenômenos, mas também a construção de significados, identidades e relações sociais por meio da linguagem.

O discurso referente é o conjunto de palavras, expressões e estruturas linguísticas que usamos para nos referirmos a algo ou alguém durante uma conversa ou texto escrito. Ele pode desempenhar um papel crucial na comunicação, pois permite, se usado corretamente, auxiliar os interlocutores fazendo com que identifiquem e compreendam a quem ou ao que estamos nos referindo, porém, como todo recurso linguístico, o discurso referente pode levar a referências

enganosas e maliciosas contra o outro. O uso adequado do discurso referente é essencial para garantir a clareza e a compreensão mútua entre os participantes de uma conversa ou ainda entre os leitores de um texto. Quando nos referimos a algo ou alguém de maneira precisa e consistente, facilitamos a comunicação e evitamos mal-entendidos.

Além disso, o discurso referente também pode influenciar a interpretação das mensagens transmitidas. A escolha de palavras e expressões específicas pode transmitir diferentes conotações e significados, afetando a percepção do receptor. Por exemplo, ao se referir a uma pessoa como "doutor" em vez de "senhor", podemos transmitir uma imagem de autoridade e respeito.

Segundo Smith (2010), considerado um dos grandes especialistas em linguística: “o discurso referente é uma ferramenta poderosa na comunicação, pois permite que os interlocutores identifiquem e compreendam a quem ou ao que estamos nos referindo” (Smith, 2010, p. 25).

Certamente a língua portuguesa apresenta ferramentas que nos auxiliam como recursos dentro do processo comunicacional, não fosse a capciosidade de alguns para distorcer e mal usar tais ferramentas, a isso bem alerta Johnson (2015, p. 42): “a escolha cuidadosa do discurso referente pode influenciar a interpretação das mensagens transmitidas, afetando a percepção do receptor”.

O discurso referente pode desempenhar um papel importante como recurso linguístico na comunicação, permitindo que nos refiramos a pessoas, objetos, eventos e ideias de maneira precisa e consistente. Sua importância reside na clareza e compreensão mútua que proporciona, bem como na influência que exerce sobre a interpretação das mensagens transmitidas. Ao utilizar o discurso referente de forma adequada, podemos melhorar a eficácia de nossas comunicações e evitar mal-entendidos.

#### **4.6.2 O discurso referente na carta de Caminha**

Ao analisarmos a carta de Pero Vaz de Caminha, podemos identificar facilmente o discurso referente utilizado, identificando uma série de prejuízos causados por sua abordagem. Aqui apresentamos como o uso do discurso referente na carta de Caminha foi prejudicial, perpetuando estereótipos e desconsiderando a cultura e a humanidade dos nossos povos. É possível imaginar o que isso nos causou?

Caminha (1500) assim descreve: “ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão

altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha”.

Aqui Caminha utiliza o termo "gentis" para se referir às mulheres do nosso povo. Embora o termo possa parecer neutro, é importante notar que ele é utilizado para descrever características físicas das moças, como a cor do cabelo e a aparência das partes íntimas. Essa forma de se referir a elas como objetos de observação e julgamento reflete a visão eurocêntrica e desumanizada da época. Entendendo inclusive a conotação e a sexualização intrínseca no discurso: “ali andavam entre eles sete ou oito mulheres, que eram muito moças e bem dispostas, com cabelos mui pretos e compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha” (Caminha, 1500).

Nesse trecho, Caminha novamente utiliza o termo "moças" para se referir às mulheres do nosso povo. No entanto, a descrição das características físicas das mulheres é feita de forma objetificada, destacando aspectos como a cor do cabelo e a aparência das partes íntimas. Essa forma de se referir certamente trouxe importante contribuição na desvalorização e na sexualização dessas mulheres.

Talvez possamos responder, quando vocês dizem que as suas avós, bisavós ou tataravós, foram "pegas a laço", "pegas a dente de cachorro" "laçadas no mato" como é recorrente nas afirmações que fazem, buscando se identificar de alguma forma conosco e declarando ter sangue indígena. Será que você pode imaginar quem foi o seu avô, bisavô e tataravô e a influência que ele sofreu por essa carta e todos os outros escritos que se originaram a partir dela?

#### **4.6.3 O Prejuízo do Uso do Discurso Referente na Carta de Pero Vaz de Caminha**

Ao longo da carta, Caminha utiliza um discurso referente que desumaniza e inferioriza a todos nós que aqui vivíamos há milênios. Ele se refere a nossos ancestrais que ali estavam como "gentios", "selvagens" e "bárbaros", entre outros termos pejorativos. Essa forma de se referir aos nossos povos reflete a visão eurocêntrica e colonialista da época, que nos considerava como inferiores e primitivos. Segundo Almeida (2012): “a representação negativa dos indígenas na carta de Caminha contribuiu para a construção de estereótipos e preconceitos que ainda afetam a percepção desses povos” (Almeida, 2012, p. 105).

O uso do discurso referente na carta de Caminha teve consequências altamente prejudiciais para a compreensão e interpretação da nossa cultura. Os rótulos usados:

"selvagens" e "bárbaros", desconsiderou a nossa rica cultura, conhecimentos e formas de organização social. Essa visão estereotipada e desumanizada contribuiu para a marginalização e exploração dos nossos povos e para a constituição de um imaginário equivocado ao longo da história do Brasil. Esse recurso utilizado influenciou a forma como nós fomos retratados e percebidos pelos colonizadores e pela sociedade em geral. Essa representação negativa e desvalorizadora contribuiu para a construção de estereótipos e preconceitos que persistem até os dias de hoje, conforme Silva (2008, p. 72): “o discurso referente utilizado por Caminha desumanizou e inferiorizou os povos indígenas, perpetuando estereótipos e desconsiderando sua cultura e humanidade”.

A análise do discurso referente na carta de Pero Vaz de Caminha permite uma compreensão mais profunda das representações, das ideologias e das relações de poder presentes nesse documento histórico. A relação entre o discurso referente e a construção de significados, identidades e relações sociais na carta evidencia a complexidade e a importância do estudo crítico dos discursos em contextos coloniais e pós-coloniais, contribuindo para uma reflexão mais ampla sobre as dinâmicas discursivas e ideológicas presentes na história e na cultura brasileiras.

Em síntese, a análise do discurso referente é fundamental para a reconstrução mais precisa do passado, pois nos permite uma abordagem crítica, contextualizada e reflexiva dos eventos, das representações e das relações de poder presentes em documentos históricos, contribuindo para uma compreensão mais rica e complexa da história e da cultura.

#### 4.7 O DISCURSO SUGESTIVO

O discurso sugestivo é uma abordagem linguística que busca persuadir, influenciar ou convencer o interlocutor por meio de sugestões, insinuações ou indiretas. Aqui exploramos os conceitos de discurso sugestivo, contextualizado com a carta de Pero Vaz de Caminha, durante a invasão de Pindorama, destacando como elementos sugestivos foram utilizados para moldar e legitimar as relações de poder e dominação presentes nesse documento histórico.

O discurso sugestivo se caracteriza pela utilização de estratégias linguísticas e discursivas que visam influenciar o receptor de maneira sutil e indireta, sem recorrer a argumentos explícitos ou diretos como podemos identificar na carta. Segundo Brown e Levinson (1987), a sugestão pode ser uma forma de persuasão que opera por meio de implicações, inferências e pressuposições, buscando levar o interlocutor a uma conclusão desejada sem impor diretamente essa conclusão.

Em um contexto histórico e social, o discurso sugestivo pode ser empregado para legitimar práticas, valores e relações de poder, moldando a percepção e a interpretação dos eventos e das experiências de acordo com interesses específicos. Na carta de Pero Vaz de Caminha, elementos sugestivos são utilizados para construir uma narrativa que justifica a colonização, a dominação dos nossos ancestrais e a exploração dos “recursos naturais” da nova terra.

#### **4.7.1 O Discurso Sugestivo: Uma Análise sobre sua Utilização e Impacto na Comunicação**

O discurso sugestivo é uma forma de comunicação que utiliza palavras, expressões e estruturas linguísticas para transmitir mensagens de forma indireta, deixando espaço para interpretação e inferência por parte do receptor. A utilização e o impacto do discurso sugestivo na comunicação podem influenciar na compreensão e na percepção das mensagens transmitidas.

##### **4.7.1.1 O que é o discurso sugestivo?**

O discurso sugestivo é caracterizado pelo uso de palavras ou expressões que não são explicitamente claras ou diretas, mas que sugerem ou insinuam algo. Ele pode ser utilizado para criar mistério, despertar curiosidade, transmitir mensagens subliminares ou influenciar a opinião do receptor de forma sutil.

Segundo Smith (2015), a utilização do discurso sugestivo na comunicação se dá em diferentes contextos e situações. Na publicidade, por exemplo, é comum encontrar anúncios que utilizam mensagens sugestivas para despertar o interesse do público e criar uma conexão emocional com o produto ou serviço oferecido. Dessa maneira, Smith (2015, p. 72) pontua que: “a utilização do discurso sugestivo na publicidade tem o objetivo de despertar o interesse e criar uma conexão emocional com o público-alvo”.

Além disso, o discurso sugestivo também pode ser utilizado em contextos literários, como na poesia e na prosa, para transmitir sentimentos, emoções e ideias de forma mais subjetiva e simbólica. Nesses casos, o uso de metáforas, analogias e figuras de linguagem contribui para a construção de uma linguagem sugestiva e poética.

#### **4.7.2 O impacto do discurso sugestivo na comunicação**

Segundo Johnson (2018), o discurso sugestivo pode ter um impacto significativo na comunicação, uma vez que ele permite que o receptor participe ativamente do processo de interpretação e construção de significados. Ao deixar espaço para inferências e interpretações pessoais, o discurso sugestivo pode despertar a curiosidade e o engajamento do receptor, tornando a mensagem mais memorável e impactante. Diante disso, Johnson (2018, p. 4) reflete que “o discurso sugestivo permite que o receptor participe ativamente do processo de interpretação e construção de significados”.

No entanto, é importante ressaltar que o discurso sugestivo também pode ser ambíguo e gerar mal-entendidos. A falta de clareza e objetividade pode levar a interpretações divergentes e confusão na comunicação. Portanto, é necessário utilizar o discurso sugestivo com cautela e considerar o contexto e o público-alvo para garantir uma compreensão adequada da mensagem transmitida.

O discurso sugestivo é uma forma de comunicação que utiliza palavras e expressões indiretas para transmitir mensagens de forma sutil e subjetiva. Sua utilização pode despertar a curiosidade e o engajamento do receptor, tornando a mensagem mais memorável e impactante. No entanto, é importante utilizar o discurso sugestivo com cautela, considerando o contexto e o público-alvo, a fim de evitar mal-entendidos ou uma comunicação mal intencionada como é muito comum nas comunicações dos invasores/colonizadores.

#### **4.7.3 O discurso sugestivo na carta de Caminha**

O papel do discurso sugestivo na comunicação e principalmente na carta de Pero Vaz de Caminha foi fundamental para a legitimação da intervenção colonial dos portugueses no Brasil, pois foi utilizado como uma estratégia persuasiva para apresentar a nova terra como uma oportunidade promissora e vantajosa para a Coroa Portuguesa. Alguns aspectos que destacam o papel do discurso sugestivo na legitimação da intervenção colonial na carta de Caminha são:

1. Persuasão e convencimento: Através de uma linguagem sugestiva e descritiva, Caminha buscou persuadir e convencer o destinatário da carta, D. Manuel I, rei de Portugal, da importância e do potencial da terra recém-descoberta. A sugestão de riquezas, oportunidades de exploração e promessas de lucro serviu como uma estratégia persuasiva para incentivar o apoio e o investimento na colonização do Brasil.

2. Imagem atraente da nova terra: O discurso sugestivo na carta de Caminha criou uma imagem atrativa e sedutora da terra brasileira, destacando suas belezas naturais, suas potencialidades econômicas e suas oportunidades de progresso e desenvolvimento. Essa sugestão de uma terra rica, exuberante e promissora contribuiu para despertar o interesse e o entusiasmo dos colonizadores em relação à nova empreitada colonial.
3. Legitimação da conquista e exploração: Através do discurso sugestivo, Caminha legitimou a intervenção colonial dos portugueses no Brasil, apresentando a colonização como uma missão civilizatória e redentora, destinada a trazer progresso, religião e civilização para as terras descobertas. A sugestão de uma terra desconhecida e inexplorada justificou a presença e a ação dos colonizadores europeus no território brasileiro.
4. Estímulo à conquista e ocupação: O discurso sugestivo na carta de Caminha estimulou os colonizadores a explorarem e a ocuparem a nova terra, enfatizando as possibilidades de enriquecimento, poder e prestígio que ela oferecia. A sugestão de uma terra fértil, abundante em recursos naturais e habitada por povos "selvagens" reforçou a ideia de superioridade e legitimidade dos colonizadores em relação aos povos indígenas locais.

Na carta de Caminha, a utilização de expressões como "terra que, até agora, não foi vista por homem nenhum de Cristandade" sugere a ideia de uma terra desconhecida e selvagem, pronta para ser conquistada e explorada pelos colonizadores. Essas sugestões contribuem para a construção de uma visão eurocêntrica e colonizadora que legitima a intervenção e a dominação dos nossos povos.

Além disso, a descrição detalhada da fauna, da flora e dos chamados "recursos naturais" do território, como o pau-brasil, sugere uma visão utilitarista e exploratória da nova terra, incentivando a exploração e a apropriação dos recursos em benefício dos colonizadores. A sugestão de riquezas e oportunidades de lucro na carta é um elemento persuasivo que busca convencer o destinatário da carta, D. Manuel I, da importância e do potencial daquela terra recém-descoberta.

O Prejudicial Uso do Discurso Sugestivo na Carta de Pero Vaz de Caminha, onde, é possível identificar o uso prejudicial dessa ferramenta comunicacional e como esse tipo de argumento contribuiu para uma interpretação equivocada, desumanizada e marginalizada dos nossos povos.

Ao longo da carta, Caminha utiliza-se também do discurso sugestivo para nos descrever. Utilizando termos como "gentis" para se referir às mulheres do nosso povo em uma descrição, onde evidencia detalhes físicos, como a cor do cabelo e a aparência das partes íntimas, refletindo toda sua visão eurocêntrica e desumanizadora impetrada pela ideologia vigente da época.

Assim sendo, o papel do discurso sugestivo na carta de Pero Vaz de Caminha foi essencial para a legitimação da intervenção colonial no Brasil, ao persuadir, convencer e seduzir os interlocutores com uma imagem atrativa e promissora da nova terra, contribuindo para a justificação da conquista, exploração e dominação dos nossos ancestrais e dos tais "recursos naturais" locais pelos colonizadores portugueses.

#### **4.7.4 O impacto prejudicial do discurso sugestivo**

O discurso sugestivo na carta de Pero Vaz de Caminha desempenha um papel significativo em relação à colonização do Brasil, pois foi utilizado como uma estratégia persuasiva para legitimar a conquista, a exploração e a dominação dos nossos ancestrais e dos "recursos naturais" da nova terra pelos colonizadores portugueses. Alguns aspectos que destacam a importância e impactaram fortemente a vida dos nossos ancestrais no discurso sugestivo na carta de Caminha em relação à colonização do Brasil são:

1. Legitimação da intervenção colonial: O discurso sugestivo na carta de Caminha foi empregado para transmitir uma imagem sugestiva e atrativa da terra recém-descoberta, destacando suas potencialidades e riquezas naturais. Essa sugestão de oportunidades e promessas de lucro serviu para legitimar e justificar a intervenção colonial dos portugueses, persuadindo o destinatário da carta, D. Manuel I, da importância e do valor estratégico da nova terra.
2. Persuasão e convencimento: A utilização de elementos sugestivos, como a descrição exuberante da fauna, da flora e das riquezas naturais aqui encontrados, tinha o objetivo de persuadir e convencer os leitores da carta sobre as vantagens e benefícios da colonização. A sugestão de riquezas e oportunidades de exploração foi uma estratégia persuasiva usada para incentivar o apoio e o investimento na empreitada colonial.
3. Exploração dos povos indígenas e das riquezas naturais: O discurso sugestivo na carta de Caminha contribuiu para criar uma atmosfera favorável à exploração dos nossos povos e das riquezas naturais da nova terra. A sugestão de uma terra rica e

promissora estimulou os colonizadores a explorarem seus recursos, como o pau-brasil, e a subjugar os povos originários aqui encontrados em nome do progresso, da civilização e do enriquecimento.

4. Construção de uma narrativa colonizadora: O discurso sugestivo na carta de Caminha ajudou a construir uma narrativa colonizadora que enaltecia as conquistas e os feitos dos colonizadores, minimizando e/ou omitindo as perspectivas e as vozes dos povos indígenas locais. A sugestão de uma terra inexplorada e pronta para ser conquistada reforçou a ideia de superioridade e legitimidade dos colonizadores europeus em relação aos povos nativos.

O uso do discurso sugestivo na carta de Caminha contribuiu para a desvalorização e marginalização dos nossos povos. Ao nos descrever de forma objetificada, Caminha perpetua estereótipos e reforça a ideia de superioridade dos europeus em relação aos nossos povos. Essa forma de comunicação sugestiva contribuiu para a construção de uma narrativa colonial que justificava a exploração e a dominação dos nossos ancestrais durante o processo colonial.

Além disso, o discurso sugestivo utilizado por Caminha também teve um impacto negativo na percepção dos leitores da época e nas gerações futuras. Ao nos descrever de forma sensualizada e exótica, Caminha contribuiu para a objetificação e a sexualização dos corpos indígenas, reforçando estereótipos e preconceitos que persistem até os dias de hoje.

A análise do discurso sugestivo na carta de Pero Vaz de Caminha evidencia como elementos linguísticos e discursivos foram utilizados para persuadir, influenciar e convencer os interlocutores, legitimando a colonização, a dominação e a exploração do Brasil. A compreensão do discurso sugestivo na carta contribuiu nesse trabalho para uma reflexão crítica sobre as estratégias de persuasão e manipulação presentes, na carta e em outros textos históricos, revelando as dinâmicas de poder, de controle e de legitimação que moldaram as relações coloniais.

Assim sendo, o discurso sugestivo na carta de Pero Vaz de Caminha desempenhou um papel fundamental na intrusão e colonização do território de Pindorama, ao persuadir, convencer e legitimar a intervenção colonial dos portugueses, moldando as percepções, as narrativas e as relações de poder durante esse processo histórico. A análise crítica desse discurso sugestivo foi essencial para compreender as estratégias de persuasão, as dinâmicas de dominação e as ideologias coloniais presentes nesse documento histórico.

#### 4.8 A ABORDAGEM CRÍTICA

A carta de Pero Vaz de Caminha, enviada a D. Manuel I, é um documento histórico fundamental que desempenhou um papel significativo na construção das narrativas presentes na intrusão e na da colonização dos territórios de Pindorama. No entanto, a interpretação dessa carta a partir de uma abordagem crítica se faz necessária para desconstruir as representações coloniais e eurocêntricas presentes no texto, e para dar voz e visibilidade às perspectivas indígenas e subalternas. Aqui, apresentamos a importância de uma abordagem crítica na pesquisa que faz uma releitura da carta de Pero Vaz de Caminha, conceituando a abordagem crítica, ressaltando suas técnicas e referendando seu uso.

##### **A Importância da Abordagem Crítica na Pesquisa**

A abordagem crítica na pesquisa tem como objetivo questionar, problematizar e desconstruir as estruturas de poder, as narrativas dominantes e as representações hegemônicas presentes nos documentos históricos, como a carta de Caminha. Ao adotar uma perspectiva crítica, os pesquisadores são capazes de analisar e interpretar o texto de forma contextualizada, considerando as relações de poder, as ideologias subjacentes e as vozes silenciadas que permeiam o documento.

##### **Técnicas da Abordagem Crítica**

Dentre as técnicas utilizadas na abordagem crítica, destacam-se a análise do discurso, a desconstrução de narrativas, a reflexão pós-colonial e a inclusão de perspectivas subalternas. A análise do discurso nos permitiu identificar e problematizar as representações, os discursos e as ideologias presentes na carta de Caminha, revelando as dinâmicas de poder e as hierarquias sociais subjacentes. A desconstrução de narrativas coloniais visa desnaturalizar e questionar as interpretações eurocêntricas e colonizadoras do texto, abrindo espaço para novas leituras e significados. A reflexão pós-colonial propõe uma crítica às relações de poder e dominação presentes na colonização, e a inclusão de perspectivas subalternas, busca dar voz e visibilidade às narrativas e às experiências dos nossos ancestrais que foram marginalizados e calados na carta.

Em sua obra *O Tempo e o Vento*, o escritor e parente indígena Daniel Munduruku ressalta a importância de se questionar e reinterpretar os discursos coloniais que moldaram a

história do Brasil, afirmando que "é preciso olhar para trás, para entender o presente e construir o futuro de maneira mais justa e inclusiva". Da mesma forma, Ailton Krenak, importante liderança indígena do povo Krenak, ambientalista, filósofo e pensador contemporâneo, destaca a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva sobre a história e as narrativas coloniais, afirmando que "não podemos aceitar passivamente as versões oficiais da história, é preciso resgatar e valorizar as vozes e os saberes dos povos originários".

Para fazer a abordagem crítica da carta de Pero Vaz de Caminha, diversas técnicas foram utilizadas de forma que pudéssemos trazer aqui e apresentar uma interpretação contextualizada, problematizadora e reflexiva do texto, conforme segue:

1. **Análise do Discurso:** Sabendo que, a análise do discurso é uma técnica que permite identificar e desvelar as representações, os discursos e as ideologias presentes no texto, considerando as relações de poder, as hierarquias sociais e as formas de legitimação presentes na linguagem utilizada. Essa técnica nos possibilitou e pretende possibilitar ao leitor uma compreensão mais aprofundada das mensagens subjacentes e das intenções do autor.
2. **Desconstrução de Narrativas:** A desconstrução de narrativas coloniais e eurocêntricas consiste em questionar e problematizar as interpretações dominantes presentes no documento histórico, desconstruindo os discursos hegemônicos e revelando as visões subalternas e silenciadas. Essa técnica busca desconstruir as narrativas unilaterais e abrir espaço para novas leituras e significados.
3. **Reflexão Pós-Colonial:** A reflexão pós-colonial propõe uma crítica às relações de poder, dominação e representação presentes na colonização, considerando as consequências e os legados do colonialismo na sociedade contemporânea. Essa técnica busca problematizar as narrativas coloniais e promover uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder e as hierarquias sociais presentes no documento histórico.
4. **Inclusão de Perspectivas Subalternas:** A inclusão de perspectivas subalternas consiste em dar voz e visibilidade às narrativas e experiências dos grupos marginalizados, como nós, povos indígenas, as populações negras, quilombolas e outros grupos historicamente excluídos. Essa técnica busca resgatar e valorizar as vozes e os saberes subalternos presentes no documento, promovendo uma interpretação mais plural e inclusiva.

Essas técnicas, quando combinadas e aplicadas de forma crítica e reflexiva, permitem uma análise mais abrangente, contextualizada e problematizadora dos documentos históricos, como a carta de Pero Vaz de Caminha. A abordagem crítica passou a ser essencial, juntamente com as demais análises aqui feitas, para que em conjunto pudéssemos convergir para desconstruir narrativas coloniais, desnaturalizar interpretações eurocêntricas e promover uma releitura mais justa e inclusiva da história e da cultura. Somente através dessas análises densas, mas necessárias por nos permitir uma reflexão profunda sobre as representações, as ideologias e as relações de poder presentes na carta. Por meio dessa abordagem crítica, foi possível identificar e problematizar as narrativas coloniais, as visões eurocêntricas e as estruturas de dominação que permeiam o texto de Caminha. Alguns aspectos que podem ser abordados criticamente na carta de Caminha incluem:

1. **Visão Eurocêntrica e Etnocêntrica:** A carta de Caminha reflete uma visão eurocêntrica e etnocêntrica, na qual os povos indígenas são descritos como "selvagens" e "primitivos", colocando os europeus como superiores e civilizados. Essa representação denota uma hierarquia cultural e étnica que justifica a dominação e a exploração dos povos nativos, perpetuando estereótipos e preconceitos.
2. **Justificativa da Colonização:** Caminha utiliza um discurso de justificação da colonização, apresentando a terra brasileira como uma oportunidade de exploração e enriquecimento para Portugal. A descrição detalhada da fauna, da flora e dos recursos naturais sugere uma perspectiva utilitarista e exploratória, que legitima a intervenção colonial em nome do progresso e da civilização.
3. **Silenciamento das Perspectivas Indígenas:** A carta de Caminha silencia as perspectivas e as vozes dos nossos povos, relegando-nos a um papel de coadjuvantes ou subalternos na narrativa colonial. A ausência de uma representação autêntica e respeitosa dos povos originários contribuiu para a invisibilização de nossas culturas, saberes e formas de vida.
4. **Estratégias de Dominação e Controle:** Caminha emprega estratégias de dominação e controle sobre nossos povos, como a imposição da língua e da religião europeias, a tentativa de conversão ao cristianismo e a apropriação dos recursos naturais. Essas estratégias revelam a intenção de subjugar e assimilar as populações locais em benefício dos interesses coloniais.

Foi fundamental e imperativo adotar uma abordagem crítica como técnica ao analisar a carta de Caminha e outros documentos históricos que utilizam discursos sugestivos, referentes e supressores. É necessário reconhecer o impacto prejudicial desse tipo de comunicação na construção de narrativas coloniais e na perpetuação de estereótipos e preconceitos. Ao estudar a história, é importante buscar, criar e se possível reescrever essa história com fontes e perspectivas que valorizem as nossas vozes e experiências, em vez de perpetuar discursos que nos desumanizam.

O uso desses discursos aqui apresentados na carta de Pero Vaz de Caminha teve um impacto deveras prejudicial na forma como fomos retratados e percebidos. Ao utilizar termos e descrições objetificadas, Caminha contribuiu para a desvalorização e marginalização dos povos que aqui já viviam há muito. É fundamental adotar uma abordagem crítica ao analisar documentos históricos que se utilizam dessas técnicas, buscando compreender o contexto e os impactos dessas representações na construção de narrativas coloniais.

Nessa análise densa da carta de Caminha, tornou-se possível identificar um discurso ideológico que reflete a visão eurocêntrica e colonizadora da época.

Ali, Caminha faz **referências** ao nos descrever como seres exóticos e primitivos, enfatizando a nudez que sempre foi muito natural a todos nós, julgar-nos como "gentios", afirmando a nossa falta de conhecimento sobre a fé cristã, insinua a nossa compleição física e qualificação para o trabalho escravo, além de nos qualificar como seres inocentes e inferiores culturalmente.

**Sugestiona** em relação à exploração dos recursos naturais da nossa terra. Caminha menciona a abundância de recursos da terra e sugere a possibilidade de encontrarem ouro e prata, ele sugere que os portugueses poderiam lucrar com sua exploração. Essa sugestão evidencia a mentalidade exploratória e predatória dos colonizadores, que buscavam enriquecer às custas dos recursos naturais e da mão de obra escravizada dos nossos povos.

Um dos aspectos mais importantes a ser considerado é o impacto da colonização sobre nossos povos. A chegada dos portugueses resultou em um processo de desapropriação das nossas terras, na escravização e na exploração dos nossos povos. A cultura e os modos de vida dos nossos antepassados foram suprimidos e marginalizados, resultando em um processo de aculturação forçada e perda de identidade.

É fundamental reconhecer que a carta de Caminha é um reflexo do contexto histórico e da mentalidade vigente na época. No entanto, é importante também problematizar e questionar o discurso ideológico presente na carta, buscando uma compreensão mais ampla e crítica dos impactos da colonização para os nossos povos.

Seu discurso ideológico, supressor, sugestivo e referente reflete a mentalidade exploratória e predatória dos colonizadores, resultando em impactos significativos para os nossos povos, reflexos esses que reverberam até os dias atuais, como a desapropriação de terras, a escravização e a perda de identidade cultural. Por isso torna-se fundamental analisar a carta de Caminha de forma crítica, buscando uma compreensão mais ampla e contextualizada dos eventos históricos e de suas consequências para todos nós, povos originários.

Alguns incautos até poderiam contestar e dizer, mas tudo isso já passou:

- O que importa agora trazer de volta esse assunto e essa carta?
- O que mudará nas nossas vidas?
- Que importância tem para o nosso futuro?

Hoje ler, analisar, criticar e apontar o quão essa carta nos foi prejudicial é de fundamental valor, não apenas para corrigir a história, mas principalmente para dar vozes àqueles que foram silenciados. Interpretar a carta no atual contexto é um exercício de cidadania. As nossas vozes silenciadas, a busca pelo ouro, prata, riquezas, a expansão territorial, a ameaça aos nossos povos, as invasões atuais dos nossos territórios, a ameaça do famigerado marco temporal e a violência colonial são questões contundentes e presentes em nossa contemporaneidade, e se pronunciam nos garimpos ilegais, na contaminação dos rios com mercúrio, no desmatamento das florestas, nos madeireiros praticando extração de madeira criminosa e ilegal, nos empreendimentos imobiliários e turísticos avançando sobre as terras indígenas, na evangelização forçada, nos constantes ataques a povoações indígenas e na prática de uma necropolítica de violência, destruição e morte. A leitura, análise e crítica da carta hoje pode chamar a atenção da sociedade para escutar as nossas vozes. Pode ajudar a levantar o céu com as mãos, segurar o céu tem sido penoso para nós povos indígenas conforme nos mostra nosso parente Davi Kopenawa, no seu livro *A Queda do Céu*.

Acreditamos que qualquer pessoa que fizer a leitura desse documento com o mínimo de senso crítico pode perceber quais eram as intenções dos europeus desde o primeiro momento. É possível identificar na descrição dada por Caminha o seu deslumbramento com a nossa imensa riqueza natural. A sua descrição é de um lugar paradisíaco. As suas observações levaram alguns historiadores a identificarem em sua escrita a famosa "fome de ouro", a eloquência com que pressupõe a existência de ouro e prata é a mais forte demonstração dos interesses dos

invasores/colonizadores. Na certeza de poderem auferir grandes lucros subtraindo tudo que pudessem a partir da exploração da futura colônia.

A leitura do outro (nós, povos originários) feita por Caminha se faz a partir dos indícios e suposições, ainda que nós fôssemos (somos) muito diferentes do que ele possa ter visto ou convivido.

Interessado em agradar o rei, inclusive para a obtenção de favores pessoais, sabendo das aspirações reais, vai logo relatando sobre o que da terra pode ser retirado rapidamente e como nós poderemos ser úteis para servir ao projeto escravocrata ali já visionado.

Caminha se pergunta indiretamente: serão eles bons ou maus? O que no início da sua missiva era um relato mais amistoso se torna um relato truculento e preconceituoso quando nos coloca na condição de selvagens, dentro do seu ponto de vista, eurocêntrico, ideológico e etnocêntrico.

Durante toda a carta em diversos trechos é possível perceber o incômodo, estarrecimento e desconforto de Caminha com a nudez do nosso povo, embora ele tente dar um ar de naturalidade, é perceptível o seu espanto, além de ser completamente o oposto do excesso de roupas usadas por eles, a nudez e a ausência de vergonha por parte dos nossos povos, algo impensável para um cidadão europeu.

Evidencia-se nesses trechos da sua escrita o pensamento da ideologia católica que tem a nudez como pecaminosa o que lhe espanta como falta de vergonha não nos causava qualquer espécie de culpa ou pudor: "eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas" (Caminha, 1500, p. 5).

Também fica evidente a diferença comportamental, enquanto nosso povo vivia em comunidade e acostumados culturalmente ao compartilhar em contraponto se apresenta o invasor/colonizador com a postura interesseira daqueles que perpetraram o novo território em busca de terras, ouro, prata e o que mais pudesse ser pilhado.

Ali já naquele momento iniciava-se o que foi um dos maiores martírios a que fomos submetidos, superado apenas pelas pestes que muitos de nós matou. A catequese, como uma imposição que nos obrigava a seguir uma religião e seus dogmas completamente avessos às nossas crenças. Caminha, nascido em uma família e vivendo em um país profundamente católico, deixa evidente na carta a missão moral e religiosa que os europeus supostamente teriam de nos catequizar e sendo assim, seria uma das missões do invasor português, a

conversão dos "gentios". Com uma visão completamente eurocêntrica, os portugueses acreditavam que nosso povo era como uma página em branco, sem qualquer tipo de crença conforme os relatos o famoso padre Manoel da Nóbrega: “parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem nenhuma crença” (Caminha, 1500, p. 7).

Dessa forma o escrivão português deixa clara a importância de nos catequizar de forma a aprisionar também as nossas mentes e almas para que o projeto de invasão fosse bem sucedido: “porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar” (Caminha, 1500, p. 9).

Ou seja, se formos fazer um breve resumo do que escreveu Pero Vaz de Caminha, seria algo mais ou menos assim:

Caminha narra o período de dez dias que passou junto com a frota do Capitão Mor Pedro Álvares Cabral, ao sul do litoral baiano: fala do primeiro contato no dia 23, relata o sono dos "índios" (como nos denominaram) no tombadilho no dia 24, conta sobre a lavagem de suas roupas no dia 26, sobre a primeira missa no dia 29, a retirada das grandes árvores para construção de uma grande cruz, a fixação da cruz no dia dois de maio, em que deixaram na praia dois degredados aos prantos. Em uma carta que tem o caráter informativo, a carta não revela nenhuma informação científica, cartográfica ou cosmográfica. Discorre de maneira impressionista. em formato de crônica como era habitual na literatura da época as primeiras impressões, encantamentos, suposições e reações sobre a terra em que chegaram e o que aqui encontraram. Para alguns pensadores, historiadores e teóricos a carta se qualifica como “a construção do outro”.

Caminha na sanha de descrever aquilo que era novo e, portanto, a ele desconhecido usou artifícios literários em seu discurso, altamente voltado para a ideologia político social e religiosa construindo referências, sugestionando e supondo os fatos dentro de um sistema de comparação que nos permite entender, fazer parte da ideologia eurocêntrica a que pertencia. Fazendo um inventário próprio e de acordo com suas convicções e/ou manipulações, que apontam as diferenças. A essa minuciosa descrição equivocada, Caminha se esmerou dedicadamente: nós como alvos centrais da estranheza e do exotismo fomos considerados mal educados, de maus modos e claro não esqueçamos "selvagens" pois, não saudamos as pessoas como habitualmente

os faziam os europeus. Éramos “pardos de maneira avermelhados, andávamos nus, tínhamos os cabelos corredios”, e “bons rostos e bons narizes”. Andavam “tosquiados e rapados até acima das orelhas” e tínhamos sempre arcos e flechas que ele chamava de "setas". Tínhamos como hábito os beijos de baixo furados, usávamos ossos nos beijos. Éramos inocentes a ponto de não enxergarmos nossos corpos como instrumentos de pecado. As mulheres então com as “vergonhas” (leia-se partes íntimas), "cerradinhas" e tão "limpas das cabeleiras" não embarçavam nem envergonhavam os seus maldosos olhares. Além disso fica evidente o seu deslumbramento com a beleza feminina no seu efeito comparador "e se as “mulheres de nossa terra” as vissem, morreriam de inveja por “não terem as suas como as delas”. Embora não tivéssemos o hábito da saudação no estilo que era julgado certo, demos aos portugueses demonstrações de hospitalidade e bom tratamento.

Um outro artifício narrativo usado por Caminha foi a projeção. De forma que ele se questiona sobre nós, seríamos bons ou maus? Nos julgou como bons quando ajudamos, quando indicamos que haveria ouro no interior (leitura dele), quando auxiliamos no corte das árvores para a missa e quando carregamos água e lenha para seus navios. Porém fomos julgados como maus quando não quisemos colaborar com as suas atividades. Assim o nosso comportamento foi considerado arisco e desconfiado e Caminha nos qualificou como animais. Antes exaltados e depois execrados. Tendo esses elementos sido os que levou Montaigne (filósofo francês do XVI) a criar a imagem do bom selvagem. O escrivão do rei reclama em sua descrição: "não agradeceram os presentes dados, não demonstraram gratidão, eram gente “bestial e de pouco saber”, nada criavam: nem bois, nem galinhas, nem cabras. Nesse contexto de bons e maus se descortinava a dúvida se seríamos colaboradores ou empecilhos para a Coroa. Muitos de nós sucumbiram, outros se aliaram, se deixaram corromper, ainda outros lutaram, perderam, venceram, mas acima de tudo resistiram, resistimos e resistiremos.

Acreditamos assim, que essa abordagem crítica incluída na pesquisa foi essencial para uma releitura da carta de Pero Vaz de Caminha que vai além das interpretações tradicionais e eurocêntricas, permitindo uma análise contextualizada, problematizadora e inclusiva do texto. Ao trazer e valorizar as perspectivas dos nossos povos e evidenciar as estruturas subalternas presentes na carta, a abordagem crítica contribui para uma compreensão mais ampla e complexa da história do Brasil, promovendo a desconstrução de narrativas coloniais, questionar as representações hegemônicas e promover uma leitura reflexiva e plural do documento. A análise

crítica da carta de Caminha nos levou a uma compreensão mais abrangente e contextualizada da colonização do Brasil, permitindo uma reflexão sobre as dinâmicas de poder, as relações desiguais e as narrativas de dominação que moldaram as interações entre europeus e povos indígenas durante esse período histórico, maquiado, negado, silenciado e ocultado. Nos permitindo assim propor a construção de uma memória mais justa e inclusiva.

## 5 A RESPOSTA

### 5.1 "CARTA DO DESCOBRIMENTO" - PERO VAZ DE CAMINHA (1500)

Diante disso, apresentamos aqui a carta de Pero Vaz de Caminha, conhecida como a “carta do descobrimento”, na versão em português atual (Anexo C) – que é uma cópia fiel da carta original, em português arcaico (Anexo B), documento depositado no Arquivo da Torre do Tombo, em Portugal (Anexo A) – de forma que possa ser lida, analisada e entendida por todos, para daí apresentarmos a resposta constituída de forma participativa, compilando as respostas das entrevistas e, assim, com a ajuda da opinião dos entrevistados, num texto em formato de crônica, seguindo assim o formato literário original.

### 5.2 UMA RESPOSTA A PERO VAZ DE CAMINHA (2023)

#### **CARTA RESPOSTA AO ESCRIVÃO PERO VAZ DE CAMINHA**

Remetente: Nankupé Tupinambá Fulkaxó

Aldeia Tekoá Tupinambá - Massarandupió - Entre Rios - BA, 20 de novembro de 2023.

Destinatário: Ao escrivão da armada portuguesa, que invadiu as terras de Pindorama e relatou a invasão como “achamento”, Pero Vaz de Caminha.

Senhor Caminha,

Nesta carta, estou presente, e me apresento não como o “novo Tupinambá”, mas sim, como um novo Tupinambá, corroborando aquilo que já foi dito pelo velho Tupinambá, conforme vimos no texto oriundo da “teoria de valor Tupinambá” relatado pelo missionário francês Jean de Léry e apresentado por Jorge Caldeira. Sou eu quem falo, mas, ao mesmo tempo, não sou eu, ou seja, não só eu, sou eu e meus parentes, sou eu, meus parentes e os que já se foram, somos nós e nossos ancestrais, pois aqueles que se foram se fazem presentes em mim, em cada um de nós. Sinto em meu corpo a presença deles, que aqui se fazem presente, somos um. E aqui estão, e assim é, porque os reverenciamos.

Quanto ao senhor, quanto mais o observamos, quanto mais nos aprofundamos na sua escrita, mas o senhor se mostra e assim consigo ver através dos meus olhos e dos meus parentes

que o que o senhor deixou escrito como relato e registro de suas percepções, nos causou sérios problemas, sérios danos que se arrastam até os tempos atuais. Para dar uma resposta condizente e a altura para as 27 páginas que contem a sua carta, foram necessárias 239 páginas desse extenso trabalho que ora apresentamos. Hoje, faz todo sentido dizer que a sua narrativa nos colocou em situação de risco, seus escritos foram usados como base, tornando-se fonte para a construção de uma história que nos julgou, por uma perspectiva ideológica, em um discurso referente, supressor e sugestivo que manipulou e apagou a voz do outro, sendo esse outro nós, os povos originários.

As mais variadas interpretações dadas aos seus escritos sobre nós, não apenas nos colocaram em risco, mas ajudaram a formar – somados a outros escritos – um imaginário equivocado sobre nós, que matou muitos dos nossos, que foi responsável por muitos estupros, pelo maior genocídio perpetrado ao longo do tempo, cujas as vítimas foram, nossos povos, dizimação de diversos povos, e até a extinção de muitos.

Passados mais de cinco séculos do seu relato, feito como um diário e em formato de crônica – estilo literário que era muito usual na época, de forma quase poética e bem rebuscada – que veio a se tornar uma peça literária publicada, pela primeira vez, no Brasil, pelo padre Manuel Aires de Casal na sua *Corografia Brasílica* (1817), porém, de forma alterada e censurada, sendo somente publicada de forma fidedigna, em 1908, pelo cearense Capistrano de Abreu. Não sei se o senhor sabe disso, a menos que chegue por aí as notícias daqui, acreditamos que sim, mas saiba, que a sua carta se tornou famosa por aqui, ela recebeu títulos como: “a certidão de nascimento do Brasil”, “certidão de batismo brasileiro”, “primeiro documento oficial do Brasil”, “primeira obra literária brasileira” e foi até consagrada e inscrita, em 2005, no Programa Memória do Mundo, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura (UNESCO).

Duvido que o Senhor poderia imaginar tudo isso, através de um documento que carrega tantos equívocos e controvérsias. Dizem por aqui que o escreveu apenas por intromissão, visto que o senhor nem era o escrivão oficial da armada e que o fez muito mais para pedir favores ao monarca português do que por competência. E foi assim que “sem saber”, o senhor deu início à formação de um imaginário falso e cruel sobre nós, os povos originários de Pindorama.

Imaginário que perdura até os dias atuais e que foi alimentado dentro da ideologia vigente na época que norteou a sua escrita, mantendo assim o “índio” de forma genérica com o forte intuito de apagar a nossa cultura. A princípio, pensamos que a tripulação da esquadra portuguesa que aqui chegou (vocês), assim como Cristóvão Colombo, estavam perdidos e também acharam que estavam nas Índias. Porém, logo percebemos que esse termo passou a ser

utilizado por vocês para se referir a nós, os nativos que aqui estavam na época da invasão e colonização de todo o continente de Abya Yala, que vocês denominaram de América.

Saiba, Sr. Caminha, que aquele povo que você chamou de “índio” – mesmo sabendo que na Índia não estava e por clara intenção de nos diminuir – carrega até hoje esse estigma. Não somos “índios”, nunca fomos:

*ÍNDIO?*

*Não!*

*Não somos índios, nós não nascemos na Índia, não somos índios nem indianos. Não somos seguidores do hinduísmo, nem adoramos suas divindades e assim também hindu não somos, não falamos hindi nem seus dialetos, somos o povo do Tupi, do Guarani, do Dzobukuá, Kipeá, Kamarú, Sabuyá, Yatê, Makuxi, Maxakali, Tikuna, Yanomami e de outras tantas línguas ainda hoje faladas (274).*

*O Sr. não pode nos nomear pelo seu equívoco, pela sua ignorância ou muito menos, pelos seus erros, pelo seu poder de colonizar, pela sua crueldade de colonizador, insistindo em nos reduzir, nos apagar, nos extinguir.*

*SOMOS OS POVOS ORIGINÁRIOS!*

*SOMOS NATIVOS!*

*SOMOS: TUPINAMBÁ, PATAXÓ, PURI, TIKUNA, TERENA, KAMBEBA, OMAGUA, MUNDURUKÚ, MAKUXÍ, PAYAYÁ, WAPICHANA, GUAJAJARA, FULNI-Ô, XACRIABÁ, YANOMAMI, XOCÓ, KARIRI-XOCÓ, FULKAXÓ e outros tantos mais(305).*

Éramos muitos mais, quando aqui chegaste, éramos mais de mil, hoje somos pouco mais de 300, apenas. *Somos guerreiros, gente como toda gente, carregamos a pintura ancestral no corpo, carregamos nossos adereços, eles são sagrados, os encantados nos guiam, as matas e florestas são as nossas moradas, lá estão nossos ancestrais, nosso Deus é Tupã, Maira Monã, Tupanã, Ededhuar, Ededhalhar, Warakedizan, Poditã, Badzé, Mathikay, Macuanaima, Yanderú, Niamissú sendo um e carregando vários nomes de acordo com cada povo, cada língua, cada cosmovisão. O Grande Espírito a todos nós protege. Somos natureza, beleza, força e paixão.*

*SOMOS OS POVOS ORIGINÁRIOS!*

*NÃO somos índios*

*A Índia é do lado de lá*

*Nós estamos do lado de cá.*

*Somos guerreiros, garra, resistência, o Grande Espírito é nosso pai, a Terra é nossa mãe. Nosso rezo é sagrado, no tabaco ele se faz. O caminhar é o Toré, somos alegria, cantoria, alma, gente, dança e paixão!*

*NÃO SOMOS ÍNDIOS.  
SOMOS NATIVOS!  
SOU TUPINAMBÁ!  
SOU FULKAXÓ!  
Sou Nankupé! Nankupé Tupinambá Fulkaxó!*

Quanto as suas dúvidas, se somos bons ou somos maus, o que temos a te dizer é que qualquer uma das opções são verdadeiras, se pensar que somos bons o senhor tem razão, se pensar que somos maus, o senhor está coberto de razão, e, talvez, possa se dar conta disso, pensando que somos humanos, portanto, gente como toda gente. Alguns de nós podem ser considerados bons e outros maus e tudo isso de acordo com o contexto em que estivermos envolvidos, te diria que, para saber se somos bons ou maus, precisava conviver um tempo maior conosco, mas, de antemão, te aviso que desconfio que não somos nem bons nem maus, ou que somos bons e maus de acordo com cada situação, assim como todas as pessoas, porque, como dito, repito, somos gente, gente como toda gente, embora fizeste questão de ignorar esse fato. Assim, entendemos que a melhor resposta é que somos humanos.

Dessa mesma forma, e dando continuidade aos seus “equivocos” que, na realidade, foram a forma encontrada para pôr em prática a ideologia europeia dos projetos ultramarinos, expansionistas, colonizadores e genocidas dos quais o senhor participava, conforme sua descrição, onde o senhor se propôs a chamar de “achamento” a invasão perpetrada sobre nós e nosso território, com claras intenções de esbulhar, vilipendiar, roubar, submeter, escravizar, apagar e assassinar um povo que vivia livremente dentro do seu território. Desperta em nós a curiosidade de ler os relatos do Mestre João Faras e a Relação do Piloto Anônimo, por serem esses os únicos documentos disponíveis sobre essa incursão, ainda que partam e compactuem da mesma ideologia, nos parecem mais consistentes e sem os “enfeites” literários a que o senhor se propôs. Para dentro deles, discorrer sobre o seu discurso racista, preconceituoso, ideológico, supressor, referente e sugestivo, que criou notícias para agradar sua majestade e dar sustentação ao seu deslumbramento com a nossa terra e com a nossa gente. Assim, torna-se fundamental ler o que esses escreveram sobre essa jornada e, dessa maneira, a partir de outros pontos de vista, buscar um maior entendimento sobre a sua escrita.

Em sua carta, o senhor relata que, ao chegarem aqui, se depararam com uma quantia pouca de nativos, sendo que logo é possível verificar o seu engano quando chega a relatar 400 a 450 pessoas em certo momento, pois, saiba, éramos muitos mais. Os historiadores não conseguem até hoje fornecer com algum grau de exatidão e confiança quantos éramos de fato, os números variam de 2 milhões a 10 milhões, há até os que afirmam que somente na Amazônia

viviam 10 milhões de pessoas. Ainda assim, é possível garantir-lhe que éramos milhões, divididos em mais de mil povos diferentes, falando mais de mil idiomas e com culturas próprias e distintas.

Saiba que o senhor inaugurou alguns termos e estereótipos nessa nova terra, o “pardismo” certamente é um deles, além da tal “cultura indígena”, que nos coloca a todos como únicos e genéricos, desconsiderando a diversidade cultural e social de cada povo. O tamanho do nosso território, Sr. Caminha, é muito maior do que o senhor pudesse imaginar, as nossas dimensões são continentais. Só para ter ideia, enquanto Portugal tem uma extensão territorial de apenas 92 mil quilômetros quadrados, o nosso território de Pindorama tem 8,5 milhões de quilômetros quadrados, o que é quase 100 mil vezes maior, ou seja, é como se fosse uma sardinha querendo engolir um peixe boi. Certamente, o Sr. deve estar surpreso com o que te trazemos aqui e ficará mais ainda com o que vou lhe contar.

Será que o Sr. faz a mínima ideia do que foi, ou do que significou a sua chegada por aqui, para nós povos originários de Pindorama? Seria interessante que o Sr. pudesse entender um pouco sobre o que pensávamos e/ou pensamos e assim dar lugar às falas que silenciou na sua tão famosa carta.

#### TRIBUTO A UM POVO “VOCÊ E NÓS”

O que você fez?

O que nós fizemos?

Por quê?

Por que escrevemos essa história?

De repente, você chegou...

Chegou de longe...

Chegou de muito longe...

Chegou de outras bandas, de outros mundos...

Chegou de “além-mar”, surgiu do horizonte...

Imponente, diferente, envolvente...

Chegou com suas naves, flutuando sobre as ondas do mar, surfando, navegando...

Naves grandiosas flutuando no mar...

O que era aquilo? Pensamos nós.

Quem eram eles? Nos perguntamos uns aos outros.

Por que estavam aqui?

Logo, achamos que você vinha de outro mundo, achamos que eram DEUSES...

Mas, pensamos: e se forem DEMÔNIOS? Eram!

Tivemos medo...

Mas aí você chegou mais perto, chegou nos filhotes das grandes naves, assim como se fossem pedaços dela, filhotes flutuando no mar.

Você falava uma língua estranha, nós nada entendíamos, mas ouvíamos.

Ouvíamos curiosos e interessados em tudo o que você dizia e fazia... Vocês nos deram coisas... fizeram trocas. Nós lhe demos o que tínhamos, adornos, adereços, armas, penas, lhe demos o que tínhamos...

Você tinha naves, tinha enfeites, tinha uma comida diferente, uma fala estranha, mas nós achávamos que vocês tinham uma amizade a oferecer, ainda que alguns de nós tivessem ficado desconfiados.

Nós pertencemos à terra e, assim, a terra não nos pertence, a terra fornece os nossos alimentos, as florestas fornecem a caça, as ervas que curam, os rios fornecem os peixes, a natureza nos dá o sol, a lua, as estrelas, as árvores, as montanhas, as flores e as florestas, assim, por aqui nós tínhamos tudo, tínhamos a vida...

Você partiu, mas aqui deixou alguns, e logo retornou, retornou e retornou, e a cada retorno seu, mais de você por aqui ficava, você deixava sua gente aqui e aos poucos você foi se instalando por aqui. Você se instalou aqui e trouxe muitos de você e aí já eram vocês.

Vocês ocuparam a terra, vocês trouxeram pestes e doenças, vocês subjugaram nosso povo, escravizaram nossa gente, vocês mataram nosso povo, vocês corromperam muitos irmãos, escravizaram, mataram, corromperam...

Nós éramos milhões...

Vocês trouxeram suas pestes, suas doenças, seus deuses, suas crenças, suas guerras, suas ganancias e nos dizimaram.

Vocês tinham armas de fogo e nós o que tínhamos?

O arco e flecha...

Você me impôs suas crenças, seu Deus, sua fé, seus modos, sua língua, sua ambição e até sua crueldade.

Subjugaram meu povo e como crueldade máxima inseriu o seu DNA no nosso.

Deitou com as mulheres do meu povo, algumas vezes de forma consensual, outras com a violência que carrega o estupro e até ao longo do tempo, permitiu que os nossos deitassem com as suas mulheres, impregnando assim o seu gene e incorporando sangue, carne e ossos, buscando, dessa forma, que nós nos tornássemos vocês.

Passaram-se muito tempo para que entendêssemos que essa era a sua essência e você precisava de nós para se melhorar.

Resistimos!

Hoje, sabemos quem somos.

Somos os Povos Originários, os Povos Nativos, os Povos Indígenas.

Somos hoje cerca de 305 povos diferentes e diversos

Ainda que a maioria de nós carregue em seu DNA muito ou pouco de vocês, a mãe do Brasil é INDÍGENA!

Somos melhores hoje.

Somos gente a caminho da LUZ...

Pois é, Sr. Caminha, se lhe for permitido que possas refletir sobre a resposta que aqui te enviamos, será muito interessante. Saiba que aqui a ideologia que nos rege é a prática do bem-viver, é a busca da terra sem males. Sabe? Poderíamos aqui usar os artifícios linguísticos que o Sr. usou, inserindo um discurso referente, nos referindo ao seu povo com o mesmo desrespeito ou preconceito, apontando-os como um bando de velhos, sujos, doentes, famintos que aqui chegaram como mortos vivos, bárbaros com péssimos hábitos de higiene, denotando racismo e os denominando de “branquelos” da mesma forma que nos denominou de “pardos”, pelas vestes fétidas e descoradas, mas não o faremos. Poderíamos também nos valer dos recursos do

discurso sugestivo e assim, sugerir que o seu povo na verdade era um bando de alienados, conspiradores, regidos por monarcas inescrupulosos, vencidos e subjugados pelos espanhóis, pelos morros e outros povos no passado, que usurparam e destruíram continentes inteiros, mas não o faremos.

Poderíamos ainda nos valer dos recursos do discurso supressor, como o senhor o fez, não lhe dando direito a fala e assim o silenciando, o que também não faremos, ao contrário disso, trouxemos aqui diversos trechos escritos pelo senhor, trouxemos para o debate, trouxemos para a análise, apresentando o conjunto de verdades que nos norteiam e assim apresentamos essa resposta não por vingança, ainda que sempre nos impuseram esse estigma de vingadores, mas, exercendo o nosso direito de resposta, ainda que tardio, mas, importante e necessário se faz, esclarecer e afirmar, que não pretendemos aqui nos valer do mesmo etnocentrismo, ou nos utilizarmos da xenofobia, ou ainda de qualquer denominação de racismo reverso, ou até combater o seu discurso eurocêntrico com um discurso diríamos “pindocêntrico” (termo inexistente), se é que isso existe ou que fosse possível. O que aqui buscamos, é justiça e reconhecimento de um protagonismo apagado pelas ações iniciadas a partir da sua carta.

De qualquer forma, entendemos que essa carta resposta abrirá a mente de muitos que estão por aqui ainda inebriados com a tua escrita, sem dela se dar conta. Sr. Caminha, precisamos te parabenizar pelas artimanhas usadas e bem engendradas na sua escrita, é interessante como você relata a relação estabelecida através de um sistema conhecido como escambo, porém, com trocas muito peculiares, trocar espelhos, barretes, carapuças, enfeites e camisas por nossos arcos e flechas foi certamente uma jogada de mestre na tentativa de nos desarmar, o senhor imagina como esse processo de trocas injustas evoluiu ao longo do tempo? Pois saiba que o que ali começou com o Sr. e os seus, se tornou uma prática que tirou de nós e dos nossos territórios quase tudo que tínhamos. As práticas inauguradas pelo seu povo se desenvolveram, levando nossas riquezas e escravizando nossos povos durante todo o período da colonização, perdurando até os tempos atuais.

Nós, que somos os nativos absolutos dessa terra, fomos expulsos, sofremos todos os tipos de violência e ainda hoje precisamos lutar todos os dias pelos nossos territórios que são invadidos por madeireiros, especuladores imobiliários, garimpeiros, fazendeiros, grileiros etc., temos que lutar e resistir para garantir que alguns espaços sejam demarcados e protegidos de forma que nosso povo possa viver e desenvolver suas atividades de subsistência e manutenção da cultura. Tenho que te contar que foram e são tantas as leis elaboradas pelo o que convencionamos aqui chamar de “Estado”, todas elas redigidas por esses “homens brancos”, que ainda insistem em elaborar leis para nos tirar direitos e, principalmente, para nos tirar dos

nossos territórios. Sabe? Depois de todos os “engendramentos” e “acochambramentos”, todos os artificios ilegais legalizados, depois da lei de terras e demais “decretos” e “leis”, que atravessaram os séculos nos suprimindo direitos originários, temos como uma nova desculpa para não demarcar os nossos territórios, para rever demarcações, para invadir nossos territórios, para continuar desmatando, incendiando, destruindo, matando, um tal de “marco temporal”:

O marco é uma teoria.  
 O marco é um ponto no tempo.  
 Um tempo inexistente  
 Criado pelos ruralistas.  
 A partir de 88.  
 Marcaram as nossas vidas  
 Explorando as nossas terras.  
 Com esse tal de marco temporal.

Aliás, Sr. Caminha, quero aqui te dizer que achamos essa teoria muito inteligente e muito boa, e até somos a favor de um marco temporal, desde que ele tenha como ponto de partida o ano de 1500, o que o senhor acha?

Além disso, senhor, preciso te contar mais uma coisa triste que seu povo fez por aqui. Não sei se reparou, mas nós e os nossos antepassados vivemos nessas terras por milhares de anos, sem gerar um só quilo de lixo, vocês destruíram muito daquela paisagem que o senhor descreve na sua carta. Sabe aquela beleza que vocês encontraram aqui? Infelizmente não se encontra mais tão bela e preservada, vocês desmataram áreas tão grandes que até caberia outros países dentro. O Pau-Brasil, pelo qual vocês se apaixonaram por sua cor vibrante para tingir e dar cor e vida as suas vestes, foi praticamente extinto, hoje se vê um aqui outro acolá, e estamos em um grande trabalho de preservação para salvar mais essa espécie destruída por vocês, foram muitas as plantas, ervas, troncos e raízes retiradas e destruídas por vocês. Nossas plantas e plantações foram substituídas pela cana-de-açúcar, dando início ao tráfico dos povos originários de África e os escravizou para manterem as fazendas de cana-de-açúcar, café e a criação de gado, fundando imensas fazendas de monocultura que destroem a mãe terra e os rios, além de continuarem invadindo nossos territórios.

Tudo isso, Sr. Caminha, destruiu muito da nossa vegetação natural e trouxe grandes impactos para a vida da floresta. Interessante é que hoje vem surgindo uma série de novos nomes como: “sistemas de agrofloresta”, “agricultura sintrópica”, “agroecologia”, que se apresentam como novidades e como novas tecnologias, quando, na verdade, se trata da tecnologia ancestral praticada por nossos povos desde milênios. Sistemas consorciados com a floresta que, aliás, o senhor não viu e relatou na sua carta, que nada plantamos, pois saiba, que

não só desenvolvemos sistemas de plantações como desenvolvemos as próprias sementes que hoje alimentam o mundo. É importante falar também de um outro equívoco seu, a afirmar que nada criamos. Talvez, o tenha feito por estar preso e arraigado a um sistema de criação que aprisiona os animais em cativeiros, pois saiba, que nós aprendemos a criá-los em total liberdade e, assim, quando fazemos as nossas plantações, elas são dispostas de forma a alimentar e atrair os animais com os quais nos alimentamos e os caçamos de acordo e de forma a preservá-los e, assim, se procriarem, mas o senhor não tinha esse conhecimento, muito menos podia imaginar que detínhamos tanta tecnologia, não é mesmo?

Senhor, se com as plantas foi assim, imagine o senhor com os animais, aqueles com os quais o senhor se deslumbrou e até enviou para o seu rei como “amostra” da beleza aqui encontrada, saiba que, muitos deles, já não existem e, outros muitos, estão em risco de extinção. As riquezas como ouro, prata, pedras preciosas e outros metais que muito lhes interessava, conforme seu relato, foram encontrados finalmente depois de algum tempo em diversas regiões e, até hoje, são explorados em detrimento do solo da mãe terra e das águas dos rios que a cada vez estão mais contaminadas com mercúrio e outros produtos.

Senhor Caminha, dentro desse processo de exploração, foram criadas expedições que chamavam de bandeiras para buscar esses tesouros no interior de nosso território e, assim, muito encontraram, principalmente em um sítio que hoje chamamos de Minas Gerais. Essas tais bandeiras eram compostas por exploradores que se chamavam de bandeirantes, verdadeiros sanguinários que foram exaltados como heróis e até ganharam estátuas e monumentos por cá. Por onde passavam, o rastro de sangue ficava, no caminho deles, foram deixados milhares de corpos sem vida dos nossos povos, muitos dos nossos foram vendidos e escravizados. Sabe, Caminha, se o seu povo tivesse que devolver toda a riqueza roubada de nós, certamente, teriam sérios problemas. Tem um parente nosso de um país vizinho ao nosso, chamado Bolívia, que foi colonizado pelo povo espanhol, e fez um belíssimo discurso sobre isso de maneira interessante. Esse parente foi presidente do seu país e se chama Evo Morales. Com linguagem simples, que era transmitida em tradução simultânea a mais de uma centena de Chefes de Estado e dignitários da Comunidade Europeia, o Presidente Evo Morales conseguiu inquietar sua audiência quando disse:

Aqui eu, Evo Morales, vim encontrar aqueles que participam da reunião. Aqui eu, descendente dos que povoaram a América há quarenta mil anos, vim encontrar os que a encontraram há somente quinhentos anos. Aqui pois, nos encontramos todos. Sabemos o que somos, e é o bastante. Nunca pretendemos outra coisa.

O irmão aduaneiro europeu me pede papel escrito com visto para poder descobrir aos que me descobriram. O irmão usurário europeu me pede o pagamento de uma dívida contraída por Judas, a quem nunca autorizei a vender-me.

O irmão rábula europeu me explica que toda dívida se paga com bens ainda que seja vendendo seres humanos e países inteiros sem pedir-lhes consentimento. Eu os vou descobrindo. Também posso reclamar pagamentos e também posso reclamar juros. Consta no Archivo de Índias, papel sobre papel, recibo sobre recibo e assinatura sobre assinatura, que somente entre os anos 1503 e 1660 chegaram a San Lucas de Barrameda 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata provenientes da América. Saque? Não acredito! Porque seria pensar que os irmãos cristãos pecaram em seu Sétimo Mandamento.

Espoliação? Guarde-me Tanatzin de que os europeus, como Caim, matam e negam o sangue de seu irmão!

Genocídio? Isso seria dar crédito aos caluniadores, como Bartolomé de las Casas, que qualificam o encontro como de destruição das Índias, ou a radicais como Arturo Uslar Pietri, que afirma que o avanço do capitalismo e da atual civilização europeia se deve à inundação de metais preciosos!

Não! Esses 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata devem ser considerados como o primeiro de muitos outros empréstimos amigáveis da América, destinado ao desenvolvimento da Europa. O contrário seria presumir a existência de crimes de guerra, o que daria direito não só de exigir a devolução imediata, mas também a indenização pelas destruições e prejuízos. Não.

Eu, Evo Morales, prefiro pensar na menos ofensiva destas hipóteses. Tão fabulosa exportação de capitais não foram mais que o início de um plano 'MARSHALLTESUMA', para garantir a reconstrução da bárbara Europa, arruinada por suas deploráveis guerras contra os cultos muçulmanos, criadores da álgebra, da poligamia, do banho cotidiano e outras conquistas da civilização.

Por isso, ao celebrar o Quinto Centenário do Empréstimo, poderemos perguntar-nos: Os irmãos europeus fizeram uso racional, responsável ou pelo menos produtivo dos fundos tão generosamente adiantados pelo Fundo Indoamericano Internacional? Lastimamos dizer que não. Estrategicamente, o dilapidaram nas batalhas de Lepanto, em armadas invencíveis, em terceiros reichs e outras formas de extermínio mútuo, sem outro destino que terminar ocupados pelas tropas gringas da OTAN, como no Panamá, mas sem canal. Financeiramente, têm sido incapazes, depois de uma moratória de 500 anos, tanto de cancelar o capital e seus fundos, quanto de tornarem-se independentes das rendas líquidas, das matérias primas e da energia barata que lhes exporta e provê todo o Terceiro Mundo. Este deplorável quadro corrobora a afirmação de Milton Friedman segundo a qual uma economia subsidiada jamais pode funcionar e nos obriga a reclamar-lhes, para seu próprio bem, o pagamento do capital e os juros que, tão generosamente temos demorado todos estes séculos em cobrar. Ao dizer isto, esclarecemos que não nos rebaixaremos a cobrar de nossos irmãos europeus as vis e sanguinárias taxas de 20 e até 30 por cento de juros, que os irmãos europeus cobram dos povos do Terceiro Mundo. Nos limitaremos a exigir a devolução dos metais preciosos adiantados, mais o módico juros fixo de 10 por cento, acumulado somente durante os últimos 300 anos, com 200 anos de graça.

Sobre esta base, e aplicando a fórmula europeia de juros compostos, informamos aos descobridores que nos devem, como primeiro pagamento de sua dívida, uma massa de 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de

prata, ambos valores elevados à potência de 300. Isto é, um número para cuja expressão total, seriam necessários mais de 300 algarismos, e que supera amplamente o peso total do planeta Terra. Muito pesados são esses blocos de ouro e prata. Quanto pesariam, calculados em sangue?

Alegar que a Europa, em meio milênio, não pode gerar riquezas suficientes para cancelar esse módico juro, seria tanto como admitir seu absoluto fracasso financeiro e/ou a demencial irracionalidade das bases do capitalismo. Tais questões metafísicas, desde logo, não inquietam os indoamericanos. Mas exigimos sim a assinatura de uma Carta de Intenção que discipline os povos devedores do Velho Continente, e que os obrigue a cumprir seus compromissos mediante uma privatização ou reconversão da Europa, que permita que a nós entregue ínteira, como primeiro pagamento da dívida histórica (Diálogos do Sul, 2013).

Dessa forma, Sr. Caminha, você pode ter uma ideia da dívida monetária que você ajudou a iniciar. E agora? Pior que isso é a dívida social e moral que vocês constituíram, pois essa é impagável. Os milhões de vidas ceifadas em um processo genocida que certamente foi o maior da história da humanidade e é ocultado e minimizado por alguns historiadores que servem aos interesses desse capitalismo sórdido e selvagem que vocês alimentaram com seus projetos expansionistas.

Senhor, ainda existem dois “equivocos” muito sensíveis dentre os seus relatos que precisamos tratar com muita seriedade, pois as suas afirmações foram levianas e infundadas, causando sérios danos para nossos povos. Trata-se do aspecto da religiosidade e da sexualidade quanto às mulheres dos nossos povos. Para tratar do assunto de religiosidade, Caminha, temos a te dizer o seguinte: é verdade quando vocês dizem que nós não temos religião, não temos mesmo, pois se o conceito de religião para vocês carrega em si esse tal “*religare*”, ou seja, se religar ao divino, se religar a Deus, saiba que não precisamos disso, pois nós nunca nos desligamos, nunca nos desconectamos da verdadeira essência divina, sempre cultuamos o sagrado, a natureza, o divino. Sempre carregamos conosco o respeito e o amor à natureza e entendemos esse divino em cada ser da natureza, em cada elemento, em cada espírito, em cada ancestral e isso é realmente difícil para vocês entenderem, dentro do pensamento cartesiano e engessado do que é Deus para vocês.

O maior dos “equivocos” é afirmar que somos gente sem Fé, sem Lei e sem Rei – como dito pelos chamados cronistas que seguiram a sua linha de pensamento sobre nós, que éramos como páginas em branco, onde poderiam escrever o que quisessem, sucedendo e reforçando as afirmações contidas na sua carta. Vocês não conhecem as nossas crenças, as nossas divindades e a nossa forma de cultuar e ritualizar para afirmar que somos povos sem Lei e sem Fé. Pelo menos no que diz respeito a ser um povo sem Rei, vocês tinham razão, nunca praticamos a

monarquia, pois o nosso sistema social e político sempre foi absolutamente democrático, as nossas decisões sempre foram comunitárias. Quanto às leis, saiba o senhor que as leis originárias, o que chamamos de justiça originária nos dias de hoje, já conta com tribunais originários em diversos países inclusive aqui, no que vocês denominaram de Brasil. O Tribunal de Justiça Originária (TOAJ) encontra-se em plena atividade e tem um conjunto de leis bem estruturadas e bem diferentes da justiça pregada por vocês, sendo inclusive exemplo para o sistema de justiça brasileiro, como no caso da justiça restaurativa copiada do nosso povo e hoje amplamente utilizada no sistema judiciário em diversos países do mundo, inclusive no Brasil.

A verdade é que a imposição da catequese e evangelização, iniciada durante o período colonial, perdura até os dias atuais. Hoje, inclusive, muito agravada por algumas vertentes evangélicas que tem invadido nossas comunidades e até forçado contato com comunidades isoladas que optaram por não ter contato com a sociedade, torturando pessoas, expulsando Pajés, queimando casas de reza, corrompendo muitos dos nossos parentes e até convertendo alguns e, assim, matando a nossa cultura. Aquela sua história de que nosso povo, ao ver a cruz de Cristo que vocês construíram a partir da madeira das árvores que derrubaram, ao perceber que vocês veneravam tal objeto, que o senhor afirma que “também se juntou a nós”, nos parece uma grande falácia. Na verdade, acreditamos que o nosso povo, sem entender o que ali ocorria, imaginou que vocês na verdade estavam cultuando a árvore morta, conforme evidencia o nosso conhecido indigenista Prof. Dr. Francisco Guimarães (2008, p. 58) quando traz: “[...] os índios Tupiniquim, atônitos, vendo todos os portugueses prostrados diante de uma cruz feita com a árvore morta, a partir do que fazem a sua leitura do ritual encenado, afirmando na língua Tupi: *I kewere arabutan jucapyra!* (Eles cultuam árvores mortas!) [...]”.

Certamente, parece-nos muito mais factível essa versão do que a apresentada pelo senhor. Além do que, depois de tanto tempo, tantos ataques e tentativas de conversão à sua religião e ao seu Deus, hoje temos parentes praticando as mais diversas vertentes religiosas às quais respeitamos, embora não abramos mão da nossa cultura e tradição, da nossa espiritualidade, dos nossos encantados e dos nossos ancestrais.

Caminha, tratando agora de outro tema que para nós é muito sensível e que o senhor não imagina quanto mal nos casou, principalmente para as mulheres dos nossos povos, dos mais diversos povos que aqui existiam: o tratamento que o senhor deu à nudez dos nossos povos relatando o encantamento e deslumbramento pelos nossos corpos – o que causou um certo constrangimento, em um primeiro momento, e uma admiração a qual o senhor se delonga em detalhar e elogiar principalmente os corpos femininos. Ao se deparar com as mulheres indígenas do nosso povo, desnudas, pintadas, belas e formosas. O seu detalhamento foi

minuciosamente e milimetricamente descrito de forma a criar um grande problema para todos nós. Certamente, o senhor omite as primeiras relações sexuais entre os nossos povos, inclusive, o fato de alguns dos seus terem desertado da armada do capitão Pedro Alvares Cabral para aqui ficarem, tanto que se inebriaram com a beleza feminina das mulheres do nosso povo, mas o que não é nada interessante é a cobiça que se seguiu pelas mulheres do nosso povo, cobiça essa que se traduziu ao longo do tempo em estupro. Sim, Senhor Caminha, em diversos estupros e violências relatados como “pegas no laço”, “pegas a dente de cachorro”, “caçadas na mata”, “laçadas a corda”, de forma desumana, torpe e cruel, fortalecendo as bases de um patriarcado que muito destruiu. Os seus delírios e empolgação em sua descrição, alimentada por tantos outros escritos, causou um sério prejuízo, principalmente, às mulheres. Senhor Pero Vaz de Caminha, saiba que o seu relato nos levou a perdas irreparáveis:

*SANGUE*

*Das tuas mãos escorre o meu sangue, o sangue do meu povo, o sangue de cada povo, o sangue de cada nação indígena.*

*No meu peito, a dor dilacerante guarda a memória da tua injustiça, essa que se perpetua por séculos, mas que não se eternizará porque resistimos, porque somos resistência, porque a nossa existência é sagrada, é guardada pelos nossos ancestrais, é protegida por nossos encantados e guardiões, somos vivos, somos natureza...*

*Sabe aquela mulher?*

*Aquela a que chamam de vó ou de bisa?*

*Aquela que alguns, na busca de pertencer, conta a história que foi “pega a laço”, que contam que foi “pega a dente de cachorro”?*

*Pois é!*

*Muitos se referem a ela para exaltar a sua descendência de ter tido uma avó ou uma bisavó indígena.*

*Saiba que essa bisa ou vó foi mais uma mulher indígena subjugada, submetida à torpe e cruel política nefasta, forjada a ferro e fogo pelo colonizador, mas saiba também que o seu bisavô ou avô foi um estuprador, oportunista, torpe e cruel, um assassino, um aproveitador.*

*Essas mulheres que chamam de bisavó ou avó, são as guerreiras dos nossos povos, são as guerreiras, heroínas de tantos povos, que foram arrancadas do seu espaço/tempo por aqueles que são exaltados pelo patrimônio herdado. Na verdade, um estuprador, covarde e sanguinário, que dela se aproveitou para obter vantagens ou simplesmente por um pedaço de terra. Um pedaço de terra sagrada, que se tornou amaldiçoada pela dor, sofrimento e crueldade dos que desde que aqui chegaram usurparam, vilipendiaram, roubaram, subjugaram, escravizaram e assassinaram.*

*Livre-se desse estigma.*

*Limpe-se.*

*Corrija essa trajetória.*

*Reescreva sua carta.*

As descrições da nudez inocente do nosso povo são apresentadas pelo senhor, ora de forma naturalística ora até de forma mística, quando se refere a Adão e Eva no paraíso, porém,

sem deixar escapar de forma sutil, o seu entusiasmo, a sedução e atração sentida pelas mulheres ali presentes, o que dizer da sua comparação às mulheres portuguesas? Quando a sua empolgação se revela em atrevimento ao escrever: “uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela”. Como já te disse, esse foi o ponto de partida para um processo onde se identifica fortemente, nos nossos descendentes, o DNA das mulheres indígenas que prevalece na população atual dessa terra que, depois de tantos nomes, é conhecida como Brasil. A nossa parente querida Myrian Krexu retrata muito bem isso em um belíssimo poema chamado *A mãe do Brasil Indígena*:

*A mãe do Brasil é indígena, ainda que o país tenha mais orgulho de seu pai europeu que o trata como um filho bastardo. Sua raiz vem daqui, do povo ancestral que veste uma história, que escreve na pele sua cultura, suas preces e suas lutas. Nunca vou entender o nacionalismo estrangeiro que muitas pessoas têm. Nós somos um país rico, diverso e guerreiro, mas um país que mata o seu povo originário e aqueles que construíram uma nação, que ainda marginaliza povos que já foram escravizados e seguem tentando se recuperar dos danos. O indígena não é aquele que você conhece dos antigos livros de história, porque não foi ele que escreveu o livro, então nem sempre a sua versão é contada. Ele não está apenas na aldeia tentando sobreviver, ele está na cidade, na universidade, no mercado de trabalho, na arte, na televisão, porque o Brasil todo é terra indígena. Sabe aquela história de que ‘sua bisavó foi pega no laço?’ Isso quer dizer que talvez seu bisavô tenha sido um sequestrador, então acho que você deveria ter mais orgulho do sangue indígena que corre em suas veias. A mãe do Brasil é indígena (Krexu, 2022).*

Assim, proclama Myrian Krexu.

Caminha, hoje somos um povo marcado pelo processo de invasão relatado pelo senhor como “achamento”, mas não aceitamos vitimismo, pois somos resistência, lutamos por cinco séculos e, se necessário for, lutaremos por mais cinco, seis, mil anos para assumir o nosso protagonismo e essa luta é por todos nós, essa luta é por soberania. Pois é, Caminha, a sua carta é considerada como o *Primeiro documento histórico brasileiro e uma preciosidade literária*.

O senhor havia sido designado para ser o escrivão em Calicute, nas Índias, e então, repentinamente, se viu em uma nova terra, um novo mundo que o deixou maravilhado e, no meio desse seu maravilhamento, deslumbramento com a empolgação que lhe trouxe a possibilidade de pilhar o que não lhes pertencia e que o senhor já ali declarava como “achamento”, tal “achamento” que, desde o início, para nós, os habitantes dessa terra, somente dissabores trouxe, merecia uma resposta nossa. Embora outras cartas tenham sido escritas,

temos tomado para nós a escrita das nossas histórias. Para compor essa carta resposta, foram convidados 15 parentes, ou seja, 15 indígenas, representando 15 povos diferentes, que se dispuseram a, através de um questionário de entrevista, nos ajudar na composição dessa carta resposta. Para tanto, buscamos representar os nossos jovens, guerreiros, guerreiras, anciões e anciãs de forma que, saiba o senhor, aqui pode se identificar a voz de cada um de nós, de cada povo aqui representado e de todos os povos aqui existentes e resistentes – esses que o senhor tentou silenciar com seu discurso carregando uma fala referente, supressora, sugestiva conduzidas por uma ideologia expansionista e colonizadora. Um discurso muito bem engendrado para articular todo um processo de invasão e colonização que quase exterminou a todos nós.

Ah! Preciso te dizer uma coisa: não eram arcos e "setas" e, sim, arcos e flechas, flechas essas talvez semelhantes a que acabou com a sua vida em Calicute. Saiba o senhor que, tempos depois, passamos pela Monarquia, que o rei conhecido como “rei fujão” deixou sua terra e fugiu para cá, aqui se instalando com medo de um certo imperador francês chamado de Napoleão Bonaparte, que invadiu sua terra. Quando daqui partiu, deixou aqui sua prole e um dos seus filhos se tornou imperador e, assim, passamos da Monarquia ao Império, do Império à República, à nova República, enfrentamos uma Ditadura Militar, um Estado omissivo e diversas políticas de apagamento, racistas, preconceituosas, discriminatórias, genocidas... e resistimos, chegamos aqui depois de enfrentarmos quatro anos de fascismo, onde um governante inimigo do nosso povo esteve no poder, mas conseguimos “amarrá-lo no cipó” e, nesse momento, muitos de nós tem se sobressaído na academia, na política, nas artes, na literatura, na música e em muitas áreas do conhecimento e da tecnologia.

Saiba o senhor que aqueles que foram classificados em sua carta como selvagens, inocentes, iletrados, incultos, promíscuos, dentre outros adjetivos, estão segurando o céu, é isso mesmo, saiba que do povo Yanomami vem um grande Xamã chamado Davi Kopenawa Yanomami, que alerta a todos sobre a queda do céu, protagonizada pela ganância dos que aqui invadiram e se estabeleceram em seus processos expansionistas, que tem destruído rios e lagos, lagoas e oceanos, desmatando a terra, matando os rios e destruindo esse planeta. As monoculturas se expandem sob o comando de uma poderosa vertente econômica chamada de AGRO, que vem destruindo e contaminando a terra, desmatando e incendiando as matas e florestas, destruindo por onde chegam. Além disso, saiba que, embora vocês tenham feito de tudo para nos exterminar, são os 5% de nós que sobrou que vem segurando o céu e preservando mais de 85% das áreas desse planeta. E, saiba mais, saiba o senhor que o futuro é ancestral, que a Terra é nossa mãe, ela prevalecerá e talvez, nós com ela. Nada tendo a acrescentar, encerramos

aqui, esperando que, de alguma forma, essa lhe chegue e que sirva para o seu aprimoramento espiritual dentro do seu processo evolutivo.

Pindorama, 20 de novembro de 2023.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esse projeto com o objetivo de estudar de forma aprofundada o que foi considerado o “primeiro documento oficial do Brasil” – denominado como a “certidão de nascimento” do Brasil – assim, seguimos um roteiro previamente elaborado com a finalidade de explorar os escritos em todos os seus aspectos.

Analisamos criteriosamente a carta escrita pelo português Pero Vaz de Caminha contendo os seus primeiros registros e percepções sobre a terra e os nossos ancestrais que aqui habitavam. Considerando o desastre que foi a chegada europeia à costa brasileira em um encontro que foi devastador para os povos que aqui viviam conforme Krenak (2019):

[...] o simples contágio do encontro entre humanos daqui e de lá fez com que essa parte da população desaparecesse por um fenômeno que depois se chamou epidemia, uma mortandade de milhares e milhares de seres. Um sujeito que saía da Europa e descia numa praia tropical largava um rasto de morte por onde passava. O indivíduo não sabia que era uma peste ambulante, uma guerra bacteriológica em movimento, um fim de mundo; tampouco o sabiam as vítimas que eram contaminadas. Para os povos que receberam aquela visita e morreram, o fim do mundo foi no século XVI. Não estou liberando a responsabilidade e a gravidade de toda a máquina que moveu as conquistas coloniais, estou chamando atenção para o fato de que muitos eventos que aconteceram foram o desastre daquele tempo (Krenak, 2019, p. 71-72).

Ao longo desta dissertação, pudemos dar conta se analisar criticamente o discurso ideológico presente na carta de Pero Vaz de Caminha, que se revela referente, supressor e sugestivo em relação a nós, povos originários do Brasil. Através da análise minuciosa do texto, foi possível compreender como a visão eurocêntrica e etnocêntrica do colonizador influenciou a construção de estereótipos prejudiciais sobre nós, povos indígenas, resultando em prejuízos significativos ao imaginário coletivo sobre a cultura e a história desses povos.

A abordagem e aprofundamento foi realizada com o intuito de desafiar os cânones historiográficos constituídos a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), quando, durante o Segundo Reinado – período em que se deu início a escrita da história do Brasil baseada na tese defendida pelo historiador Francisco Adolfo Varnhagen, compondo a primeira edição de História Geral do Brasil – Varnhagen afirmava que “para os índios, povos na infância, não há história: só há etnografia”.

Seguindo o curso da pesquisa e ainda nas definições, apresentamos o referencial teórico, seguido da metodologia escolhida e aplicada, optando por achar mais pertinente desenvolver uma pesquisa exploratória, o que nos permitiu a obtenção das informações, de

forma a realizar o desenvolvimento do conhecimento a que nos propomos. A partir daí nos debruçamos sobre uma rica e valiosa bibliografia, assim como documentos que nortearam e conduziram tecnicamente esta pesquisa.

Conforme discorremos na seção 3, o conjunto de metodologias aqui aplicado caracteriza-se metodologicamente como qualitativa, exploratória, bibliográfica, etnográfica, histórica, documental e descritiva, satisfazendo assim os critérios definidos pela academia, carregando ainda, como objetivo geral, promover a releitura e análise do discurso da carta de Pero Vaz de Caminha e dar uma resposta, de forma incisiva, reunindo outros parentes e envolvendo outros povos, apresentando assim, não simplesmente a opinião do pesquisador, mas de um grupo representativo, de forma a dar uma resposta que melhor represente o pensamento contemporâneo dos povos originários sobre o documento em questão, trazendo não apenas uma consubstanciada análise do discurso e conteúdo presentes no documento, mas, principalmente, contextualizando as narrativas e constituindo uma resposta participativa e coletivamente.

Considerando os danos causados por esse documento, que entendemos ter inaugurado uma série de outros escritos e ter sido uma das principais fontes para a construção da História do Brasil no século XIX, onde nós, povos originários, fomos colocados não apenas à margem da história, mas, carregando o estigma do racismo, preconceito, discriminação e desfavorecimento na formação do imaginário nacional quanto a nós, desconsiderando assim a diversidade cultural que nos compõe enquanto povos.

Cada povo indígena constitui-se como uma sociedade única, na medida em que se organiza a partir de uma cosmologia particular própria que baseia e fundamenta toda a vida social, cultural, econômica e religiosa do grupo. Deste modo, a principal marca do mundo indígena é a diversidade de povos, culturas, civilizações, religiões, economias, enfim, uma multiplicidade de formas de vida coletiva e individual (Baniwa, 2006, p. 31).

Somente através de uma nova escrita que considere e valorize os aspectos culturais dos povos originários podemos fazer justiça e reconstruir um novo imaginário que traga à luz da verdade sobre as atrocidades cometidas durante o processo de colonização. É fundamental reconhecer e denunciar o genocídio que foi perpetrado contra nós, povos indígenas, que resistimos e nos apresentamos orgulhosamente e sem vitimismo, embora não possamos esquecer que fomos invadidos, subjugados, roubados e assassinados em uma escala sem precedentes.

Na quarta seção, passamos a proceder a análise crítica do documento, abordando a análise de discurso, “dissecando” cada trecho do documento que carrega consigo, de forma artilosa, críticas, elogios e opiniões, dentro de um roteiro confuso, onde é dito, desdito e interdito, sem a consideração com a voz do outro (nós), que foi silenciada e manipulada dentro de uma leitura que apresenta os aspectos ideológicos da época.

A revisão crítica da história do Brasil, a promoção do diálogo intercultural e a valorização dos saberes e tradições dos nossos povos são passos fundamentais para a construção de uma narrativa mais justa, inclusiva e respeitosa. É preciso dar voz aos sobreviventes, descendentes e ressurgentes dos mais diversos povos aqui existentes, honrar a memória dos que foram vitimados pelo genocídio e buscar formas de reparação e reconciliação que possam contribuir para a construção de um futuro mais digno e igualitário para todos, afinal, o futuro é ancestral.

Considerando o impacto devastador da carta na construção de um imaginário equivocado sobre nós, povos originários, resultando no maior genocídio já testemunhado na história da humanidade. A representação distorcida e desumanizada dos indígenas como incultos, selvagens, iletrados, inocentes e promíscuos contribuiu para a justificação da violência, exploração e extermínio desses povos, perpetuando injustiças e traumas que ecoam até os dias atuais.

Esta é a forma como lidamos com nossas vidas e nos relacionamos com a natureza. Não éramos donos da terra antes dos invasores chegarem em 1500, mas sim a própria terra, porque somos parte da natureza. Não queremos a terra como propriedade e mercadoria para ser explorada, mas para nos relacionarmos. Nela estão nossos Ancestrais e as/os Encantadas/Encantados. Em nosso ser natural não temos o princípio de acumulação e exploração do trabalho ou da natureza. Quando nos perguntam: “pra que Índio quer terra se não produz?” - respondemos que nossa forma de ser e nos relacionarmos com a natureza é cheia de encantamentos e de profundo respeito. Assim, a terra se torna território. Queremos a terra porque somos ela própria: eis aqui parte do que alguns chamam de cosmologia indígena (Angatu, 2020, p. 127).

Esse documento teve um impacto significativo na vida dos nossos ancestrais, impacto esse que se estendeu por séculos até o momento atual ao se tornar uma das principais fontes para a construção da história do Brasil que nos retrata de forma estigmatizada e desrespeitosa. A representação das mulheres indígenas de formas sensualizadas na sua sutileza, causou sérios danos à imagem e à memória dessas mulheres, perpetuando estereótipos e preconceitos que perduram até os dias atuais.

Para fechar, na seção 5, apresentamos a carta-resposta composta de forma participativa e coletiva, organizada por nós e, finalmente, as aqui, as considerações finais, nas quais se verificam o atendimento das exigências técnicas e metodológicas da academia.

Ao longo deste estudo, foi possível observar como a carta de Caminha, ao desconsiderar a cultura dos nossos povos e sugerir a superioridade do povo europeu sob uma visão eurocêntrica, estabeleceu uma série de suposições irreais e evidenciou o racismo contra os povos indígenas. A marginalização e desumanização dos nossos povos presentes nesse discurso contribuíram para a construção de um imaginário equivocado e distorcido sobre a história do Brasil, conforme temos visto e já aqui dito. Durante essa pesquisa, pudemos compreender como esses escritos, carregados com a ideologia da época dos projetos ultramarinos europeus, se tornaram uma peça fundamental na construção da história do Brasil, porém, com grandes equívocos e injustiças na qualificação e descrição dos nossos povos. A narrativa eurocêntrica e colonizadora presente no texto inaugurou uma escrita que marginalizou e desumanizou a todos nós, povos indígenas, contribuindo para a perpetuação de estigmas e preconceitos ao longo dos séculos.

Assim, reafirmamos a necessidade de reconhecimento e a importância de desconstruir o imaginário equivocado legado pela carta de Pero Vaz de Caminha e de construir uma narrativa mais fiel e respeitosa sobre a história e a cultura dos nossos povos no Brasil. É hora de enfrentar o passado, aprender com os erros cometidos e trabalhar juntos na construção de um futuro mais humano e solidário para todos os povos que compartilham esse território. Por justiça e respeito aos nossos ancestrais indígenas, é imprescindível a reescrita dessa história, considerando os aspectos culturais e o modo de vida de cada povo que habitava e habita essas terras há mais de 40 mil anos. É fundamental reconhecer e valorizar a riqueza e a multiplicidade das diversas culturas indígenas, promovendo uma narrativa mais autêntica, inclusiva e respeitosa sobre a história do Brasil.

A desejada e necessária revisão crítica dos relatos coloniais, a ampliação do espaço para as vozes indígenas e a valorização dos saberes tradicionais são passos essenciais para a construção dessa tão desejada “nova” história, mais justa e plural, que restaure a dignidade e a memória dos nossos ancestrais e dos atuais contemporâneos, pois, somente através desse reconhecimento da nossa contribuição para a formação da identidade nacional brasileira e da promoção do diálogo intercultural será possível superar os danos causados pela visão eurocêntrica e preconceituosa que permeou a construção da história do Brasil.

Assim, na quinta e última seção, constituímos uma resposta ao que ali foi escrito por Caminha, considerando todos os aspectos minuciosamente analisados, partindo da promoção da escuta dos povos ali silenciados, conforme já devidamente e detalhadamente explanado, Apresentando finalmente, uma resposta bem elaborada e participativa daqueles aos quais os seus ancestrais foram os mais afetados pelo processo de invasão que reverbera até os dias atuais e ainda traz consequências a todos nós povos originários, conforme nos apresenta Krenak (2019):

O que está na base da história do nosso país, que continua a ser incapaz de acolher os seus habitantes originais – sempre recorrendo a práticas desumanas para promover mudanças em forma de vida que essas populações conseguiram manter por muito tempo, mesmo sob o ataque feroz das forças coloniais, que até hoje sobrevivem na mentalidade cotidiana de muitos brasileiros - , é a ideia de que os índios deveriam estar contribuindo para o sucesso de um projeto de exaustão da natureza (Krenak, 2019, p. 41).

Assim, reafirmamos o compromisso de reconstruir essa história a partir de uma perspectiva mais humana, empática e respeitosa, que celebre a diversidade cultural e valorize a herança deixada pelos nossos ancestrais. É hora de honrar e assumir as nossas vozes, corrigindo os equívocos do passado e construindo juntos um futuro mais justo e igualitário para todos.

A desconstrução das suposições irreais e do racismo presentes na carta de Pero Vaz de Caminha é um passo essencial para a reconstrução dessa “nova” e verdadeira história, mais autêntica e plural, que reconheça a dignidade e a memória dos nossos ancestrais, promovendo o diálogo intercultural e a valorização da diversidade, bem como a igualdade, possibilitando assim superar os preconceitos e injustiças históricas que ainda permeiam a relação entre nós, povos indígenas, e a sociedade brasileira. Assim, entendemos a importância de exercer a nossa voz na reconstrução dessa história, reconhecendo a pluralidade de culturas e experiências que constituem a identidade nacional. É hora de corrigir os equívocos do passado e construir juntos um futuro mais inclusivo e igualitário para todos os povos que compõem a nação brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A REAL identidade indígena brasileira numa perspectiva cultura e ancestral. **Âmbito Jurídico**, 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/a-real-identidade-indigena-brasileira-numa-perspectiva-cultural-e-ancestral/>. Acesso em: 08 dez. 2023.
- AGUIAR, Nelson (org.). **Mostra do redescobrimento**: carta de Pero Vaz de Caminha – *letter from* Pero Vaz de Caminha. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo/ Associação Brasil 500 Anos, 2000. 208p.
- ALMEIDA, M. **A construção do outro**: representações dos índios na literatura brasileira. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2012.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Paris: La Pensée (1971).
- ANGATU, Casé (SANTOS, Carlos José Ferreira dos). "Ser essa terra: São Paulo cidade Indígena": exposição no memorial da resistência trata da (re)existência dos povos originários na capital paulista. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 118-137, jan./jul. 2020.
- ARROYO, Leonardo. Introdução. In: CAMINHA, Pero Vaz. **Carta a El-Rei D. Manuel**. São Paulo: Dominus, 1963. p. 7-17.
- BANIWA (LUCIANO, Gersem dos Santos). **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- BERNARDES, Luana. Pero Vaz de Caminha. **Todo Estudo**, 20--?. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/historia/pero-vaz-de-caminha>. Acesso em: 11 de July de 2024.
- BHABHA, Hommi K. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine; MICHELETTI, Guaraciaba (coords.). **Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos**. São Paulo: Cortez, 1997.
- BRASIL. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. **Relatório da “Comissão Especial Tupinambá”**: resolução nº 15, de 25 de agosto de 2010 e resolução nº 6, de 31 de agosto de 2011. Brasília, 2011. 90 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/old/cndh/relatorios/relatorio-c.e-tupinamba>. Acesso em: 25 nov. 2023.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à Internet. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- CABRAL, Diogo de Carvalho; BUSTAMANTE, Ana Goulart (orgs.). **Metamorfozes florestais**: culturas e ecologias e transformações históricas da Mata Atlântica. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

CALDEIRA, Jorge. A teoria do valor tupinambá. **Folha de São Paulo**, 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/05/1635380-a-teoria-do-valor-tupinamba.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CAMINHA, Pero Vaz de (1450? -1500). **Carta de achamento do Brasil**. Introdução e modernização do texto: Sheila Hue. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

\_\_\_\_\_. **Carta de Pero Vaz de Caminha**: a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil: 96: (Texto em português arcaico). 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2014.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas** (1572). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

CARDIM, Fernão (1548? -1625). **Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, S. Paulo, etc. [...] desde o ano de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christovam de Gouvea escripta em duas Cartas ao P. Provincial em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.

CARTA de Pêro-Vaz de Caminha. **Arquivo Nacional Torre do Tombo**, 2010 [Atualizado em 2022]. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185836>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CARTA de Pero Vaz de Caminha completa: o escrivão da esquadra de Cabral escreveu uma carta para o rei de Portugal em 1500. **História do Brasil.net**, c2005-2023. Disponível em: [https://www.historiadobrasil.net/documentos/carta\\_caminha.htm](https://www.historiadobrasil.net/documentos/carta_caminha.htm). Acesso em: 13 dez. 2023.

CARVALHO, Maria do Rosário. **A presença indígena na Bahia**: história, cultura e resistência. Salvador: EDUFBA, 2012.

CARVALHO, Maria do Rosário; CARVALHO, Ana Magda (orgs.). **Índios e caboclos**: a história recontada. Salvador: EDUFBA, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Ideologia e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna (1995).

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos; 13)

CUNHA, Eneida Leal. O Brasil no imaginário português. **Semear (PUCRJ)**, Rio de Janeiro, v. 1, n.6, p. 143-156, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DÍALOGOS DO SUL. Discurso de Evo Morales sobre a verdadeira... **CUT - Central Única dos Trabalhadores**, 2013. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/discurso-de-evo-morales-sobre-a-verdadeira-divida-externa-e-ocultado-pela-midia-15d0>. Acesso em: 21 nov. 2023.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. London: Longman, 1995.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1968.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. 26. ed. São Paulo: Edições Graal, 2008.

FULKAXÓ, Nankupé Tupinambá. **Entre cartas, crônicas e textos jornalísticos: o que fizemos com nosso povo?** Camaçari-Ba: Pinaúna Editora, 2019.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. **A primeira história do Brasil: história da província Santa Cruz e que vulgarmente chamamos Brasil**. Texto modernizado e notas: Sheila Moura Hue e Ronaldo Menegas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

\_\_\_\_\_. **Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

GUIMARÃES, Francisco Alfredo Morais. A temática indígena na escola: onde está o espelho? **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana-SE, a. 2, v. 3, p. 57-65, jan-jun 2008.

HALL, Stuart. "Cultural Identity and Diaspora." In: *Identity: Community, Culture, Difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de [1902-1982]. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro)

HUE, Sheila. Pero Vaz de Caminha, o ouro e as vozes silenciadas dos indígenas. **O Globo**, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/pero-vaz-de-caminha-ouro-as-vozes-silenciadas-dos-indigenas-25155244>. Acesso em: 15 nov. 2023.

IBGE. **Censo demográfico 2022: indígenas: primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2023.

JEKUPÉ, Olívio. **A invasão**. São Paulo: Editora Urutau, 2020.

JOHNSON, A. The power of referential discourse. **Journal of Communication Studies**, v. 10, n. 2, 39-55, 2015.

\_\_\_\_\_. The power of suggestive discourse. **Journal of Communication Studies**, v. 13, n. 2, p. 39-55, 2018.

KOTHE, Flávio. **O cânone colonial**: ensaio. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KREXU, Mirian. A mãe do Brasil é indígena. **Revista Xapuri**, 2022. Disponível em: <https://xapuri.info/a-mae-do-brasil-e-indigena/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez; RAMALHO, Bárbara Bruna Moreira; CARVALHO, Paulo Felipe Lopes de. A educação como prática da liberdade: uma perspectiva decolonial sobre a escola. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, Dossiê - Paulo Freire: O Legado Global, v.35, e214079, p. 1-21, 2019.

LUGONES, María. "Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System." *Hypatia*, vol. 22, no. 1, 2007, pp. 186-219.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, t. XXIII, v. 23, p. 3-66, 1860.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (1513). Tradução de Maria Lúcia Cumo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Colônia: Comissão de Publicação do Partido Comunista, 1846.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. de José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Abril,

MARTINS, Alessandra Vicente. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**: breve estudo das palavras gramaticais. 2005. Monografia (Graduação em Letras) - Faculdade de Ciências da Educação – FACE, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2005.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro de. Escolarização e demografia na capitania de Porto Seguro. **Tabuleiro de Letras**, Salvador, n. 3, p. 1-18, 2012.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2023.

MIGNOLO, Walter. *The Darker Side of the Renaissance: Literacy, Territoriality, and Colonization*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.

MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 - 1990)**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2012.

MUNDURUKU, Daniel. **O Tempo e o Vento**. São Paulo: Companhia das Letras (2018).

NEVES, Eduardo Góes. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 AC-1.500 DC)**. 303 f. Tese (Livre Docência) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Mata Atlântica, paleoterritórios e história ambiental. **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. X, n. 2. p. 11-23. Jul-dez 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PELOSO, Silvano. **O canto e a memória: História e utopia no imaginário popular brasileiro**. São Paulo: Ática, 1996.

PERO Vaz de Caminha. **Fundação Pero Vaz de Caminha**, 20--?. Disponível em: <https://fundacaoperovazdecaminha.weebly.com/pero-vaz-de-caminha.html>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PRIORE, Mary Del. A Carta de Pero Vaz de Caminha: o “achamento” do Brasil. **História hoje**, c2024. Disponível em: <https://historiahoje.com/a-carta-de-pero-vaz-de-caminha-o-achamento-do-brasil/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: FAPESP, Editora HUCITEC; EDUSP, 2002.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina." In: **Cultura e Política na América Latina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

REGO, André de Almeida. **Trajetórias de vidas rotas: terra, trabalho e identidade indígena na província da Bahia (1822-1862)**. 2014. 399 f. Tese (doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

RIBEIRO, Berta. **O índio na história do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Global Editora, 2009.

SAID, Edward. **Orientalismo**. Nova Iorque: Pantheon Books, 1978.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território pataxó do Monte Pascal. *In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; GALINDO, Marcos; SILVA, Edson (eds.). Índios do Nordeste: temas e problemas*. Maceió: EdUFAL. p. 281-300.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território pataxó do Monte Pascoal. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 5, n. 6, p. 31-46, 19 nov. 2000.

SAMPAIO, Theodoro (1855-1937). **Atlas dos Estados Unidos do Brazil**. Bahia: Editores Proprietarios Reis & Cia, 1908. Disponível em: [https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart961173/cart961173.pdf](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart961173/cart961173.pdf). Acesso em: 15 nov. 2023.

SAMPAIO, Theodoro (1855-1937). **O tupi na geografia nacional**. Introdução e notas de Frederico G. Edelweiss. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987.

SEABRA, José Augusto. A descoberta do outro na Carta de Pêro Vaz de Caminha. **Revista Camões**, Lisboa, n. 08, p. 63-71, jan-mar 2000.

SILVA, Denize Elena Garcia da (org.). **Análise de discurso gramática e contexto social**. Brasília, DF: Thesaurus, 2008.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Rio de Janeiro, v. 62, n. 14, 3ª série, p. 206-218, 1854.

SILVA, José Pereira da. Gráficos e o ritmo da fala (de Pêro Vaz Caminha ao séc. XVIII). **Revista Philologus**, a. 1, n. 1, p. 14-21, jan./abr. 1995.

SILVA, Maurício. Colonialidade discursiva na América Latina: o dito e o interdito na Carta de Pero Vaz de Caminha. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 9, n. 14, p. 235-255, 2015.

SILVA, R. O Discurso Colonial na Carta de Pero Vaz de Caminha. **Revista de Estudos Literários**, v. 5, n. 2, p. 69-82, 2008.

SMITH, J. **The art of suggestive language: a literary perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

\_\_\_\_\_. **Understanding referential discourse: a linguistic perspective**. Cambridge University Press, 2010.

SOUSA, Marleide Lima de Brito. **O Ensino da História e Cultura Indígena no Colégio Estadual Luiz Navarro de Brito em Alagoinhas - BA**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Salvador, 2023.

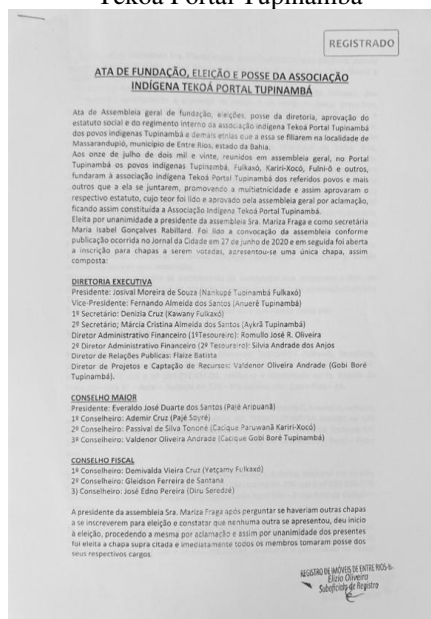
SOUSA, Natan Severo de; SILVA, Thalison Breno Alves da; SOUZA, Juliana Fernanda Vieira; NÓBREGA, Wanderson Kennedy da. **Literatura e ideologia: uma análise crítica sobre a carta de Pero Vaz de Caminha**. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ENSINO E CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS E LUSITANAS (SINAFRO)**, 1. 2018, Pau dos Ferros/RN. Anais. Campina Grande: Realize Editora, 2018. p. 582-590. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/39618>. Acesso em: 02 nov. 2023.

VAN DIJK, Teun A. **Ideology: a multidisciplinary approach**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage Publications, 1998.

## ANEXOS

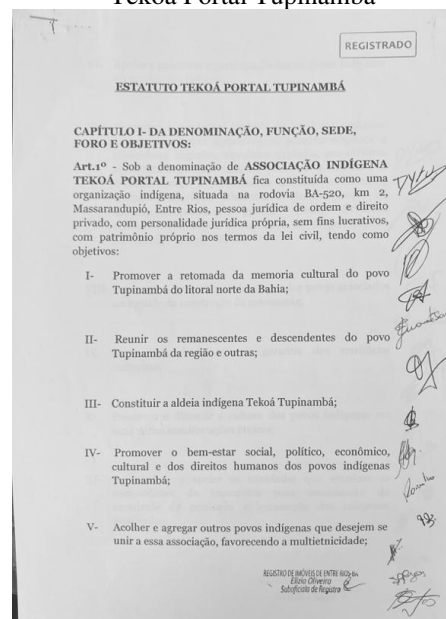
## ANEXO A – DOCUMENTOS

**Figura 16 - Ata de Fundação Associação Indígena Tekoá Portal Tupinambá**



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2024)

**Figura 17 - Estatuto Social Associação Indígena Tekoá Portal Tupinambá**



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2024)

**ANEXO B – CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA****NÍVEL DE DESCRIÇÃO**

 Documento simples



**CÓDIGO DE REFERÊNCIA**

PT/TT/GAV/8/2/8

**TIPO DE TÍTULO**

Atribuído

**DATAS DE PRODUÇÃO**

1500-05-01  a 

**DATAS DESCRITIVAS**

Vera Cruz

**DIMENSÃO E SUPORTE**

14 f. (296 x 212 mm); papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO**

A Carta está datada de Vera Cruz, 1 de Maio e assinada por Pêro Vaz de Caminha, escrivão da feitoria de Calecut, enviado por D. Manuel na armada de Pedro Álvares Cabral, e é o primeiro testemunho da existência de um mundo até então desconhecido dos povos ligados por contiguidade geográfica, o primeiro testemunho de uma realidade que mudou verdadeiramente a face da terra. Foi escrita no período crucial dos Descobrimentos, nos tempos em que a ciência náutica finalmente tornou possível fazer o reconhecimento do nosso planeta. As pessoas referidas na carta são, em primeiro lugar Pedro Álvares Cabral, o responsável pela armada, e outros, mencionados ou não, que faziam parte da expedição, eram capitães experientes, pertencentes a grandes famílias portuguesas, bem como grandes comerciantes florentinos. A Carta faz um relato muito circunstanciado dos costumes dos habitantes da terra, o seu comportamento pacífico, mesmo dócil, suas casas, alimentação, vestuário, vários utensílios como arcos, setas, machados, aves, a cor da terra, os densos arvoredos, a inexistência

de animais domésticos. É também de realçar a forma como Caminha se refere aos índios: a três séculos de Rousseau, vemos o olhar maravilhado perante o seu bom primitivismo, a sua ingenuidade, a sua inocência. É como que a antecipação do mito do bom selvagem, que Rousseau teorizou e que originou obras como *Atala* e *René*, de Chateaubriand, ou o *Guarani*, do brasileiro Alencar.

A Carta foi escrita por uma testemunha presencial que acompanhou a armada e participou na expedição feita em terra firme, sob o comando de dois homens experientes, escolhidos por Cabral. Ele tinha a incumbência de transmitir ao rei todas as ocorrências e por isso esteve sempre no centro das operações. O tratado de Tordesilhas tinha sido assinado havia pouco tempo, e urgia comunicar a descoberta do novo mundo. A Carta guarda-se na Torre do Tombo no lugar próprio - nas inquirições, ou seja, os inquéritos a que se procedeu desde os primórdios da nacionalidade para se saber a situação dos bens e direitos da Coroa. A Carta é uma inquirição - de características específicas, decerto, próprias da natureza dos bens a inquirir. As descrições e confrontações habituais, tendo como pontos de referência acidentes geográficos diversos e bens de raiz dos mais diferentes senhorios, dão lugar ao relato dos sucessos primeiro da armada e por fim em terra firme. Em terra firme, a inquirição ganha contornos ímpares, pois que ímpar era a realidade. A Carta é pois um documento de arquivo que, devido à capacidade de observação, à cultura e ao talento do seu autor reúne a característica por excelência da obra literária - o prazer de a ler.

Tem junto 8 documentos:

- um fac-símile da carta executado por processo xerográfico sobre papel Fabriano Ingrés;
- uma fotocópia da carta,;
- duas reproduções parciais em fotocópia;
- uma cópia 'para melhor inteligência' mandada fazer pelo guarda-mor da Torre do Tombo em 19 de Fevereiro de 1773;
- dois autos de autenticação dos fac-símile;
- o certificado de inscrição no Registo da Memória do Mundo pela Unesco, de 29 de Julho de 2005.

#### CONDIÇÕES DE ACESSO

Documento sujeito a autorização para a consulta e a horário restrito.

#### COTA ATUAL

Gavetas, Gav. 8, mç. 2, n.º 8

#### IDIOMA E ESCRITA

Português

## EXISTÊNCIA E LOCALIZAÇÃO DE CÓPIAS

Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 422  
Cópia em formato digital.

## UNIDADES DE DESCRIÇÃO RELACIONADAS

Relação sucessora:

Portugal, Torre do Tombo, Reforma da Gavetas, liv. 13, f. 43.

## NOTAS DE PUBLICAÇÃO

"Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas publicadas por ordem do governo de Sua Magestade Fidelissima ao celebrar-se a comemoração quadricentenaria do descobrimento da America. Íntegra: p. 108 a 121. Exemplar existente na Biblioteca da Torre do Tombo, 910.4; SV 3495 - SV 3496; DEP. 673/09 CO. Oferta de José Ramos Coelho, Prospero Peragallo e Xavier da Cunha a João Pedro da Costa Basto, em Lisboa, a 28 de Outubro de 1892.

A CARTA DE PÊRO VAZ DE CAMINHA [ed lit.]. Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, coord. Joaquim Romero Magalhães, João Paulo Salgado, rev. José Virgílio Pissarra. Lisboa : C.N.C.D.P., 2000. Exemplar existente na Torre do Tombo, Biblioteca, 358/07.

A Carta de Pero Vaz de Caminha: documentos e ensaios sobre o achamento do Brasil. São Paulo (DBA Artes Gráficas, 1999. Exemplar existente na Torre do Tombo, Biblioteca, 910.4(093).

CAMINHA, Pêro Vaz de - A carta de Pero Vaz de Caminha. Estudo critico de J. F. de Almeida Prado, texto e glossário de Maria Beatriz Nizza da Silva . Rio de Janeiro: Agir Ed., 1965.

CAMINHA, Pêro Vaz de - A carta de Pero Vaz de Caminha. Estudos Manuela Mendonça; Margarida Garcez Ventura ; pref. Joaquim Veríssimo Serrão. 1ª ed.. Ericeira: Mar de Letras, 1999. A visão do paraíso: comemorações dos 500 anos do achamento do Brasil. CNCDP ANTT. Texto em braille. ISBN 972-8379-21-8. Exemplar existente na Torre do Tombo, Biblioteca, 665/06.

CAMINHA, Pero Vaz - Carta de Pêro Vaz de Caminha : reprodução fotográfica. Archivo Nacional da Torre do Tombo ; fot. José Maria da Silva. Lisboa: Photographia Portuguesa, 1900. Exemplar disponível na Torre do Tombo, Biblioteca SV 4661.

CORTESÃO, Jaime - A carta de Pero Vaz de Caminha . Rio de Janeiro: Livros de Portugal, imp. 1943. V, 351, [4] p. ; 22 cm. - (Clássicos e contemporâneos ; 1) . - Contêm fac-símile da Carta de Pero Vaz de Caminha. Exemplar existente na Torre do Tombo, Biblioteca, Exposição Auto do Nascimento, Lisboa, Palácio de Belém, Dezembro 1999/Janeiro 2000 - Auto do Nascimento: leituras da Carta de Pêro Vaz de Caminha e outros tesouros. [Lisboa]: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: Portugal Brasil 1500 2000, [1999]. Exemplar existente na Torre do Tombo, Biblioteca, CE 326.

OS PRIMEIROS 14 DOCUMENTOS RELATIVOS À ARMADA DE PEDRO ÁLVARES CABRAL. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

PAULA, António Neto de - Os alimentos transportados pela armada de Pedro Álvares Cabral, segundo a Carta de Pero Vaz de Caminha. Teresina : Instituto Dom Barreto, 2000. Exemplar existente na Torre do Tombo, Biblioteca, 910.4.

Simões, Henrique Campos - O achamento do Brasil: A carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel. Salvador : Editus : EGFA, 1999. ISBN 85-86485-60-8. Exemplar disponível na Torre do Tombo, Biblioteca 1420/06.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, CULTURAL ORGANIZATION - Memory of the world: the treasures that record our history from 1700 BC to the present day. Gasglow; Paris: Collins; UNESCO, 2012. 607 p. ISBN 978-0-00-7482279-5; 978-92-3-104237-9. p. 159. Exemplar disponível na Torre do Tombo, Biblioteca 930.25 MEM.

VITERBO, Sousa - Pero Vaz de Caminha e a primeira narrativa do descobrimento do Brasil: notícia histórica e documental. Lisboa: Typographia Universal, 1902. Exemplar disponível na Torre do Tombo, Biblioteca SV 1413 (7).

## NOTAS

Título atribuído.

A Carta de Pêro Vaz de Caminha foi inscrita no Registo da Memória do Mundo, Programa da UNESCO, por recomendação do respectivo Comité Internacional Consultivo, reunido na China de 13 a 16 de Junho. (informação oral recebida dia 21 de Junho de 2005 da Comissão Nacional da UNESCO e notícia do mesmo dia no site da UNESCO <http://portal.unesco.org>).

Em 22 de Abril de 2013, na Torre do Tombo, foi apresentada e recitada 'A carta de Pedro Vaz de Caminha', projecto musical e composição de Rui Castilho de Luna.

ttonline\_tesouros\_relatos\_celebres  
Registo Memória do Mundo inscrito em 2005.  
DATA DE CRIAÇÃO

8/7/2010 0:00:00

ÚLTIMA MODIFICAÇÃO  
6/7/2022 11:59:25  
<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185836>



ANEXO C – TRANSCRIÇÃO DA CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA (1500)

**Carta de Pedro Vaz Caminha sobre o descobrimento da Terra nova q[ue] fez Pedro  
Alves. Feita na Ilha de Vera Cruz em o 1.o de maio de 1500**

Gaveta 8.a Maço 2.o-N. o 8

Aqui esta junta huma Copia para melhor intelligencia deste original

Transcripto do L. 13 da Reforma  
dos Documentos das Gavetas a f. 43

pd uaaz de camjnha Carta de po Vaaz de caminha do descobrime[n]to da trra  
noua q[ue] fez po Alvarez

A El Rey noso Sñor

Snõr

posto queo capitam moor desta vossa frota e asy os outros capitaães screpuam avossa alteza  
anoua do achamento desta vossa terra noua que se ora neesta naue gaçam achou. nom leixarey  
tam bem de dar disso minha comta avossa alteza asy como eu melhor poder ajmda que perao  
bem contar e falar o saiba pior que todos fazer. / pero tome vossa alteza minha jnoramçia por  
boa vomtade. aqual bem çerto crea q[ue] por afremosentar nem afear aja aquy de poer mais  
caaquilo que vy e me pareço. / da marinhajem e simgraduras do caminho nõ darey aquy cõta  
a vossa alteza por queo nom saberey fazer e os pilotos deuem teer ese cuidado e por tanto Snõr  
do que ey de falar começo e diguo. /

que apartida de belem como vossa alteza sabe foy sega feira ix demarço. e sabado xij do dito  
mes amtreas biiij e ix oras nos achamos amtre as canareas mais perto da gram canarea e aly  
amdamos todo aquele dia em calma avista delas obra de tres ou quatro legoas. e domingo xxij  
do dito mes aas x oras pouco mais ou menos ouuemos vista dasjlhas do cabo verde. s. dajlha de  
sã njcolaaoo seg.o dito de po escolar piloto. e anoute segujmte aasegda feira lhe amanheceo se  
perdeo da frota vaasco datayde com a sua naao sem hy auer tempo forte ne[m] contrairo pera  
poder seer. fez ocapitam suas deligençias pera o achar ahu[m]as e a outras partes e nom pareço  
majs Easy segujmos nosso caminho per este mar delomgo ataa terça feira doitaugas de pascoa  
que foram xxj dias dabrill que topamos alguu[n]s synaaes de tera seemdo da dita jlha sego os  
pilotos deziam obra de bje lx lxx legoas. os quaaes herã mujta camtidade deruas compridas  
aque os mareantes chamã botelho e asy outras aque tam bem chamã rrabo dasno. / E aaquarta  
feira segujmte pola manhã topamos aves aque chamã fura buchos e neeste dia aoras de bespera  
ouuemos vjsta de tera .s.

premeiramente dhuu[m] gramde monte muy alto. e rredondo e doutras serras mais baixas ao sul dele e de trra chaã com grandes aruoredos. ao qual monte alto ocapitam pos nome omonte pascoal E aatera atera davera cruz. mandou lamçar op rumo acharam xxb braças e ao sol posto obra de bj legoas de tera surgimos amcoras em xix braças amcorajem limpa. aly jouuemos todaaquela noute. e aaquimta feira pola manhaã fizemos vella e seguimos dirtos aaterra eos naujos pequenos diãte himdo per xbij xbj xb xiiij xiiij xij x. e ix braças ataa mea legoa de trra omde todos lancamos amcoras em dirto daboca dhuu[m] rrio e chegariamos aesta amcorajem aas x oras pouco mais ou menos e daly ouuemos vista dhomee[n]s q[ue] andauam pela praya obra de bij ou biiij sego os naujos pequenos disseram por chegarem primeiro... /

aly lancamos os batees e esquifes fora evieram logo todolos capitaães das naaos aesta naao do capitam moor e aly falaram. e ocapitam mandou no batel em trra njcolao coelho peraveer aq[ue]le rrio e tamto que ele comecou perala dhir acodirã pela praya homee[n]s quando dous quando tres de maneira que quando o batel chegou a aboca do rrio heram aly xbiiij ou xx homee[n]s pardos todos nuus sem nhuu[m]a cousa que lhes cobrisse suas vergonhas. traziam arcos nas mãs esuas seetas. vijnham todos rrijos perao batel e nicolao coelho lhes fez sinal que posesem os arcos. e eles os poseram. aly nom pode deles auer fala ne[m] ente[n]dimento que aproueitasse polo mar quebrar na costa. soomente deulhes huu[m] barete vermelho e huu[m]a carapuça de linho que leuaua na cabeça e huu[m] sombreiro preto. E huu[m] deles lhe deu huu huu[m] sombreiro de penas daues compridas cõ huu[m]a copezinha pequena de penas vermelhas epardas coma de papagayo e outro lhe deu huu[m] rramal grande de comtinhas brancas meudas que querem parecer daljaueira as quaaes peças creio queo capitam manda a vossa alteza e com jsto se volueo aas naaos por seer tarde e nom poder deles auer mais fala poraazo do mar. /

anoute seguimte ventou tamto sueste cõ chuuaçeiros que fez caçar as naaos e especialmente acapitana. Eaa sesta pola manhaã as biiij oras pouco mais ou menos per conselho dos pilotos mandou ocapitam leuamtar amcoras e fazer vela e fomos de lomgo da costa com os batees e esquifes amarados perpopa comtra o norte peraveer se achauamos alguu[m]a abrigada e boo pouso omde jouuesemos pera tomar agoa e lenha, nom por nos ja mjnguar mas por nos acertarmos aquy e quamdo fizemos vela seriam ja na praya asentados jumto cõ orrio, obrra de lx ou lxx homee[n]s que se juntaram aly poucos epoucos / fomos de lomgo e mandou ocapitam aos naujos pequenos que fosem mais chegados aatrra e que se achasem pouso seguro peraas naaos que amaynassem. Esendo nos pela costa obra de x legoas domde nos leuamtamos acharam os ditos naujos peq[ue]nos huu[m] arrecife com huu[m] porto dentro muito boo e

muito seguro com huu[m]a muy larga entrada e meteramse dentro e amaynaram. e as naaos arribaram sobreles. e huu[m] pouco amtesol posto amaynarom obra dhuu[m]a legoa do arrecife e ancoraramse em xj braças. / Esendo ao lopez nosso piloto em huu[m] daqueles naujos pequenos per mandado do capitam por seer home[m] vyuo e deestro pera jssso meteose loguo no esquife asomdar oporto demtro e tomou em huu[m]a almaadia dous daqueles homee[n]s da trra mançebos e de boos corpos. e huu[m] deles trazia huu[m] arco e bj ou bij seetas e na praya amdauam mujtos cõ seus arcos e seetas e nom lhe aproueitaram. / trouueos logo ja de noute ao capitam omde foram rrecebidos com muito pra fazer e festa. /

afeiçam deles he seerem pardos maneira dauirme lhados de boõs rrostros e boos narizes bem feitos. / amdam nuus sem nenhuu[m]a cubertura. nem estimam nhuu[m]a coussa cobrir nem mostrar suas vergonhas. e estam açerqua disso com tanta jnocemçia como eem em mostrar orrostro. / traziam ambos os beiços de baixo furados e metidos por eles senhos osos doso bramcos de compridam dhuu[m]a mão travessa e de grossura dhuu[m] fuso dalgodam e agudo na põta coma furador. mete[m] nos pela parte de dentro do beiço e oque lhe fica antre obeiço eos demtes he feito coma rroque denxadrez. e em tal maneira o trazem aly emcaxado que lhes nom da paixã nem lhes torua afala nem comer nem beber. / os cabelos seus sam coredios e andauã trosqujados de trosquya

alta mais que de sobre pemtem deboa gramdura e rrapados ataa per cjma das orelhas. e huu[m] deles trazia per baixo da solapa de fonte afonte pera detras huu[m]a maneira de cabeleira de penas daue ama rela que seria decompridam dhuu[m] couto. muy basta e muy çarada que lhe cobria otoutuço eras orelhas. atual amuada pegada nos cabelos pena e pena com Hue[m]a comfeiçam branda coma cera e ão no era. demaneira que amdaua acabeleira muy rredomda e muy basta e muy jgual que ão fazia mjngoia mais lauajem peraa leuantar. / ocapitam quando eles vieram estaua asentado em huu[m]a cadeira e huu[m]a alcatifa aos pees por estrado e bem vestido cõ huu[m] colar douro muy grande ao pescoço. e sancho de toar e simam de miranda enj colaa coelho e aires corea e nos outros que aquy na naao cõ ele himos asentados no chaão per esa alcatifa. / acemderam tochas e emtraram e ão fizeram nhuu[m]a mençam de cortesia nem de falar ao capitam nem anjmguem. pero huu[m] deles pos olho no colar do capitam e começou daçenar cõ amaão pera aterra e depois perao colar como que nos dezia que avia em tera ouro e tam bem vio huu[m] castical de prata e asy meesmo acenaua peraa tera e entã perao castical como que avia tam bem prata. / mostrarã lhes huu[m] papagayo pardo que aquy ocapitam traz. /

tomarãno logo na mão e acenaram peraa trra como que os avia hy. / mostraranlhes huu[m] carn.ro ão fizeram dele mençam. mostraranlhes huu[m]a g.a casy aviam medo dela e ão lhe

queriam poer a mão edespois atomaram coma espamtados. / de ranlhes aly de comer pam e pescado cozido. confejtos fartees mel e figos pasados. ño quiseram comer daquilo casy nada e alguu[m]a coussa se aprouauam lamçauãna logo fora, trouueranlhes vinho perhu[m]a taça. poseranlhe asy aboca tã malaues e ño gostarã dele nada nem oquiseram mais / trouueramlhes agoa perhuu[m]a albarada tomaram dela senhos bocados e ño beberam. soomte lauarã as bocas elam çaram fora. Vio huu[m] deles huu[m]as contas de rrosairo brancas. açenou que lhas desem e folgou muito com elas e lancouas ao pescoço e despois tirouas e enbrulhouas no braço e acenaua peraa trra e entã peraaas contas eperao colar do capitam como que dariam ouro por aquilo. /

Isto tomauamonos asy polo de sejarmos / mas se ele queria dizer que leuaria as contas e mais ocolar. jsto nom querjamonos emtender porque lho ño aviamos de dar edespois tornou as contas aquem lhas deu e entã estira ranse asy decostas naalcatisa adormjr sem teer nenhuu[m]a maneira de cobrirem suas vergonhas as quaaes ño herã fanadas e as cabeleiras delas bem rrapa das e feitas. / ocapitã lhes mandou poer aas cabeças senhos coxijs e odacabeleira procuraua assaz polla ño quebrar e lançarãlhes huu[m] manto e[m] cjma e eles cõ sentiram e jouueram e dormjram. / ./

ao sabado pola manhaã mandou ocapitã fazer vella e fomos demandar aemtrada aqual era muy largua e alta de bj bij braças e entraram totalas naaos demtro e ancoraramse em b bj braças / a qual ancorajem dentro he tam grande e tã fre mossã e tam segura que podem jazer dentro neela mais de ije navjos e naaos. e tamto que as naaos foram pousadas e ancoradas vieram os capitaães todos aesta naao do capitam moor edaquy mandou ocapitã a njcolaaõ coelho ebertolameu dijz que fosse em terra eleuasem aqueles dous homee[n]s eos lei xasem hir com seu arco e seetas, aos quaaes mãdou dar senhas camisas nouas e senhas carapuças ver melhas e dous rrosairos de contas brancas doso que eles leuauam nos braços e senhos cascauees e senhas campainhas. e mandou cõ eles pera ficar la huu[m] mançoibo degradado criado de dom joham teelo aq[ue] chamã ao rribeiro pera amdar la com eles e saber de seu vjuer e maneira e amy[m] mandou que fosse cõ nicolaaõ coelho. / fomos asy de frecha djrtos aa praya / aly acodiram logo obra de ije homee[n]s todos nuus ecõ arcos e seetas nas mãos. / aqueles quem nos leuauamos acenaramlhes que se afastasem e posesem os arcos e eles os poseram e nom se afasta uam muito. / abasta que poseram seus arcos e em tam sairam os que nos leuauamos e o mançoibo degradado cõ eles. os quaaes asy como sairã nom pararam mais nem esperaua huu[m] por outro se ño aquem mais coreria epasarã huu[m] rrio que perhy core dagoa doce de mujta agoa que lhes daua pe la braga e outros mujtos cõeles e foram asy core[n]da aalem do rrio antre huu[m]as moutas depalmas onde estauam outros e aly pararom e naquillo foy o degradado com huu[m]

home[m] que logo ao sair do batel ho agasalhou e leuouo ataa la e logo ho tornaram a nos e com ele vieram os outros que nos leuamos os quaaes vijnham ja nuus e sem carapuças. Eentam se começaram dechegar mujtos e emtrauam pela beira do mar pera os batees ataa que mais nom podiam e traziam cabaacos dagoa e tomauã alguu[n]s barijs que nos leuauamos e em chianos dagoa e trazianos aos batees. nõ que eles de todo chegasem abordo do batel. mas junto cõ ele lançauãno damaão e nos tomauamos epediam que lhes desem alguu[m]a coussa. / leuaua nj colao coelho cascaues e manjilhas e huu[n]s daua huu[m] cascauel e aoutros huu[m]a manjilha. demanra que com aquela emcarna casy nos queriam dar amaão. Dauãnos daqueles arcos e seetas por son breiros e carapuças de ljnho e por qualq[ue]r coussa que lhes home[m] queriã dar. / daly se partirã os outros dous mançebos que nom os vimos mais. / amdauam aly mujtos deles ou casy amaior parte. que todos traziam aqueles bicos doso nos beiços e alguu[n]s que amdauam sem eles traziam os beiços furados e nos buracos traziam huu[n]s espelhos de pao que pareciam espelhos de boracha e alguu[n]s deles traziam tres daqueles bicos .s. huu[m] na metade eos dous nos cabos. e amdauam hy outrros quartejados de cores .s. deles ameeade dasua pro pria cor e ameeade de tittura negra maneira dazulada e outros quartejados descaques. / aly am dauam antreles tres ou quatro moças bem moças e bem jentijs com cabelos mujto pretos conprjdos pelas espadoas e suas vergonhas tam altas e tã çaradinhas e tam limpas das cabeleiras que de as nos mujto bem olharmos nõ tijnhamos nhuu[m]a vergonha. / aly por emtam nom ouue mais fala ne[m] emtendimento cõ eles por aberberja deles seer ta manha que se nom emtendia nem ouuja njnge[m]. / açenamoslhe que se fosse e asy o fizeram e pasa ranse aalem do rrio e sairã tres ou quatro homee[n]s nosos dos batees e emcherã nõ sey quantos barrijs dagoa que nos leuauamos e tornamonos aas naaos. / e em nos asy vijndo acenarãnos que tornasemos. / tornamos e eles mandarom odegradado e nom quiseram que ficasse la cõ eles ./ oqual leuaua huu[m]a bacia pequena e duas ou tres carapuças verme lhas pera dar la ao Sor seo hy ouuese. / nõ curarã de lhes tomar nada e asy omandaram com tudo e entam bertolameu dijz ofez outra vez tornar que lhes dese aquilo. e ele tornou edeu aquilo e[m] vista de nos aaquele queo da prima agasalhou e entam veosse e trouemolo. / este queo agasalhou era ja de dias e amdaua todo por louçaynha cheo depenas pegadas pelo corpo que parecia a seetado coma sam sabastiam. outros traziã cara puças depenas amarelas eoutros de vermelhas eoutros de verdes. e huu[m]a daquelas moças era toda timta defumdo acjma daquela tittura aqual çerto era tã bem feita e tam rredomda e sua vergonha que ela nõ tijnha tam graciossa que amujtas molheres de nossa trra vendolhe taaes feições fezera vergonha por nom teerem asua comeela. / nhuu[m] deles nõ era fanado mas todos asy coma nos e com isto nos tornamos e eles foramsse // aatarde sayo ocapitã moor e[m] seu

batel cõ todos nos outros e com os outros capitaães das naaos em seus batees afolgar pela baya acaram dapraya mas njmguem sayo em tera polo capitã nom querer sem embargo de njmguem neela estar. /

soomente sayo ele com todos em huu[m] jlheeo grande que na baya esta que de baixamar fica muy vazio pero he detodas partes cercado dagoa que nõ pode njmguem hir aele sem barco ou anado. / aly folgou ele e todos nos outros bem hu[m]a ora e ma e pescaram hy amdando marinheiros cõ huu[m] chimchorro e mataram pescado meudo nõ mujto. e entã voluemonos aas naaos ja be[m] noute. /

ao domingo de pascoela pola manhaã detremj nou ocapitam dhir ouuir misa e preegaçam na quele jlheeo. e mandou atodolos capitaães que se corejesem nos batees e fosem cõ ele e asy foy feito. / mandou naquele jlheeo armar huu[m] esperauel e dentro neele aleuantar altar muy bem coregido e aly com todos nos outros fez dizer misa aqual dise o padre frey amrique em voz entoada e oficiada cõ aquela meesma voz pelos outros padres e sacerdotes que aly todos heram. / aqual misa sego meu parecer foy ouujda per todos cõ mujto prazer e deuaçom. aly era com ocapitam abandeira de xpos com que sayo debelem a qual esteue senpre alta aaparte do auamjelho. /

acabada amisa desuestiosse o padre eposese em huu[m]a cadeira alta e nos todos lamcados per esa area e preegou huu[m]a solene e proueitossa preegaçom da estorea do auanjelho. e em fim dela traudou de nossa vijnda e do achamento desta trra cõ formandose cõ o sinal da cruz so cuja obediência vijmos aqual veo mujto apreposito e fez mujta deuaçom. em quanto esteuemos aamisa e aapregacom seriã na praya outa tanta gente pouco mais ou menos como os domtem cõ seus arcos e seetas os quaaes amdauam folgando e olhandonos e asentaramse. e depois dacabada amisa asee[m] tados nos aapregaçom aleuantaranse mujtos deles e tanjeram corno ou vozina e comecaram asaltar e dançar huu[m] pedaço. e alguu[n]s deles se metiam em almaadias duas ou tres que hy tijnhem as quaaes nõ sam feitas como as que eu ja vy. soomte sam tres traues atadas juntas e aly se metiam iij ou b ou eses que queriam nõ se afastando casy nada datrra se nõ quanto podiam tomar pee. / acabada apregacõ moueo ocapitã e todos peraos batees cõ nosa bandra alta e embarcamos e fomos asy todos contra a trra perapasarmos ao longo per ondeles estauam hj ndo bertolameu dijz em seu esquife per mãdado do capitam diamte cõ huu[m] paao dhuu[m]a almaa dia que lhes o mar leuara pera lho dar e nos todos obra de tiro depedra tras dele. como eles viram ho esquife debertolameu dijz chegarãse logo todos aagoa metendose neela ataa onde mais podiam. acenaranlhes que posesem os arcos e mujtos deles os hiam logo poer e[m] trra e outros os nõ punham. amdaua hy huu[m] que falaua mujto aos outros que se afastasem mas nõ ja que mamy[m] parecese que lhe tijnhem acatame[n]to ne[m] medo

/ este que os asy amdaua afastando trazia seu arco e seetas e amdaua tj mto de tintura vermelha pelos peitos e espadoas e pelos quadrijs coxas e pernas ataa baixo.

eos vazios com abarriga e estamego era dan sua propia cor e a tintura era asy vermelha que aagoa lha nã comya nem desfazia / ante quando saya daagoa era mais vermelho. / sayo huu[m] home[m] do esquife de bertolameu dijz. e andaua antreles sem eles emtenderem nada neele quanta pera lhe fazerem mal. se nã quã to lhe dauam cabaços dagoa e acenavã aos do esquife que saiem em trra. cõ jsto se volueo bertolameu dijz ao capitam e viemonos aas naaos acomer tanjendo tronbetas e gaitas sem lhes dar mais apresam e eles tornaramse aasentar na praya Easy por entam ficarã. /

neeste jlheo omde fomos ouujr misa epreegaçã espraya muito aagoa e descobre mujta area e mujto cascalhaao. forã alguu[n]s em nos hy estã do buscar marisco e nã no acharom. e acharã alguu[n]s camarões grosos e curtos. / amtre os quaaes. vijnha huu[m] mujto grande camarã e muito grosso que em nhuu[m] tempo ovy tamanho. tam bem acharom cascas de bergoões e da meijeas mas nã toparã cõ nhuu[m]a peça jntra e tamto que comemos vieram logo todolos capi taães aesta naao per mandado do capitã moor com os quaaes se ele apartou e eu na companhia e preguntou asy atodos se nos parecia seer bem mandar anoua do achamento desta trra avosa alteza pelo naujo dos mantijmtos peraa mjlor mãdar descobrjr e saber dela mais do que agora nos podiamos saber por hirmos denosa viagem e antre mujtas falas que no caso se fezeram foy per todos ou amayor parte dito que seria mujto bem. e njsto comcrudiram. / e tamto q[ue] aconcrusam foy tomada. preguntou mais se seria boo tomar aquy per força huu[m] par destes homee[n]s. peraos mandar avosa alteza. e dleixar aquy por eles outros dous destes degra dados. / aesto acordaram que nã era necesa reo tomar per força homee[n]s. por que jeeral costume era dos que asy leuauom per força peralgu[m]a parte dizerem que ha hy todo oque lhe preguntam. / e que mjlor e mujto mjlor enformaçon da trra dariam dous homee[n]s destes degradados que aquy leixassem. doque eles dariam seos leuasem por seer jente que njmguem emtende nem eles tam cedo apre[n] deriam afalar perao sabere[m] tam bem dizer que mujto mjlor ho estoutros nom digam quando ca vosa alteza mandar. e que por tamto nom curasem aquy deper força tomar njmguem nem fazer escandolo peraos detodo mais amãsar e apaceficar. / se nom soomte leixar aquy os dous degradados quando daquy partisemos. / easy por mjlor parecer atodos ficou detremjnado ./

acabado jsto. dise ocapitam que fossemos nos batees em trra e veersia bem o rrio quejando era. e tam bem pera folgarmos. / fomos todos nos batees em tera armados e abandeira cõ nosco. / eles amdauam aly na praya aaboca do rrio omde nos hiamos e ante que chegamos. / do emsino que dantes tijnhem poseram todos os arcos e acenavam que saiesmos e tanto que os batees

poserã as proas em trra pasarãse logo todos aalem do rrio oqual nã he mais ancho que huu[m] jogo demanqual e tanto que desenbarcamos. alguu[n]s dos nosos pasarom logo o rrio e foram antrelles. / e alguu[n]s aguardauam e outros se afastauam. pero era acousa demaneira que todos amdauam mesturados. /

eles dauam deses arcos com suas seetas por sombreiros e carapuças de linho e por quall quer cousa que lhes dauam. / pasaram aalem tamtos dos nosos e amdauam asy mestura dos cõ eles. que eles se esqujuauam e afasta uanse e hianse deles peracjma onde outros estauam e entã ocapitam fezese tomar ao colo de dous homee[n]s e pasou o rrio e fez tornar todos. / ajente que aly era nã serja mais caaquela que soya. / e tanto queo capitã

fez tornar todos vieram alguu[n]s deles aelenã polo conhecere[m] por S.or ca me parece que nã entendem ne[m] tomauã djsso c.to mas por que ajente nossa pasava ja peraaquem do rrio. / aly falauã e traziam mujtos arcos e contjnhas daquelas ja ditas e rresgatauã por qualquer cousa. em tal maneira que trouueram daly peraas naaos mujtos arcos e see tas e comtas e entam tornouse ocapitam aaquem do rrio e logo acodirã mujtos aabeira dele aly verjees galantes pimtados depreto evermelho e quartejados asy pelos corpos como pelas pernas. que çerto pareciam asy bem. / tanbem andauam antreles iij ou b molheres moças asy nuas que nom pareciam mal. antre as quaaes amdaua huu[m]a com huu[m]a coxa do giolho ataa oquadril e anadega toda tjnta daquela tintura preta eoal. todo dasua propria cor. outa trazia anbolos giolhos cõ as curuas asy tintas e tam bem os colos dos pees.

e suas vergonhas tam nuas e com tamta jno çemçia descubertas que nã avia hy nenhuu[m]a vergonha. / tam bem andaua hy outa molher moça com huu[m] menjno ou menjna no colo atado com huu[m] pano nã sey deque aos peitos. que lhe nã parecia se nã as pernijnhas. / mas as pernas damay eo al nã trazia nenhuu[m] pano. / e despois moueo ocapitam peracjma ao longo do rrio que anda senpre acaram da praya e aly esperou huu[m] velho que trazia na mão hu[m]a paa dalmadia. / falou estãdo ocapitã com ele perante nos todos sem onu[n]ca njnguem emtender nem ele anos quanta cousas que lhome[m] pregumtaua douro que nos desejauamos saber seo avia na trra. / trazia este velho obeiço tam furado que lhe caberja pelo furado hu[m] gram dedo polegar e tra zia metido no furado huu[m]a pedra verde rroim que çarava per fora aquele buraco e ocapitã lha fez tirar e ele nã sey que diaabo falaua e hia cõ ela peraaboca do capitam peralha meter. / esteuemos sobriso huu[m] pouco rrijmdo e entam enfadouse ocapitã e leixou. e huu[m] dos nosos deulhe pola pedra huu[m] sonbreiro uelho nã por ela valer algu[m]a coussa. mas por mostra. e despois aouue ocapitam. creio pera cõ as outras cou sas amandar avosa alteza. / andamos per hy veendo a rribeira aqual he de mujta agoa e mujto boa. / ao longo dela ha mujtas palmas nã muito altas em que ha mujto boos palmj tos. colhemos e comemos deles

mujtos. / entã tornouse ocapitã perabaixo peraaboca do rrio onde desenbarcamos e aalem do rrio amdauã mujtos deles damçando e folgando huu[n]s ante outros sem se tomarem pelas mãos e faziãno bem /. pasouse emtam aalem do rrio diego dijz alxe que foy de sacauem que he home[m] gracioso edeprazer e levou comsigo huu[m] gayteiro noso cõ sua gaita e meteose cõ eles adançar tomandoos pelas mãos e eles folgauam e rriam e amdauam cõ ele muy bem ao soõ dagaita. depois de dançarem fezlhealy amdando no chaão mujtas voltas ligeiras e salto rreal deque se eles espantauam e rriam e folgauã mujto. e com quanto os cõ aquilo muito seguiu e afaagou. tomauam logo huu[m]a esqjujeza coma monteses e foranse pera cjma. Eentã ocapitã pasou orrio cõ todos nos outros e fomos pela praya delongo himdo os batees asy acaram de tera e fomos ataa huu[m]a lagoa grande dagoa doçe que esta jumto com apraya por que toda aquela rriba do mar he apaulada percjma e saay aagoa permujtos lugares e depois depasarmos orrio foram huu[n]s bij ou biiij deles amdar antre os marinheiros que se rrecolhiã aos batees e leuaram daly huu[m] tubaram que bertolameu dijz matou e leuualho e lanço uo na praya. / abasta que ataaquy como quer que se eles em alguu[m]a parte amansasem logo dhu[m]a mão peraaouta se esqujuauam coma deceuadoiro e home[m] nom lhes ousa de falar rrijo por se mais nom esqujuarem e todo se pasa como eles querem polos bem amansar. / ao velho cõ que ocapitam falou deu huu[m]a carapuça vermelha e com toda a fala que cõ ele pasou e com acarapuça que lhe deu. tanto que se espedio que comecou de pasar o rrio. foise logo rrecatando. e nõ qujs mais tornar do rrio peraaquem. / os outros dous queo capitã teue nas naaos aque deu oque ja dito he. numca aqui mais pareceram. de que tiro seer jente bestial e depouco saber e por yssosam asy esqujvos. / eles porem cõ tudo andam mujto bem curados e mujto limpos e naquilo me parece ajmda mais que sam coma aves ou alimareas monteses que lhes faz ho aar mjlhora pena e mjlhora cabelo que aas mansas. / porque os corpos seus sam tam limpos e tam gordos e tam fremosos que nõ pode mais seer. e jsto me faz presumir que nõ teem casas ne[m] moradas em que se colham eo aar aque se criam os faz taaes. / ne[m] nos ajnda ataagora nom vimos nenhuu[m]as casas nem maneira delas. / mandou ocapitã aaquele degradado ao Ribeiro que se fosse outa vez com eles. oqual se foy e andou la huu[m] boõ pedaço e aatarde tornouse queo fezerã vjir e nõ oquiseram la consentir e derãlhe arcos e seetas e nõ lhe tomarã nhu[m]a cousa do seu. / ante dise ele que lhe tomara huu[m] deles huu[m]as continhas amarelas que ele leuaua e fogia cõ elas e ele se queixou eos outros foram logo apos ele elhas tomaram e tornarãnlhas adar e emtam mã darãno vjir. / dise ele que nõ vira la antre eles se nõ huu[m]as choupanjnas de rrama verde e de feitos mujto grandes coma damtre doiro e mjnho e asy nos tornamos aas naaos ja casy noute adormjraasegda feira depois decomer saimos todos e[m] tra atomar agoa. / aly vieram emtam mujtos. mas nõ tamtos comaas outras uezes e traziã ja muito poucos arcos

e esteuerã asy huu[m] pouco afastados denos. e despois poucos epoucos mesturaranse cõ nosco. e abracauãnos e folgauam e alguu[n]s deles se esqujuauam logo. aly dauam alguu[n]s arcos por folhas depapel e por algu[m]a carapucinha velha e por qual q[ue]r cousa E em tal maneira se pasou acousa que bem xx ou xxx pessoas das nosas se forã cõ elles onde outros mujtos deles estauam com moças e molheres e trouueram dela muitos arcos e baretes depenas daues deles verdes e deles amarelos de que creio queo capitam hade mãdar amostra a vossa alteza. e sego deziã eses que la foram folgauam com eles. / neeste dia os uimos de mais perto e mais aanosa vontade por andarmos todos casy mesturados Ealy deles andauam daquelas timturas quartejados outros de meetades outros detanta feiçam coma e[m] panos darmar e todos com os beiços furados e mujtos cõ os osos neeles e deles sem osos. / traziã alguu[n]s deles huu[n]s ourjços verdes daruores que na cor querjam pa recer de castinheiros se nõ quanto herã mais e mais pequenos e aqueles herã cheos dhuu[n]s grãos vermelhos pequenos. que esmagandoos antre os dedos fazia timtura muito vermelha daque eles amdauam timtos e quanto se ma is molhavã tanto mais vermelhos ficauam. / todos andam rrapados ataacjma das orelhas. e asy as sobrancelhas e pestanas. / trazem todos as testas de fonte afomte timtas datimtura preta que parece huu[m]a fita preta ancha de dous dedos. Eo capitã mandou aaquele degra dado ao rribeiro e aoutros dous degradados que fosse amdar la antreles e asy ado dijz por seer home[m] ledõ com que eles folgauam. e aos degradados mandou que ficasem la esta noute. / Foramse la todos e andaram= antreles e sego eles deziã foram bem huu[m]a legoa e meia ahuu[m]a pouoraçom de casas em que averja ix ou x casas as quaaes deziã q[ue] erã tam conpridas cada hu[m]a comeesta naao capitana. e herã de madeira e das jlhargas de tauoas e cubertas de palha de rrazoada altura e todas em huu[m]a soo casa sem nhuu[m] rrepar timento tijnhem de dentro mujtos esteos e de steo aesteo huu[m]a rrede atada pelos cabos e[m] cada esteo altas em que dormjam e debaixo pera se aquentarem faziam seus fogos e tijnha cada casa duas portas pequenas huu[m]a e[m] huu[m] cabo e outa no outro. e deziã que em cada casa se colhiam xxx ou X pessoas e que asy os achauam e que lhes dauam de comer da quela vianda que eles tijnhem .s. mujto jnhame eoutras sementes que na trra ha q[ue] eles comem. e como foy tarde fezerãnos logo todos tornar e nom quiseram que la ficasse nhuu[m] e ajnda sego eles deziã queriãse vijr cõ eles. / rresgataram la por cascaues e por outas cousinhas depouco ualor q[ue] leuauã pa pagayos vermelhos mujto grandes e fremosos. e dous verdes pequenjnõs e carapuças de penas verdes e huu[m] pano de penas de mujtas cores maneira de teçido asaz fremoso sego vosa alteza todas estas cousas vera por que ocapitã volas ha de mandar sego ele dise. e com jsto vieram. e nos tornamonos aas naaos. //

aaterça feira depois decomer fomos e[m] trra dar guarda delenha e lauar rroupa. / estauam na praya quando chegamos obra de lx ou lxx sem arcos e sem nada. / tanto que chegamos vieramse logo peranos sem se esqjuarem. / e depois acodiram mujtos que se riam bem ije todos sem arcos. / e mesturaramse todos tanto com nosco que nos aju dauam deles aacaretar lenha e meter nos batees e lujtauam cõ os nosos e tomauam mujto prazer. / Eem quanto faziamos alenha. faziam dous carpenteiros huu[m]a grande cruz dhuu[m] paaos que se ontem pera ysso cortou. / mujtos deles vijnham aly estar cõ os carpenteiros e creo queo faziã mais por veerem afaramenta de ferro com q[ue] afaziã q[ue] por veerem acruz por que eles nõ teem cousa que de fero seja e cortam sua madra e paaos com pedras feitas coma cunhas me tidas em huu[m] paaos antre duas talas muy bem atadas e per tal maneira que andam fortes sego os homee[n]s que ontem suas casas deziam por que lhas viram la. / era ja aconuersaçam deles com nosco tanta que casy nos toruauam ao que aviamos defazer. / Eo capitã mandou adous degra dados e ado dijz que fosse la aaldea e a outras se ouuesem delas nouas e q[ue] e[m] toda maneira nõ se viesem adormjr aas naos ajnda que os eles mandasem e asy se forã. / em quanto andauamos neesa mata acortar alenha atrauesauam alguu[n]s papagayos per esas aruores deles verdes e outros pardos grandes e pequenos demaneira que me parece que avera neesta trra mujtos pero eu nom veria mais que ataa ix ou x. outras aues entã nom vimos somte alguu[m]as ponbas seixas e parecerãme mayores em boa camtidade caas de portugal.

alguu[n]s deziã que virã rrolas mas eu nõ as vy mas sego os aruoredos sam muy mujtos e grandes e djmfimdas maneiras nõ doujdo que per ese sartaão ajam mujtas aues. Eaçerqua danoute nos voluemos peraas naaos com nossa lenha. / eu creo Sor que nõ dey ajnda aquy conta avosa alteza da feiçam de seus arcos e seetas. / os arcos sam pretos e conpridos e as seetas cõpridas e os feros delas de canas apara das sego vosa alteza vera per alguu[n]s que creo queo capitã aela ha demujar. /

aaquarta feira nõ fomos em trra por que ocapitam andou todo o dia no naujo dos mantime[n]tos adespejalo e fazer levar aas naaos jssso que cadahuu[m]a podia levar. / eles acodiram aapraya mujtos sego das naaos vimos que seriam obra de ijese go sancho detoar que la foy dise. / diego dijz e ao rribeiro odegradado aque ocapitã ontem mandou que em toda maneira la dormisem volueranse ja denoute por eles nom quererem que la dormisem e trouuerã papagayos verdes e outas aues pretas casy como pegas se nõ quãto tijnham obico bramco eos rrabos curtos. e quãdo se sancho de toar rrecolheo aanaao querianse vjir cõ ele alguu[n]s mas ele nõ qujs se nõ dous mãcebos despostos e homee[n]s deprol. / mandouos esa noute muy bem pemsar e curar e comeram toda vianda que lhes deram e mandoulhes fazer cama de lençooes sego ele disse e dormjram e folgaram aquela noute e asy nõ foy mais este dia que pera screpuer seja aaujnta

feira deradro dabril comemos logo casy pola manhã e fomos em trra por mais lenha e agoa e em querendo ocapitam sair desta naao chegou sancho detoar com seus dous ospedes epor ele nã teer ajnda comjdo poseranhle toalhas e veolhe vianda e comeo. / os ospedes asentarãnos em senhas cadeiras e detodo oque lhes deram come ram muy bem. especialmente lacam cozido frio e arroz. nã lhes deram vo por sancho detoar dizer queo nã bebiam bem. / acabado ocomer metemo nos todos no batel e eles cõ nosco. / deu huu[m] grom ete ahuu[m] deles huu[m]a armadura grande do porco montes bem rreuolta e tamto que atomou meteo logo no beiço e por que se lho nã queria teer derãlhe huu[m]a pequena de cera vermelha e ele corejeo lhe detras seu aderemço para se teer e meteo no beiço asy rreuolta pera cjma e vijnha tam contente com ela como se teuera huu[m]a grande joya. / e tamto que saymos em trra foise logo cõ ela que nã pareço hy mais. / andariam na praya quãdo saymos biij ou x deles e dhi a pouco começaram de vãjr. e pareçeme que vijnriam este dia aapra ya iiije ou iiijel. / traziã alguu[n]s deles arcos e seetas e todolos deram por carapuças e por quall q[ue]r cousa que lhes dauam. / comiam cõ nosco do q[ue] lhes dauamos e bebiam alguu[n]s deles vo e outros o nã podiam beber mas pareçeme que se lho avezarem queo beberam de boa vontade. / andauã todos tam despostos e tam bem feitos e galantes cõ suas timturas que pareciam bem. / acaretauam desa le nha quamta podiam com muy boas uomtades e le uãuana aos batees e amdauam ja mais mansos e seguros antre nos doque nos amdauamos antreles. /

foy ocapitã com alguu[n]s denos huu[m] pedaço per este aruoredo ataa huu[m]a rribeira grande e de muita agoa que anoso pareçer era esta meesma que vem teer aa praya em que nos tomamos agoa. / aly jouuemos huu[m] pedaço bebendo e folgamdo ao longo dela antrese aruoredo que he tamto e tamanho e tam basto e de tamtas prumajee[n]s que lhe nã pode home[m] dar comto. ha antrele mujtas palmas deque colhemos mujtos e boos palmjtos. ./ quando saymos dobatel disse ocapitã que serja boo hirmos dereitos aacruz q[ue] estaua emcostada ahuu[m]a aruore junto com orrio perase poer de manhã que he sesta feira e que nos posesemos todos em giolhos e abeijasemos pera eles veerem ho acatame[n]to que lhe tijnhamos. e asy o fizemos. /

Eeses x ou xij que hy estauam acenaramlhesh que fezesem asy e foram logo todos bejjala. / pareçeme jemte de tal jnoçencia que se os home[m] emtendese e eles anos. que seriam logo xpaãos por que eles nã teem nem emtendem em nhuu[m]a creemça sego pareçe. Epor tamto se os degradados que aqui am de ficar. aprenderem bem asua fala eos em tenderem. / nom doujdo sego asanta tençam de vosa alteza fazeremse xpaãos e creerem na nossa samta fé. aaqual praza anosso Snõr que os traga. / por q[ue] çerto esta jente he boa e de boa sijnpresidade e enpremarsea ligeirame[n]te neeles qualq[ue]r crunho que lhes quiserem dar e logo lhes nosso Sor deu boos corpos e boos rrostros comaaboos homee[n]s. e ele que nos per aquy trouue creio

que nom foy sem causa e por tanto Vosa alteza pois tamto deseja acreçentar na santa fe catolica. deue emtender em sua saluaçam e prazera ads que com pouco trabalho sera asy / eles nõ lauram nem criam nem ha aquy boy nem vaca nem cabra nem ovelha nem ga nem outa nhu[m]a alimarea que costumada seja ao viuer dos homee[n]s ne[m] come[m] se nõ dese jnhame que aquy ha mujto e desa semente e frutos que atera e as aruores de sy lançam. e com jsto andam taaes e tam rrijos e tã nedeos. queo nõ somosnos tamto com quanto trigo e legumes comemos. / em quanto aly este dia amdaram senpre ao soõ dhuu[m] tanbory nosso dançarã e bailharã cõ os nosos. / e[m] maneira que sam muito mais nosos amjgos que nos seus. / se lhes home[m] acenaua se queriã v̄rj̄r aas naaos fazianse logo prestes pera jssõ e[m] tal maneira queseos home[m] todos quisera comujdar. / todos uieram. porem nõ trouemos esta nouaas naaos se nõ iij ou b .s. ocapitã moor dous e simã de miranda huu[m] que trazia ja por paje e aires gomez outro asy paje. / os queo capitam trouue era huu[m] deles huu[m] dos seus ospedes que aa primeira quando aquy chegamos lhe trouuerã. oqual veo oje aquy vestido na sua camisa e cõ ele huu[m] seu jrmão os quaaes forã esta noute muy bem agasalhados asy de vianda como deca ma de colchoões e lençooes polos mais amansar. / Eoje que he sesta feira primeiro dia de mayo pola manhaã saymos em trra cõ nossa bandeira e fomos desenbarcar acjma do rrio contra osul onde nos pareçeo que serja mjlor chantar a cruz pera seer melhor vista. e aly asijnou o capitã onde fezesem acoua peraachantar. Eem quanto aficarã fazendo. / ele com todos nos outros fomos pola + abaixo do rrio onde ela estaua. / trouuemola da ly cõ eses rrelegiosos e sacerdotes diante cantãdo maneira depreçisam. / herã já hy alguu[n]s de les obra de lxx ou lxxx e quando nos asy virã vj̄r / alguu[n]s deles se forã meter debaixo dela ajudarnos. / pasamolo rrio ao longo dapraya e fomola poer onde avia de seer que sera do rrio obra de dous tiros de beesta. / aly andando nysto vijnjram bem cl ou mais. / chentada acruz cõ as armas e deuisa de vosa alteza que lhe primo pregarom armarom altar ao pee dela. / aly dise misa opadre frey amrique aqual foy camtada e ofeçiada per eses ja ditos. / aly esteueram cõ nosco aela obra de l ou lx deles asentados todos em giolhos asy coma nos e quãdo veo ao avanjelho que nos erguemos todos e[m] pee cõ as mãos leuantadas. eles se leuantaram cõ nosco e alçarom as mãos. estando asy ataa seer acabado. / e entam tornaranse aasentar coma nos. E quando leuantarom ad[eu]s que nos posemos em giolhos. eles se poserã todos asy coma nos estauamos cõ as mãos leuantadas. e em tal maneira asesegados que certefico avosa alteza que nos fez mujta deuaçom. / esteuerã asy cõ nosco ataacabada acomunhã Edepois dacomunham. comungaram eses rrelegiosos e sacerdotes eocapitã cõ alguu[n]s de nos outros. / alguu[n]s deles por o sol seer grãde e[m] nos estando comungando aleuantarãsse e outros esteuerã e ficarom. / huu[m] deles home[m] de l

ou lb anos ficou aly cõ aqueles que ficaram. / aquele em nos asy estando ajumtaua aqueles que aly ficaram e ajnda chamaua outros. / este andando asy antreles falando lhes acenou cõ odedo perao altar e depois mostrou odedo perao ceo coma que lhes dizia alguu[m]a cousa debem e nos asy otomamos. / acabada amisa tirou o padre a vestimta decjma e ficou naalua e asy se sobio jumto cõ ho altar em huu[m]a cadeira e aly nos preegou do auanjelho e dos a postolos cujo dia oje he trautando e[n]fim dapreegaçom deste voso prosegujme[n]to tã santo e virtuoso que nos causou majs deuaçam. / eses q[ue] aapreegaçã senpre esteueram estauã asy comanos olhando peraele. / eaq[ue]le que digo chamaua alguu[n]s que viesem peraaly. / alguu[n]s vijnhã eoutros hiamse e acabada apreegaçom. trazia njcolaa coelho mujtas cruces destanho com cruçufiços que lhe ficarom ajnda daoutra vijnda e ouuerã por bem que lancasem acada huu[m] sua ao pes coço. / pola qual cousa se asentou opadre frey anrique ao pee da cruz e aly ahuu[m] ehuu[m] lançaua sua atada em huu[m] fio ao pesçoço fazendolha primeiro beijar e aleuantar as mãos. / vijnhã ajssso mujtos e lancarãnas to dasqueserjamobradeXou1./ejstoaca bado era ja bem huu[m]a ora depois de meo dja. /

vjemos aas naos acomer onde ocapitã trouue cõsigo aquele meesmo que fez aos outos aquela mostrança perao altar e perao ceo e huu[m] seu jrmaão com elle ao qual fez mujta homrra e deulhe huu[m]ma camisa mourisca eao outro huu[m]a camisa destoutras. / e sego oque amy[m] e atodos pareceo. esta jemte nã lhes faleçe outa cousa peraseer toda xpaã ca entende re[m]nos. / por que asy tomauam aquilo que nos viam fazer coma nos meesmos. per onde pareceo atodos que nhuu[m]a jdolatria ne[m] adoraçom teem. / Ebem creio que se vosa alteza aquy mandar quem mais antreles de vagar ande. que todos seram tornados ao desejo de vosa alteza. / e pera jssso se alguem vjer nã leixe logo de vijr clerjgo peraos bautizar por que ja emtã teerã mais conhecime[n]to de nossa fe pelos dous degradados que aquy ã tres ficam os quaes ambos oje tam bem comungaram. / antre todos estes que oje vierã nã veo mais que huu[m]a molher moça aqual esteue senpre aamisa. aaqual deram huu[m] pano cõ que se cobrise e poserãlho darredor desy. / pero ao asentar nã fazia memorea deo muito estender perase cobrir. / asy Sor que ajnoce[n]cia desta jemte he tal que a dadam nã seria majs quanta em vergonha. / ora veja vosa al teza quem em tal jnocemça vjue. ensinam dolhes oque perasua saluacom perteeçe. se se cõ uerteram ou nom. / acabado isto. / fomos asy perante eles beijar acruz e espedimonos e vjemos comer. /

creio Snõr que com estes dous degradados que aquy ficam. / ficam mais dous grometes que esta noute se sairam desta naao no esqj fe em trra fogidos. / os quaaes nã vierã majs e creemos que ficaram aquy por q[ue] demanhaã prazendo ads fazemos daquy nosa partida / Esta trra Sor me parece que dapomta q[ue] mais conta osul vimos ataa outa pomta que conta onorte vem de que

nos deste porto ouuemos vista. / sera tamanha que auera neela bem xx ou xxb legoas per costa. / traz ao lomgo do mar em algu[m]as partes grandes bareiras delas vermelhas e delas bramcas e a terra per cima toda chaã e mujto chea de grandes aruoredos. / depomta apomta he toda praya parma muito chaã e muito fremosa. / pelo sartaão nos pareceo do mar muito grande por que aestender olhos ã podiamos veer se ã tera earuoredos que nos parecia muy longa tera. / neela ataagora ã podemos saber que aja ouro nem prata nem nhu[m]a cou sa de metal nem de fero. nem lho vjmos. / pero attra em sy he de mujto boos aares asy frios e etenperados coma os dantre doiro e mjnho por q[ue] neste tempo dagora asy os achauamos coma os dela / agoas sam mujtas jmfimdas. E em tal maneira he graciosa que querendoa aproueitar darsea neela tudo per bem das agoas que tem. /

pero omjlhor fruto que neela se pode fazer me parece que sera saluar esta jemte e esta deue seer aprincipal semente que vosa alteza em ela deue lamçar. Eque hy ã ouuese ma is ca teer aquy esta pousada pera esta nauegaçom de calecut. / abastaria / quanto majs= desposiçã perase neela conprir e fazer oq[ue] vossa alteza tamto deseja .s. acrescentamto danosasanta fe /.

E neesta maneira Sor dou aquy avosa alteza doque neesta vosa trra vy ese aalguu[m] pouco a lomguy. ela me perdoe. / cao desejo que tijnha de vos tudo dizer mo fez asy poer pelo meudo. E pois que Snõr he çerto que asy neeste careguo que leuo como em outa qual quer coussa que de vosso seruiço for uosa alteza ha de seer de my[m] mujto bem seruida. / aela peço que por me fazer singular merçee mã de vijr dajlha de sam thomee jorge dosoiro meu jenrro. o que dela rreceberey em mujta merçee. / beijo as mãos de vosa alteza. /deste porto seguro da vosa jlha de vera cruz oje sesta feira primo dia demayo de 1500 //

**ANEXO D – A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA (1500)**

**MINISTÉRIO DA CULTURA Fundação Biblioteca Nacional** *Departamento Nacional do Livro.*

**A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA**

Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que ora nesta navegação se achou, não deixarei também de dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que — para o bem contar e falar — o saiba pior que todos fazer.

Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para aformosear nem afear, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu.

Da marinhagem e singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza, porque o não saberei fazer, e os pilotos devem ter esse cuidado. Portanto, Senhor, do que hei de falar começo e digo:

A partida de Belém, como Vossa Alteza sabe, foi segunda-feira, 9 de março. Sábado, 14 do dito mês, entre as oito e nove horas, nos achamos entre as Canárias, mais perto da Grã-Canária, e ali andamos todo aquele dia em calma, à vista delas, obra de três a quatro léguas. E domingo, 22 do dito mês, às dez horas, pouco mais ou menos, havemos vista das ilhas de Cabo Verde, ou melhor, da ilha de S. Nicolau, segundo o dito de Pero Escolar, piloto.

Na noite seguinte, segunda-feira, ao amanhecer, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com sua nau, sem haver tempo forte nem contrário para que tal acontecesse. Fez o capitão suas diligências para o achar, a uma e outra parte, mas não apareceu mais!

E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, estando da dita Ilha obra de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam fura-buxos.

Neste dia, a horas de véspera, havemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz.

Mandou lançar o prumo. Acharam vinte e cinco braças; e ao sol posto, obra de seis léguas da terra, surgimos âncoras, em dezenove braças — ancoragem limpa. Ali permanecemos toda aquela noite. E à quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos em direitos à terra, indo os navios pequenos diante, por dezessete, dezesseis, quinze, catorze, treze, doze, dez e nove braças, até meia légua da terra, onde todos lançamos âncoras em frente à boca de um rio. E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas pouco mais ou menos.

Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro.

Então lançamos fora os batéis e esquifes, e vieram logo todos os capitães das naus a esta nau do Capitão-mor, onde falaram entre si.

E o Capitão-mor mandou em terra no batel a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou de ir para lá, acudiram pela praia homens, quando aos dois, quando aos três, de maneira que, ao chegar o batel à boca do rio, já ali havia dezoito ou vinte homens.

Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram.

Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro deu-lhe um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza, e com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar.

Na noite seguinte, ventou tanto sueste com chuvaceiros que fez caçar as naus, e especialmente a capitânia. E sexta pela manhã, às oito horas, pouco mais ou menos, por conselho dos pilotos, mandou o Capitão levantar âncoras e fazer vela; e fomos ao longo da costa, com os batéis e esquifes amarrados à popa na direção do norte, para ver se achávamos alguma abrigada e bom pouso, onde nos demorássemos, para tomar água e lenha. Não que nos minguisse, mas por aqui nos acertarmos.

Quando fizemos vela, estariam já na praia assentados perto do rio obra de sessenta ou setenta homens que se haviam juntado ali poucos e poucos. Fomos de longo, e mandou o Capitão aos navios pequenos que seguissem mais chegados à terra e, se achassem pouso seguro para as naus, que amainassem.

E, velejando nós pela costa, obra de dez léguas do sítio donde tínhamos levantado ferro, acharam os ditos navios pequenos um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada. E meteram-se dentro e amainaram. As naus arribaram sobre eles; e um pouco antes do sol posto amainaram também, obra de uma légua do recife, e ancoraram em onze braças.

E estando Afonso Lopes, nosso piloto, em um daqueles navios pequenos, por mandado do Capitão, por ser homem vivo e destro para isso, meteu-se logo no esquife a sondar o porto dentro; e tomou dois daqueles homens da terra, mancebos e de bons corpos, que estavam numa almadia. Um deles trazia um arco e seis ou sete setas; e na praia andavam muitos com seus arcos e setas; mas de nada lhes serviram. Trouxe-os logo, já de noite, ao Capitão, em cuja nau foram recebidos com muito prazer e festa.

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beiço; e a parte que lhes fica entre o beiço e os dentes é feita como roque de xadrez, ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber.

Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobrepenete, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa, de fonte a fonte para detrás, uma espécie de cabeleira de penas de ave amarelas, que seria do comprimento de um coto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena e pena, com uma confeitão branda como cera (mas não o era), de maneira que a cabeleira ficava mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia minguia mais lavagem para a levantar.

O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia, e nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata.

Mostraram-lhes um papagaio pardo que o Capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como quem diz que os havia ali. Mostraram-lhes um carneiro: não fizeram caso. Mostraram-lhes uma galinha, quase tiveram medo dela: não lhe queriam pôr a mão; e depois a tomaram como que espantados.

Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, fartéis, mel e figos passados. Não quiseram comer quase nada daquilo; e, se alguma coisa provaram, logo a lançaram fora.

Trouxeram-lhes vinho numa taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram nada, nem quiseram mais. Trouxeram-lhes a água em uma albarrada. Não beberam. Mal a tomaram na boca, que lavaram, e logo a lançaram fora.

Viu um deles umas contas de rosário, brancas; acenou que lhas dessem, folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço. Depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como dizendo que dariam ouro por aquilo.

Isto tomávamos nós assim por assim o desejarmos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não o queríamos nós entender, porque não lho havíamos de dar. E depois tornou as contas a quem lhas dera. Então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir, sem buscarem maneira de cobrirem suas vergonhas, as quais não eram fanadas; e as cabeleiras delas estavam bem rapadas e feitas. O Capitão lhes mandou pôr por baixo das cabeças seus coxins; e o da cabeleira esforçava-se por não a quebrar. E lançaram-lhes um manto por cima; e eles consentiram, quedaram-se e dormiram.

Ao sábado pela manhã mandou o Capitão fazer vela, e fomos demandar a entrada, a qual era mui larga e alta de seis a sete braças. Entraram todas as naus dentro; e ancoraram em cinco ou seis braças – ancoragem dentro tão grande, tão formosa e tão segura, que podem abrigar-se nela mais de duzentos navios e naus. E tanto que as naus quedaram ancoradas, todos os capitães vieram a esta nau do Capitão-mor. E daqui mandou o Capitão a Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias que fossem em terra e levassem aqueles dois homens e os deixassem ir com seu arco e setas, e isto depois que fez dar a cada um sua camisa nova, sua carapuça vermelha e um rosário de contas brancas de osso, que eles levaram nos braços, seus cascavéis e suas campainhas. E mandou com eles, para lá ficar, um mancebo degredado, criado de D. João Telo, a que chamam Afonso Ribeiro, para lá andar com eles e saber de seu viver e maneiras. E a mim mandou que fosse com Nicolau Coelho.

Fomos assim de frecha direitos à praia. Ali acudiram logo obra de duzentos homens, todos nus, e com arcos e setas nas mãos. Aqueles que nós levávamos acenaram-lhes que se afastassem e pousassem os arcos; e eles os pousaram, mas não se afastaram muito. E mal

pousaram os arcos, logo saíram os que nós levávamos, e o mancebo degredado com eles. E saídos não pararam mais; nem esperavam um pelo outro, mas antes corriam a quem mais corria. E passaram um rio que por ali corre, de água doce, de muita água que lhes dava pela braga; e outros muitos com eles. E foram assim correndo, além do rio, entre umas moitas de palmas onde estavam outros. Ali pararam. Entretanto foi-se o degredado com um homem que, logo ao sair do batel, o agasalhou e o levou até lá. Mas logo tornaram a nós; e com ele vieram os outros que nós leváramos, os quais vinham já nus e sem carapuças.

Então se começaram de chegar muitos. Entravam pela beira do mar para os batéis, até que mais não podiam; traziam cabaços de água, e tomavam alguns barris que nós levávamos: enchiam-nos de água e traziam-nos aos batéis. Não que eles de todos chegassem à borda do batel. Mas junto a ele, lançavam os barris que nós tomávamos; e pediam que lhes dessem alguma coisa. Levava Nicolau Coelho cascavéis e manilhas. E a uns dava um cascavel, a outros uma manilha, de maneira que com aquele engodo quase nos queriam dar a mão. Davam-nos daqueles arcos e setas por sombreiros e carapuças de linho ou por qualquer coisa que homem lhes queria dar. Dali se partiram os outros dois mancebos, que os não vimos mais.

Muitos deles ou quase a maior parte dos que andavam ali traziam aqueles bicos de osso nos beiços. E alguns, que andavam sem eles, tinham os beiços furados e nos buracos uns espelhos de pau, que pareciam espelhos de borracha; outros traziam três daqueles bicos, a saber, um no meio e os dois nos cabos. Aí andavam outros, quartejados de cores, a saber, metade deles da sua própria cor, e metade de tintura preta, a modos de azulada; e outros quartejados de escaques. Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha.

Ali por então não houve mais fala ou entendimento com eles, por a barbaria deles ser tamanha, que se não entendia nem ouvia ninguém.

Acenamos-lhes que se fossem; assim o fizeram e passaram-se além do rio. Saíram três ou quatro homens nossos dos batéis, e encheram não sei quantos barris de água que nós levávamos e tornamo-nos às naus. Mas quando assim vínhamos, acenaram-nos que tornássemos. Tornamos e eles mandaram o degredado e não quiseram que ficasse lá com eles. Este levava uma bacia pequena e duas ou três carapuças vermelhas para lá as dar ao senhor, se o lá houvesse. Não cuidaram de lhe tomar nada, antes o mandaram com tudo. Mas então Bartolomeu Dias o fez outra vez tornar, ordenando que lhes desse aquilo. E ele tornou e o deu, à vista de nós, àquele que da primeira vez agasalhara. Logo voltou e nós trouxemo-lo.

Esse que o agasalhou era já de idade, e andava por louçainha todo cheio de penas, pegadas pelo corpo, que parecia aseteado como S. Sebastião. Outros traziam carapuças de penas amarelas; outros, de vermelhas; e outros de verdes. E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela. Nenhum deles era fanado, mas, todos assim como nós. E com isto nos tornamos e eles foram-se.

À tarde saiu o Capitão-mor em seu batel com todos nós outros e com os outros capitães das naus em seus batéis a folgar pela baía, em frente da praia. Mas ninguém saiu em terra, porque o Capitão o não quis, sem embargo de ninguém nela estar. Somente saiu — ele com todos nós — em um ilhéu grande, que na baía está e que na baixa-mar fica mui vazio. Porém é por toda a parte cercado de água, de sorte que ninguém lá pode ir, a não ser de barco ou a nado. Ali folgou ele e todos nós outros, bem uma hora e meia. E alguns marinheiros, que ali andavam com um chinchorro, pescaram peixe miúdo, não muito. Então volvemo-nos às naus, já bem de noite.

Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. Mandou a todos os capitães que se aprestassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperavel, e dentro dele um altar mui bem corregido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que todos eram ali. A qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.

Ali era com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada, da parte do Evangelho.

Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, ao fim da qual tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência viemos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção.

Enquanto estivemos à missa e à pregação, seria na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como a de ontem, com seus arcos e setas, a qual andava folgando. E olhando-nos, sentaram-se. E, depois de acabada a missa, assentados nós à pregação, levantaram-se muitos deles, tangeram corno ou buzina, e começaram a saltar e dançar um pedaço. E alguns deles se metiam em almadias — duas ou três que aí tinham — as quais não são feitas como as que eu já vi; somente são três traves, atadas entre si. E ali se metiam quatro ou cinco, ou esses que queriam não se afastando quase nada da terra, senão enquanto podiam tomar pé.

Acabada a pregação, voltou o Capitão, com todos nós, para os batéis, com nossa bandeira alta. Embarcamos e fomos todos em direção à terra para passarmos ao longo por onde eles estavam, indo, na dianteira, por ordem do Capitão, Bartolomeu Dias em seu esquife, com um pau de uma almadia que lhes o mar levara, para lho dar; e nós todos, obra de tiro de pedra, atrás dele.

Como viram o esquife de Bartolomeu Dias, chegaram-se logo todos à água, metendo-se nela até onde mais podiam. Acenaram-lhes que pousassem os arcos; e muitos deles os iam logo pôr em terra; e outros não.

Andava aí um que falava muito aos outros que se afastassem, mas não que a mim me parecesse que lhe tinham acatamento ou medo. Este que os assim andava afastando trazia seu arco e setas, e andava tinto de tintura vermelha pelos peitos, espáduas, quadris, coxas e pernas até baixo, mas os vazios com a barriga e estômago eram de sua própria cor. E a tintura era assim vermelha que a água a não comia nem desfazia, antes, quando saía da água, parecia mais vermelha.

Saiu um homem do esquife de Bartolomeu Dias e andava entre eles, sem implicarem nada com ele para fazer-lhe mal. Antes lhe davam cabaças de água, e acenavam aos do esquife que saíssem em terra.

Com isto se volveu Bartolomeu Dias ao Capitão; e viemo-nos às naus, a comer, tangendo gaitas e trombetas, sem lhes dar mais opressão. E eles tornaram-se a assentar na praia e assim por então ficaram.

Neste ilhéu, onde fomos ouvir missa e pregação, a água espraia muito, deixando muita areia e muito cascalho a descoberto. Enquanto aí estávamos, foram alguns buscar marisco e apenas acharam alguns camarões grossos e curtos, entre os quais vinha um tão grande e tão grosso, como em nenhum tempo vi tamanho. Também acharam cascas de berbigões e amêijoas, mas não toparam com nenhuma peça inteira.

E tanto que comemos, vieram logo todos os capitães a esta nau, por ordem do Capitão-mor, com os quais ele se apartou, e eu na companhia. E perguntou a todos se nos parecia bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza pelo navio dos mantimentos, para a melhor a mandar descobrir e saber dela mais do que nós agora podíamos saber, por irmos de nossa viagem.

E entre muitas falas que no caso se fizeram, foi por todos ou a maior parte dito que seria muito bem. E nisto concluíram. E tanto que a conclusão foi tomada, perguntou mais se lhes parecia bem tomar aqui por força um par destes homens para os mandar a Vossa Alteza, deixando aqui por eles outros dois destes degredados.

Sobre isto acordaram que não era necessário tomar por força homens, porque era geral costume dos que assim levavam por força para alguma parte dizerem que há ali de tudo quanto lhes perguntam; e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens destes degredados que aqui deixassem, do que eles dariam se os levassem, por ser gente que ninguém entende. Nem eles tão cedo aprenderiam a falar para o saberem tão bem dizer que muito melhor estoutros o não digam, quando Vossa Alteza cá mandar.

E que, portanto, não cuidassem de aqui tomar ninguém por força nem de fazer escândalo, para de todo mais os amansar e apacificar, senão somente deixar aqui os dois degredados, quando daqui partíssemos.

E assim, por melhor a todos parecer, ficou determinado.

Acabado isto, disse o Capitão que fôssemos nos batéis em terra e ver-se-ia bem como era o rio, e também para folgarmos.

Fomos todos nos batéis em terra, armados e a bandeira conosco. Eles andavam ali na praia, à boca do rio, para onde nós íamos; e, antes que chegássemos, pelo ensino que dantes tinham, puseram todos os arcos, e acenavam que saíssemos. Mas, tanto que os batéis puseram as proas em terra, passaram-se logo todos além do rio, o qual não é mais largo que um jogo de mancal. E mal desembarcamos, alguns dos nossos passaram logo o rio, e meteram-se entre eles. Alguns aguardavam; outros afastavam-se. Era, porém, a coisa de maneira que todos andavam misturados. Eles ofereciam desses arcos com suas setas por sombreiros e carapuças de linho ou por qualquer coisa que lhes davam.

Passaram além tantos dos nossos, e andavam assim misturados com eles, que eles se esquivavam e afastavam-se. E deles alguns iam-se para cima onde outros estavam.

Então o Capitão fez que dois homens o tomassem ao colo, passou o rio, e fez tornar a todos.

A gente que ali estava não seria mais que a costumada. E tanto que o Capitão fez tornar a todos, vieram a ele alguns daqueles, não porque o conhecessem por Senhor, pois me parece que não entendem, nem tomavam disso conhecimento, mas porque a gente nossa passava já para aquém do rio.

Ali falavam e traziam muitos arcos e continhas daquelas já ditas, e resgatavam-nas por qualquer coisa, em tal maneira que os nossos trouxeram dali para as naus muitos arcos e setas e contas.

Então tornou-se o Capitão aquém do rio, e logo acudiram muitos à beira dele.

Ali veríeis galantes, pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim nos corpos, como nas pernas, que, certo, pareciam bem assim.

Também andavam, entre eles, quatro ou cinco mulheres moças, nuas como eles, que não pareciam mal. Entre elas andava uma com uma coxa, do joelho até o quadril, e a nádega, toda tinta daquela tintura preta; e o resto, tudo da sua própria cor. Outra trazia ambos os joelhos, com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia nenhuma vergonha.

Também andava aí outra mulher moça com um menino ou menina ao colo, atado com um pano (não sei de quê) aos peitos, de modo que apenas as perninhas lhe apareciam. Mas as pernas da mãe e o resto não traziam pano algum.

Depois andou o Capitão para cima ao longo do rio, que corre sempre chegado à praia. Ali esperou um velho, que trazia na mão uma pá de almadia. Falava, enquanto o Capitão esteve com ele, perante nós todos, sem nunca ninguém o entender, nem ele a nós quantas coisas que lhe demandávamos acerca de ouro, que nós desejávamos saber se na terra havia.

Trazia este velho o beijo tão furado, que lhe caberia pelo furo um grande dedo polegar, e metida nele uma pedra verde, ruim, que cerrava por fora esse buraco. O Capitão lha fez tirar. E ele não sei que diabo falava e ia com ela direito ao Capitão, para lha meter na boca. Estivemos sobre isso rindo um pouco; e então enfadou-se o Capitão e deixou-o. E um dos nossos deu-lhe pela pedra um sombreiro velho, não por ela valer alguma coisa, mas por amostra. Depois houve-a o Capitão, segundo creio, para, com as outras coisas, a mandar a Vossa Alteza.

Andamos por aí vendo a ribeira, a qual é de muita água e muito boa. Ao longo dela há muitas palmas, não muito altas, em que há muito bons palmitos. Colhemos e comemos deles muitos.

Então tornou-se o Capitão para baixo para a boca do rio, onde havíamos desembarcado.

Além do rio, andavam muitos deles dançando e folgando, uns diante dos outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então além do rio Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer; e levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhes ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras, e salto real, de que eles se espantavam e riam e folgavam muito. E conquanto com aquilo muito os segurou e afagou, tomavam logo uma esquiveza como de animais monteses, e foram-se para cima.

E então o Capitão passou o rio com todos nós outros, e fomos pela praia de longo, indo os batéis, assim, rente da terra. Fomos até uma lagoa grande de água doce, que está junto com a praia, porque toda aquela ribeira do mar é apaulada por cima e sai a água por muitos lugares.

E depois de passarmos o rio, foram uns sete ou oito deles andar entre os marinheiros que se recolhiam aos batéis. E levaram dali um tubarão, que Bartolomeu Dias matou, lhes levou e lançou na praia.

Bastará dizer-vos que até aqui, como quer que eles um pouco se amansassem, logo duma mão para outra se esquivavam, como pardais, do cevadoiro. Homem não lhes ousa falar de rijo para não se esquivarem mais; e tudo se passa como eles querem, para os bem amansar.

O Capitão ao velho, com quem falou, deu uma carapuça vermelha. E com toda a fala que entre ambos se passou e com a carapuça que lhe deu, tanto que se apartou e começou de passar o rio, foi-se logo recatando e não quis mais tornar de lá para aquém.

Os outros dois, que o Capitão teve nas naus, a que deu o que já disse, nunca mais aqui apareceram – do que tiro ser gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiva. Porém e com tudo isso andam muito bem curados e muito limpos. E naquilo me parece ainda mais que são como aves ou alimárias monteses, às quais faz o ar melhor pena e melhor cabelo que às mansas, porque os corpos seus são tão limpos, tão gordos e tão formosos, que não pode mais ser.

Isto me faz presumir que não têm casas nem moradas a que se acolham, e o ar, a que se criam, os faz tais. Nem nós ainda até agora vimos nenhuma casa ou maneira delas.

Mandou o Capitão aquele degredado Afonso Ribeiro, que se fosse outra vez com eles. Ele foi e andou lá um bom pedaço, mas à tarde tornou-se, que o fizeram eles vir e não o quiseram lá consentir. E deram-lhe arcos e setas; e não lhe tomaram nenhuma coisa do seu. Antes – disse ele – que um lhe tomara umas continhas amarelas, que levava, e fugia com elas, e ele se queixou e os outros foram logo após, e lhas tomaram e tornaram-lhas a dar; e então mandaram-no vir. Disse que não vira lá entre eles senão umas choupaninhas de rama verde e de fetos muito grandes, como de Entre Douro e Minho.

E assim nos tornamos às naus, já quase noite, a dormir.

À segunda-feira, depois de comer, saímos todos em terra a tomar água. Ali vieram então muitos, mas não tantos como as outras vezes. Já muito poucos traziam arcos. Estiveram assim um pouco afastados de nós; e depois pouco a pouco misturaram-se conosco. Abraçavam-nos e folgavam. E alguns deles se esquivavam logo. Ali davam alguns arcos por folhas de papel e por alguma carapucinha velha ou por qualquer coisa. Em tal maneira isto se passou, que bem vinte ou trinta pessoas das nossas se foram com eles, onde outros muitos estavam com moças e mulheres. E trouxeram de lá muitos arcos e barretes de penas de aves, deles verdes e deles amarelos, dos quais, creio, o Capitão há de mandar amostra a Vossa Alteza.

E, segundo diziam esses que lá foram, folgavam com eles. Neste dia os vimos mais de perto e mais à nossa vontade, por andarmos quase todos misturados. Ali, alguns andavam

daquelas tinturas quartejados; outros de metades; outros de tanta feição, como em panos de armar, e todos com os beijos furados, e muitos com os ossos neles, e outros sem ossos.

Alguns traziam uns ouriços verdes, de árvores, que, na cor, queriam parecer de castanheiros, embora mais pequenos. E eram cheios duns grãos vermelhos pequenos, que, esmagando-os entre os dedos, faziam tintura muito vermelha, de que eles andavam tintos. E quanto mais se molhavam, tanto mais vermelhos ficavam.

Todos andam rapados até cima das orelhas; e assim as sobrancelhas e pestanas.

Trazem todos as testas, de fonte a fonte, tintas da tintura preta, que parece uma fita preta, da largura de dois dedos.

E o Capitão mandou aquele degredado Afonso Ribeiro e a outros dois degredados, que fossem lá andar entre eles; e assim a Diogo Dias, por ser homem ledo, com que eles folgavam. Aos degredados mandou que ficassem lá esta noite.

Foram-se lá todos, e andaram entre eles. E, segundo eles diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitânia. Eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoada altura; todas duma só peça, sem nenhum repartimento, tinham dentro muitos esteios; e, de esteio a esteio, uma rede atada pelos cabos, alta, em que dormiam. Debaixo, para se aquecerem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma num cabo, e outra no outro.

Diziam que em cada casa se recolhiam trinta ou quarenta pessoas, e que assim os achavam; e que lhes davam de comer daquela vianda, que eles tinham, a saber, muito inhame e outras sementes, que na terra há e eles comem. Mas, quando se fez tarde fizeram-nos logo tornar a todos e não quiseram que lá ficasse nenhum. Ainda, segundo diziam, queriam vir com eles.

Resgataram lá por cascavéis e por outras coisinhas de pouco valor, que levavam, papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e dois verdes pequeninos e carapuças de penas verdes, e um pano de penas de muitas cores, maneira de tecido assaz formoso, segundo Vossa Alteza todas estas coisas verá, porque o Capitão vo-las há de mandar, segundo ele disse.

E com isto vieram; e nós tornámo-nos às naus. À terça-feira, depois de comer, fomos em terra dar guarda de lenha e lavar roupa.

Estavam na praia, quando chegamos, obra de sessenta ou setenta sem arcos e sem nada. Tanto que chegamos, vieram logo para nós, sem se esquivarem. Depois acudiram muitos, que seriam bem duzentos, todos sem arcos; e misturaram-se todos tanto conosco que alguns nos ajudavam a acarretar lenha e a meter nos batéis. E lutavam com os nossos e tomavam muito prazer.

Enquanto cortávamos a lenha, faziam dois carpinteiros uma grande Cruz, dum pau, que ontem para isso se cortou

Muitos deles vinham ali estar com os carpinteiros. E creio que o faziam mais por verem a ferramenta de ferro com que a faziam, do que por verem a Cruz, porque eles não tem coisa que de ferro seja, e cortam sua madeira e paus com pedras feitas como cunhas, metidas em um pau entre duas talas, mui bem atadas e por tal maneira que andam fortes, segundo diziam os homens, que ontem a suas casas foram, porque lhas viram lá.

Era já a conversação deles conosco tanta, que quase nos estorvavam no que havíamos de fazer.

O Capitão mandou a dois degredados e a Diogo Dias que fossem lá à aldeia (e a outras, se houvessem novas delas) e que, em toda a maneira, não viessem dormir às naus, ainda que eles os mandassem. E assim se foram.

Enquanto andávamos nessa mata a cortar lenha, atravessavam alguns papagaios por essas árvores, deles verdes e outros pardos, grandes e pequenos, de maneira que me parece que haverá muitos nesta terra. Porém eu não veria mais que até nove ou dez. Outras aves então não vimos, somente algumas pombas-seixas, e pareceram-me bastante maiores que as de Portugal. Alguns diziam que viram rolas; eu não as vi. Mas, segundo os arvoredos são mui muitos e grandes, e de infindas maneiras, não duvido que por esse sertão haja muitas aves!

Cerca da noite nos volvemos para as naus com nossa lenha.

Eu creio, Senhor, que ainda não dei conta aqui a Vossa Alteza da feição de seus arcos e setas. Os arcos são pretos e compridos, as setas também compridas e os ferros delas de canas aparadas, segundo Vossa Alteza verá por alguns que – eu creio — o Capitão a Ela há de enviar.

À quarta-feira não fomos em terra, porque o Capitão andou todo o dia no navio dos mantimentos a despejá-lo e fazer levar às naus isso que cada uma podia levar. Eles acudiram à praia; muitos, segundo das naus vimos. No dizer de Sancho de Tovar, que lá foi, seriam obra de trezentos.

Diogo Dias e Afonso Ribeiro, o degredado, aos quais o Capitão ontem mandou que em toda maneira lá dormissem, volveram-se, já de noite, por eles não quererem que lá ficassem. Trouxeram papagaios verdes e outras aves pretas, quase como pegas, a não ser que tinham o bico branco e os rabos curtos.

Quando Sancho de Tovar se recolheu à nau, queriam vir com ele alguns, mas ele não quis senão dois mancebos dispostos e homens de prol. Mandou-os essa noite mui bem pensar e curar. Comeram toda a vianda que lhes deram; e mandou fazer-lhes cama de lençóis, segundo ele disse. Dormiram e folgaram aquela noite.

E assim não houve mais este dia que para escrever seja.

À quinta-feira, derradeiro de abril, comemos logo, quase pela manhã, e fomos em terra por mais lenha e água. E, em querendo o Capitão sair desta nau, chegou Sancho de Tovar com seus dois hóspedes. E por ele ainda não ter comido, puseram-lhe toalhas. Trouxeram-lhe vianda e comeu. Aos hóspedes, sentaram cada um em sua cadeira. E de tudo o que lhes deram comeram mui bem, especialmente lacão cozido, frio, e arroz.

Não lhes deram vinho, por Sancho de Tovar dizer que o não bebiam bem.

Acabado o comer, metemo-nos todos no batel e eles conosco. Deu um grumete a um deles uma armadura grande de porco montês, bem revolta. Tanto que a tomou, meteu-a logo no beijo, e, porque se lhe não queria segurar, deram-lhe uma pequena de cera vermelha. E ele ajeitou-lhe seu adereço detrás para ficar segura, e meteu-a no beijo, assim revolta para cima. E vinha tão contente com ela, como se tivesse uma grande jóia. E tanto que saímos em terra, foi-se logo com ela, e não apareceu mais aí.

Andariam na praia, quando saímos, oito ou dez deles; e de aí a pouco começaram a vir mais. E parece-me que viriam, este dia, à praia quatrocentos ou quatrocentos e cinqüenta.

Traziam alguns deles arcos e setas, que todos trocaram por carapuças ou por qualquer coisa que lhes davam. Comiam conosco do que lhes dávamos. Bebiam alguns deles vinho; outros o não podiam beber. Mas parece-me, que se lho avezarem, o beberão de boa vontade. Andavam todos tão dispostos, tão bem-feitos e galantes com suas tinturas, que pareciam bem. Acarretavam dessa lenha, quanta podiam, com mui boa vontade, e levavam-na aos batéis.

Andavam já mais mansos e seguros entre nós, do que nós andávamos entre eles.

Foi o Capitão com alguns de nós um pedaço por este arvoredado até uma ribeira grande e de muita água que, a nosso parecer, era esta mesma, que vem ter à praia, e em que nós tomamos água.

Ali ficamos um pedaço, bebendo e folgando, ao longo dela, entre esse arvoredado, que é tanto, tamanho, tão basto e de tantas prumagens, que homens as não podem contar. Há entre ele muitas palmas, de que colhemos muitos e bons palmitos.

Quando saímos do batel, disse o Capitão que seria bom irmos direitos à Cruz, que estava encostada a uma árvore, junto com o rio, para se erguer amanhã, que é sexta-feira, e que nos pússemos todos de joelhos e a beijássemos para eles verem o acatamento que lhe tínhamos. E assim fizemos. A esses dez ou doze que aí estavam, acenaram-lhe que fizessem assim, e foram logo todos beijá-la.

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença.

E portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa.

Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim.

Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos.

Neste dia, enquanto ali andaram, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som dum tamboril dos nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus.

Se lhes homem acenava se queriam vir às naus, faziam-se logo prestes para isso, em tal maneira que, se a gente todos quisera convidar, todos vieram. Porém não trouxemos esta noite às naus, senão quatro ou cinco, a saber: o Capitão-mor, dois; e Simão de Miranda, um, que trazia já por pajem; e Aires Gomes, outro, também por pajem.

Um dos que o Capitão trouxe era um dos hóspedes, que lhe trouxeram da primeira vez, quando aqui chegamos, o qual veio hoje aqui, vestido na sua camisa, e com ele um seu irmão; e foram esta noite mui bem agasalhados, assim de vianda, como de cama, de colchões e lençóis, para os mais amansar.

E hoje, que é sexta-feira, primeiro dia de maio, pela manhã, saímos em terra, com nossa bandeira; e fomos desembarcar acima do rio contra o sul, onde nos pareceu que seria melhor chantar a Cruz, para melhor ser vista. Ali assinalou o Capitão o lugar, onde fizessem a cova para a chantar.

Enquanto a ficaram fazendo, ele com todos nós outros fomos pela Cruz abaixo do rio, onde ela estava. Dali a trouxemos com esses religiosos e sacerdotes diante cantando, em maneira de procissão.

Eram já aí alguns deles, obra de setenta ou oitenta; e, quando nos viram assim vir, alguns se foram meter debaixo dela, para nos ajudar. Passamos o rio, ao longo da praia e fomo-la pôr onde havia de ficar, que será do rio obra de dois tiros de besta. Andando-se ali nisto, vieram bem cento e cinqüenta ou mais.

Chantada a Cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos. Ali estiveram conosco a ela obra de cinqüenta ou sessenta deles, assentados todos de joelhos, assim como nós.

E quando veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco e alçaram as mãos, ficando assim, até ser acabado; e então tornaram-se a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim todos, como nós estávamos com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados, que, certifico a Vossa Alteza, nos fez muita devoção.

Estiveram assim conosco até acabada a comunhão, depois da qual comungaram esses religiosos e sacerdotes e o Capitão com alguns de nós outros.

Alguns deles, por o sol ser grande, quando estávamos comungando, levantaram-se, e outros estiveram e ficaram. Um deles, homem de cinqüenta ou cinqüenta e cinco anos, continuou ali com aqueles que ficaram. Esse, estando nós assim, ajuntava estes, que ali ficaram, e ainda chamava outros. E andando assim entre eles falando, lhes acenou com o dedo para o altar e depois apontou o dedo para o Céu, como se lhes dissesse alguma coisa de bem; e nós assim o tomamos.

Acabada a missa, tirou o padre a vestimenta de cima e ficou em alva; e assim se subiu junto com altar, em uma cadeira. Ali nos pregou do Evangelho e dos Apóstolos, cujo dia hoje é, tratando, ao fim da pregação, deste vosso prosseguimento tão santo e virtuoso, o que nos aumentou a devoção.

Esses, que à pregação sempre estiveram, quedaram-se como nós olhando para ele. E aquele, que digo, chamava alguns que viessem para ali. Alguns vinham e outros iam-se. E, acabada a pregação, como Nicolau Coelho trouxesse muitas cruces de estanho com crucifixos, que lhe ficaram ainda da outra vinda, houveram por bem que se lançasse a cada um a sua ao pescoço. Pelo que o padre frei Henrique se assentou ao pé da Cruz e ali, a um por um, lançava a sua atada em um fio ao pescoço, fazendo-lha primeiro beijar e alevantar as mãos. Vinham a isso muitos; e lançaram-nas todas, que seriam obra de quarenta ou cinqüenta.

Isto acabado – era já bem uma hora depois do meio-dia – viemos às naus a comer, trazendo o Capitão consigo aquele mesmo que fez aos outros aquela mostrança para o altar e para o Céu e um seu irmão com ele. Fez-lhe muita honra e deu-lhe uma camisa mourisca e ao outro uma camisa destoutras.

E, segundo que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer, como nós

mesmos, por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar, porque já então terão mais conhecimento de nossa fé, pelos dois degredados, que aqui entre eles ficam, os quais, ambos, hoje também comungaram.

Entre todos estes que hoje vieram, não veio mais que uma mulher moça, a qual esteve sempre à missa e a quem deram um pano com que se cobrisse. Puseram-lho a redor de si. Porém, ao assentar, não fazia grande memória de o estender bem, para se cobrir. Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto a vergonha.

Ora veja Vossa Alteza se quem em tal inocência vive se converterá ou não, ensinando-lhes o que pertence à sua salvação.

Acabado isto, fomos assim perante eles beijar a Cruz, despedimo-nos e viemos comer.

Creio, Senhor, que com estes dois degredados ficam mais dois grumetes, que esta noite se saíram desta nau no esquife, fugidos para terra. Não vieram mais. E cremos que ficarão aqui, porque de manhã, prazendo a Deus, fazemos daqui nossa partida.

Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto havemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia parma, muito chã e muito formosa.

Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.

E que aí não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecute, bastaria. Quando mais disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa santa fé.

E nesta maneira, Senhor, dou aqui a Vossa Alteza do que nesta vossa terra vi. E, se algum pouco me alonguei, Ela me perdoe, que o desejo que tinha, de Vos tudo dizer, mo fez assim pôr pelo miúdo.

**ANEXO E – A CARTA DE MESTRE JOÃO FARAS**

MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro.

**CARTA DE MESTRE JOÃO FARAS**

Senhor: O bacharel mestre João, físico e cirurgião de Vossa Alteza, beijo vossas reais mãos. Senhor: porque, de tudo o cá passado, largamente escreveram a Vossa Alteza, assim Aires Correia como todos os outros, somente escreverei sobre dois pontos. Senhor: ontem, segunda-feira, que foram 27 de abril, descemos em terra, eu e o piloto do capitão-mor e o piloto de Sancho de Tovar; tomamos a altura do sol ao meio-dia e achamos 56 graus, e a sombra era setentrional, pelo que, segundo as regras do astrolábio, julgamos estar afastados da equinocial por 17°, e ter por conseguinte a altura do pólo antártico em 17°, segundo é manifesto na esfera. E isto é quanto a um dos pontos, pelo que saberá Vossa Alteza que todos os pilotos vão tanto adiante de mim, que Pero Escolar vai adiante 150 léguas, e outros mais, e outros menos, mas quem diz a verdade não se pode certificar até que em boa hora chegemos ao cabo de Boa Esperança e ali saberemos quem vai mais certo, se eles com a carta, ou eu com a carta e o astrolábio. Quanto, Senhor, ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapa-múndi que tem Pero Vaz Bisagudo e por aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra; mas aquele mapa-múndi não certifica se esta terra é habitada ou não; é mapa dos antigos e ali achará Vossa Alteza escrita também a Mina. Ontem quase entendemos por acenos que esta era ilha, e que eram quatro, e que doutra ilha vêm aqui almadias a pelejar com eles e os levam cativos.

Quanto, Senhor, ao outro ponto, saberá Vossa Alteza que, acerca das estrelas, eu tenho trabalhado o que tenho podido, mas não muito, por causa de uma perna que tenho muito mal, que de uma coçadura se me fez uma chaga maior que a palma da mão; e também por causa de este navio ser muito pequeno e estar muito carregado, que não há lugar para coisa nenhuma. Somente mando a Vossa Alteza como estão situadas as estrelas do (sul), mas em que grau está cada uma não o pude saber, antes me parece ser impossível, no mar, tomar-se altura de nenhuma estrela, porque eu trabalhei muito nisso e, por pouco que o navio balance, se erram quatro ou cinco graus, de modo que se não pode fazer, senão em terra. E quase outro tanto digo das tábuas da Índia, que se não podem tomar com elas senão com muitíssimo trabalho, que, se Vossa Alteza soubesse como desconcertavam todos nas polegadas, riria disto mais que do astrolábio; porque desde Lisboa até às Canárias desconcertavam uns dos outros em muitas polegadas, que

uns diziam, mais que outros, três e quatro polegadas, e outro tanto desde as Canárias até às ilhas de Cabo Verde, e isto, tendo todos cuidados que o tomar fosse a uma mesma hora; de modo que mais julgavam quantas polegadas eram, pela quantidade do caminho que lhes parecia terem andado, que não o caminho pelas polegadas. Tornando, Senhor, ao propósito, estas Guardas nunca se escondem, antes sempre andam ao derredor sobre o horizonte, e ainda estou em dúvida que não sei qual de aquelas duas mais baixas seja o pólo antártico; e estas estrelas, principalmente as da Cruz, são grandes quase como as do Carro; e a estrela do pólo antártico, ou Sul, é pequena como a da Norte e muito clara, e a estrela que está em cima de toda a Cruz é muito pequena. Não quero alargar mais, para não importunar a Vossa Alteza, salvo que fico rogando a Nosso Senhor Jesus Cristo que a vida e estado de Vossa Alteza acrescente como Vossa Alteza deseja. Feita em Vera Cruz no primeiro de maio de 1500. Para o mar, melhor é dirigir-se pela altura do sol, que não por nenhuma estrela; e melhor com astrolábio, que não com quadrante nem com outro nenhum instrumento. Do criado de Vossa Alteza e vosso leal servidor.

Johannes

artium et medicine bachalarius

### **Nota Biográfica**

A vida de Mestre João vem sendo pesquisada desde quando Francisco Adolfo Varnhagen trouxe a público, pela primeira vez, na década de 40 do século XIX, este depoimento da chegada da frota cabralina a Porto Seguro, em 22 de abril de 1500. Mestre João Faras, bacharel em artes e medicina, era médico e cirurgião do rei D. Manuel. É um personagem típico do humanismo ibérico envolvido com os descobrimentos e com o vasto universo de conhecimento da renascença européia.

### **Nota Explicativa**

Mestre João Faras foi quem realizou as primeiras observações astronômicas no território brasileiro, conforme se pode notar pelos seus comentários nesta correspondência em que se identificam as estrelas da constelação do Cruzeiro do Sul, configurada na Bandeira do Brasil. A carta de Mestre João, documento científico e informativo, é o único texto escrito na semana em que a frota ficou ancorada na atual Baía Cabralia que contém um esboço descritivo das estrelas do céu brasileiro. Os comentários a respeito do uso dos diversos instrumentos

astronômicos da arte de navegar demonstram como os portugueses detinham o que de mais avançado se sabia no tempo a respeito da ciência náutica. O texto da carta e a nota explicativa basearam-se na edição publicada no livro de Paulo Roberto Pereira, *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil* - Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999. (MCG)

## ANEXO F – RELAÇÃO DO PILOTO ANÔNIMO

### Capítulo I

Onde o Rei D. Manuel em pessoa entregou a bandeira real ao Capitão

No ano de 1500, mandou o Sereníssimo Rei de Portugal, chamado Dom Manuel de nome, uma sua armada de naus e navios às partes da Índia, na qual armada havia 12 naus e navios da qual armada era Capitão-mor Pedro Álvares Cabral, fidalgo. As quais naus e navios partiram e bem aparelhados e providos de todas as coisas necessárias para um ano e meio. Das quais 12 naus ordenou que 10 fossem a Calecute e as outras duas para a Arábia para irem a um lugar chamado Sofala porque queriam mercadejar naquele lugar, o qual lugar de Sofala acharam estar no caminho de Calecute. E assim as outras 10 naus levavam mercadorias que à dita viagem lhes fossem necessárias. E aos 8 do mês de março no dito ano estavam prontos, e naquele dia, que era domingo, foram à distância de duas milhas desta cidade a um lugar chamado Restelo, onde está uma igreja chamada Santa Maria de Belém, no qual lugar o Sereníssimo Rei foi em pessoa entregar ao Capitão a Bandeira Real para a dita armada.

E na segunda-feira, que eram 9 dias de março, partiu a dita armada, com bom tempo, para a sua viagem. E no dia 14 do dito mês passou a dita armada pelas ilhas Canárias. E no dia 22 passou pelas ilhas de Cabo Verde. E no dia 23 separou-se uma nau da dita armada, de tal maneira que nunca mais se ouviu nada dela até hoje, nem se pode saber.

### Capítulo II

Como correram as naus com tormenta

Aos 24 dias de abril, que foi quarta-feira da oitava da Páscoa, houve a dita armada vista de terra, de que teve grande prazer.

E chegaram à terra para verem que terra era, a qual acharam terra muito abundante em árvores e gentes, que por ali andavam, pela costa do mar, e lançaram ferro na foz dum rio pequeno. E depois de lançadas as ditas âncoras, o Capitão mandou deitar um batel ao mar pelo qual mandou ver que gentes eram aquelas, e acharam que eram gentes de cor parda, entre o branco e o preto, e bem dispostas, com cabelos compridos e andam nus como nasceram, sem vergonha alguma, e cada um deles levava o seu arco com flechas, como homens que estavam a defender o dito rio. Na dita armada não havia ninguém que compreendesse a sua língua. E visto

isto, os do batel voltaram ao Capitão e neste instante fez-se noite, na qual noite houve grande tormenta

E no dia seguinte pela manhã levantamos âncora e com grande tormenta andamos correndo a costa para o norte para ver se encontrávamos algum porto, onde a dita armada ficasse. O vento era sueste. Finalmente encontramos um porto onde lançamos âncora e onde encontramos daqueles indígenas que andavam nos seus barcos a pescar. E um dos nossos batéis foi até onde estes tais homens estavam e agarraram dois deles e levaram-nos ao Capitão para saber que gente era, e, como se disse, não se compreenderam, nem à fala nem por sinais. E naquela noite o Capitão reteve-os com ele.

No dia seguinte mandou vestir-lhes uma camisa e um vestido e pôr um barrete vermelho, do qual vestuário eles ficaram muito contentes e maravilhados das coisas que lhes mostraram. Depois mandou-os pôr em terra.

### **Capítulo III**

Raiz de que fazem pão, e os seus outros costumes

Naquele mesmo dia que era a oitava da Páscoa, a 26 de abril, determinou o Capitão-mor ouvir missa, e mandou levantar um altar, e todos os da dita armada foram ouvir missa e sermão, onde se juntaram muitos daqueles homens bailando e cantando com as suas buzinas. E logo que foi dita a missa, todos se retiraram para as suas naus, e os homens da terra entraram pelo mar dentro até aos sovacos, cantando e divertindo-se. E depois, tendo o Capitão jantado, voltou à terra a gente da dita armada, para se distraírem e divertirem com os homens da terra. E começaram a tratar com os da armada, e davam dos seus arcos e flechas em troca de guisos, e folhas de papel e peças de pano. E todo aquele dia se divertiram com eles. E encontramos neste lugar um rio de água doce e à tarde tornamos para as naus. E ao outro dia determinou o Capitão-mor meter água e lenha, e todos os da dita armada foram à terra. E os homens daquele lugar vieram ajudar à dita lenha e água. E alguns dos nossos foram à terra donde estes homens são, que seria a três milhas da costa do mar e compraram papagaios e uma raiz chamada inhame, que é o seu pão que comem os árabes. Os da armada davam-lhes guisos e folhas de papel em troca das ditas coisas, no qual lugar estivemos cinco ou seis dias. De aspecto, esta gente são homens pardos, e andam nus sem vergonha e os seus cabelos são compridos. E têm a barba pelada. E as pálpebras dos olhos e por cima delas eram pintadas com figuras de cores brancas

e pretas e azuis e vermelhas. Têm o lábio da boca, isto é, o de baixo, furado, e nos buracos metem um osso grande como um prego. E outros trazem uma pedra azul e verde e comprida dependurada dos ditos buracos. As mulheres andam do mesmo modo sem vergonha e são belas de corpo, os cabelos compridos. E as suas casas são de madeira coberta de folhas e de ramos de árvores com muitas colunas de madeira. No meio das ditas casas e das ditas colunas para a parede põem uma rede de algodão dependurada em que fica um homem e entre uma rede e outra fazem uma fogueira, de modo que numa só casa estão 40 ou 50 camas armadas à maneira de tear.

#### **Capítulo IV**

##### Papagaios na terra de novo descoberta

Nesta terra não vimos ferro e faltam-lhes outros metais. E cortam a madeira com pedras e têm muitas aves de muitas espécies, especialmente papagaios de muitas cores, entre os quais alguns grandes como galinhas e outras aves muito belas. E das penas das ditas aves fazem chapéus e barretes que usam. A terra é muito abundante em muitas árvores e muitas águas boas e inhames e algodão. Nestes lugares não vimos animal algum. A terra é grande e não sabemos se é ilha ou terra firme. Julgamos que seja pela sua grandeza terra firme. E tem muito bom ar e estes homens têm redes e são grandes pescadores e pescam peixes de muitas espécies, entre os quais vimos um peixe que apanharam, que seria grande como uma pipa e mais comprido e redondo, e tinha a cabeça como um porco e os olhos pequenos e não tinha dentes e tinha orelhas compridas do tamanho dum braço, e da largura de meio braço. Por baixo do corpo tinha dois buracos, e a cauda era do comprimento dum braço e outro tanto de largura. E não tinha nenhum pé em sítio nenhum. Tinha pêlos como o porco e a pele era grossa como um dedo e as suas carnes eram brancas e gordas como a de porco.

E nestes dias que estivemos, determinou o Capitão dar a saber ao nosso Sereníssimo Rei o achado desta terra e de deixar ali dois degredados e condenados à morte que tínhamos levado na dita armada para tal fim. E imediatamente o dito Capitão despachou um navio que levavam com eles com mantimentos além das 12 naus sobreditas. O qual navio levou as cartas ao Rei na qual se continha quanto tínhamos visto e descoberto. E despachado o dito navio, o Capitão foi a terra e mandou fazer uma cruz muito grande de madeira e mandou cravá-la no dito espaço e

também, como se disse, deixou dois degredados no dito lugar, os quais começaram a chorar. Os homens daquela terra confortavam-nos e mostravam ter piedade deles.

## **Capítulo V**

Uma tempestade tão grande que quatro naus se perderam

Ao outro dia, que foi o dia 2 de maio do dito ano, a armada fez-se de vela para a sua viagem para ir à volta do cabo da Boa Esperança, o qual caminho seria através do mar mais de 1.200 léguas, isto é, quatro milhas por légua e a 12 dias do dito mês, seguindo o nosso caminho, apareceu um cometa para as partes da Arábia, com uma cauda muito comprida, o qual apareceu de contínuo 8 ou 10 noites. E um domingo, que eram 24 dias do dito mês de maio, seguindo toda a armada junta com bom vento, com as velas a meia árvore sem moneta por causa de uma chuva que tivemos no dia anterior, e seguindo assim, veio um vento tão forte pela vante e tão repentino, que não o notamos senão quando as velas ficaram atravessadas nos mastros. Naquele instante se perderam quatro naus com toda a sua gente, sem podermos prestar-lhes socorro algum. As outras sete que escaparam, estiveram em perigo de perder-se. E assim tomamos o vento de popa com mastros e velas rotas, e à misericórdia de Deus andamos assim todo aquele dia. E o mar inchou de tal modo que parecia que subíamos ao céu. E o vento de repente descaiu, embora fosse ainda tão grande a tormenta, que não tínhamos desejo de dar velas ao vento. E navegando com esta tormenta sem velas, perdemo-nos de vista uns e outros, de modo que a nau do Capitão com mais duas seguiram outro caminho e outra nau chamada El-Rei, com mais duas, seguiram outro, e a outra por outro caminho. E assim passamos com esta tormenta 20 dias, sem dar uma vela ao vento [...].\*

\* No original, a narrativa continua, relatando a viagem de Pedro Álvares Cabral até a Índia, e o seu retorno a Portugal.

## **Nota Explicativa**

A Relação do Piloto Anônimo, um dos três documentos conhecidos escritos por participante da armada que descobriu o Brasil, é o único publicado ainda em vida de Pedro Álvares Cabral, que morreu em torno de 1520. A versão apresentada por Paulo Roberto Pereira, no livro Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil, baseia-se na várias edições por ele consultadas: Fracanzano da Montalboddo, Giovanni Battista Ramusio, Sebastião

Francisco de Mendo Trigoso de Aragão Morato, William Brooks Greenlee, Antônio Álvaro Dória, T. Marcondes de Sousa e José Manuel Garcia.

A Relação do Piloto Anônimo, apesar de se limitar, na parte referente ao Brasil, a informações sem os detalhes que encontramos na carta de Caminha, é um precioso documento. Pode-se observar que seus comentários em quase tudo confirmam o texto caminiano.

Nota-se que o Piloto Anônimo procura realçar não só a riqueza geográfica da terra com seu bom ar, mas também a aparência física dos seus habitantes, em especial das mulheres, pelos cabelos compridos e a beleza do corpo. Ressalta ainda a confraternização entre os portugueses e os índios, que se divertiam, negociavam e se auxiliavam neste primeiro contato verdadeiramente paradisíaco entre o europeu e o nativo da terra recém- descoberta, destacando a caridade com que os silvícolas trataram os degredados na partida das naus.

**Observação:** a edição deste texto e os comentários basearam-se no livro Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil, de Paulo Roberto Pereira. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999. (MCG)